

Faculdade de Arquitectura
Universidade Técnica de Lisboa

**VIVACIDADE.
A ANIMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO
COMO ESTADO E COMO ACÇÃO MUNICIPAL.**

Pedro Manuel Serrano Gomes
(Licenciado)

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em
Estudos do Espaço e do Habitar em Arquitectura

Orientadores Científicos:

Doutor Jorge Carvalho, Professor Associado Convidado da Universidade de Aveiro
Doutor Carlos Dias Coelho, Professor Associado da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (co-orientador)

Júri:

Presidente:

Doutor Rui Barreiros Duarte, Professor Catedrático da Faculdade da Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

Vogais:

Doutor Carlos Fortuna, Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Doutor Pedro George, Professor Associado da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

Doutor Jorge Carvalho, Professor Associado Convidado da Universidade de Aveiro
Doutor Carlos Dias Coelho, Professor Associado da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

Lisboa, Julho de 2011

Faculdade de Arquitectura
Universidade Técnica de Lisboa

**VIVACIDADE.
A ANIMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO
COMO ESTADO E COMO ACÇÃO MUNICIPAL.**

Pedro Manuel Serrano Gomes
(Licenciado)

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em
Estudos do Espaço e do Habitar em Arquitectura

Orientadores Científicos:

Doutor Jorge Carvalho, Professor Associado Convidado da Universidade de Aveiro
Doutor Carlos Dias Coelho, Professor Associado da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (co-orientador)

Júri:

Presidente:

Doutor Rui Barreiros Duarte, Professor Catedrático da Faculdade da Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

Vogais:

Doutor Carlos Fortuna, Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Doutor Pedro George, Professor Associado da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

Doutor Jorge Carvalho, Professor Associado Convidado da Universidade de Aveiro
Doutor Carlos Dias Coelho, Professor Associado da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

Lisboa, Julho de 2011

Resumo

Nome: Pedro Manuel Serrano Gomes

Departamento: História e Fenomenologia da Arquitectura

Orientador: Prof. Doutor Jorge Carvalho

Co-orientador: Prof. Doutor Carlos Dias Coelho

Data: 15 de Julho de 2011

Título da dissertação: Vivacidade. A animação do espaço público como estado e como acção municipal.

Resumo

No seio do debate em torno de uma alegada crise do espaço e da vida pública contemporâneos, o termo animação surge com alguma frequência, dando conta de dinâmicas de utilização dos espaços, de um tipo de intervenção sobre o espaço público e, também, como objectivo da actuação sobre o mesmo.

É por esta polissemia do termo, significando simultaneamente um estado (a intensidade da vida social e das suas manifestações) e uma acção (de animar, de dar vida), que a presente investigação parte do pressuposto de que a animação do espaço público constitui uma legítima preocupação dos municípios. No entanto, reconhece, igualmente, que os contornos imprecisos da expressão animação do espaço público dificultam a sua afirmação enquanto desígnio aglutinador de parte da intervenção municipal sobre o espaço público.

Por conseguinte, busca delimitar o campo de actuação municipal na animação dos espaços públicos, para tal apresentando uma concepção normativa de espaço público animado, concretizada num conjunto de indicadores; os factores que potenciam a sua existência; e a forma como a administração urbanística e a acção cultural e recreativa podem ser empregues para a sua promoção.

Palavras-chave: espaço público; animação do espaço público; municípios; administração urbanística; acção cultural e recreativa.

Abstract

Dissertation title: Vivacity. Public space animation as a state and as municipal action.

Abstract:

The word “animation” appears on occasion within the debate around an alleged crisis of both public life and public spaces in contemporary cities, referring to the dynamics of public space use, to interventions in public space and to the purpose of those interventions.

Given the word's polysemy, meaning both a state (the intensity of social life and of its manifestations) and an action (of animating, of enlivening), this piece of research assumes that public space animation is a legitimate concern of municipalities. However, it also acknowledges that the phrase's imprecise contours pose an obstacle to boosting public space animation as a policy domain bringing together part of the municipal intervention on public spaces.

Consequently, this dissertation seeks to establish the scope of municipal actions of public space animation. To do so, it puts forward a normative conception of animated public space, given shape in a set of indicators; the factors underlying it; and the ways urban administration and cultural and recreational action can be deployed to promote it.

Keywords: public space; public space animation; municipalities; urban administration; cultural and recreational action.

Índice

1. Introdução.....	1
1.1. Problemática e objectivos	1
1.2. Metodologia e conteúdo do trabalho.....	3
2. Espaço Público	7
2.1. Conceito.....	7
2.2. Tipologia	18
3. Referencial teórico-analítico sobre utilização de espaços públicos	32
3.1. Presença de pessoas	33
3.1.1. Quantidade de pessoas	33
3.1.2. Características das pessoas.....	40
3.1.3. Duração da estadia e distribuição das pessoas pelo espaço	41
3.2. Presença de actividades organizadas	42
3.3. Vivência	47
3.3.1. Acções individuais.....	48
3.3.2. Actividades organizadas	54
3.3.3. Interacção	57
4. A animação do espaço público como estado	65
4.1. Concepção normativa de espaço público animado	65
4.1.1. Urbanidade	66
4.1.2. Publicidade	67
4.1.3. Convivialidade.....	69
4.1.4. Agradabilidade.....	71
4.2. Indicadores do estado de animação de um espaço público	72
4.2.1. Pessoas (P)	74
4.2.2. Actividades (A).....	76
4.2.3. Interações organizadas (I).....	79
4.2.4. Limitações dos indicadores e do referencial teórico-analítico	80
4.3. Factores de animação do espaço público.....	82
4.3.1. Urbanidade da envolvente	83
4.3.2. Conectividade e permeabilidade.....	85
4.3.3. Relação com tráfego motorizado	86
4.3.4. Forma Urbana Acolhedora.....	88
4.3.5. Conforto climático	99
4.3.6. Valor simbólico.....	101
4.3.7. Percepção de segurança	102

4.3.8.	Mobiliário urbano, equipamento do espaço público e pormenores de design	104
4.3.9.	Bom estado de conservação.....	115
4.3.10.	Coisas para ver e fazer	116
4.4.	Relações entre factores, indicadores e acções municipais de animação do espaço público .	121
4.4.1.	Relação entre factores e indicadores de animação do espaço público	121
4.4.2.	Factores de animação do espaço público e os diferentes domínios de actuação municipal de animação do espaço público.....	124
5.	Acções municipais de animação do espaço público.....	128
5.1.	Competências municipais	128
5.1.1.	Relação das competências municipais com os domínios de acção de animação dos espaços públicos	131
5.2.	Administração urbanística.....	136
5.2.1.	Enquadramento urbanístico	137
5.2.2.	Desenho urbano	138
5.2.3.	Projecto de espaço público e de edifícios	139
5.2.4.	Gestão quotidiana dos espaços: limpeza, manutenção e segurança	142
5.3.	Acção cultural e recreativa.....	144
5.3.1.	Acções compagináveis com uma utilização quotidiana dos espaços	146
5.3.2.	Acções de maior dimensão e reterritorialização dos espaços	148
5.3.3.	A arte pública ao serviço da animação do espaço público	153
5.3.4.	A administração municipal e a acção cultural e recreativa	154
6.	Conclusões.....	157
	Referências bibliográficas.....	165
	Anexo: presença de pessoas no espaço público: determinação de classes de quantidade de pessoas .	170
Rua	170
Capacidades de carga, níveis de serviço e cargas correspondentes	170
Trabalhos empíricos.....		174
Síntese		184
Praça e Largo		186
Capacidades de carga, níveis de serviço e cargas correspondentes		188
Trabalhos empíricos.....		190
Inquérito		191
Síntese		194

Índice de Tabelas

Tabela 2.1 – Resenha bibliográfica: definições de Espaço Público.....	10
Tabela 2.2 – Resenha bibliográfica: construções tipológicas de espaço público	19
Tabela 2.3 - Tipos de espaço	27
Tabela 2.4 – Subtipos de rua.....	27
Tabela 2.5 – Subtipos de praça e largo	28
Tabela 2.6 – Subtipos de espaço verde	29
Tabela 2.7 – Subtipos de espaços dedicados	29
Tabela 2.8 – Subtipos de outros espaços.....	30
Tabela 2.9 – Tipologia cruzando teor funcional-formal com âmbito geográfico dos espaços.....	31
Tabela 3.1- Classes de quantidade de pessoas em ruas – valores adoptados.....	37
Tabela 3.2 – Classes de intensidade de utilização de praças e largos.....	39
Tabela 3.3 – Proposta de matriz classificativa de utilizadores do espaço público.....	41
Tabela 3.4 – Tipos e subtipos de acções individuais.....	53
Tabela 3.5 – Classificação de actividades organizadas em função da sua relação com o espaço público.....	57
Tabela 3.6 – Classificação da intersubjectividade em função da modalidade de encontro entre os indivíduos.....	59
Tabela 3.7 – Classificação das modalidades de consumo de actividades	62
Tabela 4.1 – Indicadores de animação do espaço público	73
Tabela 4.2 – Relação entre factores e indicadores de animação	123
Tabela 4.3 – Factores de animação e domínios de acção municipal de animação do espaço público	125
Tabela 5.1 – Relação entre grupos de competências municipais e domínios de acção municipal de animação dos espaços públicos	132
Tabela A.1 – Espaço vital para a função de circulação	171
Tabela A.2 – Espaços vitais para a função de circulação: áreas mínimas e cargas correspondentes.....	171
Tabela A.3 – Níveis de serviço, volume de tráfego, dimensionamento mínimo e carga correspondente para tráfego pedonal.....	172
Tabela A.4 – Classes de quantidade de pessoas no espaço rua, a partir de capacidades de carga, espaços vitais e níveis de serviço.....	174
Tabela A.5 – Referenciais empíricos para fluxos pedonais	175
Tabela A.6 – Fluxos pedonais: referencial para sua análise em espaço rua.....	176
Tabela A.7 – Quantidade de pessoas correspondente a fluxos pedonais identificados empiricamente (aplicação do método empírico A)	177
Tabela A.8 – Classes de quantidade de pessoas nas ruas a partir de fluxos identificados empiricamente: tabela síntese decorrente da aplicação do método empírico A	177

Tabela A.9 – Classes de quantidade de pessoas nas ruas a partir de fluxos identificados empiricamente: tabela síntese decorrente da aplicação do método empírico B	180
Tabela A.10 – As distâncias de Edward T. Hall (1986) e áreas e quantidades de pessoas correspondentes	183
Tabela A.11 – Limiares de intensidade de utilização de ruas a partir do trabalho de Edward T. Hall (1986)	184
Tabela A.12 – Limiares de intensidade de utilização de ruas de acordo com os 3 métodos aplicados ...	185
Tabela A.13 – Classes de quantidade de pessoas em ruas – síntese preliminar.....	185
Tabela A.14 – Classes de quantidade de pessoas em ruas – valores adoptados.....	186
Tabela A.15 – Espaços vitais para a função estar.....	188
Tabela A.16 – Níveis de serviço e dimensionamento mínimo para situações de espera	189
Tabela A.17 – Classes de quantidade de pessoas em praças e largos, a partir de capacidades de carga, espaços vitais e níveis de serviço.....	190
Tabela A.18 – Classes de quantidade de pessoas numa rua; em praças e largos a partir do método capacidade de carga; e a partir de Hall (1986).....	191
Tabela A.19 – Amplitude dos limiares entre classes de quantidade de pessoas (em pessoas/m ²) identificados no inquérito	193
Tabela A.20 – Classes de quantidade de pessoas em praças e largos segundo resultados do inquérito	193
Tabela A.21 – Classes de quantidade de pessoas numa rua; em praça e largo a partir do método capacidade de carga e do inquérito; e a partir de Hall (1986)	195
Tabela A.22 – Classes de intensidade de utilização de praças e largos	197

Índice de Figuras

Figura 1.1 – Metodologia	3
Figura A.1 – Situação de referência para a determinação das classes de quantidade de pessoas correspondentes às distâncias proxémicas de Hall	182
Figura A.2 – Imagem de partida para o inquérito, praça de 20m x 20m (densidade de aproximadamente 0,32 pessoas/m ²).....	193
Figura A.3 – Limiar de separação de situações de uso muito reduzido e pouco intenso (0,02 pessoas/m ²)	196
Figura A.4 – Limiar de separação de situações de uso pouco intenso e intenso (0,08 pessoas/m ²)	196
Figura A.5 – Limiar de separação de situações de uso intenso e concentrações de pessoas (0,2 pessoas/m ²).....	196

Índice de Equações

Equação A.1 – Quantidade de pessoas na rua correspondente a referenciais de fluxo pedonal da rua (método empírico A)	176
Equação A.2 – Quantidade de pessoas na rua correspondente a referenciais de fluxo pedonal da rua (método empírico B)	179
Equação A.3 – Áreas correspondentes às distâncias de Hall, em m ² /pessoa.....	182

Glossário de termos e abreviaturas

HCM 2000 – Highway Capacity Manual 2000

PDM – Plano Director Municipal

PP – Plano de Pormenor

PU – Plano de Urbanização

1. Introdução

1.1. Problemática e objectivos

A crítica aos excessos do urbanismo funcionalista, inaugurada na segunda metade do século XX por nomes como Jane Jacobs, constitui, simultaneamente, o momento fundador de um vasto conjunto de pensamento, oriundo tanto da academia como da *praxis*, que dá conta do impacto das profundas reconfigurações dos territórios urbanos e das sociedades contemporâneas nas dinâmicas de utilização dos espaços públicos pelos indivíduos. Esta “narrativa de perda” em torno de uma alegada crise do espaço e vida públicos (Banerjee, 2001) já não é, exclusivamente, uma crítica ao funcionalismo modernista, tendo alargado o âmbito da sua reflexão, também em consonância com a própria evolução de territórios e sociedades, versando a forma e função dos espaços, as suas dinâmicas de utilização e práticas de gestão.

Esta narrativa assinala a diminuição da relevância do espaço público enquanto esfera de formação e inculcação política, cívica e de sociabilidade, simultânea a práticas de concepção e gestão que redundam num vasto leque de fenómenos descrito por termos como vialidade, homogeneização, privatização, estetização, comodificação, segregação, abandono, festivalização, entre tantos outros.

Central a muito deste debate é a questão da utilização dos espaços, contexto no qual surge, com alguma frequência, o termo animação, por vezes dando conta de uma vitalidade da utilização dos espaços, outras ilustrando formas de actuação sobre os espaços e, ainda, como objectivo de determinadas intervenções em espaço público.

Animação é, por conseguinte, um termo polissémico, teor este que é reconhecido explicitamente num dos raros esforços de definição do conceito: Merlin e Choay, numa entrada de dicionário relativa ao termo, definem-na sucintamente como «acção de animar, de dar vida» (1988: 40), para logo de seguida lhe acrescentarem um significado corrente e simultâneo de «intensidade da vida social e das suas manifestações num aglomerado». A animação contém, por conseguinte, uma dupla acepção: animação enquanto acto, acção de animar e de dar vida, e enquanto estado, intensidade da vida social e das suas manifestações.

O estado de animação de um espaço dependerá sobretudo da natureza e do número de funções que alberga e dos modos de circulação que aí se desenvolvam, elementos que poderão conhecer grandes variações em função da altura do dia (*ibid.*) É deste entendimento do estado de animação de um espaço como algo primariamente dependente da geografia funcional do espaço que subjazeu a muita da intervenção de urbanistas desde a era industrial, através da construção e introdução de equipamentos e redes susceptíveis de criar ou aumentar a animação de um lugar. A acção de animação dos espaços mantém, por conseguinte, uma relação estreita com a administração urbanística.

Porém, no contexto do pós-guerra, e sobretudo em França, “animação” ganha um novo sentido de «estimulação de actividades e relações sociais» (*ibid.*: 40) nos grandes conjuntos monofuncionais e nas

idades novas, onde se assistia a fortes processos de deterioração da vida social. A animação passa a ser, assim, uma profissão, que se tem vindo a desvincular progressivamente desta filiação estrita na esfera da política social. Um entendimento da profissão do animador orientado por objectivos no domínio sociocomunitário em áreas problemáticas é necessariamente cerceado pela circunscrição da presente investigação aos espaços públicos. Ainda que a mitigação de conflitos e de desigualdades sociais e a forja de identificações comunitárias se repercutam necessariamente nos espaços públicos, a animação destes últimos como *métier* específico será sobretudo entendida enquanto promoção de eventos ou ocorrências singulares, as mais das vezes de cariz cultural e recreativo, as quais não terão necessariamente uma relação com o estímulo de relações sociais ou com um reforço da urdimenta comunitária.

A animação do espaço público surge, pela sua dupla acepção e abrangência, como uma égide potencialmente interessante sob a qual concertar uma actuação sobre os espaços públicos que vise explicitamente as dinâmicas de utilização dos mesmos. A imprecisão dos seus contornos, compreensível face ao lugar secundário que ocupa nos discursos sobre o espaço público, levanta obstáculos à sua constituição como domínio de actuação das entidades com competências na concepção e gestão dos espaços públicos e à formulação de políticas que a visem explicitamente. Dos vários níveis da administração pública, os municípios serão o órgão mais adequado para a prossecução de esforços neste âmbito, pelas competências que detêm no ordenamento do território municipal.

Nesse sentido, a presente investigação parte da constatação das limitações decorrentes desta imprecisão do conceito e, assumindo que a animação do espaço público constitui uma preocupação legítima dos responsáveis pela sua concepção e gestão, **procura delimitar o campo de actuação dos municípios no domínio da animação do espaço público**, enquanto estado, acção administrativa urbanística e cultural e recreativa.

Este objectivo concretiza-se em **três perguntas de investigação**:

- O que é um espaço público animado?
- De que forma é que a administração urbanística pode contribuir para a animação dos espaços públicos?
- De que forma é que a organização de eventos ou ocorrências específicas pode contribuir para a animação dos espaços públicos?

A metodologia seguida para dar resposta a este objectivo e correspondentes questões de investigação será o objecto do próximo ponto.

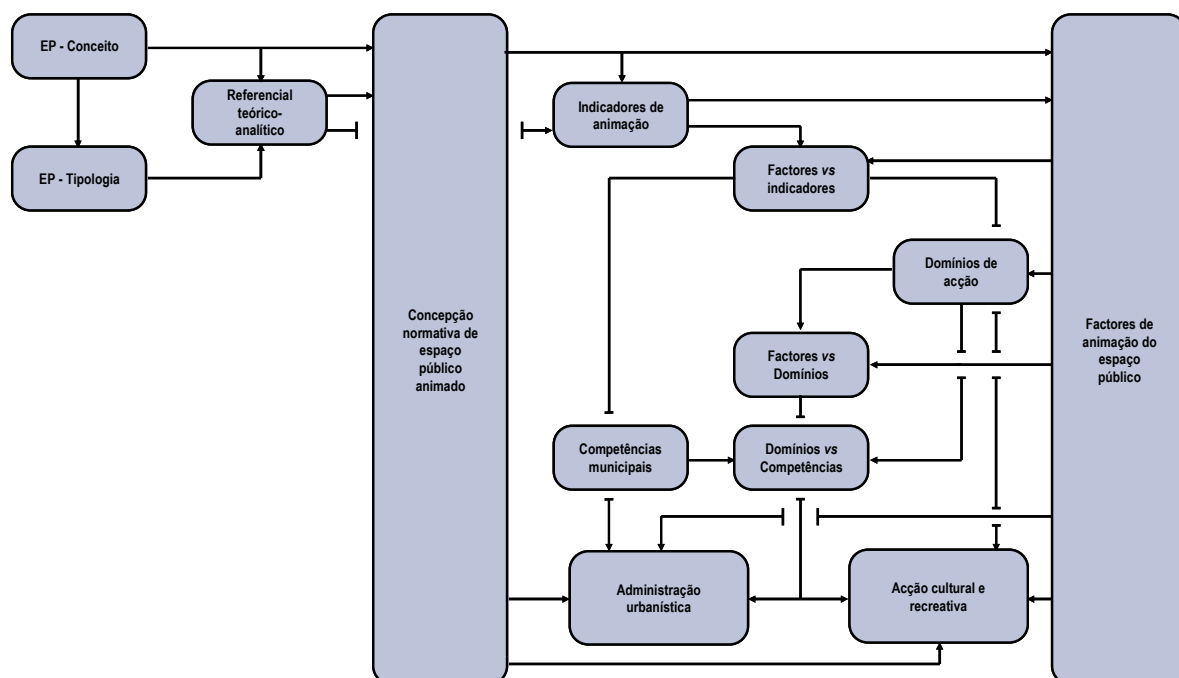
1.2. Metodologia e conteúdo do trabalho

A introdução das três questões determina a existência de dois momentos-chave na investigação, em torno e função dos quais esta se estrutura. O primeiro consiste na resposta à questão “o que é um espaço público animado?” e o segundo na identificação dos factores que potenciam a existência de espaços públicos animados, necessária para a aferição das formas como a administração urbanística e a organização de ocorrências específicas se podem constituir como acções de animação do espaço.

A Figura 1.1 sintetiza a metodologia seguida ao longo deste trabalho e nela se realça a relevância dos dois supracitados momentos. O esquema coincide com a organização do índice do trabalho, motivo pelo qual a descrição da metodologia e a apresentação do conteúdo do documento serão feitas em simultâneo.

A metodologia seguida, para além de se sujeitar, naturalmente, às exigências impostas pelas questões carecendo de resposta, procurou, igualmente, um grau de explicitação e concretização das questões debatidas razoavelmente detalhado, pelo facto de esta dissertação se assumir como um esforço de investigação que visa alimentar o trabalho das administrações municipais. Creio que, para tal, é necessário um constante esforço de esclarecer os caminhos possíveis à operacionalização, em âmbito institucional, das questões que aqui são alvo de debate.

Figura 1.1 – Metodologia



Na medida em que consiste na «intensidade da vida social e das suas manifestações», o ponto de partida para a definição de espaço público animado foi o de situá-la no domínio da utilização dos espaços – um espaço público animado é um espaço público que é utilizado de determinada(s) maneira(s). Por conseguinte, a resposta à questão implicará sempre um determinado grau de discricionariedade, na medida em que não há solução taxativa para a pergunta.

Assumi, por conseguinte, que a definição de espaço público animado consistiria no explanar de uma **concepção normativa** do conceito. No entanto, assentar a resposta no domínio normativo, não significa – antes pelo contrário – que prescindia de uma fundamentação teórica da opção tomada e que esta seja, o mais possível, traduzível em aspectos concretos referentes à utilização dos espaços públicos. Nesse sentido, a preparação da resposta à questão passou pela construção de um referencial teórico-analítico sobre a utilização dos espaços, que pressupôs, claro está, um momento inicial de definição do objecto de estudo, ou seja, do conceito de espaço público.

Assim sendo, a esta introdução seguem-se dois capítulos que visam delinear o quadro conceptual no qual a investigação manobrará. O **segundo capítulo** debruça-se sobre o **espaço público**, subdividindo-se em dois momentos distintos. O primeiro, relativo ao **conceito**, procura não só defini-lo, no sentido de delimitar o objecto de estudo, mas também de o problematizar, buscando desde logo pistas que possam informar a posterior concepção normativa de espaço público animado. O conceito de espaço público é, então, discutido tanto nas suas conotações descritivas como nas normativas, respectivamente o conceito de espaço público enquanto facto físico e o conceito de “bom espaço público”. Assenta, portanto, numa revisão bibliográfica.

No segundo subcapítulo busco a construção de uma **tipologia** de espaço público, em função da definição anteriormente adoptada, que permita identificar tipos de espaço com vocações distintas do ponto de vista das dinâmicas de utilização que albergarão de forma mais salutar. Esta tipologia será, subsequentemente, alvo de uso muito restrito; no entanto, ela surge sobretudo com o propósito de sugerir uma possibilidade de sistematizar a análise e/ou propostas relativas à animação do espaço público no seio da actuação municipal. A base para a construção desta tipologia é, também, uma revisão bibliográfica.

No **capítulo três**, procedo, então, à construção do **referencial teórico-analítico**, que se estrutura em torno de **três noções básicas**, a que correspondem outros tantos subcapítulos: a de **presença de pessoas, de actividades e a de vivência**, que se subdivide, por seu turno, em acções dos indivíduos, actividades organizadas (na forma como se relacionam com o espaço público) e as interacções entre todos estes elementos. O referencial, mais do que descritivo, numa lógica de levantamento, surge como um esquema interpretativo, podendo, ou não, contemplar uma análise que se aproxime da figura do levantamento. Assim, mais do que enumerar os usos e seus protagonistas, as características dos espaços e as actividades que aí se desenrolam, o objectivo do referencial é o de apresentar categorias,

quando possível, ou recomendações sobre a interpretação de todos estes aspectos em função daquilo que possibilitam e representam para a ambiência e vivência nos espaços.

As orientações interpretativas e as categorias construídas pelo referencial reportam-se, naturalmente, ao conceito de espaço público adoptado e são influenciadas pelas conotações normativas do termo anteriormente discutidas. O referencial assume, igualmente, que deverá variar em função do tipo de espaço em análise, ainda que só o faça, e de forma algo limitada, relativamente à presença de pessoas. A sua construção socorre-se de bibliografia para justificar e/ou problematizar algumas opções, mas, dada a escassez de exercícios análogos a este, assume-se como um exercício relativamente autónomo e individual.

Exposto o quadro conceptual de base, a dissertação prossegue com a abordagem da **animação do espaço público como estado, no capítulo quarto**, que se assume, de facto, como o capítulo mais relevante de toda a investigação, na medida em que contém os dois momentos-chave anteriormente referidos.

No **primeiro dos subcapítulos**, procedo à já mencionada definição da **concepção normativa de espaço público animado**. Orientada pelas principais problemáticas identificadas na discussão do conceito de espaço público e na construção do referencial teórico-analítico, esta concepção assenta em quatro parâmetros – a saber, urbanidade, publicidade, convivialidade e agradabilidade –, cuja definição é apoiada em bibliografia, e revelar-se-á a figura orientadora do restante trabalho desenvolvido.

No **segundo subcapítulo**, apresento um conjunto de **indicadores de animação do espaço público**, que relacionam explicitamente a concepção normativa com o referencial teórico-analítico. A opção pela construção destes indicadores é, em primeiro lugar, instrumental para a prossecução do trabalho, na medida em que permite sistematizar os aspectos da utilização dos espaços públicos implicados pelo conceito de espaço público animado para os quais se deverão procurar factores influenciadores. E, em segundo lugar, detém o já mencionado teor ilustrativo daquilo que creio que deve ser o esforço de concretização dos constructos teóricos em trabalhos de investigação aplicada à actuação da administração pública.

Os **factores de animação**, características dos espaços públicos (numa acepção relacional, incluindo as interacções que no seu seio se desenrolam) que fomentem estados de animação do mesmo, são o tema do **terceiro subcapítulo**. A sua identificação passou sobretudo pelo confronto de uma revisão bibliográfica com a concepção normativa de espaço público animado, que, por vezes, justificou a identificação de factores não referenciados com particular veemência pela literatura, culminando numa sistematização em dez factores distintos, ainda que com inter-relações entre si.

Os factores de animação são o instrumento que permite passar da acepção de animação como estado para a delimitação das acções de animação. O **quarto subcapítulo**, ao debruçar-se sobre a **relação entre factores, indicadores e acções municipais de animação do espaço público** visa, precisamente, explicitar a forma como essa transição foi feita. A relação entre factores de animação do espaço público e

indicadores da mesma permite sistematizar os mecanismos “causais” operando no espaço público, assim sintetizando a forma como os factores podem influenciar a animação do espaço público, particularizando os indicadores afectados pelo factor em causa. A sistematização da relação entre factores de animação do espaço público e os distintos domínios de acção municipal neste âmbito, por seu turno, procura começar a delimitar, com maior precisão, o campo de actuação municipal na animação do espaço público. Os quatro domínios de acção municipal de animação do espaço público foram identificados em função do teor dos factores de animação do espaço público, onde se depreendia que as “causas” da animação se enquadrariam em “escalas” distintas, às quais correspondem domínios de acção municipal, também eles, distintos.

Delimitado o campo de actuação municipal na animação do espaço público, ao relacionar-se domínios de acção com factores de animação, por sua vez relacionados com os indicadores caracterizadores de um espaço público animado, o **quinto capítulo**, de teor assumidamente exploratório, visando a identificação de pistas para uma investigação futura, busca averiguar o contorno de eventuais **acções municipais de animação do espaço público**, retomando não só o subcapítulo precedente e as recomendações de actuação tecidas aquando da apresentação dos factores de animação, mas também confrontando-as com as competências legalmente atribuídas aos municípios.

O capítulo inicia-se com uma sistematização das competências municipais definidas no diploma legal respectivo, que são, posteriormente, confrontadas com os domínios de acção municipal. Assim, alcança-se uma imagem clara de como se materializam os domínios de acção municipal em função dos contextos e instrumentos aplicados, o que permite compreender melhor o fôlego que uma eventual política municipal de animação do espaço público pode ter.

Os **segundo e terceiro subcapítulos**, dedicados, respectivamente à administração urbanística e à acção cultural e recreativa, procuram sintetizar o alcance potencial e as recomendações, identificando pontos de tensão entre a acção de animação e demais agentes e sectores da administração, gizando aquelas que deverão ser as linhas de actuação dos municípios em cada um dos domínios.

A dissertação termina com as devidas **conclusões**, onde procedo a uma síntese do trabalho desenvolvido, dando particular ênfase às suas limitações e a possíveis desenvolvimentos futuros.

2. Espaço Público

2.1. Conceito

Public space is what William Connolly has called an 'essentially contested concept'. It is internally complex, enables a variety of interpretations in different domains, and has both normative as well as descriptive connotations.

Kohn (2008: 480)

No presente capítulo procedo à definição do conceito de espaço público, no sentido de delimitar o objecto de estudo deste trabalho, organizada primariamente em torno das «conotações descritivas» do termo. Paralelamente à sua definição, o conceito será problematizado, fazendo eco de muito do debate que em seu torno se tem estruturado, denotando já as «conotações normativas» que o conceito de animação do espaço público exige explicitadas.

Na literatura produzida pelo urbanismo e por disciplinas conexas, a noção de espaço público utilizada remete, a maior parte das vezes, para entidades físicas concretas. No entanto, sob o aparente consenso em redor desta noção, jazem múltiplas interpretações do que constitui um espaço (físico) público e, inclusivamente, conceptualizações do termo que não envolvem entidades materiais, entendendo-o antes como um espaço imaterial, adjacente e por vezes sobreposto a conceitos como o de esfera, domínio e vida públicos (Staeheli e Mitchell, 2007). Esta concepção desmaterializada do espaço público reflecte a crescente contaminação das ciências do território por conceitos e teorizações oriundas do domínio da filosofia e outras ciências humanas, que acentuam o papel da teoria (sobretudo na sua dimensão crítica) na produção científica contemporânea. A polissemia do termo pode ser, também, atribuída a diferentes entendimentos das noções de “público” e de “privado”, resultando em distintos posicionamentos da fronteira que as separa. A toda esta variabilidade há, finalmente, que acrescentar distintos enfoques e programas de investigação, que realçam distintos aspectos dos espaços e da vida no seu seio, ainda que haja consonâncias terminológicas¹.

Figura central no alargamento semântico do conceito rumo à imaterialidade é Jürgen Habermas. É graças à sua análise da formação de uma esfera pública na sociedade burguesa dos séculos XVII e XVIII que o conceito passa a significar, também, «o processo ao longo do qual o público constituído por indivíduos que usam a sua razão se apropria da esfera pública controlada pela autoridade e a transforma numa esfera onde a crítica se exerce contra o poder do Estado» (AA. VV., 2007: 3), associado a um domínio de debate racional e crítico, distinto do do estado e da família, no qual se poderia formar uma opinião pública (Kohn, 2008).

¹ Some-se ainda a literatura proveniente de outras disciplinas, tais como a Administração Pública, Ciência Política, Ciências da Comunicação..., em torno do termo, com variadas conotações.

Esta esfera pública burguesa, assumidamente um modelo idealizado, desenvolver-se-á principalmente em espaços como cafés e salões, espaços colectivos, de democracia associativa, mas não públicos. Apesar deste aparente paradoxo, Habermas atribui a formação desta esfera a uma necessária distinção entre domínios público e privado: o debate público racional e crítico só é possível porque os indivíduos detinham a possibilidade de desenvolver visões distintas sobre os temas em privado (Kohn, 2008).

É a partir desta especificidade histórica e social da formação da esfera pública que vários autores questionam a verdadeira “publicidade” deste espaço público imaterial, na medida em que reflecte comportamentos e ideologias de uma elite (burguesa) em ascensão (Iveson, 1998).

Hannah Arendt alarga o espaço/esfera pública de Habermas, lugar de formação de uma opinião, para um domínio público que não é exclusivamente discursivo, mas também lugar de real acção política, colectiva. (Neal, 2010)

É difícil associar ao pensamento de Habermas implicações espaciais específicas para o espaço público (Crang, 2000), assim como ao de Arendt. Por isso, não creio que seja particularmente frutuoso aprofundar este tema, para além de reforçar a associação que se pode estabelecer entre a noção de espaço público e uma acção politizada. A associação, evocativa do seu poder simbólico, dos espaços públicos à própria noção de democracia e acção colectiva é transversal a muita da literatura sobre o assunto, e é ela que está na base dos lamentos relativos à deterioração das modalidades da vida pública, profundamente transformadas por dinâmicas privatizadoras (Neal 2010).

Alguns autores (Deutsche, 1996; Tassin, 1991), no entanto, salientam que a acção colectiva sobre um espaço não será, necessariamente, garante da sua publicidade, enquanto espaço político e democrático, ao oporem a noção de comunidade à de publicidade. O espaço comunitário é um espaço apropriado, homogéneo, essencialmente distinto da heterogeneidade e da indefinição existente no âmago de um espaço verdadeiramente democrático e, consequentemente, público.

Estas incursões em domínios teóricos algo distanciados do Ordenamento do Território não irão contribuir explicitamente para o conceito de espaço público adoptado, como se verá adiante, mas contribuirão para a delimitação do âmbito da investigação. Servem, também, de alerta para as possíveis consequências das práticas de gestão do espaço público, em particular quando se fala de programação de actividades que os ocuparão, na medida em que poderão, eventualmente, excluir utilizadores e/ou actividades do seu seio, ferindo-os, dessa forma, na sua própria publicidade. Ou, por outro lado, se o que se procura activamente é a forja de uma apropriação comunitária, deverá ter-se em conta o que isso poderá implicar em termos de (não) acesso por parte de indivíduos não pertencentes a essa comunidade. De qualquer das formas, a questão da compatibilização de usos e utentes é, portanto, fundamental quando se delineia uma política de gestão dos espaços públicos de um território.

Mas, dizia, ainda que se assuma a sua materialidade, existem diferentes entendimentos do que constitui (ou não) um espaço público. A proposta conceptual de Kohn (2008), onde o espaço público é visto como um contínuo existente em três eixos sobreponíveis – propriedade, acessibilidade e intersubjectividade –

constitui um ponto de partida para a discussão conceptual do termo, na medida em que a publicidade (*publicness*) surge não como estatuto de um determinado lugar, mas como uma característica que este pode deter em maior ou menor grau. Esta noção introduz a flexibilidade necessária ao exercício de conceptualização que se seguirá, ao afastar o carácter público de um espaço da alçada estrita da norma estatutária, libertando-o para albergar características que se estendem a dinâmicas de uso e apropriação do mesmo – não somente rótulo e contentor, mas também conteúdo. Não sendo “público” um estatuto, antes atributo, cria-se margem para a definição de fronteira, limiar, a partir da qual se considerará um espaço “suficientemente público” para ser enquadrável por esta investigação.

Uma acessibilidade “máxima” existiria, no meu entender, num espaço a que todas as pessoas tivessem acesso, independentemente da hora do dia, e passível de uso irrestrito e total liberdade de movimentos e acção. Restrições a esta acessibilidade máxima incluem acesso vedado ou dificultado a determinadas franjas da população, limitações (integrais ou parciais) no usufruto dos espaços em determinadas alturas (por exemplo, à noite), inibição de determinados comportamentos ou até mesmo de presença de certos grupos em espaços fortemente apropriados por conjuntos restritos da população, e condenação e/ou interdição de determinados usos (*vide*, a título de exemplo, os trabalhos de Banerjee, 2001; Malone, 2002; Menezes, 2005; Sacadura, 2005; e Sibalis, 2004) – trata-se, no fundo, de delimitar os usos que são considerados “públicos” e que, consequentemente, são passíveis de ocorrer nestes espaços. Muitas destas restrições são activamente implementadas pelas autoridades responsáveis com base numa argumentação que visa compatibilizar os interesses e bem-estar de distintas franjas da população/utentes dos espaços. Este eixo da acessibilidade transforma a discussão em torno do conceito de “público”, na medida em que este passa a ser interpretado também como substantivo – *quem* é o “público” a quem é concedido o acesso a determinado espaço?

A questão da propriedade, quando associada ao cariz público de um dado espaço, implica, normalmente, concepções de “público” como posse do Estado. No entanto, a propriedade estatal não garante, necessariamente, um acesso irrestrito aos espaços em questão – pense-se em edifícios públicos, áreas militares, entre outras. Não obstante, o «princípio da propriedade possibilita e constrange a acessibilidade²» e tem consequências políticas, criando a presunção legal de permitir actividades políticas, quando compatíveis com as características físicas e dinâmicas de utilização dos espaços (Kohn 2008: 481). Inversamente, o facto de um espaço ser, efectivamente, propriedade de privados, não significa que não seja acessível. Por exemplo, Whyte (1990) refere como os espaços públicos construídos e mantidos por privados em Nova Iorque como contrapartida em actos de licenciamento

² Tanto esta relação entre a propriedade e acessibilidade como a noção de “acessibilidade máxima” que acima defendi podem ser relacionadas com a teorização de Low (2002, *apud* Haskins e DeRose 2003) que associa a publicidade de um espaço a cinco tipos de direitos espaciais, desde o limiar mínimo do acesso (enquanto capacidade de entrar e permanecer num espaço) até à posse do mesmo, derradeira forma de controlo. Uma maior explicitação da definição de Low é apresentada na Tabela 2.1. Carr *et al.* (1993) abordam igualmente a questão dos direitos no espaço público, adoptando gradiente análogo ao de Low, inspirado directamente na obra de Kevin Lynch.

estão contratualmente obrigados a permitir o acesso livre a todos os cidadãos. No entanto, há autores que defendem que a generalidade dos espaços privados de acesso genericamente incondicionado não são verdadeiramente públicos por haver sempre a possibilidade, por parte dos proprietários, de imposição de regras de conduta e de negação de acesso a determinados indivíduos. Daí que os desiguem, antes, de espaços de fruição colectiva.

Por fim, o eixo da intersubjectividade, no seu pólo máximo, tomaria forma em espaços promotores activos da interacção entre indivíduos, independentemente de prévios laços pessoais. Denote-se que este eixo da intersubjectividade não implica a geração de dinâmicas de apropriação dos espaços por segmentos da população, enfatizando, ao invés, precisamente a interacção entre indivíduos sem laços prévios.

Um espaço público detido pelo Estado, acessível com poucas restrições e que encoraje a interacção entre indivíduos, mesmo aqueles que não se conhecem anteriormente, constitui, então, expoente máximo de publicidade³

Mas a assunção de que esta noção de espaço público é exemplar e de que não corresponde à maioria dos espaços reais (que se situarão, antes, algures nesse contínuo) implica regressar, então, à questão do limiar, da fronteira: quão “público” terá que ser um espaço para que eu o considere nesta investigação. No sentido de fornecer termo comparativo que permita decisão o mais razoável possível, compilei as definições (quando explícitas) e concepções (se implícitas) de espaço público presentes em alguma da bibliografia consultada, sem pretensão de exaustividade, ressaltando a importância e “grau” atribuídos a cada um dos três eixos de Kohn, patente na Tabela 2.1.

Tabela 2.1 – Resenha bibliográfica: definições de Espaço Público

AUTOR	DEFINIÇÃO	ACESSIBILIDADE	PROPRIEDADE	INTERSUBJECTIVIDADE	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Favacchio (2002)	Espaços não edificadas da cidade, promovidos e geridos pelo poder público e usufruídos por toda a população	Contemplada.	Estatal.	Não referida.	-
AA. VV. (2007)	O conjunto dos espaços de passagem e de reunião que estão à disposição de todos.	Integra definição – “à disposição de todos”.	Não referida.	Não referida.	-

³ Curiosamente, Kohn (2008) assume que praças e parques, exemplos de espaços públicos paradigmáticos, constituem espaços exemplares, de acordo com estes critérios. Pessoalmente, coloco sérias reservas à adopção de tal juízo, que me parece de formulação excessivamente leviana. Basta percorrer alguma da literatura em torno do tema para se encontrar exemplos de praças e parques que, não obstante um pressuposto de acesso livre, são palco de dinâmicas de privatização e segregação espacial, inibindo a utilização dos espaços por alguns segmentos da população. Outros argumentos/conjecturas poderiam ser levantados, por exemplo, quanto à potenciação da intersubjectividade por parte de muitos destes espaços. Ainda assim, concordo parcialmente com Kohn, no sentido de que serão estes espaços públicos paradigmáticos os que mais se aproximam da figura teórica do espaço público exemplar (e que, em alguns casos, a alcançam).

Tabela 2.1 – Resenha bibliográfica: definições de Espaço Público (continuação)

AUTOR	DEFINIÇÃO	ACESSIBILIDADE	PROPRIEDADE	INTERSUBJECTIVIDADE	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Brandão (2003)	Espaço comum, não privado.	A ideia de “espaço comum” remete para uma acessibilidade generalizada.	Estatal.	Não referida.	-
Coelho (2005)	Não definido explicitamente, mas concepção tradicional presente é clara: espaços comuns, abertos, estatais.	Não referida explicitamente, mas referências a “diversificação de vizinhanças” demonstram sensibilidade relativamente às diferentes procuras no espaço público.	Pressupõe-se estatal.	Relevância dada, sobretudo em questões de apropriação do espaço e comunitárias.	-
Neal (2010)	Todas as áreas abertas e acessíveis a todos os membros do público de uma sociedade, em princípio, mas não necessariamente na prática.	Afirma que a publicidade de um espaço decorre primariamente da sua ‘abertura’ (<i>openness</i>): liberdade de entrada e acessibilidade, sendo que esta pode ser limitada quer por definições redutoras de quem constitui o “público” e por imposição de barreiras (físicas, culturais...).	A propriedade estatal não constitui condição <i>sine qua non</i> para a afirmação da publicidade de um espaço.	Acaba por ser o âmago da definição apresentada, pois «qualquer área física ou virtual onde indivíduos e grupos possam interagir é, potencialmente, um espaço público».	Não apresenta definição com propósito operativo, antes uma discussão conceptual. Daí a amplitude da noção de “espaço público” utilizada que refere, inclusivamente, o alargamento às esferas virtual (Internet e afins) e imaterial (na senda de Habermas e Arendt).
Malone (2002)	Não define taxativamente, mas concepção implícita é a de espaço comum aberto.	Central na sua concepção, uma vez que o artigo se debruça, precisamente, sob a exclusão de jovens dos espaços públicos, mas assume que não há nem nunca houve espaços de acessibilidade verdadeiramente universal.	Ao referir dinâmicas de privatização e controlo do espaço público, depreende-se concepção “inicial” de “público” como estatal.	Também é considerado elemento/função fundamental do (bom) espaço público.	-
Carvalho (2003)	Espaço público, de circulação e estar, pedonal e automóvel, incluindo vias, praças, estacionamento, espaços livres e verdes.	Pressupõe-se acesso livre.	Pressuposta.	Não integra definição, mas visto como qualidade de um “bom” espaço público.	-

Tabela 2.1 – Resenha bibliográfica: definições de Espaço Público (continuação)

AUTOR	DEFINIÇÃO	ACESSIBILIDADE	PROPRIEDADE	INTERSUBJECTIVIDADE	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Crang (2000)	Não definido (não é o objecto da investigação), mas parece haver uma concepção implícita relativamente tradicional, que associa o termo a espaços físicos exteriores.	Implicitamente, pela referência a restrições no acesso a espaços públicos, depreende-se concepção de espaço público exemplar que implica acesso livre e irrestrito.	Não aborda directamente a questão, mas assume que espaço colectivo não significa, de todo, o mesmo que espaço público.	A referência às noções Habermasianas indica consciência da inextricável relação entre espaço público e vida pública. No entanto, não sobrepõe as duas noções nem as coloca em estrita dependência mútua. Referência a obras sobre a desadequação de espaços públicos das novas periferias (e à homogeneidade socio-cultural destas) revelam também a associação entre (bom) espaço público, vida pública, intersubjectividade e diversidade.	Os espaços interactivos virtuais (esferas públicas?) replicam, graficamente, espaços públicos “tradicionais”, o que demonstra a associação forte existente entre esses espaços e a noção de uma vida/esfera pública, de fórum.
Carmona <i>et al.</i> (2008) – definição ampla	Todas as partes do ambiente natural e construído, públicas e privadas, internas e externas, urbanas e rurais, às quais o público tem acesso livre, mas não necessariamente irrestrito. Inclui todas as ruas, praças e outros caminhos de serventia pública, seja em áreas de usos predominantemente residenciais, comerciais ou comunitários/cívicos; espaços abertos e parques; zonas rurais (campos abertos); os espaços ‘públicos/privados’ externos ou internos aos quais o público tem acesso, mas onde o comportamento é controlado (centros comerciais, estações de comboio, autocarros); e os interiores de edifícios públicos e cívicos de relevo, como igrejas, bibliotecas, paços concelhios...	Incluída, mas não é necessariamente “total” – «acesso livre, mas não necessariamente irrestrito».	Não pressupõe propriedade estatal.	Discussão posterior manifesta valorização da intersubjectividade, mas esta não integra a definição.	-

Tabela 2.1 – Resenha bibliográfica: definições de Espaço Público (continuação)

AUTOR	DEFINIÇÃO	ACESSIBILIDADE	PROPRIEDADE	INTERSUBJECTIVIDADE	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Carmona <i>et al.</i> (2008) – definição estrita	Todas as partes do ambiente natural e construído às quais o público tem acesso livre. Inclui: todas as ruas, praças e outros caminhos de serventia pública, seja em áreas de usos predominantemente residenciais, comerciais ou comunitários/cívicos; e os espaços ‘públicos/privados’ onde o acesso público é irrestrito, pelo menos durante o dia. Inclui ainda interfaces com espaços privados internos e externos chave e espaços privados aos quais o público tem, normalmente, acesso livre.	Incluída, mas não é necessariamente “total”.	Não pressupõe propriedade estatal.	Discussão posterior manifesta valorização da intersubjectividade, mas esta não integra a definição.	
Francisco <i>et al.</i> (2008)	Não definido, apenas qualificado. Concepção implícita é “tradicional”: espaço exterior, aberto, não privado.	Não afirma a acessibilidade como elemento definidor de “público”, mas como caracterizadora de um “bom” espaço público.	Assumpção de “público” como “estatal”.	Não afirma a intersubjectividade como elemento definidor de “público”, mas como caracterizadora de um “bom” espaço público, nomeadamente no seu papel na forja de dinâmicas comunitárias.	-
Jayne <i>et al.</i> (2006)	Não definido, mas depreende-se concepção tradicional – espaços comuns exteriores.	Valorizada e assumida como característica de um espaço público, na medida em que artigo se debruça, entre outras, sobre questões de decoro e comportamentos aceitáveis nos espaços públicos, na sua relação com o consumo de álcool.	Não refere directamente. Concepção tradicional sugere associação de “público” com “estatal”, mas referência a dinâmicas de privatização e controlo do espaço público podem significar que esta não é condição necessária.	A alusão a práticas de sociabilidade no espaço público associadas ao consumo de álcool revela reconhecimento da importância da função intersubjectiva destes espaços.	-
Whyte (1990)	Não define espaço público, mas o objecto da sua investigação são espaços abertos comuns – praças, ruas, parques.	Bastante relevante enquanto característica de um “bom” espaço público.	Não é relevante, compreensível dada a realidade estudada (Nova Iorque).	Bastante relevante enquanto característica de um “bom” espaço público.	-

Tabela 2.1 – Resenha bibliográfica: definições de Espaço Público (continuação)

AUTOR	DEFINIÇÃO	ACESSIBILIDADE	PROPRIEDADE	INTERSUBJECTIVIDADE	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Banerjee (2001)	Associado a parques, parques infantis, ou sistemas de espaço público que estão obviamente no domínio público. No entanto, nem todos os espaços abertos estão no domínio público, nem todos os espaços públicos são necessariamente abertos (tanto na acepção de ao ar livre como na de acessíveis e gratuitos).	Não é condição necessária a um espaço público («nem todos os espaços públicos são necessariamente abertos (tanto na acepção de ao ar livre como na de acessíveis e gratuitos)»).	Inclui inúmeros espaços não estatais na sua análise, mas não os considera verdadeiramente “públicos”, utilizando expressões como «espaços públicos privatizados», «espaços privados publicitados», “espaços pseudo-públicos», «presunção de publicidade», «ilusão de espaço público»...	Elemento bastante relevante, dadas as recomendações finais do artigo, onde se sugere que o planeamento deve concentrar-se na “vida pública” e na promoção da “convivialidade”.	Não há uma definição taxativa de espaço público e a sua argumentação percorre precisamente a “vida pública” em espaços que não são públicos, na acepção tradicional da palavra. Por isso, é difícil perceber qual a sua definição de espaço público. Mas parece partir de uma concepção tradicional do mesmo, equivalendo-o a espaços «claramente no domínio público».
Low (2002) <i>apud</i> Haskins e DeRose (2003)	«A “publicidade” dos espaços consiste em cinco tipos de direitos espaciais: acesso (o direito de entrar e permanecer num espaço público), liberdade de acção (a possibilidade de levar a cabo actividades no espaço público), reivindicação (a possibilidade de controlar o espaço e os recursos aí existentes), mudança (a capacidade de modificar o ambiente) e posse (a derradeira forma de controlo) (p.165)»	No fundo, é o grau de acessibilidade a um espaço que determina a sua publicidade. Os cinco direitos espaciais são uma gradação na capacidade de intervenção no espaço público por parte do indivíduo, sendo que o direito de entrar e permanecer será o mínimo exigível para que um espaço seja público.	A posse de um espaço é vista como a derradeira forma de controlo de um espaço. Nesse sentido, poderá ver-se a propriedade estatal de um espaço como um controlo partilhado por todos os cidadãos e, consequentemente, como a mais “pública” das propriedades (esta assunção é da minha responsabilidade, não vindo mencionada no artigo).	Não é referida explicitamente.	-

Tabela 2.1 – Resenha bibliográfica: definições de Espaço Público (continuação)

AUTOR	DEFINIÇÃO	ACESSIBILIDADE	PROPRIEDADE	INTERSUBJECTIVIDADE	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Alves (2003)	Concepção que perpassa é a tradicional, embora ênfase seja também posta nos espaços de transição entre público e privado.	Bastante relevante enquanto característica de um “bom” espaço público.	O facto de recorrer a muita bibliografia e exemplos anglo-saxónicos leva à referência a espaços que não são de propriedade estatal. No entanto, no desenvolvimento da sua metodologia, sobretudo quando se refere à situação nacional, parece subentendida a associação de “público” a “estatal”. De qualquer das formas, todo o seu trabalho pressupõe intervenção estatal na concepção e gestão dos espaços públicos.	Relevante enquanto característica de um “bom” espaço público.	-
Bauman (2006)	«O espaço será público sempre que os homens e as mulheres a ele tenham acesso, sendo provável que o usem sem selecção preliminar. Quando não sejam exigidas autorizações, nem haja registo de quem entra e quem sai. » Os bons lugares públicos reconhecem «o valor original e enriquecedor da diversidade e [animam] pessoas que são diferentes a entabularem um diálogo que valha a pena»	É a grande tónica da definição – acessibilidade a todos, ausência de controlo, que permita anonimato.	Não referida.	Ausente da definição inicial (que se centra exclusivamente na acessibilidade e na possibilidade do anonimato), surge na definição do bom espaço público – aquele que promove o contacto («que valha a pena») entre estranhos e diferentes.	-

De uma breve análise da tabela, ressalta que muitos dos autores não se preocupam com uma definição taxativa de espaço público, o que vai ao encontro do constatado por Staeheli e Mitchell (2007) em exercício análogo, ainda que bastante mais profundo e alargado. Nestas concepções implícitas, o espaço público é assumido frequentemente na sua acepção tradicional – a de um espaço aberto e comum –, mas nelas se detectam, igualmente, concepções de espaços públicos ideais, patentes nas críticas feitas a dinâmicas de privatização, práticas exclusionárias e deterioração das dinâmicas de uso e apropriação dos espaços.

O esforço de definição explícita ocorre maioritariamente em exercícios assumidamente do domínio do Ordenamento do Território, na busca de referencial ao qual ajustar a respectiva investigação. Nestas, a definição é eminentemente física e, no caso de autores portugueses, assume-se, maioritariamente,

“público” como estatal (o que já não é evidente nas definições de origem anglo-saxónica, pela própria realidade a que se reportam) e designa exclusivamente espaços abertos comuns.

É, por isso, compreensível não só que empreenda análoga tarefa de definição, mas também que considere a adopção de conceito próximo do de estes autores. Nesse sentido, parece-me referência essencial a definição de Merlin e Choay (1988), adoptada explicitamente por Favacchio (2002) e muito próxima das definições assumidas por outros autores, como por exemplo Carvalho (2003): o espaço público corresponde à parte do domínio público não construída, afecta a usos públicos. O espaço público é, assim, formado por uma propriedade (estatal) e por uma afectação de uso (público – cuja delimitação, controversa, já foi referida por mim anteriormente). Esta noção de espaço público opõe-se à do espaço privado familiar e à do lugar, especializado, de trabalho. Por ser composto por espaços exteriores, opõe-se, no domínio público, aos edifícios, e engloba espaços minerais, plantados e verdes. Estes autores recusam a inclusão de espaços construídos de direito privado na definição, bem como de espaços “intermédios”, nomeadamente “privativos” (espaços de uso particular, sem relação de propriedade com o mesmo) e “colectivos” ou “semi-públicos” (espaços reservados ao uso da vizinhança).

As contingências introduzidas pelos objectivos deste trabalho conduzem à adopção de definição próxima da Merlin e Choay, prescindindo de uma inclusão explícita dos eixos de Kohn.

Conforme afirmei logo no início do capítulo, é no domínio da animação do espaço público que as conotações normativas do conceito de espaço público têm lugar. Como ponto de partida para a investigação, há que reduzir o objecto de estudo à sua concepção mínima, independentemente das dinâmicas de uso instaladas. Ou seja, há que definir espaço público como estrutura física, como espaço exterior, no sentido de livre, aberto, não edificado, opondo-se ao espaço interior, delimitado por paredes e tecto, de um edifício.

O segundo critério a delimitar o conceito é o da propriedade estatal. Apesar de a acessibilidade ser um parâmetro introdutor de «conotações normativas» no raciocínio, estas surgem sobretudo quando se analisa a acessibilidade *de facto* (ou, melhor dizendo, o acesso). No entanto, para delimitar o objecto de estudo, há que se pressupor que o espaço exterior em questão é, à partida, acessível por todos. E, nesse sentido, a propriedade estatal é, provavelmente, o critério que melhor permite presunção de acessibilidade irrestrita, salvo conhecimento prévio que justifique exclusão *a priori* de determinado espaço de eventuais análises. Adicionalmente, tendo em conta que este trabalho pretende situar-se a montante da formulação de políticas públicas de escala urbana/municipal nos domínios da concepção e gestão de espaços, faz sentido que se considerem aqueles que estão explicitamente sob a sua alçada – os de propriedade estatal, portanto.

As fachadas dos edifícios que envolvem estes espaços exteriores são de natureza distinta, constituindo espaços charneira, limiares entre espaço exterior e interior, público e privado. Não sendo um espaço público “propriamente dito”, são componente indissociável deste – são o seu limite, a demarcação visual do seu término, do fim da esfera pública e do início da privada. As próprias características das fachadas têm profunda influência nas dinâmicas de utilização do espaço não edificado, em função da clareza com

que demarcam essa fronteira e, consequentemente, a transição da esfera pública/exterior para a privada/interior.

Similarmente, as funções marginais aos espaços públicos, especialmente as existentes ao nível do rés-do-chão, condicionam, também elas, as dinâmicas da sua fruição. Adicionalmente, as características funcionais dos edifícios que marginam os espaços públicos são determinantes no posicionamento “hierárquico” do espaço.

Uma vez que o espaço público integra esta investigação enquanto arena de sociabilidades e experiências específicas para as quais a estrutura física pode activamente contribuir, estes dois elementos – as fachadas e as funções marginais –, ainda que não sejam espaços públicos em sentido estrito, são indispensáveis à análise e classificação dos mesmos. É nessa óptica que integrarão a presente investigação, sempre que necessário.

Em síntese, assumo, **para os efeitos desta investigação**, que **espaço público** corresponde ao **conjunto dos espaços exteriores de propriedade estatal de acesso livre**.

Ainda que não constituam espaços públicos *stricto sensu*, **as faces visíveis** (fachadas) **dos edifícios circundantes** a estes espaços exteriores **e as funções que albergam serão elemento presente na análise e categorização** de espaços públicos.

Os restantes dois **eixos** avançados por Kohn, o **da intersubjectividade e da acessibilidade**, serão considerados enquanto **qualificadores de um “bom espaço público”** e, nesse sentido, tidos em conta na avaliação das dinâmicas de utilização dos espaços públicos e como efeito desejável de uma política de gestão desses mesmos espaços.

Por fim, ainda que o conceito de espaço público não o determine, **a presente investigação interpelará explicitamente**, no conceito de animação do espaço público como estado adoptado, **os espaços públicos cujas dinâmicas de utilização se aproximam da noção paradigmática de publicidade** apresentada – espaços heterogéneos, indefinidos e não apropriados –, oposta à de comunidade. Esta opção obedece a necessidades de economia de espaço, já que os espaços comunitários albergam dinâmicas de utilização bastante distintas dos públicos, no sentido estrito do termo, requerendo, por conseguinte, uma intervenção igualmente distinta na sua concepção e gestão. Contudo, ao longo do trabalho serão assinaladas as considerações não totalmente aplicáveis a espaços de índole comunitária, sinalizando, assim, os pontos onde a investigação carece de alargamento e complexificação.

2.2. Tipologia

Segue-se uma construção tipológica. Ainda que, na presente investigação, o uso dela feito seja limitado, creio que as tipologias são um instrumento útil no desenho da maioria das políticas públicas. Nesse sentido, a desenvoltura dada à presente construção tipológica pode ser algo excessiva face ao limitado emprego de que é alvo no restante trabalho, mas antecipo-a já como contributo para um eventual exercício político que daqui decorra.

As tipologias de espaços públicos abundam na literatura, mas raramente coincidem. Facto compreensível se se considerar que, por um lado, as próprias definições de espaço público divergem e, consequentemente, também as componentes dos espaços que integrarão essas tipologias. E, por outro, a necessidade de subordinar o desenho tipológico aos objectivos que as encimam. Ora, será por este motivo que, apesar de o conceito por mim adoptado ser bastante próximo do assumido por outros autores, não me deparei com nenhuma tipologia que respondesse aos interesses desta investigação.

Há, então, que construir uma tipologia de espaço público que permita não só distinguir espaços de natureza distinta, dum ponto de vista funcional⁴ (e, consequentemente, com distintos pressupostos relativamente à sua utilização), mas também um refinamento da distinção entre estes com base no seu potencial papel de receptáculos/suportes de animação através de eventos.

Numa primeira abordagem, considere-se que a uma tipologia assente em critérios formais e funcionais, haveria a adicionar duas outras dimensões de análise: “condicionantes físicas”, por exemplo de índole topográfica ou arquitectónica, que interferissem com a elasticidade utilitária do espaço, introduzindo-lhe rigidez, inviabilizando determinadas intervenções e facilitando outras, comprometendo-o; e “posicionamento na cidade”, no sentido de lugar ocupado na hierarquia urbana, grau de centralidade, atractividade, podendo imaginar-se desde já espaços públicos da cidade e espaços públicos locais, do bairro, e, dentre estes, os vicinais e/ou comunitários. Esta noção de posicionamento na cidade inclui, ainda, a própria localização geográfica do espaço, sobretudo enquanto sítio – por exemplo, espaços ribeirinhos.

A questão da dimensão, do tamanho dos espaços, ainda que fundamental para as dinâmicas de sociabilidade que aí se podem instalar e para a eleição de local apropriado para determinado evento (numa óptica que se poderá aproximar das de capacidade de carga ou nível de serviço), não constituiria domínio de análise na definição tipológica. Opção tomada por considerar que a dimensão de um espaço acarreta implicações directas não tanto para o tipo de evento a albergar mas para a sua dimensão, e,

⁴ Ainda que qualificadas de “funcionais”, as tipologias acarretam, naturalmente, distinções formais entre elas. No entanto, pelo facto das diferenças formais entre espaços não decorrerem exclusivamente de diferenças funcionais, a qualificação “formal/funcional” que inicialmente atribuíra aos critérios presidindo à elaboração tipológica foi abandonada em detrimento de “funcional”.

também, por reconhecer dificuldade (até ver desnecessária) na adopção de referenciais que permitam estipular limiares quantitativos que separem distintas subclasses.

Com o intuito de questionar estas iniciais assunções e de encontrar referentes para a eleição dos tipos constituintes desta tipologia, produzi matriz análoga à desenhada para a análise das definições de espaço público, procedendo a semelhante resenha bibliográfica (ver Tabela 2.2). A literatura consultada foi analisada em função dos três supracitados critérios – tipologia funcional, posicionamento na cidade e condicionantes.

Tabela 2.2 – Resenha bibliográfica: construções tipológicas de espaço público

AUTOR	ÂMBITO	CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS (C/ CONSEQ. FORMAIS)	CONDICIONANTES FÍSICAS	POSICIONAMENTO NA CIDADE	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Regional Municipality of Halifax (s.d.)	Tipologia definida num acto de planeamento preciso, num contexto de intervenção no centro da cidade de Halifax, Canadá (cidade consolidada). Dado o universo reduzido de análise, a tipologia é construída indutivamente, a partir dos casos concretos, das ruas da cidade.	O sufixo '-scape' denota a relevância dos aspectos estéticos e formais na tipologia. No entanto, estes surgem na descrição das mesmas e não como factores distintivos. Estes são sobretudo funcionais: cada tipo é definido em função de propósito primário (<i>primary purpose</i>)	Não considerada na concepção da tipologia.	Sendo que os tipos são compostos por ruas específicas, há, naturalmente, uma localização que lhes é inerente. No entanto, esta não entra como critério distintivo, somente nas áreas ribeirinhas.	-
Franklin District Council (2007)	Plano de Aquisição e Desenvolvimento de áreas para espaços abertos/públicos, num contexto de crescimento populacional/urbano.	A tipologia é definida em função de características e objectivos similares dos espaços. As funções incluem actividades preferenciais a desenvolver nos espaços (e.g. desporto), papel na estrutura urbana (e.g. redes de espaços verdes) ou função ambiental (e.g. espaços de drenagem).	Não considerada na concepção da tipologia.	A cada classe é atribuído um "nível", incluindo regional, sub-regional, municipal, local. Alguns tipos são definidos pela sua abrangência territorial (e.g. espaços do bairro) e outros pela sua localização geográfica (e.g. áreas ribeirinhas e/ou costeiras).	Cada "classe" engloba "tipos de espaço".

Tabela 2.2 – Resenha bibliográfica: construções tipológicas de espaço público (continuação)

AUTOR	ÂMBITO	CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS (C/ CONSEQ. FORMAIS)	CONDICIONANTES FÍSICAS	POSICIONAMENTO NA CIDADE	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Francis (2008)	Pretensão de universalidade, embora seja clara a referenciação à realidade norte-americana. Reporta-se exclusivamente a espaços urbanos.	Estão presentes em praticamente todas as categorias, embora não sejam, em todos os casos, os factores distintivos. Principais distinções entre espaços verdes, espaços naturais, praças, ruas (subdivididas em função do trânsito privilegiado). A distinção funcional tanto decorre de usos 'exclusivos' (e.g. um parque infantil) como de usos 'de facto' (e.g. espaços do quotidiano – degraus, esquinas, etc. – que constituem uma categoria à parte por serem informalmente apropriados pela população no dia-a-dia). - Algumas categorias não têm forma precisa, sendo definidas única e exclusivamente por atributos funcionais – por exemplo, os mercados de rua só o são quando o mercado acontece, de facto. No restante tempo, será uma rua, praça, etc.	Não considerada na concepção da tipologia.	Integra a tipologia, na medida em que há espaços formal e funcionalmente semelhantes que se diferenciam tipologicamente pelo seu tamanho e pelo seu posicionamento, sobretudo na oposição espaço comunitário/do bairro <i>versus</i> espaços centrais/da cidade. Por vezes, o próprio sítio integra a tipologia – e.g. frentes ribeirinhas.	Adaptada de Carr, Francis, Rivlin e Carr (1992). Critérios de dupla natureza: uns 'necessários' (o espaço é...) outros tendenciais (<i>frequentemente</i> , o espaço é...) Inclui espaços interiores, também, assim como espaços naturais/selvagens. Propriedade (estatal <i>versus</i> privada) surge frequentemente, às vezes sendo factor de distinção entre categorias, por vezes denotação de tendência. Algumas tipologias não se reportam a espaços isolados mas a redes/sistemas de espaços (e.g. <i>greenways and linear parkways</i>).
Alves (2003)	Ver entrada sobre Francis (2008)	Ver entrada sobre Francis (2008)	Ver entrada sobre Francis (2008)	Ver entrada sobre Francis (2008)	Também bastante próxima da tipologia de Carr <i>et al.</i> (1992), introduzindo ligeiras nuances que procuram aproximá-la da realidade portuguesa. Daí remeter para os comentários feitos a Francis (2008).

Tabela 2.2 – Resenha bibliográfica: construções tipológicas de espaço público (continuação)

AUTOR	ÂMBITO	CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS (C/ CONSEQ. FORMAIS)	CONDICIONANTES FÍSICAS	POSICIONAMENTO NA CIDADE	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Halldin (2004)	Espaços nos interstícios do tecido das tipologias do quotidiano: espaços despretensiosos e indutores.	<p>É a ausência de prescrições funcionais para estes espaços que induz diversas apropriações e resulta na formação de novos espaços auto-organizados.</p> <p>Espaços despretensiosos são espaços residuais ou de desenho ‘fluido’ sem prescrição funcional, que fomentam usos criativos dos espaços públicos. No entanto, nem todos induzem à apropriação.</p> <p>Espaços indutores são aqueles que, pela sua natureza, induzem a paragem, abrandamento ou desvio do percurso inicial dos transeuntes. O factor chave nesta qualidade é a sua capacidade de despertar a curiosidade dos indivíduos.</p>	É precisamente a ‘elasticidade utilitária’ dos espaços, pela ausência de prescrições funcionais e, consequentemente, de desenho formalmente rígido, que confere aos espaços um carácter despretensioso.	Espaços despretensiosos ocorrem mais frequentemente nas periferias ou nas franjas de actividades/espacos.	-
Bell <i>et al.</i> (2006)	<p>Tipologia de pretensão universal para orientar exercício de resenha bibliográfica.</p> <p>A tipologia define um nível de pesquisa primário e um secundário, que particulariza as categorias do primeiro.</p>	<p>Os espaços de superfície impermeabilizada são todos agrupados sob a égide de “espaço público”.</p> <p>As restantes categorias primárias são sobretudo funcionais. As distinções secundárias misturam critérios funcionais, formais, de abrangência territorial e propriedade.</p>	Não considerada na concepção da tipologia.	Surge como factor distintivo em alguns casos do nível secundário.	-

Tabela 2.2 – Resenha bibliográfica: construções tipológicas de espaço público (continuação)

AUTOR	ÂMBITO	CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS (C/ CONSEQ. FORMAIS)	CONDICIONANTES FÍSICAS	POSICIONAMENTO NA CIDADE	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Carmona <i>et al.</i> (2008)	Tipologia de espaços urbanos que inclui áreas tanto públicas como privadas, construída para servir efeitos de gestão dos espaços públicos.	Critérios distintivos são acima de tudo funcionais, combinados com propriedade e percepção dos espaços.	Enquanto obstáculo a potencial uso adicional, não é integrada nas características distintivas dos diferentes tipos.	Enquanto nível numa hierarquia urbana, não é integrada nas características distintivas dos diferentes tipos.	Vinte tipos, de espaços claramente públicos a espaços claramente privados. Quatro macro-categorias: espaços positivos, negativos, ambíguos e privados. Faz resenha bibliográfica de várias outras tipologias de diferentes autores, em função de distintos critérios, desde dinâmicas de utilização dos espaços a critérios funcionais, passando por relações de poder, dinâmicas de exclusão e inclusão nos espaços e carácter físico e morfológico
Coelho e Pedro (1998)	Define tipos de espaços/soluções espaciais e funcionais que integram várias escalas de análise, da envolvente da área residencial à vizinhança próxima à habitação Hierarquia dos critérios que presidem à constituição dos tipos não é perceptível dentro de cada escala.	Os tipos são definidos essencialmente a partir das suas características formais e funcionais.	Não considerada na concepção da tipologia.	Não exactamente posicionamento em hierarquia urbana, antes questão de escala: bairro, vizinhança alargada, vizinhança próxima ... até ao edifício. A lógica multi-escalar também influencia a definição dos tipos, visto que alguns deles são, precisamente, espaços de articulação/ligação entre as diferentes escalas.	

Tabela 2.2 – Resenha bibliográfica: construções tipológicas de espaço público (continuação)

AUTOR	ÂMBITO	CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS (C/ CONSEQ. FORMAIS)	CONDICIONANTES FÍSICAS	POSICIONAMENTO NA CIDADE	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
North Lanarkshire Council (2004)	Documento de orientação estratégica para o sistema de espaços abertos de um município britânico.	<p>Integram tipologia, distinguindo algumas categorias.</p> <p>Ruas, praças e espaços afins constituem uma categoria.</p> <p>Há espaços abertos funcionais, definidos por albergarem função específica. Dentre estes, áreas desportivas e de recreio infantil constituem categorias à parte.</p>	Não considerada na concepção da tipologia.	<p>É particularmente diferenciador entre espaços abertos privados, espaços abertos residenciais e restantes.</p> <p>Corredores marginais às linhas de água e infra-estruturas lineares constituem uma categoria, que se pode sobrepor a outras.</p>	<p>Cada tipo é correspondido ao serviço municipal responsável pela sua gestão, daí que, em alguns casos, categorias que facilmente poderiam ser agregadas, não o sejam.</p> <p>Estatuto legal (áreas protegidas) forma uma categoria à parte.</p> <p>Atribuições do poder público e responsabilidades de gestão são factor caracterizador de alguns tipos.</p> <p>Espaços abandonados e devolutos.</p> <p>Lógica sistémica em algumas categorias.</p>
Maxwan architects and urbanists <i>et al.</i> (2007)	<p>Área de expansão da cidade de Moscovo, planeada de raiz, para albergar mais de 200 000 habitantes.</p> <p>Tipologia de parques.</p>	<p>Ao sistema de parques acrescentam-se outros espaços públicos, apenas referidos neste documento (procurou-se local onde a tipologia fosse mais desenvolvida, mas sem sucesso). As ruas e praças constituem um outro sistema, assim como as linhas de água, naturais e artificiais.</p>	Os espaços verdes acarretam condicionamento à realização de eventos, mas este critério não integra a concepção da tipologia.	Os tipos distinguem-se entre si pela sua dimensão, área de influência e posicionamento na rede urbana. Por exemplo: parques florestais limítrofes, parques regionais, parques urbanos, parques do bairro, parques residenciais e mini-parques, todos referenciados a exemplos da realidade europeia e com referenciais em termos de área estabelecidos.	<p>A relação entre espaço público e a cidade é vista através de três sistemas: a cidade natural, a cidade de lazer e a cidade cultural. Em todas elas, os espaços públicos desempenham um papel fundamental, individualmente e na forma como se articulam entre si, formando redes e estruturas.</p> <p>Às tipologias é atribuído um papel orientador, de referente, que deverá ser pormenorizado e negociado na implementação.</p>

Tabela 2.2 – Resenha bibliográfica: construções tipológicas de espaço público (continuação)

AUTOR	ÂMBITO	CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS (C/ CONSEQ. FORMAIS)	CONDICIONANTES FÍSICAS	POSICIONAMENTO NA CIDADE	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Sá (2010)	Distingue infraestrutura geral de local, centrando-se nesta última.	A tipologia é construída a partir de critérios funcionais, incluindo a sua subdivisão, partindo de elenco de utilizadores privilegiados e conflitos potenciais.	“Espaços residuais” (alguns) têm como função a concordância topográfica.	-	-
Favacchio (2002)	Definição de tipologia para conceito de espaço público bastante próximo do adoptado nesta investigação.	Parte de três grandes classes de espaços – ruas, praças e espaços verdes –, passíveis de subdivisão por critérios de ordem formal e/ou funcional.	Não considerada na concepção da tipologia.	Não considerada na concepção da tipologia.	-
Pedro (1999)	Vizinhança próxima: unidade residencial que se organiza funcional e espacialmente em torno de um espaço exterior, tendencialmente com relações de vizinhança significativas entre moradores e onde as crianças podem encontrar espaços e companheiros de recreio. Estabelece classificação dos espaços constituintes e tipos e tipologias de vizinhanças próximas, numa perspectiva programática e noutra morfológica, sendo que esta última desemboca em tipologias morfológicas parciais. Não se trata, portanto, de tipologia de espaços públicos, apesar de estes a integrarem.	As tipologias morfológicas parciais obedecem, naturalmente, a critérios formais: implantação do edifício, forma do acesso local, número de pisos e número de habitações do edifício. A classificação dos espaços constituintes obedece maioritariamente a critérios funcionais, sendo que os critérios que as distinguem adicionalmente são, ocasionalmente, de índole formal.	Não considerada na concepção da tipologia.	A escala é sempre a mesma – a da unidade residencial – e as tipologias são eminentemente morfológicas, daí que a questão do posicionamento na hierarquia da urbe não seja considerada na formulação de tipos.	-

Tabela 2.2 – Resenha bibliográfica: construções tipológicas de espaço público (continuação)

AUTOR	ÂMBITO	CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS (C/ CONSEQ. FORMAIS)	CONDICIONANTES FÍSICAS	POSICIONAMENTO NA CIDADE	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Simões (2005)	Espaço público urbano	Espaço público agrega duas tipologias: espaços longilíneos que ligam pontos e espaços alargados em que nenhuma das frentes edificadas tem relevância clara e em que a sua hierarquização depende das funções albergadas e/ou da dimensão dos edifícios.	Não considerada na concepção da tipologia.	Assume que os espaços, nomeadamente as praças, têm hierarquias distintas, colocando-as na dependência das funções marginais e da dimensão dos edifícios.	-
Menezes (2005)	Pretensão de aplicabilidade generalizada. Segue tipologia de Carr <i>et al.</i> (1995).	Considera que a classificação de espaços públicos deve primeiro definir a sua especificidade física e urbanística e só depois incluir critérios baseados nas práticas no seu seio. A tipologia de Carr <i>et al.</i> mistura critérios de ordem funcional e formal.	Não considerada na concepção da tipologia.	Integrante, na medida em que um dos tipos corresponde a espaços comunitários.	-

São os critérios funcionais aqueles que mais frequentemente são utilizados na construção tipológica, com especificações adicionais baseadas em aspectos formais e/ou particularismos funcionais (e.g. utilizadores privilegiados). O âmbito dos espaços também surge frequentemente como critério presidindo à elaboração de tipos, assim como, ainda que mais esporadicamente, a sua organização em rede.

O papel das condicionantes físicas não é praticamente contemplado, a não ser quando os espaços não detêm qualquer prescrição funcional e, conseqüentemente, são bastante elásticos dum ponto de vista utilitário⁵.

Foi esta ausência que provocou reflexão conducente à exclusão das condicionantes físicas/elasticidade utilitária do espaço da construção tipológica. Na verdade, o grau de condicionamento introduzido por uma determinada característica de um espaço não é atributo intrínseco ao local, mas antes uma questão decorrente da compatibilização evento-espaço.

⁵ No entanto, é claro que as características formais e físicas dum espaço são determinantes na sua utilização e adequação (ou não) para albergar determinado evento. O que quero frisar aqui é que este critério não é utilizado para a construção/definição de tipos.

Por conseguinte, optei por construir uma tipologia maioritariamente funcional, onde questões formais podem introduzir diferenciações internas às categorias macro, à qual se poderá adicionar um conjunto de atributos e concretizações, relevantes na procura de espaço adequado para determinado tipo de evento, mas que, precisamente por dependerem mais deste aspecto relacional que exclusivamente das características dos espaços públicos, não foram considerados enquanto critérios diferenciadores na elaboração tipológica. Também se poderia alargar a construção tipológica e/ou criar uma lista de atributos com influência na utilização dos espaços. No entanto, tendo em conta que se pretende para este trabalho uma abordagem genérica, o presente nível de desagregação parece suficiente. Os atributos dos espaços com influência na sua utilização serão alvo de atenção específica aquando da abordagem aos factores de animação (capítulo 4.3).

Nesse sentido, e na medida em que permite distinguir espaços que respondem primariamente a solicitações e vocações distintas, a tipologia aqui construída começará, precisamente, por responder a critérios funcionais.

Uma primeira distinção separa vias (ruas) de alargamentos funcionais (na senda de Sá, 2010) e, dentro destes últimos, praças e largos de espaços verdes (Favacchio, 2002), separados à partida por propiciarem usos e vivências distintas. A estas três macro-categorias acrescento duas mais: espaços dedicados, aqueles que, desde a sua concepção, se destinam primariamente a um uso previamente prescrito, e outros espaços, categoria que abarca espaços não contemplados nas anteriores. A Tabela 2.3 sintetiza as principais funções associadas a cada um dos tipos.

Naturalmente, estas categorias macro integram uma variabilidade imensa de (tipos de) espaços, com distintas implicações para a sua animação (como estado e acção). Mantendo ainda a intenção acima enunciada de a uma tipologia genérica adicionar um conjunto de atributos relevantes para o estudo em questão, é possível avançar um refinamento adicional nesta tipologia, baseado, ainda, principalmente em critérios funcionais⁶.

No que concerne às **ruas**, adopto a subdivisão de Sá (2010: 62) em vias segregadas e unitárias que apresentam «configurações várias, que se distinguem pelo grau de formalização dos elementos que a constituem», podendo ser mais ou menos segregadas ou parcial ou totalmente unitárias. Como os próprios nomes indicam, a rua segregada separa formalmente diferentes modos de transporte, enquanto que a rua unitária institui a coabitação de diferentes modos de transporte no espaço rua.

⁶ Como diz Favacchio (2002: 26) a propósito das classes de espaço por si definidas: «no interior ou por intersecção destas classes, podem ser efectuadas subdivisões com base nas singularidades morfológicas que assumem [...] ou com base nas diferenças funcionais [...]».

Tabela 2.3 - Tipos de espaço

TIPO DE ESPAÇO	FUNÇÕES PRIVILEGIADAS
Rua	Variará com as características da rua e com os utilizadores potenciais que privilegia, podendo favorecer a circulação, acesso (predominante em infra-estruturas de claro âmbito local) e, em alguns casos, a própria função estar.
Praça e Largo	Principalmente função estar, ainda que funcionem igualmente como espaços de circulação e acesso.
Espaços Verdes	Principalmente função estar, ainda que a eventual inserção na malha urbana possa implicar razoável circulação.
Espaços Dedicados	“Espaços-equipamento”, aqueles que, ainda que de acesso e usufruto livre, foram concebidos para albergar usos específicos (e.g. parques de estacionamento). Podem estar formalmente associados a outros tipos de espaços.
Outros Espaços	A categoria agrega espaços não contemplados nos tipos anteriores e, por conseguinte, é funcionalmente heterogénea

A estas duas subcategorias, acrescento uma terceira, antecipando já potencial distinto para recepção de eventos de espaço públicos: ruas pedonais (Favacchio, 2002)⁷, encerradas ao tráfego motorizado e providas de elementos complementares ao movimento pedonal e incluindo galerias e passagens cobertas. Alguns autores (como o próprio Favacchio ou Alves, 2003) referem ainda percursos pedonais, constituídos por segmentos da cidade onde se anda a pé, como áreas ribeirinhas ou associadas a antigos passeios públicos. Penso que, a terem relevância na compatibilização com eventos de espaço público, será mais pelo factor dimensão ou localização (junto a áreas de interesse recreativo e/ou paisagístico) que propriamente por uma natureza funcional distinta⁸. Por conseguinte, não considere esta subdivisão adicional nesta construção tipológica (Ver Tabela 2.4).

Tabela 2.4 – Subtipos de rua

TIPO DE ESPAÇO	SUBTIPOS
Rua	Rua Segregada
	Rua Unitária
	Rua Pedonal

Uma subdivisão funcional do tipo **praças e largos** não é particularmente relevante, por todas elas se destinarem, pelo menos parcialmente, a uso pedonal (Alves, 2003; Favacchio, 2002; Sá, 2010). No entanto, é claro que diferenças na presença do automóvel (e na intensidade dessa presença) têm consequências na vivência dos espaços.

⁷ Enquanto que a tipologia de Sá pressupõe ruas de tráfego misto, a de Favacchio considera-as um tipo possível entre outros (pedonais).

⁸ Apenas vislumbro um argumento a favor da sua introdução: a sua lógica linear, em rede, compatível para eventos que se organizem, eles mesmos, ao longo de um percurso.

No entanto, a subdivisão entre praças e (pequenos) largos faz sentido, se se sublinharem as particularidades da vivência introdutoras de diferentes níveis de publicidade⁹. Assim, parto da definição de Alves (2003: 46), da qual a de Sá é herdeira, para os subtipos praça e praça e largo, sublinhando sobretudo as consequências vivenciais nos largos (Tabela 2.5).

Acrescento ainda o subtipo rossio, espaço presente em muitas das cidades nacionais, que não coincide exactamente com nenhum dos subtipos anteriormente apresentados. A sua importância simbólica, relevância no sistema de espaços públicos urbanos e localização no centro do aglomerado justificam o destaque que lhes é dado. Os rossios não são formalmente homogêneos, alguns constituindo verdadeiras praças, outros espaços livres que se aproximam mais da noção de espaço verde. É-lhes comum a genealogia como espaços de comércio nos limites da antiga povoação e, o mais das vezes, uma dimensão (área) considerável.

Tabela 2.5 – Subtipos de praça e largo

TIPO DE ESPAÇO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO
	Praça e Praca	Resultantes de formas de planeamento, de concentração de actividades não habitacionais junto a edifícios relevantes ou do encontro de ruas.
Praça e Largo	Largo	Formados geralmente pelo necessário desafogo entre edifícios, pelo alargamento do alinhamento da edificação ou pelo encontro de ruelas e caminhos, são espaços de grande intimidade, de carácter frequentemente semipúblico «pela grande articulação a unidades tipológicas» (Alves, 2003: 46)
	Rossio	Alargamentos funcionais, geralmente de grande dimensão, nos centros das cidades que correspondem a antigos lugares de comércio nos limites dos núcleos originais dos aglomerados.

Uma distinção adicional dos **espaços verdes** assente em critérios funcionais também não foi procurada, por considerar que todos se dirigem genericamente a uma função estar, de lazer, para além da função ambiental que desempenham. No entanto, avanço para uma subdivisão, ainda que não seja de índole funcional, antes formal, por antecipar já algumas diferenças quanto à rigidez utilitária dos distintos subtipos de espaços verdes considerados.

As construções tipológicas de matriz anglo-saxónica (e.g. Alves, 2003; Bell, Montarzino *et al.* 2006) tendem a apresentar uma subdivisão que considero excessiva, por um lado, e, por outro, desajustada da realidade portuguesa. Nesse sentido, utilizarei Favacchio (2002) e Sá (2010) como referências privilegiadas (Tabela 2.6).

⁹ Uma distinção genealógica e formal, como a de Favacchio (2002: 27), que define praças como «espaços de concepção projectual unitária, rodeados por edifícios» e largo como «espaço resultante da necessidade de desafogo da rua ou de cruzamentos de ruas», não é considerada, nesse sentido, suficiente. Assim, e apesar de as definições aqui adoptadas partilharem alguns destes atributos genealógicos, a tónica é posta na condição intimista dos largos, contraposta a uma maior publicidade das praças.

A esta distinção, maioritariamente formal, poder-se-ia acrescentar outra, associada à articulação linear ou em rede dos espaços. No entanto, justifico a sua não inclusão com os mesmos argumentos avançados para a não inclusão dos percursos pedestres nos subtipos de ruas.

Adicionalmente, seria possível incluir espaços dedicados à horticultura de cariz público/comunitário. No entanto, pela sua presença residual em cidades portuguesas e pela sua função essencialmente produtiva, não coadunável com o albergue de eventos de animação, foram deixados de lado dos subtipos de espaços verdes.

Tabela 2.6 – Subtipos de espaço verde

TIPO DE ESPAÇO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO
Espaços Verdes	Jardim	Espaço formal de dimensão variável que surge frequentemente associado a praças, embora possa ser individualizado da trama urbana.
	Parque	Menos formais e habitualmente integrados no sistema de espaços abertos
	Espaços ajardinados	Espaços abertos «com acessibilidade permanente, por vezes de transição, como escadarias, cruzamentos, alargamentos de ruas, espaços colaterais entre edifícios, etc.» (Favacchio, 2002: 27).

Quanto aos **espaços dedicados**, ou seja, espaços públicos concebidos numa lógica de equipamento, identifiquei parques de estacionamento, recintos desportivos e parques infantis. Estes últimos encontram-se, o mais das vezes, associados a outros elementos urbanos (sobretudo largos, jardins e parques) e, nesse sentido, prevalecerá esta última classificação. Similarmente, pode pensar-se noutro tipo de elementos (como anfiteatros) que surgem em espaços verdes, mas estes, por também quase nunca estarem dissociados de elementos urbanos mais abrangentes, particularmente jardins ou parques, tampouco serão considerados enquanto subtipos independentes (ver Tabela 2.7).

Tabela 2.7 – Subtipos de espaços dedicados

TIPO DE ESPAÇO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO
Espaços Dedicados	Parques de Estacionamento	«Áreas dedicadas ao estacionamento automóvel, com dimensionamento e condições operacionais específicas» (Sá, 2010: 73), geralmente impermeabilizadas e de dimensão significativa.
	Recintos Desportivos	Recintos dedicados à prática desportiva acessíveis ao público e inseridos na malha urbana.

A categoria **outros espaços**, por ser residual, poderia ser extensa, se se procurasse identificar todos os tipos de espaços funcionalmente distintos não constantes nos tipos anteriores. No entanto, o esforço de sistematização e simplificação mantém-se, conduzindo à identificação dos subtipos patentes na Tabela 2.8

Tabela 2.8 – Subtipos de outros espaços

TIPO DE ESPAÇO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO
Outros Espaços	Residuais	Áreas não ocupadas, remanescentes do processo de urbanização. Diferente de espaços intersticiais (de Alves, 2003; ou dos equivalentes “ajardinados” de Favacchio, 2002), por não pressuporem a componente ajardinada, antes uma ausência de ocupação / prescrição funcional de qualquer sorte.
	Expectantes / Baldios	Espaços de dimensão relevante que se inserem em malhas urbanas e que ainda não foram alvo de urbanização e/ou edificação.
	Canais	Canais fluviais.
	Espaços de Protecção	Espaços barreira para assegurar as condições de segurança necessárias ao funcionamento de sistemas e infra-estruturas gerais (Sá, 2010).

Todavia, tão determinante para as modalidades de utilização (existentes e/ou desejáveis) dos espaços públicos quanto as suas características funcionais e formais do espaço público, é o seu âmbito geográfico, ou o seu posicionamento na hierarquia urbana. Este posicionamento é consequente de um conjunto de factores que, grosso modo, equivalem aos que determinam o grau de centralidade de uma área, conforme a tradicional Teoria dos Lugares Centrais¹⁰; incluindo a sua ocupação marginal, a própria localização e a sua raridade que, no caso dos espaços públicos, creio, tanto poderá advir da sua dotação funcional (no seu seio ou nos edifícios marginantes) como das próprias características intrínsecas do local (do edificado ou da paisagem, a título de exemplo).

Uma primeira abordagem à construção tipológica em torno deste atributo, requerendo confirmação e problematização adicionais, poderá estabelecer espaços públicos da cidade, espaços públicos do bairro e espaços públicos vicinais. A partir da tipologia funcional/formal e desta baseada no âmbito geográfico dos espaços, é possível construir tabela de dupla entrada, construção matricial dando margem a particularizações adicionais. No presente trabalho, esta matriz (ver Tabela 2.9) será somente preenchida em função da admissibilidade do cruzamento entre os dois critérios; na medida em que alguns dos subtipos de espaços anteriormente apresentados pressupõem já um determinado âmbito geográfico, será implausível ou inadmissível a sua existência num outro âmbito. É ainda de referir que em cada célula da matriz poderão coexistir vários tipos de espaços distintos; a título de exemplo, uma rua segregada da cidade poderá significar tanto o grande eixo comercial como um outro que se destaca pela forte presença de serviços, incluindo os da Administração Pública.

¹⁰ A propósito da Teoria dos Lugares Centrais, *vide* adiante no presente trabalho as considerações tecidas no âmbito do conceito de actividades organizadas.

Tabela 2.9 – Tipologia cruzando teor funcional-formal com âmbito geográfico dos espaços

TIPO DE ESPAÇO	SUBTIPO	ESPAÇO DA CIDADE	ESPAÇO DO BAIRRO	ESPAÇO VICINAL
Rua	Rua segregada	X	X	X
	Rua unitária	X	X	X
	Rua pedonal	X	X	X
Praça e Largo	Praça e praçeta	X	X	X
	Largo	-	X	X
	Rossio	X	-	-
Espaços verdes	Jardim	X	X	X
	Parque	X	X	-
	Espaços ajardinados	X	X	X
Espaços dedicados	Parque de estacionamento	X	X	X
	Recintos desportivos	X	X	-
Outros espaços	Residuais	-	X	X
	Expectantes / baldios	-	X	X
	Canais	X	X	X
	Espaços de protecção	-	-	X

Legenda: X possível; X pouco provável; - altamente improvável / “impossível”

3. Referencial teórico-analítico sobre utilização de espaços públicos

O objectivo de construir um referencial analítico que permita identificar estados de animação deve, então, permitir identificar intensidades e modalidades distintas de vida social. Ainda que “vida social” seja uma expressão contendo um potencial enorme de complexificação e teorização, o propósito aqui não é o de diagnosticar as reconfigurações da sociedade contemporânea, das suas modalidades de sociabilidade ou tão-pouco da vida pública. Elas perpassam pelo trabalho, enquanto seu *leitmotiv*, e são fundamentais para enformar uma concepção normativa de espaço público, daí a sua recorrência em muito do debate, académico e profissional, em torno do espaço público.

Mas analisar e classificar estados de animação do espaço público é, quanto a mim, tarefa eminentemente baseada na descrição e na síntese interpretativa. Ela deve, primeiro que tudo, dar conta do que ocorre no espaço público. É só numa fase posterior, de diagnóstico prévio à crítica e/ou à decisão de actuação, que uma concepção normativa de espaço público e de vida social deve entrar em jogo, dialogando clara e explicitamente com o material descritivo da situação corrente.

Este é, portanto, o domínio da utilização dos espaços públicos. Da teorização no capítulo anterior, é importante reter dois aspectos principais. Em primeiro lugar, o referencial teórico-analítico a construir deve permitir diferenciar elementos fundamentais em concepções normativas de espaço público. Em segundo lugar, a análise da utilização dos espaços públicos não pode deixar de contemplar a geografia funcional do espaço, em particular as actividades que se desenvolvem no seu seio e nos edifícios que o marginam. É importante salientar que, sendo o objecto de estudo a utilização dos espaços, considerações relativas a qualidades intrínsecas dos mesmos (por exemplo, ambientais, arquitectónicas, estéticas, entre outras) só serão consideradas enquanto factores, condições que induzam determinados comportamentos e dinâmicas de utilização dos espaços públicos em causa (em 4.3). Reconhecendo que há um vasto manancial de literatura proveniente da arquitectura e do desenho urbano, tal facto não é despiciente e deverá ser tido em conta na apreciação desta discussão em torno da qualidade dos espaços.

O referencial analítico aqui construído conjugará aspectos quantitativos e qualitativos. Na análise da utilização dos espaços públicos, uma primeira questão a responder é à da “quantidade de utilização”. Surge, assim, a noção de **presença de indivíduos**, por um lado e, por outro, **de actividades**. Mas responder à questão da presença não se restringe a uma dicotomia sim/não, nem à sua quantificação/contagem em caso de resposta afirmativa. As características dos indivíduos e das actividades presentes no espaço público são fundamentais na caracterização da utilização dos espaços, podendo, inclusivamente, definir a ambiência destes últimos e denotar apropriações, hegemonias, exclusões... Podem também ser fonte de conflitos entre distintos utentes do espaço público e são elemento recorrente em concepções normativas de espaço público.

Adicionalmente, é também fundamental identificar a vida que se desenrola no espaço público, esforço que aqui agrupo sob a égide da **vivência**, que pode ser conceptualizada de forma relativamente autónoma à presença, embora a pressuponha e haja uma fortíssima imbricação entre ambas. Nela incluo todos os aspectos relacionais entre indivíduos e actividades e o espaço público: não só as acções levadas a cabo pelos indivíduos no espaço público, mas também a forma como a actividade se implanta no espaço e com ele interage. Há, depois, que ter em conta as interacções que se podem desenvolver entre indivíduos, indivíduos e actividades e entre diversas actividades.

Este capítulo divide-se em três subcapítulos: o primeiro debruça-se sobre a presença de pessoas, o segundo sobre a de actividades e o terceiro sobre a vivência, buscando sistematizações que permitam analisá-las. Pretendo que o referencial seja o mais “neutro” possível, no sentido de se limitar a permitir a análise da realidade, ainda que orientando já a interpretação da mesma face rumo aos propósitos da investigação. Os juízos de valor e tomada de posição surgirão de forma bastante explícita aquando da apresentação da concepção normativa de espaço público animado, no capítulo seguinte.

3.1. Presença de pessoas

3.1.1. Quantidade de pessoas

Relativamente à quantidade de pessoas, assumo que me refiro, num primeiro momento, ao número de indivíduos num determinado espaço. Há, assim, que, em primeiro lugar, clarificar que utilizadores considerar. Partindo das *solicitações* feitas ao espaço público identificadas por Sá (2010), é possível identificar dois grandes grupos de utilizadores: *pessoas*, entendidas enquanto peões, e *veículos*.

Não pretendo enveredar por discurso radical anti-veículos (particularmente os motorizados); considero, inclusivamente, que as funções de circulação e acesso são determinantes para a intensidade de utilização de um espaço, não podendo, consequentemente, ser ignoradas. E, nessa ordem de ideias, os condutores de veículos (motorizados ou não) constituiriam utilizadores a ter necessariamente em conta numa análise da utilização de um espaço.

Todavia, o conceito de espaço público defendido detém uma carga axiológica fortíssima, centrada numa noção de vivência urbana e de urbanidade que interpela especificamente o peão. Por conseguinte, e apesar de assumir que os veículos têm um papel determinante (por vezes positivo, outras negativo) nas dinâmicas de utilização dos espaços, **a conceptualização de uso dos espaços públicos que aqui é feita privilegiará sempre o peão e em função dele se organizará.**

Tendo em conta o esforço de sistematização que assumo a partir do momento em que procuro indicadores e relações de causalidade, no que concerne à quantidade da utilização de um espaço, a conceptualização feita supera a tradicional dicotomia entre as funções circular e estar para se concentrar na **presença** de indivíduos (número de pessoas num dado espaço num dado momento),

independentemente da função a que se dediquem, procurando balizar quantitativamente diferentes classes de quantidade de pessoas.

Nesta procura de referenciais quantitativos, é necessário ter em conta que «numerosas variáveis impossibilitam a classificação de um espaço em termos de número absoluto de utilizadores. Tamanho, altura do dia e do ano, quantidade e localização de lugares sentados, eventos e actividades e outros factores, todos influenciam aquilo que poderia ser considerado o número “correcto” de pessoas para um qualquer espaço» (Project for Public Spaces, 2000: 78-9).

Parece, então, que **a questão da quantidade de utilização de um espaço se coloca antes sob forma de um rácio, entre utilizadores e área**, em primeiro lugar, e, noutra instância, tendo em conta um vasto conjunto de condicionantes que influenciam o número de utilizadores que um dado espaço pode suportar. Não se trata, portanto, de uma questão de capacidade de carga, no sentido estrito do termo, mas de uma carga de utilização, mais ou menos adequada.

Retomando o Project for Public Spaces (2000: 79): «é seguro dizer, contudo, que se um lugar parece vazio e desconfortável, há pessoas a menos; e que se é confortável e movimentado sem o ser em demasia, que tem o número certo [de pessoas]. O principal ponto a reter é que um espaço público de sucesso é usado e que um espaço que não funciona [bem] está vazio ou foi conquistado por usos negativos». Não abordando, para já, a questão das *utilizações negativas* de um espaço, importa reter da citação anterior aquilo que parece ser o *cariz perceptivo* da carga óptima de um espaço público.

Assim sendo, para além de uma inegável vertente física do conceito de capacidade de carga (que se manifestará em situações em que um espaço manifestamente não suporta a utilização que sobre ele recai), há uma dimensão subjectiva do mesmo, relacionada com a intensidade de uso que os indivíduos consideram aceitável num determinado contexto: limiar a partir do qual a qualidade da experiência se deteriora, ainda que, fisicamente, um espaço possa acolher mais pessoas.

Notando que o número de utilizadores das praças mais usadas de Nova Iorque era sempre bastante inferior à sua capacidade física, Whyte (1990) avança com a noção de **capacidade efectiva** de um espaço: o número de pessoas que por vontade própria utilizará um espaço em horas de ponta normais¹¹. Cada espaço, em função de uma miríade de condicionantes e características, terá a sua própria capacidade.

Mas a acrescentar às próprias características do espaço e da sua envolvente (desde aspectos formais a outros de teor qualitativo) haverá uma norma não escrita que influencia as escolhas das pessoas (Whyte, 1990), que se aproximará da conceptualização, articulada na proxémia enquanto campo do saber, desenvolvida por Hall (1986) em torno das diferentes distâncias toleráveis entre dois (ou mais) indivíduos, em função da relação existente entre eles e do contexto: distâncias íntima, pessoal, social e pública.

¹¹ As observações de Whyte são feitas em relação à utilização de áreas sentáveis em espaços públicos, mas creio que a afirmação se aplica à generalidade dos espaços.

O conceito de capacidade efectiva não é, contudo, exclusivamente quantitativo, reportando-se não só a uma quantidade de pessoas num espaço, mas também ao seu comportamento e conforto: «[A capacidade efectiva] não é estática nem pode ser expressa exclusivamente em números. Há aspectos qualitativos a considerar (...) [que] podem ser bastante diferentes de pessoa para pessoa» (Whyte, 1990: 171).

A **presença de pessoas** de um espaço público será, então, desenvolvida, neste primeiro momento, enquanto **quantidade de pessoas**, número total de peões num determinado espaço num determinado momento.

Nesse sentido, procurarei referenciais numéricos que permitam o estabelecimento de **classes de quantidade de pessoas, limiares quantitativos, em pessoas por metro quadrado de área**, em número de **quatro**: uma de utilização tão reduzida que se pode considerar o espaço como estando **quase vazio** ou de uso muito reduzido¹², uma situação de uso pouco intenso do espaço em questão, onde há **algumas pessoas**, outra de uso intenso, com **muitas pessoas**, e uma quarta que se dirige a **concentrações de pessoas**, em que o espaço está “cheio”, situação de densidade bastante elevada com motivações variadas, sejam elas rotineiras ou pontuais/excepcionais (e.g. manifestação, espera por um autocarro, assistência a evento).

Ainda que a afirmação tome contornos e implicações pouco precisos, as situações de uso pouco intenso e de uso intenso remetem para densidades toleráveis e dentro dos limiares de conforto da experiência urbana, enquanto que a concentração de pessoas, ainda que possa ocorrer de forma rotineira, assume aqui conotação de densidade excessiva, perturbadora do desenrolar *normal* da vida urbana no espaço público. Situações de uso muito reduzido do espaço são, também elas, potencialmente indutoras de desconforto, não por sobrelotação, mas pelo seu oposto: a presença de indivíduos é tão escassa que o espaço pode parecer vazio, desolador e, conseqüentemente, ser desconfortável.

O método de determinação destes limiares partiu de recolha bibliográfica, tendo procurado dados que permitissem ou integração directa ou construção de raciocínio visando a sua adaptação aos propósitos desta investigação.

A informação encontrada é escassa, mas é, ainda assim, possível categorizá-la em dois grandes grupos, aos quais correspondem duas formas/métodos distintos de procurar os tais limiares de intensidade de utilização do espaço público:

- O primeiro baseia-se na definição de capacidades de carga dos espaços e de outros valores em seu torno articulados, partindo de bibliografia de engenharia de tráfego e de dimensionamento de espaços, nomeadamente informação relativa a dimensões mínimas

¹² As referências à “intensidade de utilização” significam aqui, única e exclusivamente, quantidade de pessoas, não contendo, para já, considerações qualitativas sobre o que se faz nos espaços.

por tipo de utilizador (“espaços vitais”, na designação de Sá, 2010) e níveis de serviço para determinados tipos de espaços, nomeadamente os definidos pelo HCM 2000 (Transportation Research Board, 2000)).

- O segundo parte de trabalhos empíricos, onde a observação de diferentes espaços permitiu a associação de determinadas intensidades de utilização à qualidade da experiência urbana e a apreciações funcionais (e.g. velocidades de circulação e liberdade de escolha de trajectórias). Inclui-se neste grupo, também, o trabalho desenvolvido por Edward T. Hall (1986) sob a égide da proximidade que, não sendo aplicado directamente à estadia em espaço público, é por mim adaptado de forma a torná-lo mais adequado para o efeito.

A partir dos dados encontrados através de cada um dos métodos, produzo derradeira síntese, explicitando as opções tomadas.

Adicionalmente, a busca de referenciais quantitativos não deverá procurar particularizações somente em função das quatro classes de quantidade de pessoas / intensidades de uso, mas também em função do tipo de espaço a que estas se reportam.

Nesse sentido, poderá confrontar-se, simultaneamente, a utilização dos espaços com as diferentes classes supracitadas e com diferentes tipos de espaço, retomando explicitamente os que foram identificados no capítulo anterior: rua, praça e largo, espaços verdes, espaços dedicados e outros espaços.

Todavia, destas cinco grandes categorias, apenas ruas e praças e largos serão abordados de forma aprofundada. Na sua sequência, teço apenas observações preliminares para os espaços verdes, lançando hipóteses para eventuais trabalhos futuros.

Os espaços dedicados, na medida em que respondem a solicitações funcionais bastante específicas, não parecem coadunar-se com uma abordagem de cariz genérico como esta que vem a ser feita. Por exemplo, a carga de utilização de parques de estacionamento e recintos desportivos é definida em função da actividade que aí se privilegia. Quando se procura avaliar a sua utilização por pessoas não directamente envolvidas nessas mesmas actividades, esta investigação assume que, dependendo da sua configuração, se poderão aplicar os limiares encontrados para ruas e praças e largos.

Por seu turno, os outros espaços, enquanto categoria residual, englobam subtipos de grande heterogeneidade, não passíveis de abordagem unificada. Para além disto, surgem, na sua maioria, como espaços de papel algo marginal no sistema de espaços públicos da cidade, considerando, por conseguinte, que, nesta abordagem que se pretende genérica e generalizadora, poderão dela ser excluídos, apesar de salvaguardar que, num momento de aplicação ao terreno, seja com fins analíticos ou propositivos, deverão ser tidos em conta.

A apresentação extensiva do percurso seguido para alcançar os resultados será remetida para anexo, por julgá-la excessiva face à relevância que a quantidade de pessoas assume no restante trabalho. Surgirão

aqui somente os pressupostos adoptados para o cálculo em cada um dos tipos de espaço e a apresentação dos resultados.

Em relação à **rua**, a partir do momento em que a presença de pessoas é explicitamente referenciada ao peão, então deverá reportar-se, de igual modo, às componentes do espaço público que privilegiam a actividade pedonal. Nesse sentido, toda a **análise relativa ao espaço rua será referenciada ao passeio**, apesar de reconhecer, naturalmente, que nem todas as ruas têm passeio e que este nem sempre é, numa rua, o *locus* privilegiado do peão.

Ainda que a presença, enquanto quantidade de indivíduos, supere a distinção entre as funções estar e circular, há que definir pressuposto quanto ao equilíbrio entre estas funções, uma vez que a bibliografia a elas se referencia. Assim, reconhecendo que tanto a função estar como a circular têm lugar na rua, assumo que esta última prevalece e, consequentemente, os valores apresentados para o espaço rua reportar-se-ão a essa mesma função de circulação.

A Tabela 3.1 apresenta, então, os resultados obtidos para as classes de quantidade de pessoas numa rua.

Tabela 3.1- Classes de quantidade de pessoas em ruas – valores adoptados

CLASSE	INTENSIDADE DE UTILIZAÇÃO (PESSOAS/M ²)
Rua quase vazia	< 0,02
Rua com poucas pessoas	0,02 - 0,1
Rua com algumas pessoas	0,1 - 0,5
Concentração de pessoas	≥ 0,5

À semelhança do que foi feito para a rua, há que explanar os pressupostos de partida relativos às **praças e largos** e à sua utilização.

Como na rua, coexistem várias funções nestes espaços, mas, para fins de análise, assumo, na senda de Marcus *et al.* (1990a), que neles se privilegiam as funções passear, sentar, comer, contemplar..., em detrimento da circulação.

O conceito de praça avançado pelas mesmas autoras pressupõe a total ausência de veículos motorizados, opção que não subscrevo. Todavia, e à semelhança do que foi feito para a rua, será sempre em função da superfície de pavimento dedicada exclusivamente aos peões que se procurarão os referenciais de intensidade de utilização.

Nesse sentido, perante uma praça ou largo que esteja devotada ao trânsito motorizado na sua totalidade exceptuando nas suas margens, aplicar-se-ão as disposições definidas para o espaço rua. Em praças constituídas por uma estrutura anelar, com plataforma central, dedicada aos peões, circundada por rua votada à circulação automóvel, por seu turno bordejada por passeio, as disposições das ruas aplicar-se-ão, também, a estes passeios exteriores. Os limiares de intensidade de uso que aqui buscarei para

praças e largos dirão respeito às placas centrais destas praças e largos e àqueles alargamentos funcionais que sejam exclusivamente pedonais.

Há, ainda, que explicitar uma derradeira assunção antes de passar ao elenco dos referenciais encontrados, que se prende com a presunção de uma distinta reacção/percepção à densidade nas praças e largos que nas ruas. Hall (1986) afirma o dinamismo da percepção individual pela sua ligação à acção – ao que pode ser realizado num dado espaço –, mais do que àquilo que possa ser entendido por contemplação passiva. Ora, são precisamente os distintos pressupostos relativos às actividades privilegiadas nos diferentes espaços que justificam esta minha presunção.

Conforme dito anteriormente, coexistem nestes espaços as funções estar e circular, assumindo-se que a primeira é aí primordial: «apesar de se definir uma praça de sucesso como aquela que encoraja as pessoas a nela permanecerem, não excluimos aqueles que a atravessam como seus utilizadores» (Marcus *et al.*, 1990a: 20). Adicionalmente, a coexistência das duas funções no espaço não é exemplo de profunda imbricação: as mesmas autoras, citando Pushkarev e Zupan (1975), afirmam que «são as praças que não funcionam primariamente como vias de atravessamento as que levam os utilizadores a ficarem maiores períodos de tempo» e que, conseqüentemente, «as funções da praça como um espaço de circulação e oásis sentável [*sitting oasis*, no original] são, se não incompatíveis, pelo menos distintas», devendo, por conseguinte, a acomodação de ambas as funções ser feita em sub-espaços distintos da praça ou, pelo menos, com recurso a espaços de transição entre ambas (Marcus *et al.*, 1990a: 20).

Ora, se a praça é um tipo de espaço onde a função estar e, mais do que isso, a função estar por períodos longos de tempo, associada a actividades de relaxamento, fruição, socialização, entre outras, tem uma relevância bastante significativa, parece-me plausível assumir que os limiares separando as categorias de uso mais intenso (algumas pessoas/muitas pessoas e muitas pessoas/concentração) sejam algo menores que os definidos para a rua, onde a preponderância da função de circulação e o tipo de estar e errância a ela associados remetem para experiências e actividades que, à partida, toleram uma densidade e movimento maiores. No entanto, no caso da concentração de pessoas, parece que, ainda que ela comece a uma densidade inferior ao que acontece nas ruas, poderá atingir valores bem superiores aos desta; ao estar associada à circulação, a capacidade da rua de albergar pessoas será menor comparativamente à da praça, que pressupõe que os indivíduos estão “estáticos”. Ainda assim, é também possível admitir que, inversamente, a sensação de desconforto pela diminuta presença de pessoas (i.e., uso muito reduzido / praça quase vazia) se instalará, numa praça e largo, a uma densidade maior que na rua, precisamente pela “ausência” de movimento. Tratam-se, portanto, de pressupostos relativos a diferenciais distintos nas intensidades de utilização dos dois tipos de espaço.

Não basta, porém, assumir a sua existência, é necessária aproximação à dimensão deste diferencial. Para tal, segui método análogo ao desenvolvido para a rua: elenco de fontes de duas naturezas distintas (capacidades de carga e níveis de serviço e *empíria*), elaborando sínteses parciais para cada uma delas. No entanto, dada a insuficiência da informação encontrada, houve que recorrer a um terceiro método,

consistindo na aplicação, exploratória, de um inquérito a um conjunto restrito de pessoas. O método seguido na sua construção e aplicação consta igualmente do Anexo 1.

Os resultados obtidos são os constantes da Tabela 3.2.

Tabela 3.2 – Classes de intensidade de utilização de praças e largos

CLASSE	QUANTIDADE DE PESSOAS (PESSOAS/M ²)
Praça quase vazia	< 0,02
Praça com poucas pessoas	0,02 – 0,08
Praças com muitas pessoas	0,08 – 0,2
Concentração de pessoas	≥ 0,2

O método seguido leva, por conseguinte, a diferentes limiares para as ruas e para as praças e largos. A verificarem-se estas assunções sobre diferentes percepções da quantidade de pessoas nas praças e largos e ruas, será interessante procurar descortinar o papel que a morfologia, por um lado, e, por outro, a referenciação a funções distintas (estar e circular, respectivamente) têm na explicação dessas diferenças. Realço, igualmente, que os limiares definindo as classes de quantidade de pessoas carecem de validação empírica, sendo necessária a construção de uma metodologia que permita o seu teste.

Recordo que a quantidade de pessoas em **espaços verdes** não será desenvolvida no presente trabalho, limitando-me a tecer algumas considerações preliminares que poderão orientar eventuais trabalhos futuros.

À semelhança do que acontece na rua, em que a presença de pessoas se reporta ao passeio, também nos espaços verdes a intensidade se deverá referenciar exclusivamente às áreas acessíveis, excluindo aquelas, como canteiros, às quais o acesso está vedado. De forma genérica, estes espaços acessíveis podem ser tipificados em percursos, alargamentos (*pontos focais*, frequentemente associados a coretos, fontes ou elementos escultóricos, mais vocacionados para a função estar) e relvados, onde a função recreativa pode ser, a par do estar, bastante relevante.

Relativamente às funções privilegiadas nestes espaços, o pressuposto assumido é o de que na utilização dos espaços verdes predomina uma função escatológica, de *corte* relativo com o urbano, e onde o circular, o estar e o lazer se subordinam a esta escatologia, apesar do grau de inserção na malha urbana poder acarretar algum tráfego de atravessamento.

É esta função escatológica que subjaz à hipótese de que os limiares de cada classe de quantidade de pessoas serão inferiores nos espaços verdes que nas ruas e praças e largos. No entanto, estes últimos poderão constituir ponto de partida para a pesquisa, pelas similitudes formais e funcionais: a quantidade de pessoas nos percursos poderá referenciar-se à do espaço rua, ao passo que a dos alargamentos poderá sê-lo à das praças e largos, presumindo-se, relembro, menores tolerâncias a densidades, pelo menos nas classes de quantidades mais elevadas. Admito, no entanto, que a uma maior inserção do espaço na malha urbana poderá corresponder maior tolerância à densidade. Por fim, um possível

referencial de partida para a determinação das classes de quantidade de pessoas em relvados poderá ser a capacidade de carga da relva.

3.1.2. Características das pessoas

Quando se analisa a presença de indivíduos no espaço público com o fim de caracterizar estados de animação essencialmente distintos, não basta considerar, conforme já afirmei, a quantidade de pessoas num dado momento. Importa, também, ter em conta **quem** são esses indivíduos; as características, da mais variada ordem, dos utentes do espaço público podem ser, e são-no muitas vezes, absolutamente definidoras da vida social no seu seio. As características dos indivíduos presentes podem, assim, diferenciar inequivocamente estados de animação que, à luz de outros critérios, sejam similares.

As características dos indivíduos são, ainda, relevantes pela informação que podem fornecer relativamente a dinâmicas de apropriação dos espaços, sejam elas positivas ou negativas, e a eventuais exclusões que nesses espaços operem. A questão das exclusões nos espaços públicos é, talvez, a questão mais debatida actualmente em sede académica (e.g., Carmona *et al.*, 2008; Borja e Muxí, 2003; Staeheli e Mitchell, 2007); disso fiz eco na introdução da acessibilidade como eixo definidor de uma concepção normativa de espaço público. A diversidade dos utilizadores do espaço público e a sua representatividade da generalidade da população da área em questão (Project for Public Spaces, 2000) são, neste contexto, questões importantes a ter em conta. Simetricamente, homogeneidades e/ou hegemonias notórias na análise deverão, também, ser denotadas.

As possibilidades para a criação de taxonomias de utilizadores do espaço público são inúmeras, podendo articular-se em função de muitos atributos, cuja maior ou menor relevância variará, eventualmente, com as situações concretas ou com os próprios objectivos específicos que presidem à análise da utilização do espaço. Exemplos desses atributos são, por exemplo, o sexo, o estilo de vida, a pertença a um determinado grupo de utilizadores naquele dado espaço-tempo (ou porque usufruem todos duma mesma actividade ou porque se votam a uma mesma acção, por exemplo), entre muitas outras possibilidades.

A título de exemplo, avanço algumas concretizações frequentes na literatura, por serem protagonistas de exclusões ou de situações de conflitos de interesses, ou por terem necessidades bastante específicas no espaço público: crianças, adolescentes, idosos, mulheres, homens, casais, famílias, sem-abrigo, outros indivíduos socialmente excluídos, *skaters* e praticantes de outros desportos radicais, noctívagos/boémios, minorias étnicas, indivíduos LGBT, classe criativa...

Estas categorias não são mutuamente exclusivas, como facilmente se depreenderá; pode acontecer, todavia, que um dos atributos sobressaia em termos do seu impacto na definição da ambiência do espaço. Adicionalmente, esta proposta não procura, de todo, ser exaustiva.

Não obstante, buscando síntese possível (de um exercício especulativo) direi que há **duas grandes formas de classificação** que poderão interessar o mais das vezes em análises de utilização dos espaços públicos: uma organiza-se em torno das **características próprias** dos indivíduos (como o grupo etário, o sexo, a orientação sexual ou a etnia), a outra em torno da sua utilização do espaço público

naquele momento, se pertence, ou não, a uma **categoria de utilizadores** (como por exemplo, clientes de estabelecimentos nocturnos). Esta “categoria de utilizadores” pode, frequentemente, sobrepor-se à descrição das “acções individuais” ou à interacção no espaço público, que à frente se apresentará.

A Tabela 3.3 apresenta uma matriz que, recorrendo a alguns dos exemplos acima avançados, propõe hipótese de sistematização destas duas lógicas classificativas distintas.

Porém, um último reparo: as possibilidades são inúmeras e caberá à argúcia do analista a construção de uma taxonomia que, dum ponto de vista operativo, melhor responda aos propósitos do trabalho em causa.

Tabela 3.3 – Proposta de matriz classificativa de utilizadores do espaço público

		CATEGORIA DE UTILIZADORES			
		SKATERS	NOCTÍVAGOS	JOGGERS	...
CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS DOS INDIVÍDUOS	IDADE				
	- CRIANÇAS				
	- ADOLESCENTES				
	- IDOSOS				
	MINORIAS				
	- ÉTNICAS				
	- INDIVÍDUOS LGBT				
	GRUPOS				
	- CASAIS				
	- FAMÍLIAS				
	- DE AMIGOS				
	SOCIALMENTE EXCLUÍDOS				
	- SEM ABRIGO				
	- OUTROS SOCIALMENTE EXCLUÍDOS				
	...				

3.1.3. Duração da estadia e distribuição das pessoas pelo espaço

Recordo que a presença de pessoas foi por mim formulada, logo à partida, como sendo algo mais que o mero número de pessoas num dado espaço num dado momento: «o número de pessoas ou acontecimentos em si mesmo não oferece uma verdadeira indicação do nível de actividade numa zona, porque a actividade real (a vida entre os edifícios tal como se experimenta) é igualmente uma questão de duração das estadias no exterior. Isto implica que se possa induzir um alto nível de actividade numa determinada zona tanto assegurando que mais gente use o espaço público como fomentando estadias individuais mais longas» (Gehl, 2006: 87). Este autor coloca, pois, a ênfase da intensidade de utilização de um espaço no somatório de minutos passados no espaço pelos seus utentes.

Portanto, a intensidade de utilização de um espaço é também uma questão da **duração da estadia**. A enunciação que Gehl faz da questão, ao colocá-la, nesta abordagem global, no somatório de minutos passados no exterior, não tece juízos de valor quanto à duração de cada estadia individual. Neste trabalho, pelo contrário, defendo que, quando voluntária, quanto mais longa a estadia de um indivíduo no

espaço público, melhor e mais intensa será a sua utilização. A introdução da condição «quando voluntária» permite, espero, excluir as longas estadias que são, na verdade, indicadores de mau funcionamento de algo, desde o próprio espaço à sociedade no geral, tais como a presença de sem abrigo, esperas excessivas por transportes públicos, fluxo pedonal excessivo, entre outros.

Retornando à quantidade de indivíduos num determinado espaço, os referenciais apresentados são valores médios relacionando quantidade de utentes com quantidade de espaço, mas, numa análise da sua utilização, é igualmente importante atentar na **distribuição dos indivíduos**, por duas grandes ordens de razões (para além da sua influência na percepção e tolerância de intensidades de uso do espaço público, conforme visto no inquérito feito a propósito de praças e largos). Por um lado, a localização dos indivíduos no espaço permite identificar quais são os atributos (formais, funcionais...) do mesmo mais atractivos ou polarizadores. Por outro, a distribuição dos indivíduos pelo espaço e as distâncias existentes entre eles permitem uma caracterização qualitativa da natureza e estrutura da utilização do espaço e dos contactos interpessoais que aí se estabelecem.

No domínio dos contactos interpessoais, a proximidade, tal como desenvolvida por Hall (1986), fornece um referencial analítico interessante (*vide* o Anexo 1, Tabela A.11 e a apresentação teórica que a antecede). Todavia, o emprego das distâncias de Hall neste contexto seria distinto do uso que delas anteriormente foi feito: quando entendidas como a distância média entre todos os indivíduos, permitem avaliar a intensidade de utilização de um espaço em sentido lato; quando utilizada para uma análise a escala maior, apoia a formulação de suposições quanto à relação entre os indivíduos em causa.

Precisamente, uma análise da distribuição das pessoas por um espaço público permite caminhar da intensidade de utilização para uma perspectiva qualitativa das dinâmicas de uso dos espaços. Será destas, articuladas em torno da noção de vivência, que me ocuparei em seguida.

Porém, permito-me uma derradeira nota, à laia de conclusão desta discussão em torno da presença de indivíduos nos espaços: “quase vazia”, “com algumas pessoas”, “com muitas pessoas”, “concentração de pessoas” e todos os referenciais numéricos no decorrer destas páginas dizem respeito a situações, a momentos específicos. Um dado espaço pode, ao longo de um período de tempo, variar entre os extremos de estar vazio e de estar repleto de gente: há variações temporais na sua utilização, seja ao longo do dia, da altura da semana, do ano ou, em última instância, período na História. Tudo o que aqui foi apresentado não é, portanto, qualificativo de um espaço, mas antes de um espaço-tempo.

3.2. Presença de actividades organizadas

Por actividades organizadas, ou somente **actividades**, entendo aquelas que, consequentes de organização específica para o efeito, são oferecidas ao consumo dos utentes do espaço público; a noção de **oferta**, de um produto, serviço ou actividade concebido para o efeito será fundamental para distinguir actividades da noção de acções (individuais) que será avançada no capítulo dedicado à vivência. Ao passo que a acção se centra no indivíduo que a executa, a actividade pressupõe e exige a presença de

um produtor e de um receptor/consumidor que dela usufrua, mas sem que exista, necessariamente, troca monetária entre ambos. Considero não só as actividades que tem lugar **no espaço público**, mas também aquelas que o ladeiam, as **actividades marginais**. Em sentido estrito, estas últimas não são utilização do espaço público, mas as suas implicações neste são de tal modo significativas que, tal como afirmei na definição do conceito de espaço público, me parece imprescindível a sua inclusão num quadro teórico-analítico sobre estados de animação do espaço público.

Analogamente à conceptualização da presença de pessoas, também a presença de actividades contemplará a sua quantidade e tipo.

Considero que sempre que uma actividade esteja presente no espaço público, ela atrai utilizadores, porque, na medida em que o que a define é uma lógica de oferta, ela só existe se a ela lhe corresponder uma procura. E, por conseguinte, exceptuando situações de claro conflito entre actividades (a que aludirei adiante, aquando das “interacções”, em 3.3.3), poder-se-á afirmar que, genericamente, quanto maior a presença de actividades, mais indivíduos serão atraídos ao espaço em questão.

Adicionalmente, a simples presença de actividades pode causar modulações na ambiência do espaço público; esse impacto variará bastante não só com o tipo de actividade em causa, mas sobretudo com a forma como este interage com o espaço público. Este último aspecto será abordado em 3.3.2, no quadro da vivência.

A questão de como quantificar as actividades presentes no espaço público não me surge de resposta tão clara como para as pessoas, para as quais o rácio pessoas/m² de espaço pedonal surgiu com imediatez, suportado, inclusivamente, pela bibliografia.

Uma primeira forma de responder à questão é, naturalmente, através das frequências absolutas, resposta cabal a um “quantas actividades há num determinado espaço?”. Este método teria, ainda, a vantagem de se articular facilmente com subseqüentes camadas de informação, consoante as necessidades, numa lógica de levantamento funcional. Porém, carece de potencial comparativo, na medida em que a quantidade de actividades será sempre condicionada pelo tamanho do espaço público, pelas suas características e pelas do edificado.

O rácio surge, assim, como uma possibilidade de contornar essa debilidade. Surgem, no entanto, algumas questões que deverão ser endereçadas no momento da sua definição, algumas concernentes ao numerador (que se reportará, obviamente, às actividades) e outras ao denominador (reportado ao espaço), ambos entendidos numa lógica exclusivamente quantitativa, relembro.

O impacto da presença de actividades no estado de animação do espaço, que é, em última análise, o propósito do constructo, não depende somente do número de actividades presente, mas também da sua dimensão. Uma forma possível de endereçar o problema passaria pela contemplação conjunta do número de actividades e extensão da fachada por actividade. Não responde, naturalmente, à oferta de actividades no espaço público; todavia, nestas, as que são oferecidas quotidianamente ocupam áreas fisicamente restritas, que não são particularmente relevantes para a sua atractividade. Quando se trata de

ocorrências específicas (eventos), a análise da presença de actividades deverá ser feita em função dessa mesma especificidade, não vislumbrando utilidade de maior na sua consideração neste momento

Outra questão decorre da diferença substancial existente entre as formas como actividades marginais e actividades oferecidas no espaço público se relacionam (ou podem relacionar) com o espaço. Nas primeiras há, ainda, diferenças grandes consoante a localização da actividade, em altura, no edifício. Assim, haveria que, pelo menos, distinguir as actividades marginais ao nível do rés-do-chão e nos restantes pisos. Dentre estes, seria, igualmente, frutuoso distinguir as actividades até ao 5.º piso e as localizadas em pisos superiores¹³. A solução poderia passar pela construção de índice compósito onde se atribuiriam pesos distintos às actividades dependendo da sua localização.

É, também, a localização das actividades que problematiza a definição do denominador. Se as actividades marginais poderão ser pensadas em lógica linear e, por conseguinte, dar origem a um rácio por metro linear de passeio ou via, esta já não parece ser a melhor forma de analisar a presença de actividades oferecidas no espaço público. Estas talvez possam dar origem a um rácio por m² de espaço público. Todavia, a maior dificuldade seria, precisamente, a de conciliar estas duas unidades de medida distintas num único indicador de presença de actividades no espaço público.

Esta abordagem, puramente especulativa, espelha a falta de conhecimento sistematizado sobre a matéria, daí a impossibilidade de atingir classificação como para a presença de pessoas. Parece-me, contudo, que, ao nível das actividades o significado da sua presença, entendida estritamente como número de actividades, é menos revelador que no caso das pessoas. São, creio, questões relacionadas com a sua dimensão e tipo, relação com espaço público, características da fachada... as que verdadeiramente determinam o impacto da actividade na vivência espaço público. Porém, é, naturalmente, pressuposta e necessária a sua presença e, conforme afirmei, quantas mais actividades houver, maior será o número de utentes atraído e o seu impacto no espaço público.

No que a questões qualitativas diz respeito, a classificação de actividades, muitas vezes chamadas funções, é recorrente; classificações criadas especificamente para actividades em torno dos e nos espaços públicos são, todavia, mais raras, ainda que me pareça que muitas taxonomias genéricas de actividades possam ser facilmente transponíveis para o espaço público. No entanto, um exemplo de classificação visando explicitamente o espaço público, em exercício que partilha algumas semelhanças com a presente investigação, é o trabalho de Serdoura (2006) sobre a vida pública no Parque das Nações.

Estas actividades organizadas a que me reporto, particularmente as marginais, correspondem às variáveis funcionais de Serdoura, que as subdivide em potencialmente geradoras de movimentos

¹³ Segundo Gehl (2006), a partir do 5.º piso, a distância em relação ao espaço público é de tal modo grande que as possibilidades de interacção entre os domínios privado e público são bastante reduzidas.

pedonais intensos (incluindo serviços, em especial os localizados em áreas centrais; comércio e restauração; e usos especiais – grandes equipamentos de área de influência de base metropolitana); outras, que não sendo geradoras de movimentos pedonais muito intensos, podem apresentar picos de concentração de fluxos (habitação, equipamentos colectivos, equipamentos turísticos e armazéns ou indústria); e, por fim, edifícios em construção, que originam movimentos de trabalhadores e visitantes, periódicos ou esporádicos ao longo do dia.

A classificação de Serdoura, para além da especificidade dos edifícios em construção, compreensível à luz da área de estudo, é interessante na medida em que distingue as actividades pelo seu potencial de geração de fluxos pedonais, noção que se aproxima da de centralidade, herdeira da Teoria dos Lugares Centrais de Christaller. Na teorização deste último, o posicionamento de um lugar central na hierarquia depende da quantidade de funções oferecidas, da diversidade e da raridade das mesmas (Gama, 1983). Se a questão da quantidade pode ser abordada através de alguns dos caminhos anteriormente avançados, a diversidade e a raridade dirão respeito a uma tipificação qualitativa das actividades. E é nesse sentido que a taxonomia proposta por Serdoura me não parece totalmente útil, por não introduzir refinamento suficiente que permita distinguir diversidade e raridade dentro de categorias macro como “comércio” e “serviços” e também por introduzir a “localização numa área central” ao mesmo nível das restantes variáveis, sem considerar os mecanismos constituintes dessa centralidade nem, tampouco, as variações subtis de atractividade e movimento que podem ocorrer dentro de uma área genericamente central quando se trabalha a uma escala grande. Este facto só constitui falha potencial porque a análise de Serdoura é feita através de estatística multivariada e, por conseguinte, todo o detalhe que ela poderá ter terá que ser contemplado, dede logo, na formulação taxonómica; uma classificação que se assuma como ponto de partida para análise qualitativa poderá conter categorias mais amplas, menos refinadas, ficando o ónus da identificação das particularizações relevantes a fazer junto do etnógrafo, em função de objectivos de investigação e características das áreas de estudo.

Contudo, há uma distinção que se pode fazer logo à partida no seio das actividades marginais, a que distingue um uso residencial¹⁴ de um uso *latu sensu* terciário. Permanece, contudo, a necessidade de criar taxonomia que permita refinar a análise das actividades terciárias. Idealmente, ela deverá encontrar compromisso entre a cobertura de todo o espectro das actividades marginais, detalhe que permita diferenciação e identificação de actividades que geram grupos de utilizadores específicos, cujo acto de consumo os destaca dos restantes utentes do espaço público, e a simplicidade e síntese necessárias à sua operacionalização.

¹⁴ A inclusão do uso residencial nas actividades organizadas não é absolutamente clara, mas a sua relevância enquanto função marginal é de tal ordem que não a incluir seria falha considerável. Por outro lado, não me parece justificar a criação de uma secção específica no conjunto do trabalho, motivo pelo qual surge aqui.

Uma das formas, mais imediatas, de o fazer é através de particularização funcional adicional, que poderá tomar inúmeras configurações e que será, o mais das vezes, incontornável.

É ainda possível distinguir actividades em função da sua localização na cidade, em áreas de maior ou menor centralidade, mas que não tem aqui cabimento. A uma escala da cidade, esta caracterização da área em que o espaço público se integra deverá ser contemplada numa caracterização prévia do espaço, necessária a qualquer exercício analítico. Todavia, a uma escala maior, do próprio espaço/conjunto de actividades, é relevante perceber a centralidade que decorre de determinada dotação / mistura de actividades.

Uma forma de distinção adicional identificará actividades que se podem considerar generalistas e as que se orientam para segmentos específicos da população. Ou, de forma distinta, é importante identificar o público-alvo das actividades no espaço público. Estas questões são relevantes pelo potencial de conflito que encerram.

No entanto, aqui, em jeito de síntese, parece-me mais relevante relembrar, dado o teor especulativo do que tem vindo a ser enunciado, quais os **aspectos, decorrentes da presença de actividades e das modalidades dessa mesma presença, mais relevantes para a ambiência do espaço público**, do que a procura de taxonomias:

- A **quantidade de pessoas que cada actividade atrai**, aproximando-se da noção de geração de fluxos pedonais de Serdoura. Utilizadores e trabalhadores são dois grupos, distintos, a ter em conta;
- **Diversidade das actividades** existentes em torno de / em um espaço público;
- **Especialização funcional**, no sentido da Teoria dos Lugares Centrais, acima discutido;
- **Especificidade funcional**, noção articulada em torno dos **utentes privilegiados** da actividade (e.g. actividades “generalistas”, “de nicho”...).

O leque de **actividades no espaço público** é algo mais restrito e, tendo em conta os objectivos específicos da investigação, parece-me possível o tal esforço de “particularização funcional adicional” a que aludi anteriormente. Assim, não prescindindo de ter em conta os aspectos que acabo de identificar, julgo relevante separar desde logo **comércio** de **actividade cultural/recreativa**. Se o comércio merece ser subsequentemente dividido sobretudo pela forma como se relaciona com o espaço público (e, por isso, sê-lo-á somente no subcapítulo seguinte), penso ser importante distinguir, no domínio da actividade cultural/recreativa, duas realidades distintas: uma é a do **evento** e a outra é a do **entretenimento/arte de rua**.

3.3. Vivência

A conceptualização da vivência dos espaços parte daqueles que considero ser os elementos básicos da utilização de um espaço: as pessoas, as actividades oferecidas nos espaços e nos edifícios circundantes e as relações que entre estes elementos se podem estabelecer.

No que às pessoas diz respeito, se a análise se coloca ao nível da vivência, o seu ónus deverá ser aquilo que as pessoas fazem enquanto estão no espaço público, aqui chamadas **acções individuais** ou simplesmente **acções**. Todavia, só serão consideradas as acções que as pessoas levam a cabo propositadamente no espaço público; qualquer outro acto, que aconteça incidentalmente, não será aqui contemplado, sob pena de se alargar de tal forma o campo de análise que esta se torna impraticável.

No que às **actividades organizadas** diz respeito, só considerarei aqui os aspectos que se prendem com a sua forma de integração / interacção com o espaço público. A sua definição, presença e características foram já abordadas no ponto anterior.

As relações que entre estes elementos se estabelecem, as **interacções**, podem ser de três ordens distintas. Em primeiro lugar, interacção entre os diferentes indivíduos presentes no espaço público, a **intersubjectividade**. Em segundo lugar, a relação entre os indivíduos e actividades recebe aqui o nome de **consumo** que, contudo, não deve, claro está, pressupor necessariamente uma troca monetária nem passividade e incapacidade de interacção/interferência, por parte do consumidor, com a actividade a ser oferecida. Em último lugar, a **relação entre actividades** que ocorre necessariamente sempre que haja coexistência entre elas num mesmo espaço e que poderá, também, implicar interacção entre os indivíduos que as oferecem.

Ver-se-á, ao longo da exposição que se segue, que a fronteira entre todas estas classificações é ténue, podendo haver lugar a sobreposições e hibridismos que contestam a lógica deste constructo: a realidade supera e desafia sempre o quadro teórico, mas tal não significa a sua impossibilidade nem dispensa a sua necessidade.

Ainda que haja considerável trabalho sobre a utilização dos espaços públicos, são bastante mais raros os esforços de classificação da mesma. Um conjunto relevante de estudos adopta postura sociológica e etnográfica (e.g. Whyte, 1990; Anderson, 2010), descrevendo com rigor comportamentos, mas sem adoptar explicitamente uma taxonomia que os agrupe. Outros trabalhos abordam a relação entre comportamentos no espaço público e características físicas do mesmo a partir das necessidades dos utilizadores (e.g. Carr *et al.*, 1992; Alves, 2003) ou dos seus direitos (e.g. Borja e Muxí, 2003; Carr *et al.*, 1992; Mitchell, 2003). Por fim, um conjunto de trabalhos que se poderá considerar de ordem biopsicossociológica tem-se debruçado sobre a interacção entre pessoas (e.g. Goffman, 1966; Hall, 1986).

Como a presente investigação se assume como um esforço prévio à formulação e análise de políticas de animação do espaço público, considero que deve tentar ser o mais “exportável” possível, não obstante as sempre necessárias adaptações contextuais. Por isso, insisto na construção de taxonomias, ainda que,

perante a escassez de empreendimentos análogos, esta tenha que ser, em larga parte, feita a partir de considerações próprias.

O já citado trabalho de Serdoura (2006) aproxima-se, contudo, destes meus intentos. O autor elabora matrizes de análise do espaço e vida públicos no Parque das Nações, Lisboa, identificando variáveis funcionais, ambientais, de desenho urbano, espaciais / sintáticas, humanas e de utilização. A lógica destas variáveis é exclusivamente descritiva, construindo matriz estruturante de trabalho de campo, cujos resultados o autor submete, posteriormente, a análise estatística multivariada.

É esta lógica exclusivamente descritiva que, quando comparada com o intuito antecipadamente interpretativo deste meu trabalho, procurando desde logo identificar factores responsáveis por modulações na ambiência e vivência dos espaços, justifica a construção de uma taxonomia própria e independente. Taxonomia esta que deverá sublinhar essa lógica distinta, tornando-a clara de forma a poder orientar esforços analíticos, mas que não deverá, de todo, excluir a possibilidade de, a partir dela, se alargar a análise com descrições de teor etnográfico.

Há, aliás, um aspecto não contemplado por este referencial teórico-analítico que merece uma nota de destaque. Refiro-me à linguagem corporal e à postura (Goffman, 1966) dos indivíduos no espaço público, que é, também ela, profundamente influente na ambiência nele registada num dado momento. A título de exemplo, o Project for Public Spaces (2000) realça o facto de as pessoas estarem ou não a sorrir como um dos elementos a considerar no seu guia para a avaliação da qualidade da vida e dos espaços públicos. Apesar desta nota prévia, quando o julgar particularmente relevante, realçarei, com maior pormenor, aspectos relacionados com os protagonistas (abordados no capítulo anterior) e/ou com a sua postura. Qualquer etnografia deverá, inevitavelmente, dar conta dessas matizes vivenciais.

3.3.1. Acções individuais

Não obstante a escassez de taxonomias, existem algumas de acções individuais no espaço público. Uma primeira é a de Gehl (2006) em necessárias, opcionais e sociais (ou resultantes)¹⁵ e que Serdoura (2006) também adopta como ponto de partida para especificações subsequentes.

As acções necessárias são relativamente obrigatórias, não havendo grande margem de escolha para a participação daqueles que nelas estão envolvidos; por exemplo, ir para o local de trabalho, às compras, esperar por um autocarro ou uma pessoa. Nelas, Serdoura inclui todas as deslocações, considerando, todavia, diferentes modalidades de trajecto¹⁶. As opcionais, pelo contrário, são aquelas em que se participa por vontade própria ou se o permitem o tempo e o lugar, onde Serdoura integra acções de estar, lazer e permanência. Em último lugar, as acções sociais são todas as que dependem da presença de outros indivíduos nos espaços públicos, incluindo os contactos passivos – ver e ouvir os outros utentes do

¹⁵ Na terminologia de Gehl, o termo empregue é “actividade” e não “acção”.

¹⁶ Na sua terminologia, “tipos de deslocação”, na senda de Motloch (1990): directa, indirecta, fluida, deambulatória, circuitos e sinuosa.

espaço. Gehl também lhes chama actividades resultantes por decorrerem, o mais das vezes, de acções englobadas nas outras duas categorias, desenvolvendo-se em conexão com outras acções e actividades pelo simples facto de as pessoas coexistirem num mesmo espaço, se encontrarem, cruzarem ou, simplesmente, estarem à vista umas das outras. Estas acções sociais ou resultantes corresponderão, em grande parte, a actos que, na partição que avancei inicialmente, cairão sob a alçada das interacções, em particular da intersubjectividade. Serdoura particulariza-as em convívio, recreio (convencional e não convencional) e troca. Este último autor identifica ainda um conjunto de actividades anti-sociais (acção delinquente, indesejável, negligente, transgressiva ou anti-comunicacional), às quais Gehl não faz qualquer menção.

Desde já se depreende o potencial de complexificação inerente ao tema – as acções dos indivíduos nos espaços públicos podem ser cumulativas, simultâneas: a acção necessária de esperar por alguém pode ser simultânea a uma outra qualquer acção, ler um livro, conversar com alguém, enquanto se espera. A porosidade da fronteira entre os diferentes tipos de acção e a facilidade com que elas se intersectam tornam esta classificação pouco operativa para os propósitos deste trabalho.

A classificação a encontrar aqui deve ser sobretudo diferenciadora de distintas nuances qualitativas na vivência do espaço, simultaneamente dando margem para um rigor descritivo do que as pessoas fazem no espaço público e não tanto baseada na necessidade da acção. Todavia, a motivação subjacente a determinada acção pode revelar-se factor importante para distinguir acções essencialmente distintas.

Procuró, então, uma classificação que distinga vivências qualitativamente diferentes; para algumas delas, avançarei com particularizações adicionais, mas que, sublinho, não esgotam a miríade de acções concretas que podem cair sob a alçada do tipo de acção em questão.

O ponto de partida para a procura desta taxinomia de acções no espaço público será a grosseira divisão entre as funções **circular** e **estar** no espaço público, as quais, como já afirmei anteriormente, também se encontram fortemente relacionadas, sendo a fronteira entre ambas por vezes difícil de traçar.

Um último reparo, antes de avançar para a apresentação da taxonomia de acções: estas tanto podem ser levadas a cabo individualmente, por uma pessoa sozinha, como acompanhada. Neste último caso, já não se tratará de uma acção em sentido estrito, mas antes de uma interacção, mais propriamente de intersubjectividade.

Começando pela função **circular**, o seu definidor mínimo é, naturalmente, o consistir num acto de deslocação entre dois pontos, uma origem e um destino. A motivação será o primeiro factor de distinção dentro desta categoria macro. Assim, distingo, em primeiro lugar, uma **circulação necessária** que, em alguns casos, se revelará essencialmente distinta de outras formas de circulação, com consequências igualmente distintas para a vivência do espaço público. Especificamente, por circulação necessária entendo uma circulação em sentido estrito, em que o peão utiliza o espaço público quase exclusivamente como um espaço canal, indiferente ao entorno para lá do que a circulação exige. O passo é decidido, a

deslocação é instrumental, o objectivo é claramente definido, chegar a um qualquer destino. Estereotipicamente, corresponderá à deslocação directa, em linha recta sem desvios, avançada por Serdoura.

Opõem-se a esta circulação necessária as circulações que, ainda que possam ter um destino e uma motivação instrumental, contêm igualmente uma forte componente de fruição do espaço urbano e da presença de outros indivíduos no mesmo, que se assume, ela mesma, como um dos objectivos da deslocação. A este tipo de circulação chamo **circulação com contemplar / ver / fruir**, sem grandes preocupações com o significado estrito dos verbos. Na verdade, termos como passear, vaguear, *flanar*, deriva, poderiam servir igualmente para nomear este tipo de circulação.

Um terceiro tipo de circulação engloba todas aquelas cujo principal fim é o do exercício físico, incluindo *jogging* e *power walking*, e recebe o nome de **circulação desportiva**, que Serdoura, por seu turno, integra nas acções de recreio convencional. Esta circulação não ignora o espaço público, nem que seja pela natural necessidade de contornar pessoas e obstáculos, podendo, até, conter dose de fruição do mesmo, mas o propósito primário é o do exercício físico e, nesse sentido, é autotélica e pouco permeável à interrupção e é por isso que é essencialmente distinta das anteriores. Este seu desejo de ininterrupção e a sua associação à “saúde” levam os seus executantes a privilegiar determinado tipo de espaços, nomeadamente percursos pedonais, áreas ambientalmente agradáveis, com pouco tráfego motorizado.

A função **estar** pressupõe um certo estatismo por parte do utente do espaço público; a circulação, a existir, é interna. Os seus executantes podem estar de pé, sentados ou deitados.

O primeiro tipo de acções recebe o nome de **contemplar / ver / fruir**. É sempre, de certa forma, um “consumo”, embora não de uma actividade organizada, como o termo é entendido neste trabalho (ver ponto sobre “presença de actividades”): pode sê-lo do espaço, da vista, das pessoas, do estado do tempo, de toda a “cena urbana”¹⁷. Quando implica ver outros, coloca-se no limiar da intersubjectividade, da acção social, a que Gehl (2006) dá o nome de contactos passivos de ver e ouvir. Trata-se, também, da estadia no espaço público como actividade de lazer, na forma ampla em que Stevens (2007: 28) o define: «o luxo de passar tempo livre de compulsão, em particular da necessidade de participar em actividades produtivas» que «tende a estar demarcado em espaços e tempos especiais» e pode, por vezes, levar a uma renúncia da diversidade, complexidade e intensidade da cidade.

Um segundo tipo de acções, que pode estar bastante imbricado com o primeiro, **utiliza o espaço público como cenário vivo da acção**. Tratam-se de acções que não têm que ser necessariamente levadas a cabo no espaço público, mas cujo executante decide fazê-lo. Ou seja, ainda que a acção tenha, ela

¹⁷ À laia da figura do *flâneur*, de Benjamin e Baudelaire, que se passeia, lentamente, pelas ruas da cidade, fruindo da cena urbana, pessoas e espaço (Silvano, 2002); e da do *consumactor*, de Cachinho (2006), que se relaciona com o espaço e sociedade sobretudo através do acto do consumo, mas que é, simultaneamente, actor da cena urbana que consome, tornando-se, ele mesmo, objecto de consumo, espectador e actor, protagonista e acontecimento.

mesma, um propósito específico independente do espaço público, o facto de este ser o local eleito para o fazer não é casual, podendo justificar-se pelo desejo de estar em contacto com outras pessoas, de estar num espaço exterior... A qualificação do cenário como “vivo” pretende sublinhar a imbricação profunda deste tipo de acções com as de contemplar / ver / fruir e de como facilmente a acção pode ser interrompida não só para contemplar e fruir do cenário, como para interagir com outros indivíduos ou actividades. Dentre as acções que podem utilizar o espaço público como cenário vivo, surgem-me duas fundamentais: a primeira engloba **ler, estudar, desenhar, utilizar o computador...** A segunda consiste em **comer e beber** no espaço público.

Um terceiro tipo de estar é o **estar necessário**. Tratam-se de acções que têm lugar no espaço público em consequência de uma qualquer condicionante (uma proibição, normas de etiqueta, uma ausência...) que “obrigam” o indivíduo a estar, naquele momento, no espaço público. A noção torna-se mais clara através de três exemplos concretos. O primeiro é **fumar**, acção que só merece destaque na medida em que decorre da proibição de o fazer em muitos recintos fechados e edifícios públicos; há, assim, utilizações relevantes do espaço público por utilizadores que aí se deslocam exclusivamente para fumar, em particular junto às fachadas dos edifícios, das quais Serdoura também dá conta. A segunda acção a merecer destaque é a de **falar ao telemóvel**, na medida em que os indivíduos podem, por vezes, deslocar-se propositadamente do interior de um edifício para o espaço público para o fazer, quer em busca de melhor cobertura de rede, de menos ruído, de privacidade ou por polidez para com demais utilizadores do espaço interior em que se encontravam. Em terceiro lugar, destaco a acção de **esperar**, quer por pessoas, quer por transportes públicos. Trata-se, no fundo, de uma interacção com uma ausência e é frequentemente simultânea a outras acções que a ela se sobrepõem – o acto de “matar o tempo”. É, por isso, potencialmente difícil de identificar, em particular quando a espera é por um indivíduo (porque, no caso da espera por um transporte público, esta é normalmente feita junto a uma paragem).

Um quarto conjunto de acções é tipificado pela categoria **brincar / jogar**¹⁸ que, ainda que sejam habitualmente acções desempenhadas em grupo (logo, interacções), podem também ser conceptualizadas enquanto acções individuais.

Apesar de poder surgir num contexto de lazer, não depende dele, e sublinha o potencial da experiência urbana na promoção de um comportamento activo, criativo e público. Estas acções são não instrumentais, separadas do quotidiano por um conjunto de regras e limites, envolvendo, frequentemente, o contacto com estranhos e acções em que as pessoas testam e expandem os seus limites (Stevens, 2007). Este autor tipifica as acções de brincar/jogar, sublinhando a forma como estas se distinguem da

¹⁸ As referências fazem-se à expressão inglesa *play*, cuja tradução não é óbvia, podendo significar brincadeira, jogo ou recreio. Stevens (2007) sublinha a dificuldade na definição de *play* que, mais do que um conjunto discreto de acções, consiste numa característica que poderá existir em maior ou menor grau em vários tipos de comportamento humano. Apesar de reconhecer esta característica de *play*, é precisamente o desejo de tornar esta tipologia o mais operacionalizável possível que me leva a escolher a tradução brincadeira / jogo, por remeter simultaneamente para um conjunto discreto de acções facilmente identificável e para uma disposição, uma postura que poderá perpassar outras acções, cuja identificação será, naturalmente, mais difícil de alcançar.

instrumentalidade do trabalho e do consumo, na senda de Caillois (1963). São quatro as formas elementares identificadas: **competição, azar, simulação e vertigem**, sendo que cada uma delas subverte dialecticamente a lógica instrumental do quotidiano e da organização capitalista da sociedade de formas distintas, promovendo uma mais intensa experiência da vida e um mais acentuado envolvimento físico e mental com a especificidade e estranheza existentes no meio urbano. Ao passo que competição e simulação se concentram num maior controlo pessoal sobre o corpo e o significado dos actos comunicacionais, o azar e a vertigem assumem-se como escape a controlos perceptivos e comportamentais.

Um outro tipo de classificação das acções recreativas, mais descritivo da acção propriamente dita¹⁹ e não tanto da forma como esta subverte a lógica do quotidiano, poderá revelar-se igualmente apropriado e, talvez, mais eficaz na caracterização da vivência de um espaço, na medida em que não pressupõe confronto com constructos teóricos complexos, como os de Caillois/Stevens. No entanto, creio que fazê-lo exaustivamente nesta fase não acarretará particulares ganhos na análise, porque me parece que é precisamente a ruptura da brincadeira / jogo com a lógica instrumental do dia-a-dia que lhe confere capacidade de provocar modulações na vivência do espaço.

Há, no entanto, algumas situações que merecem particularização, precisamente por serem definidoras de alterações qualitativas significativas na ambiência de um espaço. Em primeiro lugar, destaco as acções de brincadeira/jogo levadas a cabo por segmentos específicos da população, nomeadamente **crianças e adolescentes**. A presença de crianças no espaço público, em particular sem supervisão de adultos, é uma realidade cada vez mais rara, motivada por preocupações com a segurança, não só por percepções de maior criminalidade, mas também pelo intenso tráfego automóvel (Carmona *et al.*, 2008). Perversamente, este gradual afastamento das crianças do espaço público tem-nas tornado uma presença crescentemente indesejável nos mesmos (*ibid.*). O surgimento de espaços dedicados para a brincadeira e recreio das crianças poderá ser interpretado como uma resposta a este duplo fenómeno. E a eventual **existência de espaços dedicados para acções de brincadeira/jogo**, quando inseridos no espaço público, será o segundo aspecto destas acções a merecer destaque.

Outro grupo que tem vindo a ser progressivamente afastado dos espaços públicos são os adolescentes (*ibid.*; Malone, 2002), daí o destaque que lhes é conferido aqui. Este afastamento é particularmente notório, merecendo explicitação neste trabalho, na sua conjugação com determinadas acções às quais se atribui frequentemente teor anti-social e disruptivo e das quais os adolescentes se assumem como protagonistas preferenciais, como **andar de skate, de patins em linha, de bicicleta** (Carmona *et al.*, 2008; Malone, 2002; Stevens, 2007), não numa óptica de deslocação, mas numa de **acrobacia**, da **vertigem**, tal como Stevens (2007) a conceptualiza. Este afastamento é operado de duas formas

¹⁹ Como, por exemplo, o de Serdoura (2006), que identifica, no seio das acções sociais, recreio convencional (correr / jogging, jogar e piqueniques) e não convencional (andar de skate, de bicicleta e passear o cão). Curiosamente, coloca a acção brincar na dependência do lazer, que se integra nas acções opcionais.

distintas: por um lado, através da criação de espaços dedicados, como os *skate parks*, e/ou através da ocupação, por parte dos praticantes destas modalidades, de espaços intersticiais e marginais da cidade.

As exclusões operando no espaço público relembram que a cidade é, por definição, um espaço de conflito e desigualdades que se reflectem, inquestionavelmente, na utilização dos seus espaços públicos. Os supramencionados **comportamentos anti-sociais** apontados por Serdoura são disso mesmo reflexo. Estes comportamentos não se cingem ao domínio das acções individuais, podendo incluir-se, igualmente, nos das actividades e das interacções. No caso das acções individuais, o comportamento anti-social é, até, relativamente negligenciável, na medida em que, as mais das vezes, este pressupõe alguma dose de interacção. Assim, parece-me que há duas acções mais relevantes a merecer destaque neste momento: o **vandalismo** (entendido em sentido lato, desde vandalismo propriamente dito até outras acções socialmente menos condenadas, como urinar na via pública) e o **consumo de drogas**. Neste último caso, penso que deve ser sobretudo o consumo de drogas pesadas a ser considerado – o consumo de drogas leves é de tal modo banalizado e tolerado, adquirindo contornos de momento de sociabilidade, que considerá-lo como uma actividade anti-social me parece algo desfasado da realidade.

A Tabela 3.4 sintetiza esta classificação.

Tabela 3.4 – Tipos e subtipos de acções individuais

TIPO	SUBTIPO	PARTICULARIZAÇÕES
Circular	Circulação necessária	-
	Circulação com contemplar / ver / fruir	-
	Circulação desportiva	-
Estar (de pé, sentado, de pé)	Contemplar / ver / fruir	-
	Utilização do espaço como cenário vivo da acção	Ler, estudar, desenhar, usar o computador
		Comer / beber
		Fumar
	Estar necessário	Falar ao telemóvel
		Esperar por pessoas
		Esperar por transporte público
	Brincar / jogar	Competição / azar / simulação / vertigem
		Vertigem: andar de skate, de bicicleta, de patins
		Em espaços dedicados?
Comportamentos anti-sociais	Vandalismo	-
	Consumo de drogas (pesadas)	-

3.3.2. Actividades organizadas

Relembro que, neste ponto, me refiro a actividades, organizadas por um ou mais produtores, que pressupõem a existência de um consumidor; actividades estas que tanto podem ocorrer nos edifícios que rodeiam o espaço público, as actividades marginais, como podem ser oferecidas no próprio espaço público. Recordo, igualmente, que a tipificação das variáveis funcionais de Serdoura foi descartada para a tipificação de actividades com base nas suas características intrínsecas. Sê-lo-á agora também nesta tipificação presidida por critérios de ordem relacional, nomeadamente a forma como as actividades se relacionam com o espaço público.

A proposta de Serdoura não permite, de facto, destringir distintos impactos na vivência local. Apesar de se poder associar a certo tipo de actividades um ou outro tipo de impactos no espaço público (e sobretudo ao nível da geração de fluxos pedonais, aliás como Serdoura sublinha), a sua influência nas nuances vivenciais dos lugares não é exclusivamente determinada pela oferta funcional. É, o mais das vezes, a forma como (o lugar da) actividade se relaciona com o espaço público e, em particular, a forma como organiza a transição entre domínios privado e público, que se revela de importância capital para as dinâmicas de utilização do espaço público envolvente (e.g. Whyte, 1990; Alves, 2003; Gehl, 2006).

Daí a necessidade de adopção de outra construção tipológica. Ainda que o objecto da construção tipológica seja, aqui, o mesmo que no capítulo anterior, **a presente classificação é regida por critérios relacionais**: a forma como a actividade se relaciona, fisicamente, com o espaço.

Assim, no que às **actividades marginais** diz respeito, retomo duas noções apresentadas no capítulo anterior: a divisão macro em **uso residencial** e um outro *lato sensu* **terciário** e o realce de que as actividades marginais ao espaço público são particularmente relevantes ao nível do **rés-do-chão** e que, a partir do 5.º piso, a distância em relação ao espaço público é de tal modo grande que as possibilidades de interacção entre domínio privado e público são bastante reduzidas (Gehl, 2006) e, dum ponto de vista analítico, despicientes.

O uso residencial não é particularizado com subtipos porque, ainda que a sua relação com o espaço público possa ser, também ela, altamente variável, a sua utilização é essencialmente interna e confinada. Todavia, a variabilidade da relação com o espaço público (que pode, inclusivamente, dar lugar a domesticações do público) parece-me ser sobretudo influenciada, não pelas características da actividade, mas pelo comportamento dos indivíduos. Ainda assim, é de notar que a arquitectura pode influenciar determinantemente esse comportamento; veja-se, a título de exemplo, a relevância dos logradouros à frente da habitação para a sociabilidade no espaço público notada por Gehl (2006), para além da própria altura da construção. Regressarei a este assunto aquando da discussão dos factores para a animação do espaço público.

A assunção é, então, a de que o **uso residencial** influencia a utilização do espaço público pelo papel deste último no **acesso ao edifício**, não obstante as eventuais interacções (casa-espaço) que possibilite.

A transição entre espaço doméstico e público pode, porém, ser mais ou menos abrupta, não só pelas características da entrada no edifício habitacional, mas também através da utilização que se faça das janelas dando para o espaço público.

Já no que concerne às **actividades terciárias**, distingui-las em função da interacção que estabelecem com o espaço público parece conveniente, porque esta interacção pode assumir-se como parte determinante da razão de ser da própria actividade e, conseqüentemente, pedra-de-toque no seu *modus operandi*.

O primeiro tipo de actividades terciárias é, pois, aquele que engloba as actividades **fechadas em si mesmas**, consumidas/usufruidas pelos utentes no seu interior, e que, por conseguinte, só se relacionam com o espaço público através do seu papel na função de acesso ao edifício albergando a actividade.

Inversamente, existem **actividades terciárias que interagem com o espaço público**, e que o podem fazer **de três formas**. Uma primeira é através da **montra**, que permite que, desde fora, se veja a actividade ocorrendo no interior do edifício. Uma segunda consiste em **contemplar / ver / fruir**, essencialmente igual à acção individual descrita anteriormente, mas com a diferença de ser feito **a partir do interior** do edifício onde a actividade é oferecida. Este contemplar / ver / fruir é, igualmente, uma das formas, a que já aludi, através das quais a actividade residencial pode tornar a fronteira privado-público mais porosa. Por fim, uma terceira forma através da qual a actividade terciária marginal pode interagir com o espaço público é através de uma **interacção directa**.

Para além de actividades marginais, existem **actividades no próprio espaço público**. Um primeiro tipo está intimamente associado a uma actividade marginal e consiste, precisamente, num reflexo da mesma. Este **espelho da actividade marginal** acentua a relação do espaço público com a fachada e o interior do edifício e existe em estrita dependência e articulação com a actividade, por vezes mimetizando-a. Exemplos disto serão esplanadas, geralmente de pequena dimensão, tangentes à fachada, ou expositores de produtos igualmente tangentes à fachada. Um segundo tipo de actividade no espaço público é a **actividade fixa pontualizada**: uma actividade de implantação pontual no espaço público e fixa, como, por exemplo, quiosques. O terceiro tipo identificado é o da **actividade móvel pontualizada**: de implantação igualmente pontual, a oferta desta actividade é, por contraste à anterior, móvel, como por exemplo a venda ambulante. Por último, existem actividades de **ocupação do espaço público em ocasiões excepcionais**, onde se incluem feiras, eventos culturais, entre outros.

Um factor adicional de análise, que se deverá incorporar nesta construção tipológica das actividades em espaço público, é a eventual **provisão de espaço sentado** por qualquer um dos tipos de actividade apresentados, com excepção das actividades móveis pontualizadas.

As actividades, pressupondo oferta e procura, correspondendo a **comportamentos anti-sociais** podem, claro está, associar-se à taxonomia acima descrita. Dada a sua especificidade, parece-me, no entanto,

preferível apresentá-las separadamente. Actividades anti-sociais são, então, a título de exemplo, prostituição e mendicância.

Há, ainda, outro tipo de elementos no espaço público enquadrável nesta noção de actividade como algo que pressupõe oferta e procura ou, neste caso, emissores e receptores. Tratam-se das **actividades comunicacionais** em espaço público, excluindo a intersubjectividade – ou seja, **mensagens apostas no espaço público, processos comunicacionais genericamente unidireccionais**. Integro-as aqui, na vivência, e não na presença, por considerar que os seus impacto e relevância no espaço público são eminentemente qualitativos.

A “unidireccionalidade” do acto comunicacional significa, aqui, uma mensagem emitida por um determinado emissor (seja um indivíduo, um conjunto de indivíduos ou uma instituição) que se dirige ao “público” enquanto entidade abstracta. Identifico **três modalidades** de actividade comunicacional de maior relevância.

Em primeiro lugar, a **publicidade**, seja comercial ou institucional, que ocupa suportes próprios, fachadas de edifícios (sejam sinais luminosos ou publicidade às próprias actividades marginais ou cartazes sobre elas afixados) ou outros elementos do espaço público.

Em segundo lugar, **graffitis e outras “artes urbanas”** (*stickers, stencils, etc*): ainda que o processo comunicacional seja análogo ao da publicidade, dele se distingue não só pela natureza do conteúdo das mensagens, mas também pelo “modo de afixação” da mensagem, frequentemente ilegal / clandestino. É a conjugação destes dois elementos que confere muito do teor subversivo a estas artes de guerrilha urbana. A **arte pública**, de forma mais ou menos óbvia, dependendo das suas características próprias, poderá assumir-se, também ela, eminentemente como actividade comunicacional.

Por último, identifico a **manifestação**. Difere dos dois anteriores porque a mensagem é, por assim dizer, veiculada “em directo” por um conjunto de pessoas (ainda que existam manifestações individuais), mensagem esta o mais das vezes de teor político, seja mais ou menos festiva, mais ou menos emotiva. Pode ter uma relação estática com o espaço público (concentração em determinado espaço) ou articular-se ao longo de um percurso, terminando as mais das vezes numa concentração.

A Tabela 3.5 sintetiza esta classificação.

Tabela 3.5 – Classificação de actividades organizadas em função da sua relação com o espaço público

TIPO	SUBTIPO	SUBTIPO	PARTICULARIZAÇÕES
Actividade marginal	Uso residencial	-	-
		Fechado em si mesmo	-
	Uso terciário	Interage com espaço público	Montra
			Contemplar / ver / fruir a partir de dentro Interacção directa
Actividades no espaço público	Espelho da actividade marginal	-	Disponibilização de lugares sentados?
	Fixa pontualizada	-	Disponibilização de lugares sentados?
	Móvel pontualizada	-	-
	Ocupação do espaço público em ocasiões especiais	-	Disponibilização de lugares sentados?
Actividade anti-social	Prostituição	-	-
	Mendicância	-	-
Actividade comunicacional	Publicidade		
	Graffiti e outras artes urbanas		
	Arte pública		
	Manifestação	-	-

3.3.3. Interacção

3.3.3.1. Intersubjectividade

Por **intersubjectividade**, não entendo nem incluo todas as situações de co-presença – que se manifesta na percepção, por parte dos indivíduos, de que estão suficientemente próximos de outrem para serem percebidos no que quer que estejam a fazer, incluindo a sua experiência dos outros, e suficientemente próximos para que essa consciência de que se está a ser percebido por outrem seja, ela mesma, perceptível (Goffman, 1966). Nas ruas públicas, a região do espaço em que se poderá afirmar que esta presença mútua prevalece não pode ser claramente delimitada, uma vez que as pessoas presentes em diferentes pontos ao longo da rua podem conseguir observar e ser observadas por conjuntos ligeiramente diferentes de indivíduos.

Esta co-presença, ainda que não seja necessária no espaço público, é absolutamente admissível em qualquer uma das acções individuais no espaço público e, em alguns casos, até por elas pressuposta. O que distingue a intersubjectividade no espaço público, tal como ela é aqui definida, é **um agenciamento partilhado, a existência de uma acção que é levada a cabo por dois ou mais indivíduos** ou, na terminologia de Goffman (1966), de uma **interacção focada** (*focused interaction*), que ocorre quando as pessoas se aproximam para sustentar um único foco de atenção, sendo a situação paradigmática a da **conversa**. Opõe-se conceptualmente a uma interacção desfocada, o tipo de comunicação que tem lugar

quando se recolhe informação sobre outra pessoa presente no espaço ao olhar para ela, ainda que momentaneamente, quando esta atravessa o campo de visão do sujeito.

Contemplar, ver ou fruir da presença de outros no espaço público (os contactos passivos de ver e ouvir, no dizer de Gehl) são, portanto, interacções desfocadas, na fronteira entre acções individuais e intersubjectividade: pressupõe a co-presença e tem um único foco de atenção, também (a cena urbana, as pessoas), mas que não é partilhado, é unívoco.

Aquando da apresentação das **acções individuais**, afirmei que, **se levadas a cabo por mais que uma pessoa, integrar-se-iam aqui, na intersubjectividade**. Assim, uma **primeira tipificação** da intersubjectividade consiste precisamente na descrição da acção levada a cabo e **transporta todas as acções identificadas em 3.3.1, com a nuance de serem executadas por dois ou mais indivíduos**. A estas haverá que acrescentar o acto de **conversar**. Creio ser importante frisar que contemplar / ver / fruir tem, também, lugar nesta tipologia de acções intersubjectivas; todavia, não a integra no sentido de haver *feedback* directo entre observado e observador, mas no de haver mais que um observador que contemplam / vêem / fruem a cena urbana em conjunto.

Em qualquer análise da intersubjectividade, a **dimensão do grupo** envolvido numa mesma acção é aspecto relevante e, conseqüentemente, deve ser tido em conta, assim como a **duração (temporal) do contacto**.

Uma **segunda forma de tipificar** a intersubjectividade no espaço público, cumulativa à primeira, fá-lo a partir do **modo de encontro dos indivíduos**. Assim, podem identificar-se dois grandes tipos: **encontros combinados e encontros fortuitos**. Os encontros combinados, quando tal for perceptível pela observação directa, constituem um indicador de qualidade do espaço público, sobretudo quando conjugado com a descrição da acção que esses indivíduos levam a cabo: o facto de aquele espaço público ter sido eleito, especificamente, para o encontro e prossecução de determinada actividade indica que esses indivíduos consideram o espaço com qualidade / agradável o suficiente para o efeito. Naturalmente, se o motivo desse encontro for exclusivamente o acesso a uma actividade marginal ou nas imediações do espaço público, não se poderá retirar o mesmo tipo de ilações. Dentro dos encontros fortuitos, pode fazer-se subdivisão que diferencie duas realidades bastante distintas: a **interacção entre conhecidos** e a que tem lugar **entre desconhecidos**.

Dentro da interacção entre conhecidos, seja ela combinada ou não, há nuances qualitativas importantes, ainda que a sua análise possa conhecer dificuldades. Estas subtilezas têm, sobretudo, a ver com a proximidade entre os indivíduos ou, no dizer de Gehl (2006), com **a intensidade, variável, dos contactos sociais** no espaço público. Assim, a uma intensidade crescente dos contactos (desde a intensidade mínima dos contactos de ver e ouvir até à intensidade máxima dos que unem amigos íntimos) contrapõe-se, de forma aproximadamente inversamente proporcional, a sua frequência no espaço público. À semelhança do que foi avançado a propósito de uma percepção de qualidade do espaço quando escolhido para encontro entre conhecidos, a existência de manifestações de afecto no espaço

público é, analogamente, também ela uma manifestação da sua qualidade vivencial (Project for Public Spaces, 2000).

O papel da intersubjectividade numa concepção normativa de espaço público é, relembro, particularmente vincado quando esta ocorre entre estranhos (Kohn 2008), e é-o ainda mais quando é o espaço público, ou a vida que se desenrola no seu seio, que despoleta esse contacto, naquilo que Whyte (1990) designa a capacidade trianguladora (de estabelecimento de triangulações) do espaço e vida públicos. Ambos os autores valorizam triangulações que envolvam indivíduos que não se conheçam previamente.

Relacionável tanto com noções de “intensidade de contacto” como de “contacto entre estranhos” é a questão do **comportamento anti-social**. Neste domínio parece-me haver duas situações distintas: uma é a do **crime**, seja o assalto ou a agressão, em que há atacante e vítima identificáveis. Mas a agressividade e conflitualidade em espaço urbano não são exclusivas da actividade criminosa, na sua acepção tradicional. A segunda situação-tipo de agressividade/conflito em espaço público é a que opõe distintos utilizadores (independentemente de conhecimento prévio) do espaço, numa **altercação** sem intenção criminosa prévia, que poderá variar entre o **insulto**, a **discussão** até à própria **agressão** (mútua).

A Tabela 3.6 resume as disposições tecidas a propósito da modalidade de encontro entre os indivíduos e as interações agressivas / de conflito. Para evitar repetições, não apresento em tabela a intersubjectividade que consiste na prossecução das acções patentes na Tabela 3.4 por mais que um indivíduo, às quais basta acrescentar a interacção de conversar.

Tabela 3.6 – Classificação da intersubjectividade em função da modalidade de encontro entre os indivíduos

TIPO	SUBTIPO	PARTICULARIZAÇÕES
Encontros combinados	-	Dimensão do grupo
		Duração do contacto
		Intensidade do contacto
Encontros fortuitos	Entre conhecidos	Dimensão do grupo
		Duração do contacto
		Intensidade do contacto
	Entre estranhos	Dimensão do grupo
		Duração do contacto
		Intensidade do contacto
Agressividade / conflito	Crime	Roubo
		Agressão
		Insulto
	Altercação	Discussão
		Agressão

3.3.3.2. Consumo

Uma vez que as qualidades vivenciais das actividades foram sistematizadas precisamente em função da forma como interagem com o espaço público, a relação que as pessoas com ela estabelecem será simétrica a essa mesma taxonomia. Assim sendo, nos usos residenciais e nas actividades terciárias

fechadas em si mesmas predominará, quase exclusivamente, o **acesso** ao edifício como interacção indivíduo-actividade.

O acesso é, também, interacção existente entre indivíduos e todas as restantes actividades marginais terciárias. Interpelando directamente a taxonomia anterior, podem identificar-se, ainda, as seguintes interacções indivíduo-actividade marginal: **ver montras e contemplar / ver / fruir, a partir de dentro**.

A **interacção directa** da actividade com o espaço público requer umas palavras mais. Esta pode tomar várias formas, através de música, por exemplo, ou da figura do trabalhador/fornecedor do serviço que interage directamente com o espaço público e seus utentes. Recordo que quando esta interacção directa se manifesta em ocupação física do espaço público, ela é considerada uma actividade no espaço público (já lá irei). Assim, não excluindo outras formas de relação indivíduo-actividade baseadas numa interacção directa desta última com o espaço público, parece-me que o seu veículo privilegiado é o da **intersubjectividade entre fornecedor do serviço e potencial utente/cliente**.

Quanto às **actividades no espaço público**, há alguns aspectos a ter em conta. Um primeiro é o **consumo propriamente dito**, uma vez que ao contrário das actividades marginais, a troca do bem ou serviço entre indivíduo e actividade tem lugar no próprio espaço público. Estas modalidades de consumo estão, obviamente, bastante dependentes da própria natureza da actividade, mas é possível, pelo menos, pensar dois momentos: o da avaliação do produto pelo utente (análogo ao “ver a montra”) e o da aquisição que, aqui, suprime a necessidade de acesso ao edifício²⁰.

Um segundo aspecto reporta-se ao **lugar do consumo**, particularmente relevante quando a actividade em causa é a da venda de comida e bebida. Articula-se fortemente com a provisão ou não de lugares sentados anteriormente assinalada, mas fá-lo também com a existência de espaço sentável, ainda que formalmente não seja esse o seu propósito primeiro (Whyte, 1990; Franck e Stevens, 2006). Ou seja, é relevante analisar onde é que os bens e serviços adquiridos no espaço público são alvo de “consumo final”, de forma a procurar relações com o espaço físico.

A noção de “**espelho da actividade marginal**” sugere uma relação indivíduo-actividade idêntica (ou quase) à que tem lugar no interior do edifício. Assim, as modalidades específicas desta interacção dependerão fortemente do tipo de actividade em questão e da forma, física, da sua implantação no espaço, não me parecendo particularmente frutuoso tentar particularizações adicionais neste momento genérico: se a actividade se implanta no exterior mimetizando o interior, será de esperar que a forma de interacção seja, também ela, análoga. Todavia, refiro ainda que a presença da actividade no espaço público, espelhando a actividade marginal, pode também, suscitar/incentivar o acesso ao interior do edifício.

²⁰ Que pode, ainda assim, ocorrer no caso das actividades “espelho das actividades marginais”.

Creio que as **actividades culturais e recreativas em espaço público** detêm especificidades na relação “produtor”/“consumidor” que justificam uma nota suplementar; a separação “contacto com actividade” – “decisão de consumo” não é aqui frutífera, porque o contacto com a actividade é, desde logo, consumo da mesma. Independentemente da “dimensão” da ocupação do espaço público (seja o artista de rua que se aproxima da “actividade fixa pontualizada” ou o evento constituindo “ocupação do espaço público em ocasiões especiais”, creio ser possível ensaiar tipificação da **forma de relacionamento do público com a actividade**.

Assim, uma primeira modalidade deste relacionamento é a figura do **espectador passivo**, inspirada no espectador de teatro da *Carta ao M. d’Alembert sobre os espectáculos* de Rousseau (Kohn, 2008). Este espectador observa o que se passa num palco de forma objectual, exacerbando um dualismo sujeito-objecto. O enfoque do olhar do espectador não são os outros espectadores que com ele assistem ao espectáculo nem a generalidade do espaço público, mas o que ocorre no “palco”²¹. Há, portanto, uma sorte de culto do isolamento, sendo que os espectadores estão unidos apenas pela partilha do foco de atenção, e a criação da noção de que o espectador não intervém de qualquer forma que seja no que está a observar²², limitando-se a consumir, de forma passiva, o espectáculo.

A segunda modalidade de relacionamento interpela o comportamento no festival público identificado por Rousseau. Ainda que admita a existência de uma actividade num “palco”, esta modalidade admite que ela não constitui o único foco de atenção dos utilizadores do espaço público. Pelo contrário, a intersubjectividade, interacção directa entre os diferentes indivíduos, está presente e é relevante, relegando, inclusivamente, a actividade para pano de fundo. A função social, ou de sociabilidade, pode aqui ser tão ou mais importante que a actividade a ser apresentada. Uma vez que esta postura se não associa exclusivamente à ocorrência de um festival público, ela é aqui designada por **“ver e conviver”**.

Por fim, uma terceira modalidade é a da **intervenção directa do público** na actividade. Endereça-se sobretudo a práticas artísticas ou de animação onde o indivíduo intervém directamente na actividade a ser oferecida. Esta modalidade é mais rara e decorre quase exclusivamente da lógica da actividade.

A Tabela 3.7 sumariza a classificação das modalidades de consumo de actividades.

²¹ “Palco” surge aqui de forma metafórica, à laia de Gastal (2004), não significando necessariamente a existência de uma estrutura física, antes a de uma actividade que busca visibilidade e o centro da atenção de um conjunto de indivíduos.

²² Noção falaciosa para muitos, epitomizada pela máxima duchampiana (Duchamp e Cabanne, 1990) de que o espectador tem um papel tão relevante na criação do objecto artístico como o próprio artista.

Tabela 3.7 – Classificação das modalidades de consumo de actividades

TIPO	SUBTIPO	PARTICULARIZAÇÕES
Relação com actividade marginal	Acesso	-
	Ver montras	-
	Contemplar / ver / fruir a partir de dentro	-
	Espelho da actividade marginal	-
Relação com actividades no espaço público	Avaliação do “produto”	-
	Aquisição do produto	-
Consumo de comida / bebida	-	Onde?
Relação com actividade cultural / recreativa	Espectador passivo	-
	Ver e conviver	-
	Intervenção directa na actividade	-

3.3.3.3. Relações entre actividades

Ao contrário do afirmado a propósito da intersubjectividade, o pressuposto para a relação entre actividades é a de que esta existe e deve ser considerada sempre que há situações de co-presença no/em torno do espaço público. Referi, a propósito da presença de actividades no espaço público, que o facto de se constituírem numa lógica de oferta pressupõe a existência de uma procura. Atrair público(s) é, portanto, um dos objectivos de qualquer actividade; afirmando-se como, pelo menos, uma das suas razões de ser, a necessidade de atracção de utentes pode ser considerada, então, como uma questão de sobrevivência: sem procura, não se justificará uma oferta.

É esta questão da **sobrevivência** que permite que a tipificação da relação entre actividades se inspire, por analogia, na tipificação das interacções entre espécies feita no seio da Ecologia, que se baseia, precisamente, nos impactos destas interacções no crescimento e sobrevivência das duas populações em questão.

Em concreto, e tal como é apresentada por Odum (2001), a taxonomia distingue interacções com impactos positivos, neutros ou negativos em cada uma das populações envolvidas. No entanto, a transposição desta taxonomia para as actividades requer um alargamento da análise dos impactos da interacção. Sendo o propósito o de analisar vivências no espaço público, a classificação não se pode articular exclusivamente em função do impacto na sobrevivência da actividade. Ela deve contemplar simultaneamente **o impacto da relação nas actividades elas mesmas e nos seus utentes e do espaço público**. E deve fazê-lo de duas formas distintas: a nível da **complementaridade funcional** entre as actividades (isto é, se as ofertas das actividades se complementam) e ao nível do seu **efeito vivencial** (isto é, se o seu efeito na vivência e ambiência do espaço público é compatível ou, pelo contrário, gerador de eventuais conflitos).

Odum identifica dois tipos gerais de interacções, as positivas, em que ambas as populações beneficiam com a interacção ou em que uma dela beneficia e a outra por ela não é afectada, e as negativas, onde ambas são por ela prejudicadas ou apenas uma o é, enquanto à outra a interacção se revela indiferente.

Há, depois, um conjunto de interacções em que uma das populações é beneficiada e a outra prejudicada, sendo a sua tipificação como positiva ou negativa dependente da população em que a análise se centrar. Há, ainda, um tipo de interacções designada por neutralismo, onde nenhuma das populações é afectada pela associação com a outra.

Dentro destes tipos gerais de interacções, Odum identifica subtipos, cujo detalhe me parece excessivo neste momento e, inclusivamente, por vezes inapropriado, porque estes se definem exclusivamente em função do impacto da interacção na sobrevivência e crescimento das populações e da natureza dessa interacção, ao invés da dupla óptica que eu aqui introduzi.

Identifico, assim, os seguintes tipos de relações entre actividades:

- **Relação positiva:** tanto as actividades como os seus utilizadores lucram com a co-presença.
- **Relação negativa:** tanto as actividades como os seus utilizadores são prejudicados pela co-presença.
- **Relação indiferente** / Coexistência pacífica: a co-presença das actividades no espaço público não afecta nem utilizadores nem as próprias actividades.
- **Relação desigual:** ao passo que uma das actividades e os seus utilizadores lucram com a presença da outra, esta última e os seus utilizadores são prejudicados pela presença da primeira.

Da conceptualização das interacções interespecíficas, Odum retira dois princípios genéricos, cuja transposição para o domínio do espaço público e da relação entre actividades se revela interessante, ao permitir uma compreensão, esquemática, de alguns dos processos que aí têm lugar.

O primeiro é o princípio da exclusão competitiva: a competição que existe entre duas populações tende a produzir a separação de espécies intimamente relacionadas ou semelhantes por qualquer outra forma. Na mesma ordem de ideias, na evolução e no desenvolvimento dos ecossistemas, as interacções negativas tendem a reduzir-se ao grau mínimo em favor da simbiose positiva que reforça a sobrevivência das espécies em interacção. São as leis da selecção natural que tendem à redução dos efeitos negativos ou à eliminação de toda a interacção.

Daqui decorre o segundo princípio, o do patogéneo instantâneo: interacções (negativas) severas são mais frequentes em associações recentes que associações mais antigas ou quando ocorrem alterações em grande escala e/ou súbitas no ecossistema. Este princípio explica «a razão pela qual as frequentes introduções ou as manipulações não ou mal planeadas pelo homem conduzem com tanta frequência a epidemias» (Odum, 2001: 354)

Ora, estes dois princípios iluminam alguns aspectos de interesse para a animação do espaço público. Estritamente do ponto de vista das actividades, estas tenderão a privilegiar localizações que fomentem relações de complementaridade e a segregar funções incompatíveis, originando economias de aglomeração e áreas de especialização funcional variável. Em alguns casos, este funcionamento próximo

dos “regimes concorrenciais perfeitos” (Belbute *et al.*, 2009) da teoria económica pode ter consequências assaz benéficas para a animação do espaço público, como o exemplificam as tradicionais áreas comerciais das cidades. Existe, contudo, o perigo de criação de áreas funcionalmente homogêneas, espacialmente segregadas, cujos impactos na vivência urbana e em objectivos mais latos do ordenamento do território poderão ser nefastos.

Para além disto, e saindo da esfera estrita das actividades, as leis da selecção natural são, frequentemente, “leis dos mais fortes”. O mercado pode, por vezes, funcionar de forma perfeitamente equilibrada dentro da sua lógica interna, da oferta e da procura. Mas a racionalidade económica nem sempre é consonante com noções importantes como as de justiça e inclusão social. As críticas levantadas por muitos aos movimentos de gentrificação são disso um bom exemplo. Nesse sentido, a cautela introduzida pelo princípio do patógeno instantâneo parece ser transferível para o domínio do urbanismo: políticas visando o robustecimento económico e físico das cidades (a gentrificação é, mais uma vez, um exemplo fácil) devem acautelar eventuais situações de exclusão e/ou conflito que podem originar.

À laia de conclusão, ressalvo, uma vez mais, o carácter fortemente especulativo e exploratório do presente quadro teórico-analítico, perante a falta de referências. Uma vez que, por questões de economia de espaço e de tempo, assim como de falta de meios, não levarei a cabo nenhum exercício de análise da utilização de um espaço público, ele serve aqui sobretudo para dar o tom daquilo que acredito que deve ser procurado numa análise que procure avaliar a animação de um espaço público e da forma como se deve proceder a essa mesma procura; e, também, para fornecer um substrato concreto que permita resposta mais clara à questão “o que é um espaço público animado?”. Será disso que se ocupará o próximo capítulo, de onde ressaltará, também ali, a necessidade não só de questionar e/ou confirmar o meu posicionamento normativo com a realidade, mas também a de confirmar a verdadeira utilidade do presente referencial para exercícios analíticos e propositivos no domínio da animação.

4. A animação do espaço público como estado

4.1. Concepção normativa de espaço público animado

“O que é um espaço público animado?” é a pergunta de investigação que merece resposta no presente capítulo e que presidiu ao quadro teórico-analítico apresentado ao longo do capítulo anterior. Será da procura de uma resposta a esta questão que as páginas seguintes se ocuparão.

Recordando o anteriormente afirmado, a animação, quando entendida como um estado, refere-se à «intensidade da vida social e das suas manifestações num aglomerado» (Merlin e Choay, 1988: 40); quando circunscritas ao espaço público, intensidade da vida social e das suas manifestações são praticamente sobreponíveis.

Esta curta definição remete para parâmetros quantitativos – «intensidade», que se pressupõe poder ser maior ou menor – e qualitativos – a «vida social» é um fenómeno multidimensional. Por conseguinte, a animação de um espaço público não se pode colocar exclusivamente numa lógica gradativa, ao longo de um hipotético contínuo de menores a maiores intensidades, devendo contemplar, também, situações essencialmente distintas, remetendo para a possibilidade de tipos de animação diferentes, não compagináveis com a figura do contínuo gradativo. Daí o recurso ao plural – **estados de animação** –, pretendendo precisamente frisar a diferença essencial que se pode colocar entre situações.

O recurso ao termo “**situação**”, também empregue, por exemplo, por Goffman (1966) e pela Internacional Situacionista (Knabb, 2006), não é, tampouco, aleatório, afirmando a animação do espaço público não como atributo intrínseco a um espaço, mas característica de um dado espaço num dado momento – de um espaço-tempo, portanto: «não existem espaços públicos arquetípicos, apenas variados espaços-tempo de agregação» (Amin, 2008: 63). A análise da animação do espaço público coloca-se, pois, ao nível da sua utilização e na sua relação com “factores”, elementos que a podem influenciar, com a capacidade de «aí introduzir consideráveis variações nictemerais» (Merlin e Choay, 1988: 40).

A resposta à questão “o que é um espaço público animado?” pressupõe, pois, que se pode avançar uma concepção normativa de animação do espaço público que permita distinguir situações de animação de outras modalidades de utilização do espaço público, concepção esta que não invalida a supramencionada existência de estados de animação essencialmente distintos.

A concepção de espaço público animado que aqui avanço descreve situações de cujo arranjo particular emerge uma experiência especificamente urbana, vincando o carácter público e convivial do espaço e de conotação positiva, agradável. Esta leitura da animação do espaço público como estado assenta em quatro parâmetros:

- **Urbanidade**, assente na noção de “excesso situado”, descreve a multiplicidade de corpos e ocorrências que existem no espaço público, de onde emerge uma experiência especificamente urbana;
- **Publicidade**, assente na noção de acessibilidade discutida no capítulo 2, opõe-se conceptualmente à de comunidade, descritora de espaços apropriados por um conjunto homogéneo de utilizadores;
- **Convivialidade**, que se reporta à interacção no espaço público, entre indivíduos e entre estes e o meio (espaço e actividades);
- **Agradabilidade**, descrevendo uma experiência genericamente agradável do espaço público.

Estes quatro parâmetros relacionam-se entre si, sobrepondo-se, por vezes. Dão conta, contudo, de aspectos diferentes entre si e que entroncam em problemáticas distintas, justificando, assim, a sua apresentação particionada.

4.1.1. Urbanidade

A noção de urbanidade, denotativa de uma “experiência especificamente urbana” será aqui desenvolvida com uma forte inspiração na visão de Amin (2008) sobre a relação entre acção colectiva e espaço público urbano. Apesar de reconhecer que muitos dos textos fundadores da Sociologia e Antropologia Urbanas que sobre a matéria versam, incluindo as figuras do estrangeiro e da atitude *blasé* de Simmel e a do *flâneur* de Benjamin a partir de Baudelaire e a noção de urbanismo como modo de vida de Louis Wirth (Silvano, 2002), mantêm ainda hoje uma aplicabilidade razoável, creio que a leitura feita por Amin reflecte melhor as especificidades e as grandes questões da condição urbana da contemporaneidade pós-moderna, para além de conter, ela mesma, uma concepção normativa de espaço público que permite, de forma mais coerente, abordar a problemática da publicidade no presente.

Esta condição especificamente urbana emerge de ocorrências de “**excesso situado**”, entendido como «espaços com muitas coisas circulando no seu seio, muitas actividades que não tomam parte numa totalidade ou plano global, muitos impulsos que mudam constantemente o carácter do espaço, muitos actantes constantemente lutando por posicionamentos e influência, muitas imposições de ordem (de edifícios e desenhos a convenções e regras)» (Amin, 2008: 67). O argumento de Amin é que desta circulação relativamente irrestrita de múltiplos corpos num espaço físico partilhado pode nascer um *ethos* social com conotações cívicas potencialmente fortes, assentes numa «estudada confiança na situação», onde operam «mecanismos que, de alguma forma, tornam o estranho familiar (de forma tal que as pessoas se não sentem, genericamente, ameaçadas na companhia de estranhos e de ocorrências e coisas que lhes não são familiares) e o familiar estranho (de forma que intimidades ameaçadoras ou embaraçosas são evitadas), dando lugar a uma espécie de familiarização com e valorização da complexidade e da diversidade urbanas. (*ibid.*: 64).

A visão de Amin é particularmente interessante para o presente trabalho porque coloca uma potencial conexão do espaço público com uma noção de *civitas* na totalidade da situação e não exclusivamente na interacção humana que no espaço se desenrola; os aspectos não-humanos do espaço público, desde a sua própria materialidade a alguns aspectos das actividades que nele se instalam, bem como as “imposições de ordem” e o próprio complexo infra-estrutural que permite o desenrolar de acções no seu seio, surgem tão relevantes para a “eficácia” do espaço público na geração de um sentido cívico como a natureza da interacção humana que nele tem lugar. Assentar a noção de urbanidade, constitutiva da concepção de espaço público animado que proponho, na de excesso situado permite, desde logo, que a questão se não coloque exclusivamente ao nível da quantidade de pessoas e da relação entre elas, assumindo a materialidade do espaço e das funções que alberga como elementos constitutivos de animação de igual relevância.

A inclusão da urbanidade como parâmetro delimitador de situações de animação do espaço público tem uma justificação quase etimológica – animação radica no termo grego designando “alma”. Um espaço público (urbano) animado deve, por isso, reflectir o “urbano” na sua totalidade, naquilo que tem de complexo, diverso, excessivo, múltiplo, conflituoso, transitório. A valorização do “excesso situado” somente quando “fala” de urbanidade permite distinguir situações de concentração / movimento meramente “físicos” ou “mecânicos”, introduzindo-lhe já uma certa conotação qualitativa, ainda que aurática.

4.1.2. Publicidade

A urbanidade, sendo decalcada da noção de excesso situado, remete ainda assim para uma visão bastante quantitativa (ainda que não quantificada nem necessariamente quantificável) da vida no espaço público: é da grande quantidade de corpos e ocorrências circunscrita num espaço que pode emergir uma experiência especificamente urbana. Todavia, a concepção de espaço público animado que proponho pressupõe explicitar algumas dimensões qualitativas que estão já implícitas na noção aminiana de excesso situado e enunciar outras que lhe não estão necessariamente associadas.

Este segundo parâmetro, o da publicidade, interpela o eixo da acessibilidade discutido no capítulo relativo ao conceito de espaço público²³. E fá-lo, em primeiro lugar, recuperando a **concepção lata de acessibilidade** e, em segundo lugar, recuperando, igualmente, a **oposição conceptual entre publicidade e comunidade**.

²³ Trata-se de um entendimento mais restrito de “publicidade” do que aquele avançado, a partir de Kohn, na definição do conceito de Espaço Público que, recorde, incluía, também, os eixos da Propriedade e da Intersubjectividade. Se a Propriedade (estatal) é já pressuposta pelo conceito adoptado, a Intersubjectividade não integra aqui o parâmetro “publicidade” por entendê-la relevante ao ponto de merecer individualização, em “convivialidade”.

As questões colocadas neste parâmetro são-no ao nível do **acesso livre**, ou seja, na possibilidade de frequência do espaço por parte dos seus potenciais utentes e ao nível da **liberdade de movimentos**, na possibilidade de se fazer o que se quer no espaço público. Numa óptica situacional, a questão da acessibilidade desdobra-se em dois aspectos igualmente relevantes para a animação do espaço público: a acessibilidade em sentido estrito, enquanto possibilidade e potencialidade, e a sua materialização de facto, ou seja, acesso.

O acesso de facto, num dado momento, é, assim sendo, sobretudo uma questão das características dos indivíduos presentes, que devem ser neste contexto analisadas numa postura dialógica entre o espaço em questão e o contexto em que se insere; postura dialógica esta que deverá procurar entender a representatividade dos utentes do espaço face ao contexto alargado, mas, sobretudo, perceber a existência de reivindicações ao espaço não atendidas. Ou seja, ainda que a diversidade seja aqui entendida como um valor em si mesmo, a interpretação das características dos indivíduos presentes num espaço deve ser, acima de tudo, orientada pela noção de “abertura” do espaço: há, ou não, mecanismos de exclusão a operar no espaço público, independentemente de serem mais ou menos explícitos.

Esta noção de abertura permite distinguir duas realidades bastante distintas, fundamentais para a concepção de animação de espaço público proposta: espaços públicos e espaços comunitários. A minha afirmação é de que um espaço público em sentido estrito (físico, conforme definição adoptada) fortemente apropriado por um conjunto homogéneo de utentes (sejam residentes ou não), apropriação de onde resulta a existência de fortes barreiras à utilização dos espaços por outros utentes, não poderá ser considerado um espaço público totalmente animado, na sua acepção arquetípica. O espaço comunitário é aqui entendido como extensão de lógicas domésticas e privadas de relação com o espaço não compagináveis com a noção de urbanidade anteriormente apresentada. Um espaço público só será animado na medida em que não “pertença” claramente a nenhum segmento de utentes. Esta “posse” do espaço público deve ser indefinida (o vazio no centro da noção de público de Deutsche, 1996) e preferencialmente pautado por relações não-hierárquicas entre utentes, dando azo a uma sensação de possibilidade de utilização do espaço pela generalidade da população e às constantes lutas por influência e posição que decorrem de e promovem a abertura do espaço a novas influências e à mudança.

De uma situação com estas características (um espaço cujos utentes não são necessariamente diversos, mas onde esta diversidade é possível) decorre a liberdade de acção e movimentos também associada à noção de acessibilidade. Esta liberdade de movimentos não é só, porém, condicionada por eventuais dinâmicas de apropriação: as “imposições de ordem” a que Amin se refere podem ser de vária ordem. Volto a frisar, a este respeito, que muita da literatura académica contemporânea sobre o espaço público se debruça precisamente sobre estas “imposições de ordem” que, de forma mais ou menos suave, instituem exclusões, seja de determinados grupos, seja de determinados comportamentos, acções de regulação, quase de sanitização, enquadradas num mais amplo movimento de comodificação, estetização e homogeneização dos espaços contemporâneos. Alguns destes mecanismos serão particularizados adiante, aquando da identificação dos factores de animação do espaço público.

4.1.3. Convivialidade

O termo “convivialidade” pode dar azo a ambiguidades e, nesse sentido, começarei precisamente pela sua desambiguação. Amin (2008: 82) dá conta de um interesse crescente pelo termo, entendido enquanto solidariedade com o espaço, na literatura científica devido a um «reconhecimento do poder da negociação diária da diferença» e à visão de que «a etnografia do encontro (...) é um filtro crucial da prática social, afectando a resposta emocional, sensorial, neurológica e intelectual aos outros imediatos e ao mundo em geral». A convivialidade surge, neste contexto, como uma importante virtude quotidiana de **coabitação com a diferença** baseada na experiência directa da multiculturalidade. Esta noção de convivialidade, orientada face a práticas éticas, tem vindo a surgir, igualmente, nas políticas urbanas, em tentativas de construção de solidariedade social e de compreensão intercultural «através de intervenções dirigidas ao grão da interacção interpessoal» (*ibid.*: 82).

No entanto, o autor propõe uma outra leitura de convivialidade, uma outra forma de entender *convivium*, como uma multiplicidade experimentada, ainda que momentaneamente, como uma **promessa de plenitude**, baseada num interesse nas possibilidades do acaso, nos ganhos decorrentes de um acesso colectivo a recursos, na consciência de que o uso não diminui a “quantidade” do bem urbano, na sensação de segurança que advém da pertença a um mais vasto tecido de vida urbana e, talvez até, no conhecimento de que o espaço pode recuperar de violações e conflitos menores. Esta convivialidade é, pois, uma «convivialidade para com a situação, moderada pela experiência colectiva de corpos, matéria e tecnologia (...), com a empatia para com o estranho a emergir, eventualmente, como um efeito secundário da experiência convivial de multiplicidade situada» (*ibid.*: 83-4).

Uma outra leitura assume que a convivialidade são as relações criativas e autónomas entre pessoas e as relações entre pessoas e o seu ambiente (Illich *apud* Banerjee, 2001) e que, por isso, é mais que celebração e diversão em boa companhia, não obstante a afirmação da sociabilidade e seus prazeres como actividades significativas (Peattie, 1998 *apud* Banerjee, 2001).

A interpretação de Shaftoe (2008) de “espaços conviviais” alinha pelo mesmo diapasão, definindo-os como locais públicos e abertos onde os indivíduos se podem juntar, demorar-se ou vaguear e afirmando, ainda, estes espaços como «a essência da urbanidade». Avança ainda com a definição estrita de “convivial”, maioritariamente aplicado a pessoas, mas também aplicável a situações, como «festivo, sociável, jovial e apreciador de diversão», o que sugere que a sua noção de espaço convivial é mais ampla que um entendimento estrito de “convivial”. (*ibid.*: 4-5)

O sentido que aqui dou a convivialidade aproxima-se deste entendimento estrito, próximo do da entrada de dicionário citada por Shaftoe e, sobretudo, do da definição de Illitch: convivialidade é entendida como **interacção entre pessoas e a interacção com o ambiente**, nomeadamente com a materialidade do espaço e com as actividades aí oferecidas.

A valorização da convivialidade no espaço público perpassa muita da literatura contemporânea (as já mencionadas obras de Whyte, Gehl e do Project for Public Spaces constituindo disso exemplo), sendo a sua maior ou menor existência equivalida, frequentemente, à própria qualidade do espaço. Ela surge aqui por três grandes ordens de razões.

As duas primeiras correspondem aos dois entendimentos do termo de que Amin dá conta: por um lado, a convivialidade no espaço público pode ter um efeito positivo, quase pedagógico, na relação com a alteridade e a diferença e, por outro, como detentora de um poder de certa forma metonímico, de comunicação de uma noção totalizante da cidade como *civitas*, de um sentido de colectivo. Este sentido de colectivo não deve ser, todavia, confundido com emergência de um sentimento comunitário: «a cidade não se constitui como uma comunidade nem como uma comunidade de comunidades, pois há demasiada diferença, desentendimento e evasão a assimilar» (Amin, 2006: 1021).

Tal como a Amin (2008), das duas, julgo a segunda mais frutífera, pois muitas das formulações da associação entre convivialidade no espaço público e respeito pela diferença parecem-me pecar por alguma ingenuidade e simplicidade excessiva e, alinhando mais uma vez com este autor, coloco o eventual surgimento desta empatia com o estranho na sequência da tal promessa de plenitude veiculada pela convivialidade.

Todavia, a terceira ordem de razão que refiro parece-me a mais relevante e, também, a mais pragmática. Na medida em que a utilização do espaço público é cada vez mais mediada pela importância das práticas de consumo, do lazer e do hedonismo na contemporaneidade, e dado o esmorecimento da identificação do espaço público com a esfera pública, resultando numa menor relevância do espaço como arena de formação política (*ibid.*), a convivialidade surge como forma de conciliar esta busca pelo prazer e lazer com o potencial cívico dos espaços públicos. Entronca, ainda, na valorização das supramencionadas utilizações não instrumentais dos espaços (Stevens, 2007; Franck e Stevens, 2006) como actos de manifestação de liberdade e, até, alegria no espaço urbano.

Tanto no capítulo relativo ao conceito de espaço público como no referencial teórico-analítico reportado à intersubjectividade, afirmei que alguns autores valorizam particularmente a interacção interpessoal no espaço público que ocorre entre estranhos e sobretudo aquela que é despoletada pelo espaço ou por algo que aí tem lugar – a denominada capacidade trianguladora dos elementos.

Esta valorização é entendível à luz da apologia do acaso no espaço urbano e, também, no que revela de uma postura de abertura e receptividade, por parte dos utilizadores do espaço público, ao contacto com a alteridade. Não se deve, contudo, sobrestimar a ocorrência desta interacção entre estranhos no espaço público: as actuais reconfigurações na vida social e nas modalidades de vida pública têm conduzido a uma redefinição do princípio da livre associação no espaço urbano como uma actividade intra-grupo, mais que um ajuntamento de estranhos: «a associação urbana é cada vez mais definida pelo espectáculo e pelo consumo, articulados em torno do turismo (...) e muitas outras formas comodificadas de

socialização» (Amin, 2006: 1020) que, ainda que façam, indiscutivelmente, as pessoas juntar-se, terão um impacto discutível na promoção de uma maior consideração cívica.

4.1.4. Agradabilidade

O presente parâmetro pretende, simplesmente, frisar que um espaço público animado pressupõe uma **experiência genericamente agradável** para os seus utentes. Coincide, pois, com a associação de noções de jovialidade e festividade ao conceito de convivialidade. Não pressupõe, contudo, a existência de momentos especificamente celebrativos, comemorativos ou festivos, no sentido estrito de existência de um evento concreto para o efeito, assim como não pressupõe, tampouco, a existência de dispositivos de entretenimento no espaço.

A inclusão deste parâmetro reporta-se ao sentido figurado de animação, enquanto entusiasmo e vivacidade, e afirma a convicção de que **a experiência do espaço público** urbano, da cidade, **deve ser pautada pela alegria**.

Não creio, porém, que a inclusão da agradabilidade da experiência do espaço público seja concessão frívola: é da conjugação desta alegria com a sociabilidade no espaço que se pode libertar a supramencionada promessa de plenitude – Amin chama-lhe o re-encantamento: «juntamente com a sociabilidade (...), a vitalidade destes espaços públicos enquanto espaços que combinam o prazer com a capacidade de negociar a diferença funciona como a alavanca de posse cívica e comportamento cívico numa cidade» (Amin, 2006: 1019).

A agradabilidade coloca dificuldades à análise da animação do espaço público, pelo seu teor quase aurático, que passa sobretudo por uma sensação generalizada de bem-estar e pela postura dos indivíduos no espaço público, dificuldades estas que se acentuam se se referenciar a análise ao referencial teórico-analítico apresentado anteriormente, uma vez que estas questões dele não constam. Será desta ligação entre a minha concepção de espaço público animado e o referencial teórico analítico apresentado no capítulo anterior que me ocuparei de seguida.

Há um conflito potencial entre este parâmetro da agradabilidade e o da urbanidade, em dois aspectos distintos. Num primeiro, a urbanidade, ao valorizar a presença de muitas coisas e actividades em circulação num espaço restrito, pode redundar em utilizações de tal modo intensas que deterioram a agradabilidade da experiência; a classe “concentração de pessoas” anteriormente apresentada, explicitamente associada a situações de densidade excessiva, geralmente desconfortável (ainda que admissível em alguns contextos específicos) é disso exemplo. Num segundo aspecto, a urbanidade, ao valorizar a diversidade, a multiplicidade e ao acolher o conflito no seu seio, valoriza precisamente a alteridade que, em muitas das situações alvo de crítica na literatura por mim referenciada, é explicitamente combatida, resultando em práticas segregacionistas e homogeneizadoras, precisamente em nome da agradabilidade da experiência para um grupo específico, genericamente identificado com os

consumidores de classe média e turistas. Por conseguinte, do conflito latente entre urbanidade e agradabilidade resultam, por vezes, actuações que ferem o espaço na sua publicidade e acessibilidade.

4.2. Indicadores do estado de animação de um espaço público

No presente ponto, procuro conciliar a concepção normativa que venho de apresentar, através dos seus quatro parâmetros, com o quadro teórico-analítico relativo à utilização dos espaços públicos apresentado na parte anterior da Dissertação. Do cruzamento, em formato matricial, entre os parâmetros e o referencial teórico-analítico (ver Tabela 4.1) emerge um conjunto de dez indicadores de animação, características que, quando presentes numa dada situação, representam sinais positivos para a animação do espaço público. Os indicadores integram-se em três grandes domínios de análise: pessoas, actividades e interacções organizadas.

Este esforço de síntese responde a dois desígnios distintos. O primeiro e mais relevante para a prossecução do percurso deste trabalho é o de encontrar um conjunto de características de utilização dos espaços o mais discretas possível que norteiem, de forma clara, a identificação dos factores de animação do espaço público. O pressuposto é o de que, sendo o propósito das acções de animação do espaço público fomentar a existência de espaços públicos animados, a definição do seu conteúdo será bastante facilitada pela identificação de factores intimamente ligados às características de espaços públicos animados, que poderão, assim, funcionar como objectivos específicos dessas intervenções.

O segundo objectivo deste ponto reporta-se às cautelas, repetidamente afirmadas, relativamente à aplicabilidade do referencial teórico-analítico, nomeadamente a referência à existência de muitas especificidades e matizes na utilização dos espaços que escapam ao esforço sistematizador patente no referencial, mas que devem, ainda assim, ser consideradas num exercício etnográfico. Em concreto, espero que do confronto do referencial com a concepção normativa de espaço público ressaltem, também, aspectos aos quais o referencial não responda. Através da sua explicitação, pretendo dar conta de algumas das questões que deverão ser procuradas por uma etnografia visando caracterizar o(s) estado(s) de animação de um dado espaço público.

Os indicadores de animação encontrados, integrados nos respectivos domínios de análise, aos quais se reporta a numeração patente na Tabela 4.1, são apresentados nos subpontos seguintes.

Tabela 4.1 – Indicadores de animação do espaço público

PARÂMETRO	PRESENÇA					VIVÊNCIA							
	PRESENÇA DE PESSOAS			PRESENÇA DE ACTIVIDADES		ACÇÕES INDIVIDUAIS	ACTIVIDADES ORGANIZADAS				INTERACÇÕES		
	QUANTIDADE	CARACTERÍSTICAS	DURAÇÃO DA ESTADIA	QUANTIDADE	CARACTERÍSTICAS		MARGINAIS	NO EP	ANTI-SOCIAIS	COMUNICACIONAIS	INTERSUBJECTIVIDADE	CONSUMO	RELAÇÃO ENTRE ACTIVIDADES
Urbanidade	P1	P2	-	A1	A3	P4	A2	A2	-	I2	P4	-	-
Publicidade	-	P2	P3	-	A3	P4	-	-	-	I2	P4	-	-
Convivialidade	-	-	P3	-	-	P4	A2	A2	-	-	P3 P4	I1	-
Agradabilidade	-	-	P3	-	-	P4		A2	-	-	P3 P4	I1	A4

4.2.1. Pessoas (P)

P1: Quantidade

A **presença de muita gente** no espaço público é fundamental para a existência de um espaço público animado, interpelando directamente a noção de excesso situado, em concreto as “muitas coisas a circular” no seio do espaço. O papel fundamental da presença de um número significativo de indivíduos no espaço para a emergência de uma experiência de urbanidade é transversal a muita da literatura sobre o fenómeno, incluindo os já mencionados textos fundadores de Simmel, Benjamin e Wirth.

A presença de muita gente no espaço público é, aqui, equiparada a um mínimo de 0,1 pessoas/m² em ruas ou de 0,08 pessoas/m² na praça, limiares mínimos da categoria homónima identificada no referencial teórico-analítico.

Reitero, contudo, as cautelas avançadas a propósito da relação entre urbanidade e agradabilidade: a existência de gente “a mais”, redundando em “sobreutilizações dos espaços” pode gerar desconforto e, assim, originar uma deterioração da experiência do espaço, que se quer agradável em situações de animação. Pode, por conseguinte, equacionar-se um limiar superior a este indicador, que, neste caso, se situaria nos limiares separando situações de “muitas pessoas” e “concentração de pessoas”. Volto a frisar, contudo, que, em algumas situações, as concentrações de pessoas são admissíveis e, até, parte do que confere a atractividade à situação.

P2: Diversidade

A **diversidade dos utentes do espaço, em particular no que às suas características próprias diz respeito**, é indicador relevante para os parâmetros da urbanidade e da publicidade nos espaços públicos. Na sua relação com um sentimento de urbanidade, a diversidade individual pode intensificá-lo, ao reforçar a noção de muitas coisas a circular no espaço e por sublinhar a alteridade definidora do urbano, assim “falando de urbanidade”.

Uma vez que a publicidade interpela a acessibilidade ao espaço público, a questão da diversidade dos utentes é indicador a ter necessariamente em conta: uma população de utentes diversa comprovará a escassez de barreiras ao acesso ao espaço público. Porém, a presença de uma população relativamente homogénea não é, necessariamente, interpretável no sentido oposto – a ausência de prova não significa prova de ausência; a análise da animação do espaço público deverá, por conseguinte, procurar aferir a abertura do espaço. Esta abertura, sinal da inexistência de “posse” do espaço por um grupo restrito de utentes, apanágio de espaços comunitários, é que se assume como ónus da análise, mais que uma ideia de diversidade presidida por imagens arquetípicas de ecumenismo ou de utópicas aspirações à total ausência de condicionantes ao acesso e comportamento no espaço – afinal, as imposições de ordem operando no espaço, e as complacências e resistências que geram, são parte constituinte do fenómeno urbano. O presente referencial oferece algumas possibilidades adicionais de análise da abertura de uma situação, como se verá adiante, mas não a esgota.

P3: Duração da estadia e dos contactos

O presente indicador aborda não só a duração da estadia, mas também a duração e a intensidade dos contactos que eventualmente os indivíduos estabeleçam entre si.

Quando voluntária, uma **longa estadia no espaço público** é potencialmente detentora de forte significado para uma análise da animação do espaço público, relevante para três dos seus parâmetros constituintes: publicidade, convivialidade e agradabilidade.

A centralidade que a segurança e a sua percepção ocupam na actualidade, tanto nas práticas individuais e sociais como na própria actuação da administração e restantes agentes sobre o território, leva a que alguns comportamentos e a presença de determinados grupos sejam olhadas com desconfiança por alguns segmentos da população, incluindo decisores. Uma das acções que mais desconforto causa e que é activamente combatida, sobretudo quando levada a cabo por indesejáveis, é a de não fazer nada, a de quedar-se no espaço e de por ele vaguear, epitomizada no surgimento da sua proibição em avisos e sinais de «*no loitering*» nos espaços públicos (Carmona *et. al.*, 2008). Assim, uma estadia prolongada no espaço público denotará alguma abertura deste.

A sua relação com a convivialidade decorre do facto de uma estadia prolongada significar, não só e desde logo, uma interacção mais prolongada com o meio (pessoas, espaço, actividades), mas também do de gerar maiores possibilidades de interacções mais profundas e intensas, bem para lá de usos meramente instrumentais com o espaço.

Na medida em que as estadias que aqui contemplo são voluntárias, uma longa duração revelará conforto e qualidade suficiente da situação para o efeito, assim constituindo indicador de agradabilidade.

Similarmente, a **existência de contactos prolongados entre indivíduos** é um sinal positivo no que à convivialidade e agradabilidade diz respeito. No primeiro caso, o contacto prolongado, eventualmente conjugado com a intensidade do mesmo, demonstra interacção profunda; mantêm-se, contudo, cautelas no significado desta sorte de contactos para a urbanidade e publicidade do espaço, relembrando os mecanismos que de, alguma forma, tornam o familiar estranho no espaço público referidos por Amin (2008). A longa duração do contacto e a sua intensidade revelam, também, a agradabilidade do espaço, implícita na escolha do mesmo para a prossecução da interacção.

P4: Acções e interacções

O presente indicador integra considerações relativas às acções e interacções que têm lugar no espaço público entre os indivíduos, nomeadamente à sua presença, diversidade e especificidade.

A **diversidade de acções individuais ou desenvolvidas em conjunto (intersubjectividade)** a ter lugar no espaço público funciona como intensificador de um sentimento de urbanidade, pelo facto de a diversidade reforçar a noção de muitas coisas a circular e da multiplicidade e plurivocidade do espaço urbano. A prossecução de um conjunto variado de acções ou de interacções pelos indivíduos confirma razoável abertura do espaço, como liberdade de movimentos e acção. Por fim, qualquer acção de menor necessidade é denotadora de uma interacção mais profunda com o meio que o estritamente necessário,

de uma procura explícita da mesma e, nesse sentido, é relevante para a análise do parâmetro da convivialidade. Dentre estas, as **acções levadas a cabo sob a égide da intersubjectividade** são valorizadas, mais que as prosseguidas individualmente (as acções individuais), na medida em que a convivialidade alberga as interacções.

Adicionalmente, da panóplia de acções e interacções passíveis de ocorrer no espaço público, realço a relevância das **(inter)acções de menor necessidade** no espaço público, pela sua maior sensibilidade à qualidade e conforto dos espaços. Constitui, assim, indicador da agradabilidade da situação e do espaço. Ao constituir usos para lá da instrumentalidade estrita do espaço público, denota, também, abertura do espaço para os acolher, assim interpelando o parâmetro da convivialidade. Estas disposições aplicam-se com maior veemência a propósito das **(inter)acções de jogo e recreio**, pelo que representam de desafio claro, através de estratégias lúdicas e subversivas, a uma lógica instrumental do espaço público.

Incluem-se ainda duas considerações relativas às modalidades de encontro entre os indivíduos no espaço público. A primeira interpela a concepção paradigmática de espaço público, oposta à de comunitário, que é visada pelo presente trabalho. Esta publicidade, recorde, descreve um espaço profundamente marcado pela indefinição e heterogeneidade inerente à concepção de “público” de Deutsche (1996), não compaginável com dinâmicas fortes de apropriação do espaço, próprias do espaço comunitário. Nesse sentido, um espaço onde predominam contactos fortuitos entre conhecidos poderá ser um espaço cuja clientela é “local”, seja na acepção de residentes na envolvente, seja na de um grupo de utentes que frequenta o espaço regularmente nas mesmas alturas, e que, assim, se aproxima da noção de espaço comunitário. Valorizo, assim, espaços onde os **contactos fortuitos entre conhecidos não são preponderantes**. Contudo, na eventualidade de uma análise que abandone esta concepção estrita de publicidade, abrangendo espaços locais, comunitários ou residenciais, este indicador perderá, naturalmente, relevância e, potencialmente até, sentido.

A segunda consideração **valoriza os encontros combinados entre conhecidos**: o facto de um encontro entre conhecidos ser marcado no espaço público, em particular quando para desenvolver acção no próprio espaço que não seja a de acesso a uma função marginal, é indicador positivo da agradabilidade do espaço, implícita na eleição do local para o efeito.

4.2.2. Actividades (A)

A1: Quantidade

O presente indicador reporta-se exclusivamente à presença, quantitativa, de actividades; considerações relativas à presença de actividades com características específicas incluem-se noutros indicadores que serão subsequentemente apresentados.

Assim, a **presença de um número significativo de actividades** no e em torno do espaço público, sem considerações qualitativas adicionais, é sobretudo relevante para o parâmetro da urbanidade, respondendo claramente à característica do excesso situado que valoriza a presença de muitas

actividades no espaço, sem que estas constituam uma totalidade ou se integrem num plano global para o espaço.

A2: Localização

Este indicador aborda as especificidades da localização das actividades organizadas e da relação que estabelecem com o espaço, sejam marginais ou no próprio espaço público. Em primeiro lugar, o indicador valoriza uma **presença maioritária, sobretudo ao nível do R/C, de actividades marginais que interagem com o espaço público (e seu consumo), em particular as que o fazem directamente, em detrimento das fechadas em si mesmas.**

As actividades marginais ao espaço público podem, relembro, interagir de formas distintas com o espaço. A presente concepção de animação do espaço público pressupõe claramente a desvalorização das fechadas em si mesmas, onde pouca mais interacção há para lá do acesso ao edifício, valorizando, por oposição, aquelas que interagem, de forma mais ou menos directa, com o espaço. Sendo a convivialidade um parâmetro que valoriza *per se* a existência e intensidade de interacções entre indivíduos e entre estes e o espaço, é facilmente compreensível o porquê da relevância deste indicador. A interacção directa será a que efeitos mais claros tem na convivialidade, mas as indirectas, e seu consumo, poderão deter permeabilidade considerável a modalidades mais intensas de interacção.

No caso da urbanidade, as interacções indirectas, nomeadamente o contemplar / ver / fruir a partir de dentro e a existência de montras, conferem “profundidade” ao espaço, ao criarem hibridismos público-privados, conferindo porosidade a essa fronteira, contribuindo, assim e potencialmente, para o questionamento de noções totalizantes das actividades no espaço público. Similarmente, a interacção directa com o espaço, cujo veículo privilegiado é o da intersubjectividade, reforça igualmente o cariz múltiplo da urbanidade.

Simetricamente, o consumo de actividades marginais, e em particular o que vai para lá do acesso, tem relevância análoga para a avaliação da convivialidade no espaço público.

No que à **presença (e consumo) de actividades no espaço** público diz respeito, a sua valorização decorre das mesmas motivações avançadas a propósito das marginais, sendo que aqui se colocam com pertinência adicional, pela inevitabilidade da interacção decorrente da presença das actividades no próprio espaço. Elas contribuem, assim, para o reforço do cariz múltiplo do espaço e para a sensação de muitas coisas a circular no seu seio – de forma literal no caso das móveis pontualizadas.

A relevância destas actividades e do seu consumo para a convivialidade é clara; todavia, algumas considerações adicionais são devidas. O significado dos espelhos das actividades marginais é possivelmente ambíguo, pelo que poderão significar em termos de imposição de comportamento, ao fomentarem a mimetização de um espaço interior, assim ferindo o espaço na sua convivialidade e, até, publicidade. Analogamente, a ocupação do espaço em ocasiões especiais também poderá ser pernicioso ao colonizá-lo rigidamente, definindo os comportamentos e modalidades de interacção permitidos / aceitáveis, também ferindo o espaço na sua convivialidade e publicidade.

Por fim, o lugar do consumo dos produtos adquiridos no espaço público é também um elemento relevante para a análise da animação do espaço público, nomeadamente o seu consumo no espaço público, em particular de comida e bebida, pelo que revela de conforto e agradabilidade do espaço.

A3: Diversidade e atractividade

Este terceiro indicador no domínio das actividades engloba considerações relativas às características das actividades, incluindo a sua capacidade de atrair utentes, dum ponto de vista quantitativo e qualitativo.

Em primeiro lugar, a **diversidade de actividades, com predomínio de terciárias**, é outro indicador que revela parcialmente a presença de urbanidade, ao intensificar, também ela, a noção de quantidade e multiplicidade que reside no cerne do excesso situado. A relevância desta diversidade é particularmente acentuada no domínio das actividades terciárias que, nesta concepção de animação do espaço público assente na urbanidade, são de grande importância, por três motivos distintos. Em primeiro lugar, situações próximas da monofuncionalidade residencial, onde o impacto do terciário seja débil, gerarão mais facilmente totalidades que a noção de excesso situado refuta explicitamente. Em segundo lugar, e ainda relativamente ao repúdio de totalidades no espaço público, os esforços desenvolvidos pelas diversas actividades presentes para atraírem os seus públicos-alvo constituem impulsos e actantes em disputa que se reflectem inevitavelmente no espaço urbano. O terceiro motivo, decorrente do segundo, consiste na geração de fluxos.

É a **presença significativa de actividades geradoras de fluxos intensos** o segundo aspecto a contemplar no presente indicador. Apesar de ter afirmado que a presença de qualquer actividade, qualquer que ela seja, atrai utilizadores, por estes serem a sua razão de ser, há aquelas que detêm maior poder na geração de fluxos que outras, como a própria análise de Serdoura (2006) contemplava logo desde o início. Este indicador valoriza a presença de actividades com uma forte capacidade de geração de fluxos, sejam os seus utentes ou todos os movimentos necessários ao seu funcionamento, na medida em que contribuem para a afirmação da sensação de muitas coisas a circular e de muitas actividades presentes no espaço público.

Por fim, o terceiro aspecto referencia-se às características dos utentes atraídos pelas actividades, valorizando a **coexistência de actividades visando distintos nichos distintos e/ou de actividades generalistas**, constituindo, de certa forma, uma particularização adicional do anterior, interpelando a especificidade funcional do conjunto de actividades presente no espaço público, e valoriza a coexistência de actividades visando nichos de procura distintos e/ou de actividades generalistas. Esta coexistência reforça, também ela, a noção de urbanidade através da sensação de muitas coisas a circular e da negação de totalidades nas actividades presentes, mas também detém teor denotativo da publicidade no espaço. Em concreto, esta diversidade e abrangência em termos de público-alvo sinaliza abertura razoável do espaço e sê-lo-á tanto mais quanto mais diversos forem os seus destinatários: a diversidade de clientela sancionará, pelo menos, a presença dos clientes dessas actividades no espaço público.

Inversamente, monofuncionalidades ou áreas de reduzida diversidade poderão gerar espaços fortemente apropriados, especialmente se residenciais.

A4: Interação

Ainda que as relações entre as diferentes actividades não sejam indicador claro para a generalidade dos parâmetros, pode afirmar-se que a agradabilidade da **experiência do espaço é facilitada pela existência maioritária de relações positivas ou de coexistência pacífica entre as diferentes actividades**.

Há, contudo, dois reparos a fazer quanto ao potencial significado das relações entre actividades para os restantes parâmetros. O primeiro é o de que a existência de conflito, de relações negativas ou desiguais entre actividades e/ou seus utentes, é albergável e suportável no espaço público até um dado ponto, facto este frisado explicitamente no parâmetro da urbanidade. O segundo é o de que a complementaridade entre as actividades poderá adoptar modalidades tais que acabem ferindo o espaço na sua publicidade.

4.2.3. Interações organizadas (I)

I1: Eventos

Este indicador engloba um conjunto de considerações a propósito da ocorrência de eventos no espaço público. É importante frisar que, apesar de a ocorrência de eventos não ser condição necessária à existência de animação do espaço público (como a própria concepção normativa da mesma deixa transparecer), na eventualidade da sua ocorrência, há um conjunto de requisitos que, uma vez atendidos, aproximarão a situação da normativa que orienta este trabalho.

Mas, em primeiro lugar, ainda que indirectamente já estejam englobados nos indicadores referentes às actividades, **a presença de eventos ou de entretenimento de rua** é, por si só, indicador de animação do espaço público.

Para além desta constatação, na eventualidade de ocorrência de **actividades culturais e recreativas**, por vezes em ocasiões especiais ocupando grande parte do espaço público, são mais relevantes para o parâmetro da convivialidade as que fomentam uma **postura de “ver e conviver”**, independentemente de participação directa ou não na mesma, em detrimento das que fomentam a passividade do espectador. Esta relevância decorre da proeminência dada, assim, à interacção entre indivíduos fora da arquitectura estrita do momento performativo. Analogamente, a presença de actividades culturais e recreativas que permitam a interacção entre os espectadores são também um sinal positivo para os parâmetros da urbanidade e publicidade, na medida em que favorecem modalidades de interacção mais livres, comparativamente à conduta rigidamente delimitada associada paradigmaticamente à sala de espectáculos, replicada pelas actividades favorecendo a passividade do consumidor, avessas à mobilidade, multiplicidade e acessibilidade que os supramencionados parâmetros valorizam.

Adicionalmente, a presença de um **número razoável de espectadores** de actividades culturais e recreativas, sobretudo naquelas cujo consumo activo é volátil, no sentido de facilmente interrompido por parte dos utentes, é sinal de agradabilidade, reflectindo escolha. Esta consideração aplica-se particularmente a actividades que não diminuem excessivamente o acesso ao espaço, na medida em que essa facilidade de circulação e prossecução de outras acções contribuem para a volatilidade do consumo.

I2: Actividade comunicacional

A **relevância da presença de actividade comunicacional no espaço público** decorre do conteúdo que veicula, sendo particularmente notável quando expressa dissonâncias. Por um lado, a actividade comunicacional é um veículo privilegiado para a expressão de imposições de ordem, sejam ela mais ou menos explícitas, relativamente a comportamentos autorizados, condicionantes à utilização do espaço e, em alguns casos, aos utentes admitidos. Por outro, assume-se igualmente como forma privilegiada de manifestação de dissidência e discordância face a essas mesmas imposições. A simples (co)existência destas mensagens em sentidos opostos é manifestação do carácter múltiplo e dissonante da urbanidade; a análise de conteúdos específicos das mensagens poderá, por seu turno, ser relevante para a identificação concreta de exclusões e restrições ao acesso e usufruto do espaço, assim se referenciando, especificamente, ao parâmetro da publicidade.

4.2.4. Limitações dos indicadores e do referencial teórico-analítico

A partir do referencial é ainda possível extrair alguma informação reportável à concepção normativa, cujo significado, contudo, não é claro ao ponto de justificar inclusão nos indicadores de animação. Simultaneamente, emergem insuficiências do referencial na descrição de alguns aspectos da concepção de animação do espaço público.

Um primeiro conjunto de informação reporta-se à questão da abertura do espaço na sua relação com as questões da segurança e da sua percepção no espaço público. Afirmei, já, a existência de uma tendência na contemporaneidade para a instauração de imposições de ordem que tentam cercear a liberdade de movimentos e de acesso ao espaço público, por vezes de forma explícita. O policiamento dos espaços públicos ou a existência de mecanismos de videovigilância são exemplos de acções sobre o espaço que podem, de forma mais ou menos impositiva, limitar a publicidade dos mesmos. Inversamente, a presença de alguns grupos de utentes tidos como indesejáveis ou de comportamentos que são normalmente alvo destas acções saneadoras, quando não o coloniza e assim o reclama de outros potenciais utentes, pode constituir indicador da sua abertura. Da mesma maneira, a prossecução de (inter)acções de teor anti-social é sinal de abertura e podem ter o papel pedagógico, na senda da citação de Amin a propósito da urbanidade, sobre a capacidade de recuperação de conflito e violações por parte do espaço. Porém, é inquestionável que as preocupações com a segurança e o medo do crime se tornaram preponderantes na utilização de e na acção sobre os espaços públicos e esta valorização da abertura do espaço, esta postura de aceitação do conflito e da agressividade como inerentes à experiência da cidade, não pode

ignorar esse facto. Deverá, ao invés, ponderá-lo e procurar equilíbrios entre manutenção da segurança (e da sua percepção) e colocação de barreiras à acessibilidade nos espaços.

Um segundo conjunto de ressalvas dirige-se a algumas das “causalidades eventuais” hipotetizadas ao longo do texto, como no caso das ligações entre convivialidade, promessa de plenitude e pedagogia na negociação com a diferença, entre o excesso situado e a emergência de uma confiança estudada na situação, entre presença e comportamento de indivíduos e actividades no espaço público e a abertura e agradabilidade dos mesmos. Só a observação, e em muitos casos observações diacrónicas, por parte do etnógrafo permitirão, a maioria das vezes, destringir o alcance dos arranjos particulares de cada situação e dos espaços.

Similarmente, o parâmetro da agradabilidade relembra, também, a relevância do trabalho etnográfico de detalhe, nomeadamente ao realçar a importância da postura dos indivíduos e da sensibilidade à ambiência do espaço, numa dimensão quase aurática, para a obtenção de informação relativa à animação do espaço público.

Uma última nota reporta-se às actividades culturais e recreativas, em particular aquando de ocupações do espaço público em ocasiões especiais – eventos, posto de forma simples. A aplicabilidade do referencial, bastante articulado em torno de uma noção quotidiana da utilização do espaço público, pode ser algo reduzida, ou pouco interessante, para este tipo de situações. Não ponho, por isso, de parte a necessidade de colocar outro tipo de questões na análise da utilização dos espaços públicos aquando destes eventos, que vão para lá do seu contributo para os quatro parâmetros de animação apresentados. No entanto, tal não significa que estes parâmetros sejam despicientes na programação e avaliação de eventos, não só dum ponto de vista da fruição do espaço e dos seus impactos nela, mas também ao nível do seu conteúdo, fazendo eco da relevância dada por Amin às projecções e anuências simbólicas e que transparecem na inclusão da actividade comunicacional no referencial.

Afirmei, desde o início, que os estados de animação dos espaços públicos são uma realidade diversa, sendo, por isso, compreensível que não exista resposta taxativa, no sentido de definição de um limiar claro animado / não animado à questão que dá o mote ao presente capítulo. Considero, aliás, que tal resposta teria pouco interesse e reduzido impacto numa eventual *praxis* subsequente; fazer a pergunta e procurar uma resposta são, contudo, essenciais para o percurso desta investigação.

São-no porque orientam, de forma quase pretextual, claramente a investigação rumo à intervenção. Por um lado, levaram à definição de uma concepção normativa de animação do espaço público que, no fundo, consiste num guia orientador à intervenção sobre o espaço público. Por outro, o referencial permite orientar a análise, desde o início, rumo aos aspectos mais relevantes para a intervenção, sendo simultaneamente aberto o suficiente para dar azo a análises de outra índole que permitam identificar especificidades nas dinâmicas de utilização de espaços concretos.

É importante frisar, contudo, que, apesar desta utilização instrumental do referencial num plano puramente conceptual nesta investigação, ele deve ser adequado para a análise de situações concretas. Ele terá, por conseguinte, que ser testado e aperfeiçoado em função dessas experiências.

Por fim, a articulação de concepção e referencial permite, de forma sistemática, identificar características-chave na utilização dos espaços face à normativa orientadora, assim facilitando a delineação de intervenções sobre o espaço. É precisamente sobre a intervenção, a animação do espaço público como acção, que a próxima parte da dissertação se debruça. Começará por um passo intermédio entre estado e acção – a identificação de factores de animação, características dos espaços que podem influenciar o comportamento dos distintos indicadores de animação que venho de identificar.

4.3. Factores de animação do espaço público

No presente ponto, procuro identificar quais as características dos espaços e, em alguns casos, da actuação sobre os mesmos, que propiciam a existência de espaços públicos animados. Naturalmente, não se trata de uma determinação de causalidades cartesianas, mas antes de uma sistematização de elementos que, tendencialmente, se encontram nos espaços e situações de maior sucesso; é, por isso, difícil falar de condições suficientes ou necessárias. Algumas assumem-se como qualidades que contribuem para o sucesso do espaço, outras como, genericamente, necessárias para o mesmo. Mas nenhuma delas se revela suficiente (Jacobs, 1995).

Importa frisar que a generalidade das fontes utilizadas se reporta a concepções latas de qualidade de espaço público, algumas alicerçadas em valorizações claras da acessibilidade e convivialidade, outras em critérios mais formais, mas onde nem sempre se definem relações de causalidade directas entre uma determinada característica do espaço e um determinado indicador de qualidade. Consequentemente, muitos dos factores aqui apresentados assemelham-se a critérios genéricos de qualidade do espaço público, nem sempre sendo claro o seu impacto preciso nos distintos indicadores de animação que identifiquei anteriormente. No entanto, encetarei, de qualquer das formas, o esforço de cruzar factores e indicadores de animação, no sentido de identificar quais os mecanismos comumente mais utilizados para potenciar a ocorrência de determinado estado de animação do espaço público.

No subcapítulo seguinte procurarei, ainda, organizar os diferentes factores em função dos distintos domínios de acção municipal de animação do espaço público, no sentido de orientar, desde logo, os últimos capítulos da presente investigação, onde procurarei caracterizar, em traços largos, as possibilidades de actuação dos municípios neste domínio, com o propósito de enquadrar investigações futuras neste tema. Os **domínios de acção** considerados são os seguintes:

- **Enquadramento urbanístico**, que se refere às opções, a uma escala alargada, sobre o uso do solo (zonamento, edificabilidades, estrutura...) e sobre a forma da cidade;
- **Desenho urbano** como actividade que define o tecido urbano através da relação entre espaços públicos, edifícios e parcelas, podendo contemplar ainda opções de localização e distribuição de funções;

- **Projecto de espaço público e de edifícios** como momento em que se define e materializa o tecido urbano definido pelo desenho e se determinam os respectivos usos; e
- **Gestão do espaço público** como todas as acções, subsequentes à execução do projecto, levadas a cabo pelos administradores do espaço visando assegurar o seu funcionamento.

4.3.1. Urbanidade da envolvente

A **localização dos espaços** é um factor fundamental na atracção de pessoas; os espaços integrados na malha urbana devem interceptar fluxos pedonais intensos, localizando-se junto ou nas esquinas das ruas mais movimentadas (a localização 100%, no jargão do imobiliário, a localização onde um estabelecimento comercial obterá maior volume de vendas que em qualquer outro lugar da área de mercado local) (Whyte, 1990). A importância da localização enquanto factor de animação decorre do raio de influência relativamente restrito dos espaços públicos, nomeadamente das praças e pequenos parques em áreas residenciais, que não vai para lá dos 2-4 quarteirões (*ibid.*; Marcus e Greene, 1990; Marcus *et al.*, 1990a) ou dos 275 metros²⁴ ou de uma caminhada de 4 a 5 minutos, excepto situações especiais²⁵, (Marcus *et al.*, 1990a; Sá, 2010), e, por isso, «para que um espaço funcione verdadeiramente bem, deve ser central para a clientela que pretende servir» (Whyte, 1990: 128). O raio de influência relativamente curto dos espaços públicos, em particular dos seus alargamentos funcionais, e a constatação de que a oferta de espaços públicos de qualidade gera procura pelos mesmos (Whyte, 1990) sugerem que receios de que da localização de alargamentos funcionais próximos uns dos outros resultem espaços subutilizados são, pela larga parte, infundados²⁶.

A **densidade e diversidade residencial e de actividades** das áreas em que os espaços se inserem são, por conseguinte, aspectos de suma importância na potenciação da utilização dos espaços (Jacobs, 1995). A densidade residencial ao longo das ruas aumenta a probabilidade da sua utilização, uma «questão de números e facilidade de acesso» (*ibid.*: 304), e é particularmente importante para assegurar a vivacidade dos espaços para lá do horário de expediente. Densidades residenciais na ordem dos 37

²⁴ A DGOT (1992, *apud* Sá, 2010: 118), reportando-se a espaços verdes locais, admite raios de influência menores, até 100 metros, para espaços adjacentes à habitação para populações específicas (crianças e idosos) e maiores, até 400 metros, para a generalidade da população do bairro, na proximidade da habitação.

²⁵ O tempo de percurso admissível variará, também, em função do tipo de espaço. Quanto mais localizados forem, menores serão as disponibilidades de deslocação, chegando a rondar os 60 metros / 1 minuto para pequenas áreas de amenidade (Sá, 2010).

²⁶ É a constatação desta relação que está, entre outros factores, na base da definição de rácios de área por habitante para efeitos de dimensionamento de espaços públicos, em particular de alargamentos funcionais (praças e largos e espaços verdes). Sá (2010: 102-118) faz uma resenha interessante dos mesmos, bem como de proporções desejáveis e dimensões mínimas. Refira-se que este raciocínio, de definição de necessidades de espaço (em termos de área) em função de, nestes casos, número de habitantes, reside no cerne da lógica do trabalho desenvolvido por este autor, que busca cargas de utilização incidindo sobre diferentes tipos de espaço público, tendo em vista o seu adequado dimensionamento.

fogos por hectare permitem a obtenção de comunidades urbanas activas e densidades na ordem dos 123 fogos por hectare líquido são possíveis sem ir para lá dos quatro pisos ou sem serem necessárias ruas excessivamente largas (*ibid.*). A densidade residencial influencia, ainda, o tipo de sociabilidade privilegiada nos seus espaços públicos: em áreas densas predominará a socialização indirecta, consistindo sobretudo em contemplação de outros utentes, enquanto que em áreas residenciais, em espaços mais pequenos e vicinais, o uso para socialização directa e especificamente para encontrar outros indivíduos tenderá a predominar (Marcus *et al.*, 1990b). Por seu turno, a diversidade de usos e actividades vivifica a área e a rua, atractores múltiplos que atraem pessoas diferentes com propósitos distintos e em diferentes alturas, ajudando a manter uma utilização constante do espaço (Jacobs, 1995; Stevens, 2007), para além de fornecerem um manancial importante de utilizadores potenciais – os seus trabalhadores (Marcus *et al.*, 1990a). A diversidade de usos também significa, frequentemente, diversos tipos de edifícios desenhados para esses usos ou para usos não mais presentes, entretanto adaptados para novas ocupações, sendo que todos eles contribuem para um maior interesse e actividade da rua. A diversidade de usos tem como efeitos prováveis a variedade, a actividade e a vivacidade dos espaços físicos (Jacobs, 1995). Whyte (1990) aponta a confusão (*messiness*) de algumas das ruas mais usadas de Nova Iorque como um dos seus factores mais atractivos.

A **concentração de actividades** é igualmente um factor importante para a vivacidade e diversidade dos espaços; a existência de pólos concentrando várias actividades permite que actividades económicas mais “marginais”, bastante dependentes de *walk-in business* e, conseqüentemente, da presença de grandes quantidades de pessoas se instalem. Nesse sentido, a distribuição espaço-temporal das actividades necessárias pode ser um mecanismo interessante para suportar um vasto leque de outras actividades opcionais, prevenindo áreas monofuncionais e edifícios *class-specific* que monopolizem a vitalidade dos espaços públicos, fomentando a junção de actividades que atraiam grupos sociais diversos. (Stevens, 2007).

A concentração de actividades deve, contudo, ser fomentada sobretudo no plano horizontal, mais que no vertical, uma vez que funções colocadas 50 a 100 metros uma da outra relacionam-se de forma mais intensa que outras separadas apenas por 3 metros, mas em altura. A integração e concentração de actividades deverá, também, responder a outros designios para além do da eficácia, promovendo a integração de funções que não sejam claramente incompatíveis, não obstante eventuais perdas de eficácia (Gehl, 2006).

A uma micro-escala, esta **integração de actividades, funções e seus utentes** no e em torno dos espaços públicos poderá incentivar actuações conjuntas das pessoas, estimulando e inspirando-se mutuamente; esta diversidade permite questionar e interpretar a composição e o modo de funcionamento da sociedade (Gehl, 2006). É por este motivo que o mesmo autor defende que o interesse de uma superfície de contacto não residirá na integração formal de edifícios e funções, mas na integração real de diversos acontecimentos e pessoas a uma grande escala.

A concentração de actividades e de pessoas, mais do que edifícios, deve, por conseguinte, ser um dos mecanismos aos quais se recorre para fomentar espaços animados nas cidades; o recurso ponderado a diferentes densidades de actividades é um instrumento fundamental para dar lugar a áreas com distintas “intensidades” de animação, umas propriamente animadas, na acepção que aqui lhes confiro, outras, complementarmente, mais tranquilas, sossegadas, permitindo relaxamento. (Gehl, 2006). Esta consideração será retomada adiante, a propósito das vantagens de uma estrutura urbana bem definida, dum ponto de vista hierárquico.

4.3.2. Conectividade e permeabilidade

A **imbricação do espaço na malha urbana** e consequentes conectividade e permeabilidade são, também, factor importante para a animação dos espaços públicos. Elevadas conectividade e permeabilidade da malha urbana em que o espaço se integra proporcionam uma multiplicidade de percursos alternativos e de interconexões entre os diferentes espaços, de tal forma que um espaço público se assume, simultaneamente, como destino final de alguns utentes e como local de passagem e/ou destino secundário ou incidental para outros, envolvidos noutras “órbitas de actividade” (Alexander, 1965 *apud* Stevens, 2007). Esta permeabilidade da malha deve ser associada à sua compacidade, no sentido de manter as distâncias de circulação pedonal e de experiência sensorial o mais curtas possíveis (Gehl, 2006). Jacobs (1995) refere a importância desta conectividade na facilitação do acesso às ruas, afirmando que ruas com intersecções de 90 em 90 metros são, regra geral, de fácil acesso. Estes espaços, compostos por muitas rotas de circulação diferentes, densamente interconectadas e que se sobrepõem, aumentam a possibilidade de escolha dos indivíduos e diminuem as possibilidades de um controlo estrito do movimento das pessoas, e contribuem para uma maior probabilidade do acaso, do imprevisto e do contacto com uma maior diversidade de pessoas e acções, trazendo contributos positivos para a experiência urbana (Franck e Stevens, 2006). Resultam, também, numa maior riqueza de sequências espaciais e sociais.

É, também, relevante que a malha urbana **diferencie de forma perceptível espaços hierarquicamente distintos**, numa rede densa e compacta, não implicando, preferencialmente, a multiplicação e dispersão de vias funcionalmente distintas trazida pelo urbanismo funcionalista (Gehl, 2006).

A conectividade e permeabilidade intersectam, pois, a questão da acessibilidade / acesso físico aos espaços, mas de uma forma distinta da que será apresentada a propósito da forma urbana. Assumem relevância para a facilidade de acesso ao espaço (no sentido estrito de ser fácil de lá chegar), que, sobretudo a pé de transporte público, é um dos factores mais importantes para uma utilização intensa dos espaços (Jacobs, 1995; Gehl, 2006).

4.3.3. Relação com tráfego motorizado

Apesar de a animação do espaço público ter vindo a ser conceptualizada em torno do peão e do espaço pedonal, a presença do tráfego motorizado na envolvente imediata é um factor bastante relevante para as modalidades de utilização de um dado espaço público.

Ainda que muitos dos espaços públicos paradigmáticos do ponto de vista da sua animação sejam pedonais, trânsito automóvel e actividade pedonal não são incompatíveis. Contudo, **tráfego motorizado intenso e/ou a velocidade elevada** nas imediações do espaço público tem impactos negativos fortes na sua utilização, em particular para actividades de teor não necessário, por reduzir o conforto da estadia no espaço e por colocar restrições fortes ao movimento dos indivíduos. Gehl (2006) afirma ainda que esta relação não é directamente proporcional, na medida em que basta um volume de tráfego minimamente intenso e a uma velocidade razoável para que a utilização do espaço público pelos peões para lá do necessário diminua consideravelmente. A presença de tráfego automóvel intenso coloca ainda questões ao nível da percepção de segurança no espaço público, que serão abordadas adiante. A velocidade de circulação que, naturalmente, varia bastante quando se compara trânsito motorizado com deslocações pedonais, tem ainda implicações na percepção da quantidade de pessoas no espaço público: «se a velocidade de circulação se reduz de 60 para 6 quilómetros por hora, a quantidade de gente que há nas ruas parecerá dez vezes maior, porque cada pessoa estará dentro do campo de visual por um período de tempo aproximadamente dez vezes maior» (Gehl, 2006: 87).

Carmona *et al.* (2008: 45) sintetizam os relatos desta visão crítica da presença do automóvel na cidade na figura do “**espaço invadido**”, que se manifesta em quatro problemas principais:

- A fragmentação e degradação do espaço urbano pela proliferação de vias rápidas, de tal forma que o movimento entre fragmentos se torna uma experiência exclusivamente de movimento, ao invés de uma de movimento e social;
- O espaço público sobranete é, também ele, dominado pelo trânsito motorizado, perdendo a sua função social; o espaço dedicado ao trânsito automóvel é bastante superior ao dedicado aos peões, apesar de estes últimos serem em maior número;
- A transformação da cidade num “arquipélago de enclaves”, em que as deslocações entre distintos lugares comprimem-nos num espaço só, ostracizando os espaços intermédios, votados ao abandono.
- Surgimento de espaços totalmente dependentes do automóvel, onde os espaços públicos chegam a não existir, substituídos por estradas e estacionamento, e as paisagens construídas nestes contextos são-no para serem consumidas a partir do veículo em movimento.

A relação com o tráfego motorizado coloca-se, por conseguinte, a um outro nível, mais alargado, que não o das características do tráfego na envolvente imediata dos espaços, e que de certa forma vai ao encontro do debate opondo o urbanismo funcionalista às cidades de matriz tradicional: a existência de

espaços públicos animados depende bastante de utilizações incidentais, não planeadas, que requerem que as pessoas estejam, antes de mais, a circular a pé pela cidade para nelas se poderem envolver. Uma cidade, ou parte de cidade, que privilegie as deslocações em veículos motorizados e em função delas se organize e configure o seu espaço público (a vialidade de que Borja e Muxí (2003) falam) não será, genericamente, palco de uma utilização do espaço público particularmente intensa.

É a constatação desta relação tensa entre actividade no espaço público e tráfego motorizado, conducente a uma «redução dramática no espaço disponível para os peões, uma redução na qualidade do espaço remanescente, restrições significativas à liberdade de movimentos dos peões dentro e entre espaços e o preenchimento dos espaços com a desordem e parafernália que o senso comum determinou que a coexistência segura entre pessoas e carros requer» (Carmona *et al.*, 2008: 45), que tem levado à adopção de medidas como a pedonalização de ruas, a introdução de medidas de acalmia de tráfego, em particular em áreas residenciais, e a reorganização da rede viária com o intuito de retirar o tráfego de atravessamento de áreas mais sensíveis das cidades, nomeadamente os seus centros. Gehl (2006) defende estes modelos de organização, tanto o da troca da circulação rápida para uma lenta à entrada das cidades, como o da integração da circulação local em âmbitos pedonais (como nos sistemas *woonerf*, na Holanda), na medida em que representam esforços de integração da circulação com as actividades relacionadas com estâncias no exterior. Neste sentido, assumem-se, no entender do mesmo autor, como opções preferenciais aos actuais sistemas de vias diferenciadas, demarcando claramente espaços de circulação automóvel, pedonal e ciclável, que acabam por dispersar e separar pessoas e actividades e, por conseguinte, por ter impactos nefastos no nível da actividade no espaço público.

Mas há, contudo, outras actuações que, não se opondo tão explicitamente à presença do automóvel, poderão contribuir para mitigar eventuais consequências nefastas desta tensa relação entre trânsitos motorizado e pedonal. Alves (2003), procurando requisitos e identificando problemas que se colocam às superfícies de circulação motorizada e de estacionamento, avança com algumas propostas, como a definição geométrica e o controlo da escala da rua, assim inibindo excessos de velocidade automóvel e facilitando o atravessamento pedonal; a localização de passagens para peões em áreas mais sensíveis; a continuidade entre passeios; e a instalação de refúgios centrais em ruas largas, entre outras.

A geração de **ruído** por parte do tráfego automóvel é um outro aspecto que, neste domínio, impacta a utilização dos espaços, não só pelas suas consequências no conforto do espaço, numa perspectiva genérica, mas também, em concreto, pelos constrangimentos que colocam ao desenvolvimento de conversas. Estas só podem ser mantidas com ruídos inferiores a 60 decibéis e, para que se possam ouvir as nuances sonoras de uma situação social completa, não deverão exceder os 45-50 decibéis (Gehl, 2006). Todavia, Whyte (1990) defende que o impacto do ruído no conforto dos indivíduos não depende somente do volume do som, mas também, e em grande medida, do tipo de som em questão e do contexto em que se faz sentir, dando o exemplo do som de fontes e outros elementos com água que, não

obstante o volume bastante alto do ruído feito (e ao qual as pessoas reagem negativamente quando confrontadas com uma gravação do mesmo), tem um efeito positivo no contexto do espaço público.

4.3.4. Forma Urbana Acolhedora

A forma e o tecido urbanos são um elemento fundamental para o fomento da utilização dos espaços públicos, nomeadamente ao nível da **relação do alargamento funcional com a rua e com o quarteirão**. A forma como estes se relacionam com a rua tem impactos profundos na sua capacidade para atrair utentes, assim como na vivência que terá lugar no seu seio. Whyte (1990) afirma, inclusivamente, que a rua faz parte da praça, sendo difícil distinguir, muitas vezes, onde uma começa e a outra acaba; e a vida social desenrola-se também ela indiferenciadamente entre um e outro espaço. Olmsted afirmava o mesmo a propósito do Central Park, falando dum parque interior e de um outro exterior, composto pelas ruas circundantes, considerado vital para a fruição do primeiro. Uma transição suave, transparente, quase imperceptível, entre os dois espaços facilita a utilização da praça ou espaço verde pelos peões circulando na rua.

Neste contexto, as separações físicas entre a rua e as praças ou parques, através de muros ou vedações, surgem como erros a evitar. Levadas a cabo com o intuito de promover a sensação de segurança nos espaços, têm efeitos nefastos não só ao nível da intensidade da sua utilização, como na própria percepção de segurança, atraindo indesejáveis que se socorrem da reduzida visibilidade do espaço. Igualmente prejudiciais para a relação com a rua são mudanças de nível entre o alargamento funcional e a via, sobretudo quando superiores a 90 centímetros, barreira que se assume como psicológica, mais do que física (*ibid.*), apesar da sua relação com o alcance limitado dos sentidos (Gehl, 2006). As diferenças de nível são menos prejudiciais quando o que “se passa” tem lugar a um nível inferior; contudo, a interação e participação manter-se-ão física e psicologicamente difíceis (*ibid.*). Tanto a ausência de mudanças de nível como a de barreiras arquitectónicas influenciam positivamente a proporção de utilizadores da praça que o não são dos edifícios marginantes (Marcus *et al.*, 1990a).

Todavia, as mudanças de nível, desde que acautelem a manutenção da acessibilidade a indivíduos com mobilidade reduzida, poderão ser utilizadas activamente, capitalizando as repercussões estéticas, funcionais e psicológicas que têm. Genericamente, uma praça com mudanças de nível, ainda que ligeiras, é esteticamente mais apelativa que uma plana, em particular quando fornece “lugares de vigia” (*ibid.*; Shaftoe, 2008), preferencialmente associados a adereços que permitam encosto ou sentar; diferenças de nível podem ainda permitir a separação entre espaços de estar e de circulação, assim minorando os efeitos da relativa incompatibilidade entre espaços com intensos fluxos de atravessamento e a presença de elevados números de indivíduos a estar, a que já aludi anteriormente. (Marcus *et al.*, 1990a). Tal não significa, contudo, que circulação e sentar sejam antitéticos; aliás, Whyte (1990) dá conta de que, muitas vezes, as pessoas tendem a sentar-se precisamente na intersecção entre fluxos pedonais e degraus sentáveis e, também, da tendência das pessoas para o auto-congestionamento, ao pararem para conversar no meio dos fluxos pedonais mais intensos.

Apesar de poderem ser capitalizadas e assim contribuir para a qualidade dos espaços, as diferenças de nível são, apesar de tudo, sempre obstáculos à circulação dos indivíduos, devendo ser evitadas. Quando tal não seja possível, o desenho das conexões entre os diferentes níveis assume-se como um momento delicado e importante para uma intensa utilização dos espaços. Este desenho deverá contribuir não só para uma percepção de que a conexão se pode fazer facilmente, mas também para a sua facilitação dum ponto de vista físico, optando por subidas e descidas curtas e graduais e, quando possível, por rampas. (Gehl, 2006), não obstante o potencial das escadas para constituírem lugares sentáveis secundários (Whyte, 1990). Sá (2010) advoga pendentes próximas dos 2,5% na generalidade dos espaços públicos, estando o limite de conforto para a circulação pedonal nos 5%. Nos espaços verdes, admite uma inclinação máxima de 8%.

A **localização da praça ou espaço verde no quarteirão** ou na malha urbana também influencia o tipo de vivência que aí terá lugar (Marcus *et al.*, 1990a):

- Os espaços localizados nas esquinas de duas ruas ao mesmo nível permitirão que o espaço se torne num local de encontro, de atravessamento e para ver os peões, sendo a de maior utilização potencial.
- Localizações em esquinas onde haja consideráveis mudanças de nível entre as ruas não serão utilizadas como espaços de atravessamento, não sendo provável uma utilização intensa e, por conseguinte, a presença de gente a ver os outros passar.
- Uma localização a meio do quarteirão que não o atravesse, formando um beco, pode dar origem a um espaço vivaz confortável e de escala humana, ou um *vazio* frio e pouco utilizado, dependendo da orientação, do rácio entre largura, profundidade e altura e dos detalhes e equipamento do espaço.
- Um alargamento do passeio, enformando um recuo parcial para um edifício, circulação ou disponibilização de lugares sentados pode ser um espaço bastante utilizado ou relativamente problemático, em função de detalhes de desenho. Um problema básico neste tipo de espaços é o conflito entre fomentar a utilização pelos peões utilizando o passeio, através da manutenção de vários pontos de acesso ao espaço, ou criando um espaço “oásis” que encoraje os indivíduos a sentarem-se. Jacobs (1995) refere que estes espaços são mais relevantes em ruas estreitas e longas e nas de traçado irregular, onde são particularmente importantes no fornecimento de lugares de paragem e pontos de referência.

Desta discussão depreende-se que a forma urbana, ao determinar a localização e a relação funcional com a envolvente, se assume como um factor fundamental para o acesso aos espaços, a capacidade de neles entrar, entendido aqui numa tripla acepção – **acesso físico, visual e simbólico** (Carr *et al.*, 1992).

Eventuais limitações ao acesso físico decorrem de horários de funcionamento excessivamente restritivos, da presença de guardas, vedações ou portões que desencorajam a entrada de pessoas. Acrescem a estes elementos outras barreiras ao acesso que afectarão principalmente grupos específicos da população, como mudanças de nível vencidas exclusivamente por escadas ou a predominância do automóvel em áreas residenciais. A ausência de barreiras à entrada requer, igualmente, uma boa conexão a percursos, para além da já mencionada transição para o passeio adjacente. Adicionalmente, as necessidades específicas de indivíduos com mobilidade reduzida são também um dos desafios a abordar neste domínio.

O acesso visual, ou visibilidade, reveste-se de importância para que as pessoas se sintam à vontade para entrar no espaço: um espaço facilmente visível de fora, identificável como espaço público de aparência segura e convidativa. A visibilidade assume-se particularmente relevante para percepções de segurança e para que os indivíduos possam perceber se decorrem, no espaço em questão, actividades que consideram desagradáveis e incompatíveis com a sua estadia. A promoção da visibilidade do espaço deve ser sempre equacionada com a necessidade de privacidade nos espaços públicos e, consequentemente, de fornecer lugares de retiro no espaço; o desenho deverá, pois, proporcionar não só um sentimento de segurança, como lugares onde se desfrute de privacidade.

O acesso visual a um espaço por parte dos transeuntes pode ser, em si mesmo, vantajoso, independentemente de resultar ou não numa maior utilização primária do mesmo. Whyte (1990) chama-lhe “fruição secundária”, afirmando que não se deverá subestimar a importância para o bem-estar dos transeuntes de poderem, simplesmente, olhar para um espaço público agradável no seu caminho entre dois lugares.

Por seu turno, o acesso simbólico implica a presença de pistas ou dicas, sob a forma de elementos de design ou pessoas, relativamente a quem é ou não bem-vindo no espaço, como a presença de determinados grupos no espaço, em especial à entrada (*gatekeepers* que controlam entradas e saídas, por vezes associados a actividades ilícitas). Porém, é de realçar que, também para este tipo de acesso, há vários factores não humanos que o influenciam, ditando públicos preferenciais / desejáveis, nomeadamente elementos de desenho e o tipo de equipamento, instalações e actividades presentes no espaço (Carr *et al.*, 1992). Adicionalmente, a sinalização conveniente de entradas e o seu desenho de forma a serem convidativas é uma forma relevante de potenciar o acesso simbólico aos espaços (Marcus e Greene, 1990).

A importância da relação dos espaços com a envolvente coloca-se, também, num quadro mais alargado, de desenho da malha urbana, em particular naquilo a que Gehl (2006) apelida de **criação de sequências espaciais**. Neste contexto, o autor adianta as seguintes disposições:

- Deverá evitar-se a criação de percursos pedonais longos e rectos, sendo que as ruas sinuosas ou interrompidas tornam a deslocação mais interessante, para além de vantagens na protecção do vento;

- Alternar ruas e pequenas praças tem o efeito psicológico de encurtar as distâncias percebidas;
- Entre edifícios, o dimensionamento das secções da rua deverá ser proporcional ao número de usuários esperados, mantendo simultaneamente um espaço íntimo e claramente definido; em ruas particularmente estreitas, a criação de contrastes espaciais é facilitada e, também, encorajada;
- A qualidade da experiência de um espaço grande é intensificada se o acesso ao mesmo for feito através de um espaço pequeno.

Adicionalmente, a morfologia urbana é ainda influente nas dinâmicas de utilização dos espaços públicos através da **dimensão e da configuração dos próprios espaços**. Estes dois elementos influem na animação do espaço público sobretudo através da sua relação com os mecanismos perceptivos dos indivíduos, em concreto devido ao seu impacto na **definição espacial do ambiente**, elemento importante para uma sensação de conforto e para conferir identidade e singularidade ao espaço e, consequentemente, qualidade (Jacobs, 1995).

Os espaços são definidos de duas formas distintas (*ibid.*); verticalmente, pela altura dos edifícios, muros, árvores ou outros elementos que o marginem e horizontalmente pela extensão e espaçamento entre os elementos definidores. O começo ou fim dos espaços, em particular das ruas, também pode ser sinalizado, neste caso simultaneamente vertical e horizontalmente, normalmente por edifícios.

Segundo o mesmo Jacobs, a definição vertical é tanto uma questão de proporções como de dimensões absolutas. Quanto mais larga uma rua, maior será a massa ou altura do edificado necessária para a sua definição, admitindo-se um limiar máximo nesta largura, a partir da qual uma real definição da rua enquanto tal será impossível (o que não significa, necessariamente, que não haja qualquer sorte de definição espacial). A dimensão máxima para a largura de um espaço (rua ou praça) parece rondar os 137 metros, a partir da qual a definição espacial pode ter lugar, mas denotando e delimitando outras estruturas espaciais que não a rua ou praça (*ibid.*). Lynch sugere que a dimensão ideal de um pequeno espaço será de 12mx24m, correspondendo, respectivamente, a uma escala íntima e humana, podendo estender-se até 100 metros em espaços de maior dimensão e não ultrapassando valores de cerca de 130 metros no lado mais pequeno (*apud* Shaftoe, 2008 e Marcus *et al.*, 1990a). Alexander defende que uma praça não deverá ter mais de 22 metros de largura e Abley e Hill notam que as dimensões médias das praças medievais, baseadas em distâncias sociais, são de 57 por 140 metros (*apud* Shaftoe, 2008). Sitte (*apud* Sá, 2010) aponta a dimensão média das praças em 50 por 150 metros e a dos largos em diâmetros de 15 a 20 metros. Estes referenciais são fortemente baseados, conforme já afirmei, na percepção visual dos indivíduos, sendo a proposta de Gehl (2006), particularmente exemplar neste domínio: um espaço público deverá ter a extensão máxima de 70 a 100 metros, a distância máxima a que um evento é

perceptível, e que poderá ser combinada com a distância que permite o vislumbre de expressões faciais (20 a 25 metros)²⁷.

Não obstante estas dimensões ideais, a dimensão dos espaços não parece ser um factor crítico na determinação das dinâmicas de utilização de um espaço, apenas quando este é excessivamente grande (Whyte, 1990).

Nestes estudos no domínio do aparelho perceptivo dos indivíduos, em particular da visão, alguns articulam, ainda, estas distâncias a que é possível reconhecer determinadas características dos objectos observados com os ângulos de visão. Todavia, tal como Jacobs (1995) adverte a propósito das dimensões definidas para edifícios e ruas por Blumenfeld e Maertens a partir das noções de escala humana (à qual é possível reconhecer pessoas) e escala humana íntima (à qual expressões faciais são perceptíveis), os ângulos de visão e a consequente percepção do edificado em função de rácios altura do edifício/distância a que o indivíduo está do mesmo parecem mais relevantes para a definição da rua. Apesar do tradicional rácio 2:3 (largura da rua : altura até à cornija)²⁸ formalizado por Haussmann no seu desenho para Paris, o rácio vertical/horizontal da maioria das ruas estudadas por Jacobs cai no intervalo entre 1:1,1 a 1:2,5, concluindo o autor que os edifícios marginando ruas defini-la-ão quando os rácios altura/distância horizontal forem de pelo menos 1:4²⁹, com o olhar do transeunte a 30°, que se traduz num perfil transversal de 1:2 (altura:largura). O autor refere, contudo, que não parece haver um limite máximo neste rácio, nem tampouco em termos de altura absoluta dos edifícios, sugerindo que «os limites superiores [deste rácio] serão mais bem determinados pelo impacto da altura no conforto e habitabilidade da rua, medido através da iluminação solar, temperatura e vento, mais do que através de altura absoluta ou proporcional» (*ibid.*: 281). No entanto, nenhuma das ruas por ele estudadas alberga construção em altura, sendo as melhores ruas marginadas por edifícios com menos de 30,5 metros. Sá (2010), percorrendo rácios análogos aplicados a praças e largos avançados por vários autores, encontra recomendações de rácios altura-largura mínimos entre 1:1 e 1:3 e máxima entre 1:2,5 e 1:6. Noutros casos, os rácios colocam-se entre comprimento e largura. Sarandeses (1990 *apud* Sá, 2010) sugere que os espaços verdes urbanos locais deverão obedecer a rácios largura/comprimento inferiores a 1:1,5. A importância do plano vertical mantém-se, contudo, nestes espaços, e o comprimento dos mesmos não deverá ultrapassar o quádruplo da altura das árvores, em fase de plena maturidade.

²⁷ Noutros trabalhos, apontam-se, conjugadas com considerações sobre proporções, áreas mínimas que os espaços deverão ter. Apesar de não estarem directamente relacionados com a questão da definição, avançam-se aqui alguns dos exemplos recolhidos por Sá (2010): as praças deverão ter área superior a 1000 m² e diâmetro superior a 30 metros, ao passo que os largos têm área mínima de 200 m², para um diâmetro mínimo rondando os 12 metros. Em espaços verdes urbanos locais, a área mínima será da ordem dos 4500 m² e a largura superior a 60 metros; as áreas verdes formais não deverão ter menos de 0,1 hectares, tal como as de amenidade.

²⁸ Para melhor comparação com os restantes rácios, o de Haussmann equivaleria a um rácio de 1:0,6(6), de altura para largura.

²⁹ O autor refere ainda que a rácios (altura do edifício : distância do indivíduo ao edifício) de 1:3,3 parece haver sempre definição e que esta será forte em rácios de 1:2. Em rácios menores, a partir de 1:5, não há sentido de definição.

No domínio da definição horizontal das ruas, o espaçamento entre os edifícios é uma variável fundamental, sendo que, tal como para a definição vertical dos espaços, também aqui não é claro definir recomendações em termos de valores absolutos ou rácios, dada a dificuldade de determinar mecanismos de causalidade na definição dos espaços (ou seja, não é fácil determinar se é determinado elemento da rua que contribui para a sua definição ou se é um outro elemento nela presente). Jacobs (*op. cit.*) limita-se, assim, a concluir que o espaçamento menor entre edifícios é mais eficaz para a definição das ruas, face a maiores afastamentos.

A definição horizontal tem ainda implicações na extensão, em termos absolutos, dos espaços, em particular das ruas. Ainda que haja ruas ótimas³⁰ de todas as extensões, extensões excessivas poderão dificultar a manutenção de interesse visual e da diversidade (Jacobs, 1995); Alves (2003) coloca esta extensão máxima nos 1600 metros. Todavia, a introdução de mudanças ou variações no perfil da rua poderão minorar ou até mesmo anular os eventuais nefastos desta excessiva extensão (Jacobs, *op. cit.*).

As **dimensões absolutas dos espaços e das suas componentes** são ainda relevantes para outros aspectos que não a definição dos mesmos. Concentrando-se exclusivamente na actividade no seu seio, Gehl (2006) nota que em ruas de sucesso, como em Veneza, e nos corredores de grandes armazéns comerciais, a largura dos mesmos, separando ocupações em ambas as margens, raramente excede os 3 metros. Adiantei já, também, na procura de limiares para as diferentes classes de quantidade de indivíduos no espaço público, que o dimensionamento dos passeios em função dos fluxos pedonais verificados e/ou expectáveis é um instrumento essencial para assegurar determinado desempenho por parte das vias. No entanto, Whyte (1990) afirma que, ainda que os rácios e larguras oferecidos por este género de trabalhos sejam instrumentos preciosos, pecam por dar a mesma relevância a todos os metros adicionais de largura de passeio e por ignorarem a importância das dimensões absolutas dos passeios. Assim, são sobretudo os primeiros metros de largura de um passeio, até cerca de 2,5, os mais críticos para a qualidade do espaço e das deslocações, sem os quais não seriam percorráveis. Metros de largura adicionais são desejáveis, mas os seus benefícios marginais são decrescentes. Por volta dos seis metros de largura estes benefícios marginais seriam de tal modo residuais que a largura se poderia revelar excessiva, sendo só necessária em ocasiões muito específicas, de fluxo pedonal sobremaneira intenso (Whyte, 1990). O significado de um metro de largura de um passeio depende bastante, também, do contexto em que a rua em questão se insere, em particular da sua ocupação marginal: se bordejado por paredes poderá parecer mais estreito do que na realidade é, ao passo que, se marginado por espaço aberto, poderá parecer mais largo que a realidade, até por alguma facilidade de utilização desse espaço para circulação (*ibid.*).

³⁰ A obra de Jacobs chama-se *Great Streets* e sobre elas versa; o “ruas ótimas” aqui empregue refere-se, precisamente, a esse título.

A relevância das larguras absolutas dos passeios implica que um metro de largura num passeio estreito tenha significado diferente de num passeio largo: ainda que, estatisticamente, se possam registar rácios pessoa/m² de passeio idênticos, num passeio estreito há menos opções de circulação que num largo, menos “faixas” de ultrapassagem, menos alternativas de rota. Ao não darem conta destas diferenças, as fórmulas de dimensionamento acabam por subestimar a relevância de largura adicional em passeios estreitos e sobrestimá-la em passeios largos. As larguras absolutas têm, também, influência profunda na capacidade dos passeios acolherem obstruções, de mobiliário urbano a venda ambulante, entre outras (*ibid.*).

Por tudo o que foi apresentado, facilmente se compreenderá a inexistência de uma largura de passeio óptima, aplicável a todas as situações. Sá (2010) coloca a dimensão adequada do passeio na dependência de uma vasta gama de factores, para além do volume de tráfego pedonal, nomeadamente do volume e da velocidade do tráfego motorizado, da densidade e tipo da ocupação marginal, da frequência de acesso a edifícios e parcelas, da necessidade de introduzir elementos vegetais e de mobiliário urbano e da existência de estacionamento. No entanto, perante observações repetidas, Whyte (1990: 78) identifica determinados limiares com bom desempenho numa pluralidade de situações, acomodando variações consideráveis na intensidade dos fluxos pedonais; como valor de referência para cidades grandes e médias, aponta um mínimo de 4,5 metros para a maioria das ruas, 7,6 metros para grandes avenidas.

Não são só as dimensões absolutas e os rácios entre planos verticais e horizontais a terem impacto na sensação de conforto dos espaços públicos. A sua **configuração** surge, também, como um factor importante, para lá das asserções sobre a relevância da pequena escala e da definição horizontal e vertical dos espaços.

Uma primeira nota, neste domínio, sobre a aparente pouca relevância da **forma** do alargamento funcional para intensidade da sua utilização. Whyte (1990) dá conta de que, ainda que as praças de forma aproximadamente quadrada sejam, regra geral, as mais utilizadas, a sua forma não se revela o factor crítico na explicação dessa intensidade de uso; inclusivamente, alguns alargamentos funcionais de forma alongada, estreita, revelaram-se dos espaços mais utilizados no centro de Nova Iorque.

Não sendo crítica para uma “boa utilização”, a forma tem, contudo, influência nas dinâmicas de utilização do alargamento funcional. Nas praças mais largas, haverá uma maior proporção de fluxos pedonais de atravessamento que nas mais estreitas e influi positivamente, também, na proporção de utentes do espaço que não utilizam directamente os edifícios marginantes (Marcus *et al.*, 1990a).

A **configuração interna dos espaços**, independentemente da sua forma, é, contudo, um aspecto relevante, em particular em espaços de grandes dimensões ou naqueles onde se pretenda a coexistência de diferentes tipos de utentes e/ou actividades, motivo subjacente a recomendações relativas à criação de subespaços, à laia de zonamento interno, em alguns espaços públicos (e.g. Alves, 2003; Carr *et al.*,

1992). A sua subdivisão, que deve ser clara, mas subtil, pode ser feita com recurso a mudanças de nível, elementos vegetais, construção, lugares sentados e outros elementos similares, criando uma aparência visual mais agradável quando o número de utilizadores é diminuto. A dimensão destes espaços nunca deverá ser tão pequena ao ponto de sugerir uma “pequena divisão” de uma residência ou invasões de privacidade de utentes que lá estejam, nem tão grande ao ponto de, em situações de subutilização, se tornar intimidante (Marcus *et al.*, 1990a)

Estes subespaços poderão surgir com a intenção de tentar “diminuir” a escala da praça, de criar recantos ou espaços de maior intimidade, ou de separar usos e actividades tidos como incompatíveis, assim potenciando o seu uso, inclusivamente ao nível da duração da estadia (Marcus *et al.*, 1990a). Em alguns casos, a criação de subespaços pode implicar a criação de espaços dedicados, a actividades e/ou públicos específicos, como por exemplo crianças, jovens e adolescentes ou práticas desportivas (Alves, 2003)³¹.

Por outro lado, em ruas especialmente largas, as árvores, por vezes em separadores centrais, têm um papel particularmente relevante nessa “diminuição de escala” e consequente concessão de definição ao espaço. A utilização de pontos focais ou de cruzamentos para sinalizar os fins e começos de ruas podem contribuir para atenuar eventuais défices de definição horizontal, possivelmente contribuindo para o sentido de lugar (Jacobs, 1995).

Contudo, a definição de subespaços e consequente especialização funcional dos espaços não deverá prescindir do carácter multifuncional e versátil, em termos da sua utilização, que estes deverão manter (Sá, 2010).

Ainda no domínio da forma urbana, **as fachadas, as características dos edifícios marginantes e a sua ocupação** constituem um elemento influente nas dinâmicas de utilização dos espaços, ao estruturarem os limites e as fronteiras dos espaços e, assim, a sua definição e ao deterem potencial de geração de procura e, consequentemente, de fluxos de utentes dos espaços.

Um dos aspectos em que este elemento assume a sua relevância é na forma como organiza a transição entre os domínios público e privado, entre o espaço público exterior e o espaço interior dos edifícios. Jacobs (1995) advoga a «qualidade da transparência» nas suas margens como uma das características das melhores ruas. Esta qualidade de transparência reflecte-se, em primeiro lugar, na percepção relativamente fácil do que jaz para lá dos elementos definidores da rua e, mais do que isso, convida os transeuntes a fazer esse exercício de interrogação.

Os elementos protagonizando a concessão de transparência aos limites de um espaço são as janelas e as portas. Associadas às ruas comerciais, ao seu teor convidativo, acrescenta-se uma capacidade de

³¹ Este autor adianta, aliás, requisitos e problemas comuns para espaços de recreio e lazer para os mais jovens, espaços para lazer, competição e espectáculo, espaços para actividades culturais e recreativas e espaços para circuitos para bicicletas, patins e outros (Alves, 2003: 203-214)

anunciar o seu conteúdo e, tratando-se de comércio, de incentivar o consumo; em muitas das melhores ruas comerciais, surgem zonas de transição entre interior da loja e exterior (*ibid.*), aquilo a que chamei, na vivência, “espelhos da actividade comercial”. As portas, envidraçadas ou não, detêm a mesma capacidade convidativa e de suscitar curiosidade, enunciando a existência de um interior, mais ou menos conhecido, mais ou menos adivinhável; por esse motivo, a multiplicação de entradas é um elemento positivo nas ruas de uma cidade - «quantas mais portas de entrada, melhor» (*ibid.*: 286).

Não se trata, exclusivamente, de janelas, vidro e entradas. Para que a transparência concedida pelo vidro signifique visibilidade, há que conjugá-la com a distância, nomeadamente com os parâmetros da experiência visual, tanto de dentro para fora como de fora para dentro. Ainda, muitos edifícios envidraçados tornam-se opacos, seja pelo vidro ser espelhado, escuro ou pela multiplicação de cortinas, persianas e estores. Porém, nem sempre será desejável ou necessária uma total visibilidade para o interior das janelas, sobretudo em áreas residenciais; mas as janelas têm a importante função de transmitir a sensação de que o espaço que marginam é habitado e de eventuais conforto e refúgio no interior para o transeunte e de facilitação de acesso visual ao domínio público ao habitante do imóvel – simplesmente poder ver o que se passa (*ibid.*; Gehl, 2006).

Existem, ainda, outras formas de promoção da transparência, de comunicação do que ocorre para lá das paredes. Jacobs dá o exemplo de ramos de árvores que ultrapassam muros e se suspendem sobre a via pública, levando o transeunte para o jardim do lado de lá do muro.

Gehl (2006) aborda o tema defendendo os limites flexíveis, ao invés de uma definição inequívoca dos mesmos, através de zonas híbridas público-privadas, actuando como elementos de conexão que facilitem, física e psicologicamente, o ir e vir de indivíduos entre interior e exterior.

As diferenças de altura entre entradas e espaço público, medidas pelas cotas de soleira, são, por conseguinte, um elemento fundamental não só na prossecução desta transparência, mas sobretudo na promoção de um intercâmbio frequente entre interior e exterior.

Para além da transparência, a organização da transição edifício / espaço público pode influir ainda na concentração de actividades e na intensidade da experiência dos transeuntes, na medida em que a existência de zonas de interacção activas e pouco espaçadas entre a rua e a fachada e de distâncias curtas entre entradas e outras funções contribui para a activação do espaço público (Gehl, 2006). É no seguimento desta afirmação, que faz eco da apologia da multiplicação de entradas feita por Jacobs, que ambos os autores valorizam a existência de muitos edifícios e de fachadas estreitas, redutora da longitude da rua e das distâncias a pé, assim conduzindo a uma melhoria da vida na rua; parcelas estreitas e profundas, conjugadas com um cuidadoso arranjo do espaço frontal, evitam o surgimento de “espaços sobranceiros” em frente aos edifícios. Gehl (2006) sugere como referencial o verificado em muitas ruas comerciais de sucesso, de 15-25 edifícios por cada 100 metros. A procura das supramencionadas zonas de interacção activas tem levado a que, em alguns locais, nomeadamente na Dinamarca, se tenha vindo a interditar a existência de “fachadas aborrecidas” e respectivas funções, como escritórios e

bancos, no rés-do-chão dos edifícios ou a admiti-las somente em fachadas com menos de 5 metros de largura. É pela importância das actividades ao nível do rés-do-chão na intensificação da utilização dos espaços públicos que Whyte (*apud* Marcus *et al.*, 1990a) sugere que cerca de 50% do perímetro das praças deve ser ocupado por comércio e serviços.

Jacobs (*op. cit.*) refere ainda que, no mínimo, a existência de muitos edifícios implica a existência de linhas verticais que os separam, linhas essas que acrescentam interesse à rua, que se assumem como pontos de referência, contribuindo para uma noção de escala. Quanto mais os edifícios, maior a probabilidade de ocorrência de diversidade, física e social.

Ainda que seja ao nível do rés-do-chão que a presença de actividades mais influi na utilização dos espaços públicos, os segundos pisos também podem deter um papel interessante para a animação do espaço público, para lá da mera geração de fluxos / função de acesso, naquilo a que Whyte (1990: 81) apelida de *second storiness*. O impacto desta *second storiness* dá-se primeiramente ao nível visual, constituindo algo vivaz que admirar, em particular a partir do pôr-do-sol, quando a iluminação interior suplanta a exterior.

Adicionalmente, ao tentarem ultrapassar a distância física que os separa dos peões ao nível da rua, muitas das actividades localizadas nos segundos pisos encetam acções agressivas em busca de clientes e visibilidade, cujo impacto no espaço público é grande; incluem afixação de faixas e bandeiras junto às suas janelas, de cartazes no rés-do-chão junto à entrada do edifício, distribuição de panfletos nas imediações. A duplicação de carga sobre o espaço público que esta *second storiness* representa tem repercussões positivas no espaço público (Whyte, 1990).

A **altura dos edifícios marginantes** ao espaço público é um elemento igualmente influente na sua utilização. Referir-se-á, adiante, o papel que a altura dos edifícios, associada à sua orientação e forma, pode ter no conforto climático dos espaços, sobretudo no que ao vento e insolação diz respeito. Adicionalmente, os edifícios de vários pisos, sobretudo no caso de uso residencial, dificultam a entrada e saída da residência para o espaço público, ferindo-a, sobretudo, na sua espontaneidade, limitando as actividades no espaço exterior em redor dos edifícios, tanto em número como em carácter. Por conseguinte, edifícios baixos, em conjunto com um desenho que potencie a interacção interior-exterior, são mais eficazes na promoção de usos espontâneos e informais dos espaços, que representam uma proporção grande das estadias totais nos espaços públicos mais bem utilizados. Logradouros à frente da residência (ou, por vezes, apenas a existência de alpendres), particularmente em edifícios de tipologia uni ou bifamiliar, são uma das melhores formas de promover esta permeabilidade. (Gehl, 2006).

Nos melhores espaços públicos, entre os edifícios marginando os espaços estabelecem-se **relações de complementaridade** que se traduzem numa sensação de regularidade e ordem; tal não implica, necessariamente, que sejam idênticos, mas que haja, sobretudo, uma semelhança no seu aspecto e na sua altura (Jacobs, 1995), que se repercuta numa escala adequada para os ângulos de visão dos peões

e para uma agradabilidade ao nível do conjunto de edifícios, independentemente de idiossincrasias individuais (Whyte, 1990). Em ruas marginadas por edifícios com dois a cinco andares, são admissíveis variações de um ou dois pisos, muito raramente três³²; o mesmo se verifica em ruas com edifícios mais altos, de sete ou oito pisos. Admitem-se excepções, seja em aparência ou em altura, em edifícios de elevado poder simbólico ou que desempenhem função relevante na estruturação da rua, em particular em esquinas ou curvas, de ponto focal (Jacobs, 1995) ou “monumento”, na acepção de Lynch (1996).

A complementaridade do *design* não implica necessariamente execução urbanística síncrona, semelhança estilística (embora a admita), mas antes um conjunto de características que se deverão harmonizar, incluindo materiais, cores, cornijas, janelas e seus detalhes, entradas, *bay windows*, alpendres, saliências e linhas de sombra e outros detalhes, como algerozes. No entanto, é difícil obter fórmulas e receitas. Todavia, as melhores ruas não se costumam caracterizar por «maravilhas arquitectónicas individuais, que se destacam» (Jacobs, 1995.: 289).

A ocupação marginal de um espaço público influi ainda nas dinâmicas de utilização deste último através daquilo a que de Jonge (*apud* Gehl, 2006: 163) chama o «efeito de borda», uma constatação de que os limites dos espaços são os mais utilizados pelas pessoas; no caso dos espaços públicos, as áreas mais intensamente utilizadas localizam-se junto às fachadas dos edifícios, nos limites de espaços dentro de outro espaço ou em zonas de transição entre dois espaços, de onde se pode observar ambos em simultâneo. Este efeito explica-se pela simples constatação de vantagens práticas e psicológicas. É das margens de um espaço que mais bem se pode observá-lo; rente a uma fachada, é mais fácil manter a distância adequada face aos demais utentes do espaço e está-se menos exposto que no meio. O incómodo eventualmente causado é, assim, menor, pode ver-se sem se ser muito visto pelos demais e o território individual reduz-se a um semicírculo diante da pessoa, o que aumenta a sensação de segurança. As zonas de borda dos edifícios são, assim, palcos de estadia privilegiada não só pelos indivíduos, mas pelas próprias actividades do interior dos edifícios, que frequentemente transbordam para as suas imediações. São, também, os espaços de incubação das (inter)acções, que se geram frequentemente nas bordas e, ao crescerem, se expandem então para o centro dos espaços (Gehl, 2006).

As bordas dos espaços grandes são, também, privilegiadas no seu atravessamento, por permitirem experienciar não só o espaço grande, mas também os pequenos detalhes das fachadas ou do limite ao longo do qual caminha. Em dias de mau tempo, as bordas dos espaços providenciam maior abrigo. (*ibid.*)

³² Naturalmente, mais relevante que o número de pisos é a altura do edifício: edifícios com números de pisos diferentes podem ter alturas idênticas, devido a diferenças no pé-direito dos pisos.

4.3.5. Conforto climático

Carr *et al.* (1992) identificam o conforto como uma das cinco necessidades dos indivíduos no espaço público. No seu seio, o conforto climático é uma das componentes de maior relevo; em função das condições climáticas do local, o espaço público deverá estar organizado de forma a permitir aos utentes o usufruto de estados do tempo agradáveis ou a protegê-los de eventuais inclemências. O conforto climático oferecido por um espaço é, por conseguinte, sempre definido em função do clima do local: «oferecem protecção razoável dos elementos sem tentarem evitar ou negar o ambiente natural» (Jacobs, 1995: 275). Ou seja, é importante proteger os indivíduos de climas adversos, mantendo simultaneamente a sua capacidade de experimentar os distintos estados do tempo (Gehl, 2006).

Marcus *et al.* (1990a) designam a “**zona de conforto**”, conjunto de condições meteorológicas fisicamente agradáveis para uma pessoa à sombra com roupas casuais, como o cenário desejável no espaço público, que deverá ser desenhado de forma a ter a maior área possível caindo nesta descrição. Nesse sentido, o conforto climático tanto pode implicar o facultar de acesso a ou de alívio do sol (Carr *et al.*, 1992). Dever-se-á permitir a máxima insolação e calor em áreas frescas ou permitir alívio da luz e calor provenientes do sol e do reflexo nos elementos construídos em áreas quentes. O limiar de conforto ideal situa-se entre os 13 e os 24°C (Marcus *et al.*, 1990a) e, por isso, os estudos dos padrões sol-sombra deverão ser feitos para os meses em que a temperatura média ao meio-dia é igual ou superior a 13°C. Em áreas onde as temperaturas no Verão ultrapassem os 24°C, deverão ser providas áreas ensombradas.

A **insolação** do espaço é um dos factores mais importantes para a sua utilização intensa³³, propiciando tanto luz como calor, motivo pelo qual o espaço público deve ser desenhado de forma a receber o máximo de luz que o espaço permita³⁴. Os movimentos sazonais do sol e as estruturas existentes e projectadas devem ser, por conseguinte, levadas em conta de forma a garantir esta insolação máxima, tanto no Verão como no Inverno (Marcus *et al.*, 1990a). Uma exposição a Sul deverá, por conseguinte, ser procurada e aproveitada sempre que possível, ainda que espaços com outras orientações possam ter usos intensos, desde que a qualidade do desenho o fomenta (Whyte, 1990). Já Sarandeses (1990 *apud* Sá, 2010) defende que os espaços verdes deverão ser localizados de forma a terem um mínimo de 4 horas de insolação diária em pelo menos 2/3 da sua área total e que a orientação das praças deve ser tal que permita exposição solar no solstício de Inverno, ou seja, a maior dimensão da praça deverá dispor-se a N-NE / S-SO. Em casos onde as estruturas existentes privem os espaços de luz solar, o recurso a “luz

³³ Whyte (1990) afirma, contudo, que a exposição solar não é um factor crítico no número de utilizadores num dado espaço, em particular nos meses mais quentes. Defende, contudo, que a ausência de sol significa uma menor qualidade da experiência do espaço, nem que seja pela ausência de escolha entre sol, sombra ou situação intermédia.

³⁴ Exemplo paradigmático desta consideração é a inclusão, nos regulamentos da cidade de San Francisco, do impacto da construção na insolação dos espaços como um dos critérios de avaliação de projectos, rejeitados caso não permitam, no mínimo, a entrada de luz solar no espaço público entre as 11h e as 14h (Marcus *et al.*, 1990a).

emprestada”, reflectida pelos elementos artificiais marginando o espaço, poderá ser solução interessante para a melhoria do conforto climático no espaço. (Marcus *et al.*, 1990a)³⁵.

Para além da insolação directa, a **luz secundária** também é um factor importante. Importa, neste aspecto, ter em mente o carácter composto da sombra; a perda de céu desobstruído, que tem lugar em áreas de construção em altura, pode significar a perda de luz «que faz a diferença entre estar à sombra e estar no fundo de um poço» (Whyte, 1990: 257).

Nas áreas quentes é, então, necessário providenciar alguma forma de **abrigo / ensombramento**, seja sob a forma de árvores, chapéus-de-sol ou outro tipo de cobertura. As arcadas surgem como uma forma de cobertura que protege os utentes das inclemências do estado do tempo tanto no Verão como no Inverno (Jacobs. 1995). Alves (2003) relembra, contudo, que o efeito microclimático da vegetação não se cinge exclusivamente ao ensombramento – que também tem influência na temperatura dos materiais, eventualmente sentáveis, e que protege pavimentos e fachadas do desgaste causado pelos raios solares –, sendo relevante também na regulação dos níveis de humidade atmosférica e da temperatura do ar e, já para lá do conforto climático em sentido estrito, na qualidade do ar.

Relacionada com a insolação está a questão do **encandeamento**, potencial fonte de desconforto para os utentes do espaço. A utilização de materiais com menor albedo poderá, no entanto, resultar na criação de ambientes algo soturnos (Marcus *et al.*, 1990a). É, por conseguinte, importante conciliar a necessidade de aproveitar fontes secundárias de iluminação em áreas pouco iluminadas com os efeitos nefastos do encandeamento, não só ao nível do conforto dos utentes, mas, inclusivamente, ao nível da segurança rodoviária e fluidez do tráfego (Whyte, 1990).

O **vento** é um outro elemento climático fundamental para o conforto da estadia no espaço público, uma questão que surge com particular premência em contextos onde a construção em altura abunda. No entanto, não é só ao nível dos efeitos nefastos da construção em altura (que gera e/ou intensifica rajadas de vento que se fazem sentir nos espaços públicos que marginam) que a problemática do vento se coloca. Whyte (*ibid.*), notando que a temperatura parece ser mais relevante que a insolação para o uso do espaço público, refere que a existência de recantos e espaços protegidos do vento pode ser fundamental para intensificar a utilização dos espaços. A importância da função do espaço urbano como abrigo do vento é sublinhada pela afirmação de Jacobs (1995) de que os ventos nas ruas da cidade terão 25% a 40% da intensidade em campo aberto, excepto se a disposição e altura dos edifícios os não acelerarem. Tanto a construção de edifícios baixos como a de traçados sinuosos potencia a protecção do vento (Gehl, 2006).

³⁵ Para mais detalhes sobre métodos de avaliação do impacte dos edifícios na insolação do espaço público, formas de capitalizar luz secundária e formas de inclusão destas prescrições em regulamentos da administração, vide Whyte (1990), capítulos 17 e 18.

O conforto climático constitui-se como factor de animação, então, na medida em que se afirma como uma condição mínima para a estadia dos indivíduos no espaço público: «o conforto é uma necessidade básica. A necessidade de comida, bebida, abrigo dos elementos ou de um lugar para descansar quando se está cansado requerem, todas elas, algum grau de conforto para serem satisfeitas. Sem conforto é difícil imaginar como as outras necessidades³⁶ poderão ser supridas, apesar de as pessoas se sujeitarem, por vezes, a grandes desconfortos em tentativas de passar um bocado» (Carr *et al.*, 1992: 92). Nesse sentido, apesar de a quantidade de pessoas no espaço público e as actividades a serem desenvolvidas variarem com a estação do ano, a protecção do clima assume-se sempre como fundamental para que o espaço funcione todo o ano (Gehl, 2006).

Esta manutenção do conforto climático implica, conforme se depreenderá do disposto anteriormente, de operações a escalas distintas, envolvendo não só o desenho global do espaço, mas também a localização dos percursos e dos lugares de estância no seu seio (*ibid.*).

4.3.6. Valor simbólico

Não pretendo, aqui, entrar em discussões sobre o significado de “valor simbólico” que, reconheço desde já, não é pacífico e constitui um amplo domínio de discussão e investigação. Utilizo o termo no seu significado corrente.

Ainda que ao longo do texto tenha vindo a tornar-se claro que as questões simbólicas não são determinantes para a animação dos espaços (Whyte, 1990), creio que elas poderão funcionar sempre, no mínimo, como atractores de pessoas e como qualificadores dos espaços, também pela sua frequente associação à “qualidade estética” dos espaços, e, em algumas situações, assumirem-se como factor determinante para uma dada modalidade de utilização num dado momento.

O valor estético, seja do próprio espaço, da ocupação marginal, ou do cenário / paisagem que é possível observar a partir do espaço (ou de parte dele) pode assumir-se como “algo que ver”, assim funcionando como factor de animação. Refiro, ainda, que muitos aspectos formais (não necessariamente “estéticos”) dos espaços são bastante relevantes para a sua qualidade e utilização, como ficou explícito em muitos dos restantes factores de animação. É por este motivo que o valor estético não surge aqui com autonomia, enquanto factor de animação, ou sequer associado ao valor simbólico.

Analogamente, também o valor simbólico dos espaços poderá atrair pessoas que aí se deslocam com propósitos distintos, em função do simbolismo invocado pelo espaço: o teor simbólico dos espaços dá azo a muitas formas específicas de utilização dos mesmos, capitalizando explicitamente esse simbolismo. A dimensão destas utilizações, aqui entendida não só em termos de quantidade de indivíduos, mas

³⁶ Os autores avançam com um gradiente de cinco necessidades, sendo que a satisfação de uma requer a satisfação das anteriores ou se revela, pelo menos, mais exigente que elas. Estas cinco necessidades são o conforto, o relaxamento, o envolvimento passivo com o ambiente, o envolvimento activo com o ambiente e a descoberta.

também do grau de apropriação que delas resulta, é variável, e pode originar estados de animação específicos, eventualmente inscrevendo-se no calendário e memória da cidade, como é o caso de determinadas manifestações ou celebrações. A ligação entre simbolismo, memória colectiva e dinâmicas de utilização dos espaços é, aliás, tema recorrente na literatura académica. O carácter especial de algumas das utilizações que o teor simbólico dos espaços eventualmente induza pode, em alguns casos, requerer práticas de gestão específicas para os espaços ou, quando se tratam de ocorrências específicas no tempo, para as situações em causa.

Uma outra nota sobre a suma importância do valor simbólico, muitas vezes associado ao valor estético, dos espaços na geração de utilizações bastantes intensas dos mesmos protagonizadas pelos fluxos de turistas, cada vez maiores, cada vez mais ubíquos.

Por fim, refiro que valor simbólico (e estético) podem interagir com outros factores para a criação de sentidos e identidades de lugar e de colectivo, seja à escala da cidade, como a escalas maiores, do bairro ou até mesmo da comunidade, sentidos estes que podem ou não coincidir com determinadas dinâmicas de utilização dos espaços. Esta questão, também ela bastante complexa, não será aqui mais desenvolvida.

4.3.7. Percepção de segurança

A percepção de segurança enquanto factor de animação adquire dupla acepção: a percepção de segurança face ao trânsito motorizado e a de percepção de segurança face à criminalidade. A relação entre espaço público e segurança, por vezes, não é tão-só ao nível da sua percepção, mas também do da segurança *de facto*, mas admito que a utilização dos espaços é sobretudo condicionada pela primeira, quer esta coincida, ou não, com a “verdadeira” segurança do espaço (Bauman, 2006; Carmona *et al.*, 2008). Em alguns casos, os elementos que actuam positivamente ao nível da promoção de uma sensação de segurança, fazem-no também ao nível da segurança *de facto*.

A **protecção do trânsito motorizado** tem implicações profundas no alcance e no carácter das actividades a ter lugar no espaço público (Gehl, 2006). Neste domínio, um primeiro aspecto essencial é o da quantidade de espaço pedonal face aos fluxos pedestres existentes, em particular nas ruas: passeios demasiado exíguos para os fluxos que acolhem podem, para além de gerar situações de desconforto, levar a que os peões se desviem para a faixa de rodagem (Whyte, 1990; Jacobs, 1995). Uma das formas mais comuns de tentar garantir a segurança dos peões tem sido através da separação física de peões e veículos, sobretudo com recurso a passeios e lancis que, não obstante esta separação, não contribuem necessariamente para uma sensação de tranquilidade ou segurança nos peões (Jacobs, 1995). O reforço desta separação com árvores suficientemente próximas ou com estacionamento longitudinal pode ajudar a intensificar a sensação de segurança (*ibid.*). Uma outra solução engloba a elevação dos espaços

pedonais face aos do trânsito motorizado (Gehl, 2006)³⁷. No entanto, em alguns casos, a melhor solução poderá passar mesmo pela promoção de vias unitárias, onde trânsitos pedonal e veicular se misturem, particularmente em ruas pequenas e bastante movimentadas (Jacobs, 1995) ou residenciais (Gehl, 2006).

O **medo da criminalidade** tem sido um dos motores mais fortes na reconfiguração das práticas de concepção e gestão dos espaços públicos da contemporaneidade, sendo que neste âmbito a percepção e o medo do crime têm-se revelado bastante mais relevantes que os níveis de criminalidade de facto (Bauman, 2006; Carmona *et al.*, 2008), promovidos não só pela presença regular de relatos de crime nos media, como pelos processos de polarização e atomização das comunidades que resultam num medo e desconfiança crescentes face ao “outro”, ao “estranho”, na base da sua exclusão dos espaços.

Carr *et al.* (1992) chamam a este sentimento de segurança face à criminalidade “conforto social e psicológico”, traduzido numa sensação de nem a pessoa nem os seus pertences estarem vulneráveis. A promoção da segurança e da sua percepção poderá envolver acções de gestão do espaço, incluindo a alocação de pessoal, ou intervenções de desenho que actuem ao nível do acesso visual aos espaços, permeabilizando ou eliminando eventuais barreiras visuais. O acesso físico, visual e simbólico assume-se, pois, como elemento relevante para a percepção de segurança dos espaços.

Nos últimos anos, uma estratégia seguida com particular veemência tem sido a do reforço da vigilância nos espaços públicos, seja por um maior policiamento, seja por videovigilância, esperando-se, daí, efeito dissuasor, embora os resultados tenham sido discutíveis (Carmona *et al.*, 2008). Importante para esta discussão são, ainda, potenciais impactos destas medidas na acessibilidade dos espaços, através da imposição, mais ou menos explícita, de barreiras a determinados comportamentos a que já aludi. A procura de um equilíbrio entre ambos assume-se como um dos desafios mais prementes com que se depara a gestão do espaço público na actualidade.

A procura de ambientes seguros tem levado, também, ao já mencionado saneamento de indesejáveis dos espaços públicos, simultaneamente ao nível do desenho dos espaços e do seu equipamento (por exemplo, ao instalar bancos demasiado exíguos para se dormir ou deitar de forma confortável) e da gestão dos mesmos (vigilantes, pertencentes às forças policiais ou não, que desencorajam a presença destes indivíduos nos espaços).

Importa ainda referir a importância da utilização dos espaços pelas pessoas para a promoção de segurança nos mesmos, um dos factos notados, desde logo, por Jane Jacobs (2010) na sua crítica ao urbanismo funcionalista: a presença de pessoas nos espaços e nos edifícios marginantes funciona como um sistema primeiro de vigilância e protecção dos utentes do espaço público. É, genericamente, pela menor presença de outras pessoas nos espaços públicos e pela reduzida visibilidade que as sensações

³⁷ Para uma identificação dos principais requisitos e problemas que se colocam aos espaços de separação e ornamentação, *vide* o ponto homónimo na obra de Alves (2003: 180-3)

de insegurança se agudizam à noite; a iluminação pública surge, aqui, como um elemento fundamental na atenuação deste sentimento.

4.3.8. **Mobiliário urbano, equipamento do espaço público e pormenores de design**

No âmbito deste factor de animação, o aspecto mais relevante refere-se aos **lugares sentados** no espaço público.

A importância dos lugares sentados ou, de forma mais precisa, dos lugares sentáveis para a utilização dos espaços públicos entronca nas considerações que teci a propósito da importância do conforto no factor de animação “conforto climático”. Em concreto, a disponibilidade de lugares sentáveis é essencial para o fomento de estadias longas no espaço público (Gehl, 2006), sobretudo as associadas a acções de menor necessidade. Uma utilização intensa dos espaços, muito associada a estadias longas e indivíduos sentados no espaço público, é sobretudo determinada pela quantidade de espaço sentável existente (Whyte, 1990), mais que por qualquer outro factor. Apesar da já mencionada dificuldade em estabelecer causalidades e isolar a influência de distintos factores na utilização de um espaço, um facto inescapável verificado por Whyte é que a existência de espaço sentável é um pré-requisito indispensável para utilizações intensas, prolongadas, dos espaços. Esforços mais ou menos explícitos de eliminação deste tipo de espaços são bastante frequentes por receios de atracção de indesejáveis, como sem-abrigo e alcoólicos (Marcus *et al.*, 1990a)

A utilização do termo **lugares sentáveis** ao invés de lugares sentados decorre do reconhecimento de que tanto os lugares sentados formais como outras superfícies servindo originalmente outros propósitos (muros, rebordos, peitoris e parapeitos, degraus...), integrais ao desenho/projecto do espaço, são utilizados pelos indivíduos para se sentarem, como mesas ou como superfícies de apoio para pousar coisas. Estes lugares sentáveis secundários, ainda que não sejam, a maioria das vezes, tão confortáveis como lugares formais, têm a vantagem de aumentar a possibilidade de escolha dos utentes do espaço público. Por conseguinte, o desenho destes elementos deve ter em conta esta utilização secundária, facilitando-a ou, pelo menos, não a impossibilitando, através, por exemplo, da introdução de espigões em muros.

As **exigências dos utilizadores**, que deverão determinar o tipo de assento oferecido, variam com as características dos indivíduos. Assim, crianças e gente mais jovem coloca menos exigências ao nível do conforto do assento, privilegiando antes a linha de visão que determinada posição permite. Por seu turno, para outros tipos de utilizadores, em particular os idosos, assentos adequados, cómodos para longas estadias e de utilidade prática (facilidade de se sentar e de se levantar) são o aspecto mais relevante para propiciar a utilização dos mesmos. (Gehl, 2006)

Neste domínio, os **lugares sentados principais** (bancos e cadeiras) deverão atribuir-se aos usuários mais exigentes e a situações em que a necessidade de se sentar é limitada, em que a quantidade de lugares sentados disponíveis permite a eleição dos assentos mais bem situados e mais confortáveis

(Gehl, 2006). Os **lugares secundários** devem ser em grande quantidade, sobretudo em locais onde a procura por lugares sentados seja particularmente elevada (*ibid.*), sem, todavia, deverem ultrapassar os 50% do total de área sentável do espaço (Marcus *et al.*, 1990a); alguns elementos, ao constituírem-se como bons pontos de observação, são particularmente procurados (Gehl, 2006). O apelo relativo de diferentes tipos de assento e de disposição dos mesmos variará em larga medida com o contexto em que se inserem, nomeadamente com a intensidade de utilização do espaço / quantidade de outras pessoas presentes; a provisão de lugares sentáveis secundários pode, assim, contribuir para que um espaço não pareça tão vazio e, por conseguinte, pouco convidativo quando utilizado por poucas pessoas (Marcus *et al.*, 1990a). Deverá, pois, procurar-se um desenho providenciando um número limitado de lugares principais e uma grande quantidade de lugares secundários (Gehl, 2006) e pela conjugação de variadas formas de lugares sentáveis, em localização e em postura que permitem (Marcus *et al.*, 1990a). A provisão de lugares secundários em “paisagens sentáveis”, elementos multifuncionais no espaço urbano, sejam mobiliário urbano ou detalhes das fachadas, levará, genericamente, a ambientes urbanos mais interessantes e permite uma maior variedade no uso do espaço da cidade (Gehl, 2006).

De forma a serem sentáveis, os rebordos deverão obedecer aos seguintes requisitos (*ibid.*):

- Uma altura aproximadamente entre os 0,3 e os 0,9 metros³⁸;
- Uma profundidade mínima de cerca de 0,75 metros, suficiente para albergar duas pessoas, uma de cada lado.

Por seu turno, os **degraus**, enquanto espaço sentável, têm a grande vantagem de permitir posicionamentos mais confortáveis para grupos de mais de dois indivíduos³⁹ que a generalidade dos espaços sentáveis, de disposição linear, em particular quando desenharmos esquinas. Uma forma de tornar os degraus mais confortáveis para o sentar (ainda que, genericamente, nunca sejam superfícies particularmente confortáveis) é a de garantir uma profundidade mínima de 30 centímetros e uma altura de 16,5 centímetros. (Whyte, 1990).

No que aos **bancos** diz respeito, estes devem ter dimensões generosas, sobretudo ao nível do comprimento, de forma a assegurar distanciamento entre indivíduos que seja socialmente confortável. 2,4 metros parece ser um comprimento adequado. A sua habitual disposição linear, com espaçamentos regulares, e simétrica peca, frequentemente, por providenciar demasiado poucos bancos, demasiado afastados uns dos outros e não orientados face aos locais de maior actividade, onde há coisas que ver. Acresce, ainda, que são frequentemente demasiado curtos e estreitos. Esta disposição linear, se contínua e respeitadora das recomendações acima mencionadas, pode revelar-se adequada em situações particularmente movimentadas / de alta densidade (Whyte, 1990), na senda do que afirmei a propósito

³⁸ O Project for Public Spaces (*apud* Marcus *et al.*, 1990a) avança o intervalo de 0,4 a 0,76 metros de altura como o ideal.

³⁹ Grupos de mais de dois indivíduos tendem a preferir disposições dos lugares sentáveis que permitam ângulos de 45°-90° (Whyte, 1990).

das diferentes proporções lugares primários / secundários, diferentes intensidades de utilização e percepção de conforto.

Ainda no que diz respeito aos bancos, uma profundidade rondando os 90 centímetros em bancos sem costas permitirá a sua utilização por uma pessoa de cada lado e, acima de tudo, constituirá um assento bastante versátil, permitindo várias formas de agrupamento e linhas de visão, podendo fazer-se versões individuais (90 cm x 90 cm) para uma ou duas pessoas ou outra, maior, (90cm por cerca de 2m), de maior versatilidade (*ibid.*). Contudo, cerca de 5% dos lugares sentados num espaço deverão ter costas, a pensar em indivíduos com deficiência motora ou dificuldades físicas (Whyte, 1990). Se o desenho e a orientação dos bancos deverão variar para responder a diferentes solicitações, a sua altura (bem como de canteiros e outros eventuais lugares sentáveis) deverá ser sempre definida em função da altura média de uma pessoa, rondando os 40 centímetros (Marcus *et al.*, 1990a)⁴⁰.

Adicionalmente, para darem resposta às solicitações feitas por grupos de mais de dois indivíduos, alguns bancos deverão ser posicionados em ângulo recto, com as seguintes dimensões ideais: bancos com 2,4 metros por 90 centímetros, com uma distância canto-a-canto de 30 centímetros, assim concedendo distância social e espaço para pernas. (Whyte, 1990).

O tipo de assento que Whyte (1990) mais valoriza é, no entanto, a cadeira móvel: confortável por ter costas e, eventualmente, repouso para os braços, é o seu teor móvel que constitui a sua maior qualidade, pois providencia maior liberdade de escolha aos utentes do espaço, livres para a posicionarem consoante a sua preferência. As cadeiras têm ainda a vantagem da sua utilização ser articulável com a de rebordos, muros e degraus, possibilitando, assim, a geração de orientações que facilitem conversas de grupos de mais de duas pessoas. Inversamente, lugares sentados individuais fixos ao chão negam a escolha aos utentes, parecendo cumprir primeiramente funções estéticas, dado que enquanto lugares sentados se revelam inflexíveis e socialmente desconfortáveis; este tipo de lugares é justificável em locais onde o espaço é profundamente escasso (e.g. num teatro ou estádio), mas num espaço público parecem ser desnecessários.

Os **relvados** constituem um outro espaço sentável interessante em meio urbano, bastante adaptável, permitindo aos indivíduos uma infinidade de posicionamentos e disposições e, ainda que não seja o mais confortável dos lugares para se sentar, é-o para um vasto leque de outras formas de estar. Realço ainda o efeito psicológico positivo da relva, semelhante ao das restantes áreas verdes na cidade. Nos relvados, relevos movimentados são particularmente interessantes e fomentam maior utilização dos mesmos. (Whyte, 1990)

Decorre do que tenho vindo a afirmar que a forma e a disposição dos espaços e elementos sentáveis influem no **tipo de interação** que neles se desenrolará. Procurando síntese (Marcus *et al.*, 1990a):

⁴⁰ Relembro o intervalo sugerido por Whyte, que admite maior amplitude nas alturas, referindo que alturas maiores são frequentemente procuradas, por exemplo, por adolescentes.

- Degraus, parapeitos e bancos a direito permitem espaçamento natural dos indivíduos e não forçam contacto visual directo entre os indivíduos;
- Um banco circular em torno de um canteiro ou de outro elemento pode sentar vários utilizadores, sem relação entre si, a distâncias muito curtas; o facto de os seus olhares estarem direccionados para áreas distintas permite manutenção de privacidade;
- Para além da já mencionada disposição de bancos largos, sem costas, em ângulo recto, e da provisão de cadeiras e, eventualmente, de mesas amovíveis, bancos curvados para dentro são uma outra alternativa para acolher grupos de três ou mais indivíduos.

Relativamente a este último aspecto, importa referir que frequentemente associada à provisão de cadeiras está a de mesas, sobretudo nos Estados Unidos, onde a utilização dos espaços públicos à hora de almoço para as refeições é particularmente intensa. As mesas revelam-se particularmente interessantes para grupos. No caso de esplanadas pertencentes a actividades marginais, deverão separar-se da via pública. Equipar estas mesas / esplanadas com guarda-sóis poderá ser benéfico, fornecendo não só sentimento de clausura e intimidade, como sombra ou protecção de ventos verticais causados por edifícios altos e uma dica visual de encorajamento aos transeuntes para se sentarem (Marcus *et al.*, 1990a).

A **orientação e localização dos assentos** é um momento importante do projecto de espaço público. A localização dos lugares sentáveis influencia a intensidade da sua utilização; analogamente ao referido no âmbito da importância das fachadas e dos limites dos espaços, também no que ao acto de sentar diz respeito se verifica o “efeito de borda” (de Jonge, *apud* Gehl, 2006): as pessoas tendem a preferir lugares que dão as costas ao limite do espaço, sobretudo se for uma parede, e orientados de forma a providenciar uma boa vista da situação geral.

De facto, a orientação dos lugares sentados, conjugada com as vistas que permite, é um factor fundamental para a utilização dos espaços, na medida em que a maior parte das pessoas que se senta no espaço público, «fazem-no quase sempre para desfrutar das vantagens que o lugar oferece: o sítio em particular, o espaço, o tempo, a visão do que se está a passar e, preferencialmente, tudo ao mesmo tempo» (Gehl, 2006: 173). Assim, tanto a vista permitida como a direcção do sol e do vento influenciam a escolha do lugar em que os indivíduos se sentam (*ibid.*). A conjugação de diferentes orientações dos lugares sentáveis permite variedade de exposições ao estado do tempo e do tipo de elementos que se encontram no campo de visão. Joarder e Neil (1978 *apud* Marcus *et al.*, 1990a: 36) referem ainda que «agrupamentos de pequenos lugares sentados fornecendo variedade de orientações acolham uma maior diversidade de população e maior mistura de idades, sexo, postura ou actividade que as típicas configurações lineares».

A colocação dos assentos deve, assim, «estar regida por uma minuciosa análise das qualidades espaciais e funcionais do posicionamento» (Gehl, 2006:171), incluindo a procura de subespaços e recantos e de microclimas agradáveis.

A qualidade do espaço sentável depende, ainda, dos **materiais** de que é constituído (*ibid.*), que não deverão ser excessivamente responsivos à temperatura; a madeira surge como um material bastante adequado para assentos públicos, ao passo que materiais mais rijos e frios, como o metal, azulejo/ladrilho, betão ou pedra, poderão ser todavia adequados para lugares sentáveis secundários. Materiais que aparentem poder danificar roupas serão um obstáculo razoável à sua utilização como lugar sentado.

Uma outra questão fundamental no domínio dos lugares sentáveis no espaço público é a da **quantidade de lugares** a disponibilizar. Whyte (1990) avança como ideal, facilmente alcançável, a mesma quantidade (linear) de espaço sentável que o perímetro do espaço, mas o referencial adoptado nos regulamentos nova-iorquinos foi de um pé linear de espaço sentável por 30 pés quadrados de área de praça (algo na ordem dos 0,1 metros por metro quadrado)⁴¹. Sá (2010) refere que se deverão disponibilizar bancos por cada 20 m² de praça ou espaço verde, orientados e agrupados segundo a conveniência dos seus utilizadores primordiais. Gehl (2006) recomenda que, face às exigências específicas de idosos e outros indivíduos de mobilidade reduzida, deverá providenciar-se bancos para descanso a intervalos regulares de, por exemplo, 100 metros; Sá (2010) recomenda um espaçamento de 50 metros entre bancos ladeando os passeios/ caminhos de espaços verdes.

Os espaços sentáveis não são, todavia, os únicos elementos de mobiliário e equipamento nos espaços públicos com influência nas suas dinâmicas de utilização; estes elementos adicionais podem influir na animação dos espaços quer através do reforço do conforto vivido no espaço, quer ao potenciarem o relaxamento e ao fornecerem possibilidades de acção e envolvimento (passivo ou activo) dos indivíduos com o espaço, na terminologia de Carr *et al.* (1992). Algumas das considerações que aqui tecerei aplicar-se-ão, igualmente, aos factores de animação “coisas para ver e fazer” e “percepção de segurança”, sendo que as devidas referências serão oportunamente explicitadas.

Um primeiro papel que todos os equipamentos e elementos de mobiliário urbano desempenham no espaço público é o de contribuírem para a **complexidade visual do espaço**, entendida sobretudo como densidade e variedade de elementos. Marcus *et al.* (1990a) dão conta de estudos que concluem a valorização, por parte dos utentes de alguns espaços, da forma, cor e textura de vários elementos da paisagem, vegetais, fontes e esculturas, artefactos de diferentes formas, articulações do espaço, recantos, esquinas e mudanças de nível; e pela reacção negativa a espaços tidos como vazios, estéreis, monótonos e monocromáticos, com demasiados elementos construídos e escassez de vegetais, ao amontoar de elementos do mesmo tipo e à ausência de pontos focais.

⁴¹ A propósito desta solução de compromisso, diz Whyte (1990) que mais importante que o rácio em si, é a existência de um em regulamento; perante esta obrigatoriedade, a equipa desenhando, projectando e construindo o espaço em questão tem que procurar soluções para tornar o espaço sentável e outras questões acessórias de projecto, importantes para a qualidade geral do espaço.

Os **elementos vegetais** (árvore, arbustos, flores) são um dos elementos mais eficazes neste domínio da complexidade visual: um cuidadoso esquema de plantio pode ter efeitos texturais, cromáticos, aurais, olfactórios e mássicos positivos, contribuindo para um melhor uso do espaço ao torná-lo sensorialmente mais rico e complexo, funcionando como atractor inicial das pessoas para o espaço e intensificando, em muito, a experiência dos utentes. A fruição dos elementos vegetais não dispensa, contudo, a existência de lugares sentáveis, mais ou menos formais, eventualmente relvados, essencial para reforçar o papel das praças enquanto “oásis urbanos”, ao desempenharem o papel de estímulos visuais para indivíduos que estejam sozinhos, sem adereços comportamentais (comida, livro, papéis) ou se houver poucos transeuntes para observar. (Marcus *et al.*, 1990a)

A vegetação no espaço urbano desempenha funções, ainda, ao nível da concessão de conforto e de oportunidades para relaxamento e para o envolvimento passivo com o espaço. No domínio do conforto, são fundamentais, conforme já afirmei, para o conforto climático e é por isso que deve haver mais árvores e árvores maiores nos espaços públicos (Whyte, 1990). Para tal, árvores caducifólias são preferíveis a árvores de folha persistente, pois propiciam ensombramento na estação quente e permitem a passagem de luz solar no Inverno (Jacobs, 1995). As árvores caducifólias são, ainda, mais interessantes dum ponto de vista estético, propiciando relaxamento e oportunidades para envolvimento passivo com o ambiente: a sua folhagem é, o mais das vezes, menos densa que a de folha persistente, logo mais móvel e sensível a suaves mudanças no vento, enriquecendo as paisagens visual e sonora. Permite, ainda, a penetração de uma luz modulada no espaço público (*ibid.*). Folhagens pouco densas, através das quais se possa ver, são particularmente indicadas para praças e espaços mais pequenos ou desnivelados (sobretudo, afundados), ao permitirem desafogo (Marcus *et al.*, 1990a) e, assim, contrariar uma sensação excessiva de confinamento.

Os elementos vegetais desempenham, também, uma função ambiental importante, incluindo o fornecimento de oxigénio. Assinalo ainda o facto de o verde ser, dum ponto de vista psicológico, uma cor apaziguante e relaxante (Jacobs, 1995), bem como a importância da variedade cromática e do odor exalado pelos elementos vegetais para a criação de experiências agradáveis, que atraem utentes (Marcus *et al.*, 1990a).

As árvores podem ainda desempenhar um importante papel no reforço das qualidades formais dos espaços, em particular a definição de ruas, característica cuja relevância é assinalada no factor “forma urbana acolhedora”. Podem, ainda, separar subespaços, funcionalmente distintos, numa rua, em particular espaços destinados a tipos de trânsito distintos. Neste contexto, poderão contribuir para o fomento de uma sensação de segurança, nomeadamente para as deslocações pedonais.

Em concreto, para separar tipos de trânsito distinto, podem ser plantadas na borda dos passeios ou na própria via para separar peões de veículos, veículos de veículos ou, em alguns casos, até peões entre si, uma vez que os troncos e os ramos das árvores criam uma sorte de cortina, como uma linha de colunas que cria um limite, transparente, mas claramente distinto (Jacobs, 1995). Se plantadas na via, para

delimitar faixas de estacionamento na via pública, podem reclamar, efectivamente, esse espaço para o domínio pedonal (*ibid.*), sem prejuízo do desempenho da sua função de espaço de estacionamento.

Se o propósito da instalação de árvores for o de criar uma linha de colunas delimitando visualmente um espaço ou de criar uma cobertura de ramos e folhas sob a qual se possa andar ao abrigo do estado do tempo, as árvores terão que ser dispostas relativamente próximas umas das outras (*ibid.*). Para que se mantenha a qualidade de transparência no limite definido pelo arvoredo, é vantajoso que, ao andar ao longo de uma linha de árvores, se consiga ver entre elas, sobretudo nas primeiras, sem que deixe de se perceber a existência de uma linha, de um plano, de um limite. Mais uma vez, a questão do espaçamento entre as árvores surge como fundamental, devendo situar-se algures entre os 4,5 e os 7,6 metros. Em situações de espaçamento maior, é comum haver duas filas de árvores lado a lado. (*ibid.*) Estas disposições são consonantes com as avançadas por Whyte (1990), de que deverá haver uma árvore por cada 7,6 metros de passeio.

Este espaçamento regular deve, contudo, ser interrompido de modo a evitar esquinas / cruzamentos com 12 a 15 metros de antecedência, de forma a manter linhas de visão e a segurança automóvel (Jacobs, 1995). De resto, a regularidade do espaçamento não deve ser interrompida em qualquer circunstância: «se a ênfase é para ser no desenho da *rua* e não no de itens ao longo do caminho e se é o ambiente da rua o objecto de desenho e construção, então esse fim não será alcançado se se responder a todas as “circunstâncias especiais”» (*ibid.*: 295, ênfase no original).

Em praças, o número de árvores deverá ser proporcional à área do espaço; a título de exemplo, uma praça com uma área de cerca de 465 m² deverá albergar, no mínimo, seis árvores (Whyte, 1990). Em fachadas que não tenham qualquer entrada directa para a praça, as árvores poderão ser utilizadas para bordejá-la. A sua altura e densidade de folhagem deverão ser definidas em função das necessidades de insolação e de desafogo de vistas das janelas dos edifícios em questão e com um eventual desejo de “esconder” os edifícios dos utentes da praça (Marcus *et al.*, 1990). Whyte (1990) avança, ainda, com disposições a propósito da dimensão das árvores, nomeadamente do seu diâmetro mínimo: no regulamento municipal baseado nos seus estudos, o valor estabelecido é de 9 centímetros, mas, num momento posterior de avaliação, admite que o referencial deveria ter sido mais ambicioso, fixando a dimensão mínima ideal entre os 15 e os 20 centímetros. Marcus *et al.* (1990) advertem, contudo, que a altura e a massa do plantio não deverão cortar vistas ou impedir, parcial ou integralmente, o acesso visual a áreas designadas para actos performativos.

Sempre que possível, as plantas e árvores deverão ser plantadas directamente no chão. No entanto, a tendência para uma utilização mais intensa do subsolo das cidades, nomeadamente a construção de parques de estacionamento subterrâneos sob praças, inviabilizam frequentemente esta opção. Nestes casos, o volume dos canteiros e vasos utilizados é um factor limitativo na escolha da espécie a plantar. Uma árvore de porte razoável requer, regra geral, cerca de 14 m³ de terra, bem regada e nutrida. (Whyte, 1990).

Não obstante as inegáveis vantagens da utilização de árvores nos espaços públicos, elas não são necessariamente apropriadas em todos eles. A decisão de as introduzir deve, portanto, ser sempre precedida pela constatação da sua adequação e, em segundo lugar, pelo assegurar da existência dos recursos necessários à sua manutenção (Jacobs, 1995). Tomada a decisão, a escolha da espécie, da localização precisa e da forma de plantio e manutenção requerida são, todas elas, questões interrelacionadas e relevantes (*ibid.*), que se deverão socorrer de informação sobre as características físicas e necessidades das diferentes espécies vegetais, confrontando-as com as características do contexto local.

A **água** e o som que esta produz quando em movimento têm uma atractividade visual e aural quase universais, com capacidade para reduzir o stress e induzir relaxamento (Marcus *et al.*, 1990a). Ainda que o ruído destes elementos possa, por vezes, ser bastante alto (em alguns casos rondando os 75 decibéis), o facto de ser constante, ao contrário do ruído do tráfego, e de ser afectado pela atractividade visual do lugar e pelo prazer de se estar lá, tornam-no relaxante (Whyte, 1990). Acresce ainda o facto de ser ruído branco, com a capacidade de actuar como filtro do ruído da envolvente (*ibid.*), o que torna a introdução de fontes junto a áreas sentáveis uma estratégia particularmente feliz (Marcus *et al.*, 1990a). O ruído da água funciona, também, como filtro do ruído das próprias conversas, originando uma sensação de privacidade (Whyte, 1990).

A água no espaço público e em particular as fontes são, pois, atractores elas mesmas: o seu papel na construção de uma ambiência agradável pode ajudar a intensificar a utilização do espaço (Marcus *et al.*, 1990a), em particular se forem associadas a lugares de onde se possa observar a cena urbana (Carr *et al.*, 1992). Não se trata, porém, apenas de uma questão de providenciar água no espaço público, mas de facultar acesso à mesma (Whyte, 1990), potenciando envolvimento passivo e activo das pessoas com ela, que a possam ver, ouvir e sentir. São, por conseguinte, de contrariar espaços onde através de sinais, barreiras físicas ou, inclusivamente, de guardas se restringem as possibilidades de interacção com as fontes a uma mera contemplação visual, votando-as a uma função meramente ornamental (*ibid.*).

A capacidade de os espaços abertos fomentarem o relaxamento dos indivíduos parece estar bastante influenciado pelo contraste que o espaço em questão estabeleça com o contexto urbano em que se insere; a água parece ser um dispositivo bastante eficaz para estabelecer este contraste (Carr *et al.*, 1993).

A construção e, sobretudo, a gestão e manutenção de fontes são operações bastante onerosas, aspecto que deve ser tido em conta, com o rigor necessário, no momento de decisão da sua implantação, sob pena de se gerarem espaços rapidamente votados ao abandono ou em funcionamento subóptimo. O seu desenho deve respeitar a escala do contexto e deve ter em conta factores microclimáticos, nomeadamente a eventual existência de ventos descendentes que espalhem água pelo espaço, tornando algumas secções do mesmo virtualmente inutilizáveis (Marcus *et al.*, 1990a). Nestes casos, a existência

de alguém com responsabilidades de ajustar o fluxo de água em função do estado do tempo poderá ser uma forma de minorar os seus impactos nefastos.

A **arte pública**, em particular a de dimensão escultórica, é um outro elemento com potencial impacto na utilização nos espaços, ainda que a sua inclusão deva ser sempre equacionada, podendo nem sempre ser adequada, desejável (Whyte, 1990). Para tal, ela deve prestar um contributo positivo para a vida da cidade e o bem-estar dos seus habitantes, em concreto: (Crowhurst-Lennard e Lennard, 1987 *apud* Marcus *et al.*, 1990a):

- Criar um sentimento de alegria;
- Estimular o jogo/brincadeira, criatividade e imaginação, baseando-se em lendas, metáforas, mitologia ou história e/ou criando formas que fomentem a interacção directa dos indivíduos com a obra de arte. Esculturas e fontes que intriguem crianças também intrigam, geralmente, adultos;
- Promover o contacto e a comunicação, devendo ser claramente visível e perto de percursos com fluxos pedonais muito intensos, encorajando as pessoas a parar, a sentar-se nas imediações ou a encetar uma conversa;
- Providenciar conforto e amenidade ao incorporar degraus, rebordos e corrimãos em que as pessoas se possam sentar ou encostar e proporcionando experiências sensoriais;
- Encorajar a interacção, incentivando as pessoas a serem “actores”, mais que público.

Estas disposições denotam uma postura que exige à arte pública características específicas que não se exigem a outras obras de arte, do domínio privado, e que se distingue do tradicional abordagem triunfalista, do teor monumental e comemorativo das obras de arte em espaço público (Shaftoe, 2008): «pode esperar-se que uma obra de arte pública cumpra alguns ou todos os requisitos supramencionados [das obras de arte em colecções privadas], mas deve esperar-se, adicionalmente, que falem profundamente a uma larga percentagem da população que utilizará inevitavelmente o espaço público em que se localizará» (Crowhurst-Lennard e Lennard *apud* Marcus *et al.*, 1990a: 42)

A arte pública pode, então, não só atrair pessoas que a venham contemplar (envolvimento passivo), mas também induzir modalidades de envolvimento activo, físico. Algumas obras de arte pública são particularmente procuradas precisamente pelo tipo de interacção física que permitem (Whyte, 1990), algo que parece uma necessidade sentida pelas pessoas, dadas as manipulações e alterações que os indivíduos por vezes operam sobre elementos fixos do espaço, numa espécie de protesto contra a falta de maleabilidade e “capacidade de resposta” do espaço público (Carr *et al.*, 1992). As obras devem, por isso, ser robustas e resilientes.

A localização da estátua no espaço é um aspecto igualmente relevante: Sitte (*apud* Marcus *et al.*, 1990a) afirma que se deve evitar a colocação de estatuária no centro das praças, por poder sugerir que o espaço existe mais para servir a escultura que as pessoas. Nesse sentido, descentrá-la pode ser uma opção preferível. Todavia, o cuidado na escolha da localização deve ir para lá da simples negação do centro

(que, inclusivamente, poderá ser aceitável em alguns contextos): Whyte (1990) dá o exemplo de duas obras de arte pública semelhantes, do mesmo artista, em duas cidades americanas, sendo que uma é um sucesso na promoção do envolvimento activo dos transeuntes, enquanto que outra tem um impacto muito mais limitado, por estar quase “entalada” no fundo do espaço.

Mas a arte pública pode, ainda, interferir com aquilo a que se pode chamar a dimensão semântica da animação do espaço público, presente nas disposições que teci a propósito da abertura dos espaços e dos actantes, impulsos e imposições de ordem operando nos espaços e que culminaram na inclusão da actividade comunicacional como um dos elementos de pleno direito do referencial teórico-analítico. Neste contexto, a arte pública, quer fomenta um envolvimento activo, físico, dos utentes com a sua materialidade, quer não, pode ter um papel relevante na transmissão de mensagens que reforcem um ou vários dos quatro parâmetros que compõem a noção de estado de animação do espaço público, combatendo situações de injustiça simbólica (Fraser *apud* Sharp *et al.*, 2005), dando, por exemplo, visibilidade a segmentos não reconhecidos da população, combatendo estereótipos ou transmitindo concepções inclusivas, múltiplas e diversas da *civitas* urbana (*ibid.*; Amin, 2008). Pode, ainda, num registo mais prosaico (e aqui a noção de arte alarga-se para lá das plásticas, incluindo as performativas), contribuir substancialmente para a melhoria da imagem do lugar, assim combatendo tendências descendentes na utilização e manutenção dos espaços (Whyte, 1990).

A decisão de instalação de obras de arte pública e das suas características (e, também, do acolhimento de programas de arte performativa) pode e deve ser pensado a partir do conjunto do sistema de espaços abertos de uma cidade / parte de cidade e dos fluxos que entre eles se estabelecem, levando a cabo uma análise detalhada, procurando locais de visibilidade, locais de utilização intensa e locais onde a eventual obra de arte possa vir a mitigar aspectos negativos, sejam eles físicos, ao nível da sua utilização ou ambos (*ibid.*).

A **iluminação pública** é essencial para o fomento de um sentimento de segurança nos espaços públicos durante a noite. No entanto, pela sua regularidade e localização, ela forma linhas que os olhos reconhecem e seguem, enfatizando a configuração linear das ruas (Jacobs, 1995). Os melhores candeeiros, segundo o mesmo autor, não são particularmente altos, raramente excedendo os seis metros de altura (os candeeiros excessivamente altos projectam a luz mais longe, mas não o fazem na área mais imediata), são bem desenhados eles mesmos e, simples ou ornamentados, são esteticamente apelativos. Ainda neste âmbito, não são necessárias luzes muito fortes, cujo efeito é, por vezes, de quase encandeamento (*ibid.*), devendo antes o objectivo claro ser o da iluminação dos aspectos socialmente relevantes – as pessoas e as caras – motivo pelo qual a iluminação deve ser abundante e bem orientada (Gehl, 2006). Melhor iluminação não é, pois, sinónimo de luz mais intensa, mas antes «um nível adequadamente intenso de iluminação, orientada ou reflectida face às superfícies horizontais (caras, muros, sinais, marcos do correio, etc.), em contraste com a iluminação das ruas com trânsito motorizado. Melhor luz significa também uma luz cálida e acolhedora» (*ibid.*: 179).

Os **materiais utilizados** para pavimentar os espaços públicos também influem no conforto do espaço público, mas podem servir, também, outros propósitos. Um desses propósitos é o de direccionar fluxos, na medida em que os indivíduos, sobretudo as mulheres, tendem a evitar alguns tipos de superfície, como grilha grande e seixos. O desenho de rotas de circulação deve sempre ter em conta que os indivíduos tendem a deslocar-se na linha mais recta possível entre os seus pontos de origem e de destino, seguindo muitas vezes atalhos através de relvados e canteiros quando tal se não verifica. (Marcus *et al.*, 1990a)

As fronteiras entre espaços podem ser definidas sem imposição de barreiras físicas através de mudanças claramente perceptíveis no pavimento (*ibid.*). Contudo, a utilização de pavimentos especiais, estratégia por vezes levada cabo por projectistas na tentativa de valorizar os espaços, deve ser ponderada e feita com cautela, uma vez que estes pavimentos são, regra geral, bastante onerosos e o seu impacto real na utilização dos espaços é duvidoso ou reduzido (Jacobs, 1995). Adicionalmente, deve acautelar-se sempre a existência, em quantidade suficiente, de stocks adicionais do pavimento em questão, para eventuais necessidades de substituição do mesmo.

Os materiais utilizados na pavimentação são um aspecto importante na configuração das redes de drenagem de águas pluviais nos espaços públicos, em conjugação com outros elementos como as caleiras das árvores, grelhas e sarjetas, as cotas de soleira e algerozes, entre outros. A forma como a pavimentação dos espaços públicos integra a dimensão infra-estrutural do mesmo é, pois, fundamental para o bom funcionamento do sistema urbano e, também, para o conforto das deslocações pedonais (e.g. inserção de tampas de esgoto, de grelhas de ventilação...). Refira-se ainda a importância da consideração destes detalhes aquando de intervenções de recuperação ou melhoramento dos pavimentos que, por exemplo, podem dificultar a drenagem de águas pluviais, ao alterarem as cotas do espaço público face às soleiras. (Alves, 2003)

A provisão de **sanitários** nos espaços públicos tem vindo a tornar-se cada vez menos habitual, face a receios relativos a vandalismo e insegurança e às dificuldades e custos da sua limpeza e manutenção (Whyte, 1990). Contudo, estes elementos são repetidamente avançados como um dos requisitos importantes para aumentar o conforto de estadias nos espaços públicos, inclusivamente para potenciar estadias mais longas (*ibid.*; Carr *et al.*, 1992).

Existe ainda um vasto conjunto de elementos no espaço público, integrais ao desenho do mesmo, que, à laia do que acontece com os lugares sentáveis secundários, desempenham um papel importante enquanto lugares de encosto para indivíduos de pé ou enquanto estantes e mesas provisórias para os indivíduos pousarem coisas, entre outros usos (Whyte, 1990; Gehl, 2006). São particularmente úteis quando situados nas bordas dos espaços, dado estes serem os espaços tendencialmente mais utilizados, conforme consta do factor “forma urbana acolhedora”. Não obstante poderem ser benéficos para a

utilização dos espaços, a sua introdução e, em concreto, localização (bem como de outros elementos) deve ser sempre ponderada de forma a não constituírem obstruções excessivas à circulação pedonal nos espaços públicos.

4.3.9. Bom estado de conservação

O presente factor aborda a importância da **manutenção adequada** dos espaços públicos, conjugada com uma escolha apropriada dos **materiais** utilizados e a **qualidade de construção**, para a existência e manutenção de níveis de conforto que convidem os indivíduos a utilizar intensamente os espaços. Importa ainda frisar, ainda que não seja particularmente relevante enquanto factor de animação, que os espaços públicos são, na sua maioria, espaços infra-estruturais e que essa sua função é essencial para o funcionamento das cidades. Qualquer política de concepção e gestão dos espaços públicos, por muito orientada para a promoção da animação dos espaços que esteja, não poderá jamais esquecer a dimensão infra-estrutural dos espaços, incluindo as supramencionadas questões de mobilidade. Trata-se, no fundo, de reconhecer o inconsciente tecnológico que promove a inteligência interaccional (Thrift, 2005 *apud* Amin, 2006) das cidades, fundamental ao seu funcionamento. Refiro somente de passagem, por se tratar, de facto, de um outro domínio de investigação, que esta dimensão maquínica, infra-estrutural das cidades não mantém só as suas funções vitais (Gandy, 2002 *apud* Amin, 2006), como se assume como uma «cultura material trans-humana» impregnada de intencionalidades, funcionando como uma mão invisível da organização social e do comportamento nas cidades (Amin, 2006: 1013); é preciso, por conseguinte, escrutinar estas intencionalidades e a economia política da provisão infra-estrutural face a uma concepção normativa de boa cidade (e sociedade). Registo, ainda, o argumento de Amin (2008) relativo ao efeito da qualidade da manutenção urbana na cultura cívica: desigualdades na sua provisão produzem solidariedades e agregações de natureza exclusionária. O elo entre formação do público e a tecno-estrutura urbana deve ser explicitado por uma política de manutenção urbana, como no caso da cidade de Bolonha, que tornou gratuito o acesso ao serviço de transporte público rodoviário e encetou, já, os primeiros passos para a provisão gratuita de internet, inculcando essas noções de colectivo e solidariedade no inconsciente urbano, do qual a população se orgulha.

A manutenção dos vários elementos dos espaços, incluindo árvores⁴², pavimentos e edifícios marginantes são fundamentais para a atractividade dos mesmos. Havendo escolha entre espaços bem e mal mantidos, os indivíduos escolherão os primeiros (Jacobs, 1995). Espaços que aparentem abandono, seja pela deterioração dos elementos e fachadas, seja pelo elevado número de edifícios devolutos ou espaços comerciais do rés-do-chão, são mais propícios a ocupações por indesejáveis, parcialmente graças ao que Wilson e Kelling (1982 *apud* Carmona *et al.*, 2008) definem como a “teoria da janela partida”: não lidar

⁴² Para algum detalhe relativo à instalação e manutenção de espécies vegetais em espaços públicos, *vide* o ponto 5.4 em Alves (2003: 187-197), sobre “A vegetação no espaço público”.

com sinais menores de decadência de espaços urbanos pode levar ao surgimento de uma rápida espiral de declínio. Contudo, alguns destes “espaços negligenciados” (Carmona *et al.*, 2008) podem, em alguns casos, ter um efeito positivo ao nível da sua reclamação para usos mais subversivos e não instrumentais dos espaços (Franck e Stevens, 2006). Assumindo-se como “espaços liminais” (Hajer e Reijndorp, 2001 *apud* Carmona *et al.*, 2008), fomentam intercâmbio entre diferentes mundos dentro da cidade, promovendo o encontro de actividades, caracteres e utentes distintos, podendo justificar-se uma regulação menos restritiva dos espaços, comparativamente aos restantes.

As operações de manutenção incluem tanto todas as acções necessárias à integridade física de objectos e edifícios, como a sua limpeza. Porém, a boa manutenção começa no momento do projecto. As operações de limpeza e manutenção são caras e são frequentemente as questões financeiras a ditar o seu relego para segundo plano. No momento do projecto e da escolha dos materiais, há que tomar opções que privilegiem os materiais de boa qualidade e de manutenção relativamente fácil (Jacobs, 1995), antecipando recursos disponíveis para o efeito e o impacto de uma manutenção a níveis sub-óptimos na qualidade dos espaços: a título de exemplo, o desenho de fachadas totalmente espelhadas não poderá, de todo, esquecer os onerosos encargos da sua limpeza e a importância da mesma para que os seus efeitos a nível da reflexão da luz e da criação da noção de que o espaço está cuidado (*ibid.*).

4.3.10. Coisas para ver e fazer

O presente factor afirma a importância de atractores dos indivíduos, no espaço público e envolvente, para que estes a eles se desloquem e, sobretudo, para que aí permaneçam por períodos mais longos. Entronca, por conseguinte, em muito do que tenho vindo a escrever a propósito de outros factores de animação ao longo deste capítulo. A necessidade de haver “coisas para ver e fazer” intersecta, ainda, dois conjuntos de conceitos que têm vindo a aflorar ao longo deste trabalho: as noções de actividades (acções, na minha terminologia) necessárias e opcionais (de Gehl, 2006), as de envolvimento passivo e activo (de Carr *et al.*, 1992) e as de socialização coberta e aberta (de Marcus *et al.*, 1990b)

Fomentar a ocorrência de acções necessárias no espaço público é das formas mais eficazes de incentivar a animação dos espaços públicos, ao levar à presença de indivíduos no espaço. Ora, uma vez que a presença de outras pessoas é dos elementos mais determinantes para a atracção de indivíduos aos espaços públicos (Whyte, 1990), **criar condições para a ocorrência de acções necessárias pode funcionar como a alavanca inicial para a animação dos espaços**. Esta “alavanca” poderá funcionar a distintos níveis, já aflorados noutros lugares deste trabalho; um deles é, pela existência de “massa crítica”, possibilitar a viabilidade e, consequentemente, o surgimento de actividades organizadas, dependentes de fluxos intensos de pessoas, numa lógica nada distante das economias de aglomeração. É de notar que o surgimento de actividades implica não só um aumento do número de utilizadores do espaço (os trabalhadores / provedores de serviço), mas também ao nível da sensação de “movimento” no

espaço (conforme referi no referencial teórico-analítico e subsequente teorização de estado de animação), constituindo-se, elas mesmas, como “coisas para ver” (este “ver” deve ser entendido em sentido lato, denotando sobretudo uma postura que se aproxime do contemplar / ver / fruir). A alavanca também pode funcionar, portanto, ao despoletar um conjunto de acções opcionais, em particular as de envolvimento passivo, ao fornecerem algo que ver e fruir (pessoas, a socialização coberta). Para tal, é necessário, no entanto, que se reúnam condições ao nível do conforto (físico e psicossocial), sendo que a configuração dos espaços e do seu equipamento pode construir campos de visão que fomentem esta contemplação; ambas as questões foram problematizadas noutros factores de animação, abstendo-me aqui de repetições.

É de realçar ainda que o envolvimento passivo, a contemplação de algo, não tem os outros indivíduos presentes no espaço como objecto exclusivo; relembro, neste contexto, as considerações tecidas a propósito da relevância de determinados elementos de mobiliário urbano passíveis de os transformar em algo “contemplável”. Refiro, ainda, uma concepção lata de paisagem urbana, que inclua não só a cena urbana, o que acontece no espaço, como a materialidade do mesmo e dos edifícios marginantes e eventuais qualidades estéticas dos mesmos. As actividades culturais e recreativas podem ser outro elemento passível de contemplação (mais ou menos passiva) e serão desenvolvidas em algum detalhe mais adiante.

As “coisas para fazer” também podem implicar acções necessárias ou opcionais, sendo a constatação básica, aqui reiterada, a que já foi tecida a propósito da apresentação das actividades organizadas no referencial: a simples presença de actividades no ou em torno do espaço público atrai indivíduos, seus utentes, independentemente do teor necessário ou opcional dessa presença. A tónica, aqui, é a do **envolvimento activo**, contraposto ao passivo identificado genericamente com as “coisas para ver”. Este envolvimento activo inclui, então, não só o consumo das supramencionadas actividades organizadas (comerciais, culturais, recreativas...); o envolvimento físico com a materialidade do espaço, que depende tanto das possibilidades dadas pela organização espacial como da “abertura” do espaço, enquanto liberdade de movimentos no mesmo; e a socialização aberta com outros indivíduos nos espaços. Aplicam-se, assim, todas as disposições já apresentadas noutros factores de animação que interfiram com a capacidade dos espaços albergarem qualquer uma destas três modalidades de envolvimento físico. Há, contudo, algumas considerações específicas ainda não tecidas que sê-lo-ão aqui.

Há três tipos de actividade no espaço público que são particularmente valorizados em muita da literatura: a venda de comida e bebida, a presença de actividade comercial e as actividades culturais e recreativas.

A presença de vendedores ambulantes, quiosques ou de esplanadas disponibilizando **comida (e bebida)** aumentam bastante a capacidade atractiva dos espaços e animam-nos, por si só, atraindo pessoas que atraem, por sua vez, mais pessoas, para além do mero efeito benéfico, a nível visual, da sua instalação

(Whyte, 1990). A sua presença poderá depender, então, da existência de instalações físicas (quiosques) ou duma atitude, por parte das entidades competentes, de pelo menos permitir a presença de venda ambulante e/ou de esplanadas nos espaços. Uma dependência excessiva de esplanadas associadas a funções marginais é potencialmente perniciosa dum ponto de vista da acessibilidade e publicidade do espaço; é nesse sentido que o regulamento de zonamento de Nova Iorque, elaborado sob a égide dos trabalhos empíricos de Whyte, incentivava a instalação de esplanadas e cafés exteriores, mas salvaguardando sempre a possibilidade de *brown bagging*⁴³ na praça. Sá (2010) adopta análoga postura cautelosa, ao definir que a instalação de equipamentos como quiosques e pequenos cafés em parques não deverá ocupar mais de 10% da superfície do mesmo nem interferir com a sua função básica, de estar.

A concentração das actividades e do equipamento para comer e beber em determinadas áreas dos espaços pode ter efeitos bastante positivos na promoção da sociabilização (*ibid.*).

Se comer se torna numa acção relativamente comum num determinado espaço, tal requererá, para conforto dos utentes, a provisão de um conjunto de equipamentos, dos quais se destacam, sobretudo, os sanitários, bebedouros e papeleiras/caixotes do lixo em quantidade suficiente (Marcus e Greene, 1990).

A especialização da **actividade comercial** levou a que esta quase desaparecesse de muitos espaços públicos quotidianos das cidades ocidentais, por receios de concorrência às actividades marginais. No entanto, tem surgido reconhecimento crescente de que a venda de certo tipo de bens em localizações específicas pode, na verdade, contribuir positivamente para os retalhistas na envolvente, para além de animarem os espaços e, sendo presença nos espaços, promoverem maior segurança dos mesmos. Esta actividade pode ser regulada quanto à localização, dimensões e desenho dos equipamentos ambulantes, ao tipo de bens cuja venda se admite e aos processos de licenciamento. Tendencialmente, o comércio que surge nestes espaços, em particular nos centros das cidades, é aquele que mais escasseia na oferta da envolvente, incluindo flores, fruta e vegetais, artesanato e alguma comida (Marcus *et al.*, 1990a). Para além de, no caso da fruta e vegetais, poderem fomentar o comer e beber nos espaços públicos, estas vendas têm ainda um impacto bastante positivo ao nível sensorial, pela sua cor, aroma e convite ao toque; esta “aproximação” a este tipo de produtos é, ainda, bastante interessante ao nível da promoção da sociabilidade (Whyte, 1990).

Estas actividades são mais apropriadas numa multiplicidade de locais, desde espaços já de si animados a outros menos utilizados, onde o seu impacto (em particular da venda de comida, associada a espaços sentados e mesas) pode ser significativo e em alargamentos funcionais junto a paragens ou estações de transporte público ou junto a passeios que acolham fluxos pedonais intensos.

⁴³ Numa alusão aos sacos castanhos de papel (*brown bags*) em que as pessoas trazem os seus almoços de casa.

A sua instalação e localização devem, portanto, atentar em detalhes como a largura dos passeios, fluxos pedonais, entradas em edifícios, visibilidade e acessibilidade, mobiliário urbano, paragens de transporte público e localização de montras (*ibid.*).

A existência de **actividades culturais e recreativas** é já algo que depende, sobretudo, das práticas de gestão do espaço público. Num primeiro momento, depende somente duma postura mais laxista ou, inversamente, mais restritiva por parte das entidades encarregues da gestão do espaço face a determinadas actividades que aí surjam espontaneamente. Mas, num segundo momento, pode ser, também, fruto de uma atitude pró-activa por parte dessas mesmas instituições, naquilo a que Marcus *et al.* (1990a) chamam de programação. Estes programas podem incluir desde os oferecidos com regularidade pela administração do espaço, a festivais sazonais, a eventos, mais ou menos frequentes, e a artistas de rua que entretêm os transeuntes, sendo que é prática corrente em muitas cidades americanas que estes tenham que se sujeitar a audições para obtenção de licença para actuar no espaço público (*ibid.*).

Estas actividades, dependendo da sua envergadura, podem atrair pessoas aos espaços ou incentivá-las a neles permanecerem mais tempo e, em função do seu conteúdo, poderão não só animar o espaço como ter função pedagógica. Podem, ainda, ter impacto positivo no desempenho económico das actividades marginantes e no espaço público (Project for Public Spaces, 1984 *apud* Marcus *et al.*, 1990a) e, inclusivamente, fomentar o aparecimento destas últimas.

Para além da questão “postural” dos intervenientes na concepção e gestão dos espaços, a ocorrência deste tipo de actividades pode, ainda, ser fomentada por alguns elementos físicos do espaço. Whyte (1990) afirma que os melhores lugares para apresentação de artistas de ruas (de dimensão reduzida) são, pura e simplesmente, espaços abertos. Este tipo de ocorrências atrairá, no máximo 125 a 150 pessoas; a partir deste limiar, os indivíduos nas filas de trás estão demasiado afastados dos artistas. Também aqui a capacidade auto-reguladora da utilização dos espaços é notável.

Eventos de maior envergadura exigirão espaços maiores e logística mais complexa (*ibid.*). Para estes casos (mas também para os de menor dimensão), pode prever-se uma localização que funcione como palco, permanente ou temporário (incluindo ou não a instalação de um palco propriamente dito), de tal forma a permitir a presença de espectadores sem perturbar os fluxos de circulação e tendo em conta a sua orientação face ao sol nas horas mais sensíveis. Este eventual palco deve, ainda, acautelar o seu uso em alturas em que não haja performances, permitindo a sua utilização como espaço sentável ou de estar (Marcus *et al.*, 1990a). Aplicam-se, ainda, algumas disposições para dias em que ocorram eventos de envergadura razoável, nomeadamente (*ibid.*):

- Localização das infra-estruturas e equipamentos de forma a não interromper fluxos de acesso aos edifícios;
- Provisão de cadeiras desdobráveis e leves, com a primeira fila já colocada, assim definindo a distância aceitável entre público e performers;

- A amplificação, a haver, deve ser a um volume sensato, de forma a não empurrar o público para longe do palco, assim diminuindo a área disponível para os espectadores;
- Calendarização do evento de forma a coincidir com momentos de maior disponibilidade dos eventuais espectadores (e.g. nas horas de almoço);
- O uso dos espaços nestes dias será fomentado por concessões, temporárias, de licenças para venda de comida e bebida;
- Divulgação adequada dos eventos a ter lugar no espaço.

A provisão de infra-estruturas permanentes deve ser sempre, contudo, encarada com prudência, em particular quando se trata de anfiteatros (Whyte, 1990). Em primeiro lugar, as ocorrências de pequena dimensão são, normalmente, o grosso das actividades culturais e recreativas. Em segundo, a frequente monofuncionalidade e diminuta adequação para grupos menores torna estas estruturas, que podem, de facto, albergar grandes números de pessoas, potencialmente restritivas; o espaço que separa a primeira fila dos artistas é muitas vezes demasiado grande e difícil, se não impossível, de contornar, dada a rigidez da estrutura. Por isso, o simples espaço aberto, ou o relvado, podem assumir-se como espaços perfeitamente adequados, com a vantagem da sua maleabilidade. Eventuais inclinações nos espaços podem contribuir grandemente para a eficácia destes espaços. (*ibid.*)

No momento de execução destes programas, uma das maiores dificuldades com que as organizações se deparam é o assegurar o equipamento necessário; Whyte (*ibid.*) sugere que, para o efeito, as administrações municipais devem possuir um stock adequado de cadeiras, mesas, estrados e sistemas de amplificação.

O fornecimento de energia eléctrica é outro obstáculo com que a implementação deste tipo de actividades se depara regularmente, que poderá justificar a instalação de pontos de electricidade de 115 e 220 volts, assim evitando que, de cada vez que haja alguma ocorrência no espaço público, se tenha que esticar cabos, cobri-los, fixá-los e, posteriormente, desmontar tudo, aumentando custos, riscos e tendo um impacto negativo dum ponto de vista estético (*ibid.*). A existência deste tipo de infra-estrutura nos espaços confere-lhes flexibilidade na programação de eventos. A instalação da rede eléctrica deve ser acompanhada com a de rede de água, necessária para ocorrências em que haja fornecimento de comida e afins, assim diminuindo custos.

A **sociabilização no espaço público** (aberta, no dizer de Marcus e Greene, 1990) é a última “coisa para fazer” a que dou destaque. A sua relação com o espaço varia, conforme se depreende de muito o que tenho vindo a apresentar ao longo deste trabalho, em função não só do tipo de sociabilização em causa, como da relação entre os diferentes intervenientes. Por conseguinte, aplica-se a este respeito muitas das considerações tecidas a propósito de formas de promoção do envolvimento activo das pessoas com o espaço, que não repetirei aqui.

Surge aqui, mais uma vez, o papel da triangulação na promoção da sociabilidade entre indivíduos que não se conhecem previamente. É essa a definição de triangulação: «um processo pelo qual um estímulo

externo cria um elo entre pessoas e leva estranhos a conversarem entre si como se se conhecessem» (Whyte, 1990: 154).

São vários os elementos que podem despoletar esta triangulação, desde o próprio espaço ou a paisagem às suas componentes, aos seus utentes e, também, às actividades culturais e recreativas que eventualmente nele ocorram.

Já anteriormente avancei com a importância dos níveis de ruído para a possibilidade de manutenção de uma conversa. No entanto, distintas formas de conversa parecem ter exigências distintas sobre o espaço. O nível de ruído aceitável parece ser a única grande condicionante ao estabelecimento de conversas entre indivíduos que estão juntos, gente que se acompanha. As conversas aquando de encontros fortuitos entre conhecidos também só parecem ter um grande requisito: estar fora de casa por um período de tempo parece ser mais relevante para que tal aconteça que o lugar em que a conversa eventualmente se desenvolva. Para conversas entre estranhos, para além da relevância dos elementos trianguladores, a organização espacial pode facilitar este tipo de contactos, se se configurar para dar forma a paisagens de conversação (assentos próximos uns dos outros, organizados em torno de uma mesa, bancos curvos ou com ângulos facilitando conversa...); estas paisagens fomentam a conversa entre estranhos, mas facilitam também, claro está, a interacção entre indivíduos que já se conheçam. (Gehl, 2006)

Estas disposições a propósito do ruído, conjugadas com muito do que já foi tecido aquando de, por exemplo, as dimensões dos espaços ou a instalação de árvores nos espaços públicos, podem ser sintetizadas na apologia que Gehl faz de um desenho baseado no aparelho sensorial.

4.4. Relações entre factores, indicadores e acções municipais de animação do espaço público

4.4.1. Relação entre factores e indicadores de animação do espaço público

É chegado, então, o momento de cruzar factores com indicadores de animação do espaço público (Tabela 4.2), no sentido de procurar identificar mecanismos de actuação preferenciais consoante o indicador ou conjunto de indicadores sobre os quais se pretenda actuar. Este cruzamento merece, no entanto, três notas prévias.

A primeira é a de que, como a simples leitura dos capítulos referentes a indicadores e factores o demonstra, muitos dos indicadores são, eles mesmos, simultaneamente factores de animação. Trata-se, em primeiro lugar, de uma consequência óbvia do teor relacional do próprio espaço público, que eu assumo desde o início do trabalho, e que, naturalmente, se não pode subordinar a uma construção teórica simplista baseada em noções cartesianas de causa e efeito. Mas é, também, sinal de um aspecto de suma relevância na animação do espaço público, a sua auto-alimentação e auto-propagação,

constituindo ciclos virtuosos: pessoas atraem mais pessoas que atraem mais actividades que atraem mais pessoas e actividades...

A segunda reporta-se à natureza distinta de alguns dos indicadores de animação entre si, que acontece também com os factores de animação, variando em abrangência, precisão e detalhe, nível de inter-relação com os restantes elementos do espaço e, até, materialidade. Estas diferenças repercutir-se-ão inevitavelmente na quantidade de relações que indicadores e factores estabelecerão entre si.

Uma terceira nota prende-se com a necessidade de, a dado momento, confinar o âmbito de análise do presente trabalho, inevitavelmente cerceado por uma concepção algo estrita do domínio de actuação do urbanismo, em particular da concepção e gestão de espaços públicos. Havia afirmado já, na apresentação dos indicadores, a existência de aspectos aos quais o referencial teórico-analítico e, por conseguinte, os próprios indicadores não dão resposta, incluindo alguns relacionados com a abertura do espaço. Analogamente, também os factores de animação aqui apresentados não são todos os que podem influenciar a animação do espaço público tal como foi conceptualizada; ela estabelece, na verdade, disposições que por vezes se aproximam de concepções normativas da totalidade da cidade e da sociedade, que vão, naturalmente, para lá da alçada da concepção e gestão dos espaços públicos. Em alguns casos poderão implicar outros esforços da administração pública (e.g. política social), enquanto noutros é o próprio modelo actual de sociedade e o comportamento dos indivíduos que é questionado e criticado, desde logo pela explicitação duma vontade de contrariar algumas das actuais tendências manifestadas pela concepção, gestão e utilização dos espaços públicos.

A Tabela 4.2 apresenta, então, uma tentativa de sistematizar a influência dos factores nos indicadores de animação do espaço público; esta influência pode ser directa (cruzes a negrito) ou indirecta ou eventual (cruzes a traço mais fino).

Da análise da tabela ressalta claramente uma noção de que, genericamente, **“tudo tem a ver com tudo”**, confirmando o anteriormente disposto a propósito do teor relacional do espaço público e da constituição de círculos virtuosos na animação do mesmo. Sugere, assim, que se possa pensar em superar este constructo causa-efeito rumo a um “mero” conjunto de indicadores de bom espaço público, subordinado a uma concepção normativa do mesmo. A condição primeira para a animação dos espaços, e para a qual parece haver um maior número de mecanismos de actuação, é a presença de pessoas nos espaços públicos.

Mas a tabela demonstra, igualmente, que a animação dos espaços públicos depende não somente de esforços localizados, mas de um mais vasto leque de intervenções de diferentes sectores da administração e de diferentes âmbitos geográficos. É, pois, necessário articular e harmonizar as distintas intervenções que sobre a animação dos espaços públicos possam ter efeito, de forma a não terem efeitos contrários. Esta articulação requer, desde logo, que se defina bem o posicionamento da animação dos espaços públicos na hierarquia dos objectivos da actuação da administração urbana e que se devisem mecanismos de os introduzir nas várias lógicas sectoriais que operam sobre o espaço público.

Tabela 4.2 – Relação entre factores e indicadores de animação

FACTORES DE ANIMAÇÃO	INDICADORES									
	P1. Pessoas – Quantidade	P2. Pessoas – Diversidade	P3. Pessoas – Duração da estadia	P4. Pessoas – Acções e interações	A1. Actividades – Quantidade	A2. Actividades – Localização	A3. Actividades – Diversidade e Atractividade	A4. Actividades – Interação	I1. Interações organizadas – Eventos	I2. Interações organizadas – Actividade comunicacional
1. Urbanidade da envolvente	x	x	x	x	x	x	x		x	x
2. Conectividade e permeabilidade	x	x	x	x	x	x	x		x	x
3. Relação com o tráfego motorizado	x	x	x	x	x	x	x		x	
4. Forma urbana acolhedora	x	x	x	x	x	x	x		x	x
5. Conforto climático	x	x	x	x	x	x	x		x	
6. Valor simbólico	x	x	x	x	x	x	x		x	x
7. Percepção de segurança	x	x	x	x	x	x	x		x	x
8. Mobiliário, equipamento, pormenores de design	x	x	x	x	x	x	x		x	x
9. Bom estado de conservação	x	x	x	x	x	x	x		x	x
10. Coisas para ver e fazer	x	x	x	x	x	x	x		x	x

Legenda: x – influência directa; x – influência indirecta ou eventual

Note-se que nenhum dos factores avançados parece influir directamente na interacção entre as distintas actividades, fomentando a co-habitação das de coexistência pacífica ou relação positiva (A4). Implícita na minha apresentação desta categorização no referencial teórico-analítico estava a convicção de que esta tende a ser a situação em espaços onde o tempo permitiu evolução rumo a um equilíbrio. Contudo, situações de equilíbrio no que à natureza da interacção entre actividades diz respeito não significam, necessariamente, que se cumpram outros requisitos ao nível da justiça e da inclusão social, por exemplo. Seja para mitigar desequilíbrios e situações de conflito graves e persistentes, seja para impor lógicas de justiça e inclusão nos equilíbrios entretanto alcançados, o principal “factor” que sobre a relação entre actividades pode intervir é, julgo, a actuação da administração dos espaços, através de actos de licenciamento.

Os factores de animação são características dos espaços públicos (entendidos, também aqui, na sua acepção relacional) e desta procura de relações entre eles e a animação emerge a constatação de que a **concepção dos espaços** permite, só por si, promover substancialmente determinadas modalidades de utilização dos mesmos; revela-se, assim, como a **acção primeira de animação dos espaços**. A sua **gestão** é, contudo, igualmente capital para que a sociabilização e a utilização intensa dos espaços prosperem; por conseguinte, todo e qualquer acto de gestão do espaço público, mesmo o aparentemente mais prosaico, deve ter visão alargada e antecipar seus potenciais impactos na animação do mesmo.

Mas há aspectos da animação dos espaços públicos cujas “causas” estão para lá das características intrínsecas aos espaços. Algumas prendem-se com a sociedade em geral, conforme já avancei, outros com a cultura dos indivíduos, nomeadamente com os seus hábitos de utilização dos espaços e postura perante a vida pública. Estes factores estão claramente fora da alçada da concepção e gestão dos espaços públicos, que não poderá esperar senão que a afirmação de Whyte (1990) de que a oferta de bons espaços públicos estimula a procura pelos mesmos se confirme. Mas há outras que podem ser, pelo menos em forma tentada, combatidas pela administração (municipal, no caso deste trabalho), na forma como regula a concepção e a utilização quotidiana dos espaços, na forma como os gere, e na adopção (e explicitação dessa escolha) de uma concepção normativa de cidade e espaço público que presida à sua actuação.

É da relação entre os factores de animação e os diferentes domínios de acção municipal de animação dos espaços públicos que o próximo ponto se ocupa.

4.4.2. Factores de animação do espaço público e os diferentes domínios de acção municipal de animação dos espaços públicos

Visando preparar a reflexão exploratória sobre as acções municipais de animação do espaço público que se seguirá, procuro neste ponto relacionar os factores de animação com aqueles que considero ser os grandes domínios de actuação dos municípios na animação dos espaços. Estas relações são apresentadas na Tabela 4.3.

Recordo os quatro domínios definidos, já apresentados:

- **Enquadramento urbanístico**, que se refere às opções, a uma escala alargada, sobre o uso do solo (zonamento, edificabilidades, estrutura...) e sobre a forma da cidade;
- **Desenho urbano** como actividade que define o tecido urbano através da relação entre espaços públicos, edifícios e parcelas e que pode englobar, também, decisões sobre localização e distribuição de funções;
- **Projecto de espaço público e de edifícios** como momento em que se define e materializa o tecido urbano definido pelo desenho e respectivos usos; e
- **Gestão do espaço público** como todas as acções, subsequentes à execução do projecto, levadas a cabo pelos administradores do espaço visando assegurar o seu funcionamento.

Todes estes domínios detêm uma dimensão funcional e outra formal, mesmo que em alguns casos uma se sobreponha claramente à outra. Adicionalmente, a actuação em cada um destes âmbitos pode impelir um regresso ao âmbito anterior, exigindo reformulações de decisões e acções tomadas.

Tabela 4.3 – Factores de animação e domínios de acção municipal de animação do espaço público

FACTOR DE ANIMAÇÃO	ENQUADRAMENTO URBANÍSTICO	DESENHO URBANO	PROJECTO DE ESPAÇO PÚBLICO E DE EDIFÍCIOS	GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO
1. Urbanidade da envolvente	x			
2. Conectividade e permeabilidade	x	X		
3. Relação com o trânsito motorizado	x	X	x	x
4. Forma urbana acolhedora		X	x	
5. Conforto climático		X	x	x
6. Valor simbólico		X	x	x
7. Percepção de segurança	x	X	x	x
8. Mobiliário, equipamento, pormenores de design			x	x
9. Bom estado de conservação			x	x
10. Coisas para ver e fazer		x	x	x

O **enquadramento urbanístico** permite, então, influir sobre os factores que dependem, claro está, de decisões tomadas a esta escala alargada, da definição de usos, densidades, da estrutura e da forma da cidade: a urbanidade da envolvente, a conectividade e permeabilidade dos espaços; a relação com o trânsito motorizado, entendida de forma ampla, no sentido do quão orientada para a circulação automóvel a cidade é; e a percepção de segurança, não só na sua ligação ao trânsito motorizado, mas também na sua aceção de temor da criminalidade, pelo papel, por exemplo, que a criação de áreas monofuncionais, vazias em determinadas alturas, pode ter na sua segurança de facto e na percepção da mesma.

O **desenho urbano**, ao configurar tecidos, tem um impacto profundo na maioria dos factores, sendo bastante óbvia a sua importância para a criação de formas urbanas acolhedoras; a configuração de malhas determina também a conectividade e a permeabilidade dos espaços. Pode influenciar, ainda, o conforto climático ao determinar orientações e exposições solares, ao configurar malhas mais ou menos protectoras do vento e ao definir alturas dos edifícios, por exemplo. Ao traçar vias e alargamentos funcionais, tem um papel fulcral na definição da relação entre espaços e o trânsito motorizado. Analogamente, a criação de sentimentos de segurança está, também, bastante ligada à configuração da malha urbana e dos percursos no seu seio, na sua inter-relação com a distribuição funcional.

A sua relação com o factor “coisas para ver e fazer” é algo mais indirecta: por um lado, o desenho influencia desde logo a probabilidade de concentração de atractores de indivíduos, seja pela configuração

da malha, seja pela distribuição de actividades que define; por outro, pode determinar já determinados pontos de vista e enquadramentos paisagísticos, incluindo a acentuação (ou criação) de valores simbólicos ou estéticos, com potencial para consumo passivo que caberá ao acto projectual sublinhar.

O **acto projectual** é, naturalmente, influente na maioria dos factores, exceptuando aqueles que dependem exclusivamente de decisões tomadas num âmbito mais alargado: a urbanidade da envolvente e a conectividade e permeabilidade dos espaços. Tal não significa, porém, que o projecto não seja fundamental para reforçar (ou, em alguns casos, contrariar) efeitos de decisões tomadas nesses âmbitos mais alargados. Ao nível do conforto climático, é sobretudo neste momento de actuação que se tomam as decisões mais relevantes para capitalizar oportunidades ou, por outro lado, contrariar más opções tomadas no desenho urbano. Árvores, desenho das fachadas, localização de espaços de estadia, de espaços abrigados e expostos ao sol, tudo isto são opções fundamentais para o conforto climáticos dos espaços e que têm lugar no projecto de espaço público e de arquitectura. É também aqui que o teor “acolhedor” da forma urbana definida pelo desenho se concretiza, incluindo aspectos como a definição horizontal e vertical dos espaços, dimensões absolutas e relativas das componentes do espaço público, a promoção de transparência, de acesso (físico e visual, sobretudo) e da harmonia entre ocupação marginal e espaço público.

Os pormenores de desenho, em particular a organização da transição entre espaços e do acesso a estes e o dimensionamento relativo das suas componentes, e a dotação de equipamento (iluminação pública, por exemplo) são fundamentais para a percepção de segurança (do trânsito motorizado e do crime). Portanto, a relação imediata com o trânsito motorizado também passa por pequenos detalhes de desenho e equipamento que permitam atenuar eventuais efeitos nefastos duma presença próxima de trânsito motorizado.

O papel do projecto do espaço público e de edifícios na promoção da existência de coisas para ver e fazer encontra-se não só na sua capacidade de definição de usos, mas também parcialmente imbricado com o seu potencial para a criação de valores estéticos e simbólicos; ou seja, o projecto de espaço público e de edifícios podem, eles mesmos, *criar* coisas para os indivíduos verem e fazerem, e essas “coisas” podem ser (e são-no o mais das vezes) elementos de valor estético ou simbólico. Incluem-se neste domínio não apenas objectos contempláveis, mas também os que promovam um envolvimento activo dos utentes do espaço, como é o caso dos elementos de mobiliário urbano e da arte pública. Mas o projecto pode ainda intervir para que, havendo coisas para ver e fazer, existam condições para fazê-lo em conforto; é neste âmbito que se aplicam as várias considerações tecidas a propósito, por exemplo, da localização e orientação dos espaços sentáveis, de mudanças de nível, da localização de palcos ou outros elementos. É, pois, claro que o projecto de espaço público e de edifícios é o acto em que, por excelência, se tomam as decisões afectando o mobiliário urbano, a provisão de equipamento e, naturalmente, os detalhes de *design*.

Por fim, é de realçar que, ainda que o estado de conservação dos espaços dependa bastante das práticas de manutenção dos mesmos, há várias decisões tomadas no projecto, como, por exemplo, as relativas aos materiais de construção, que o influenciarão no futuro.

As **práticas de gestão do espaço público** podem ter impacto na generalidade dos factores de animação, também. A gestão do espaço é aqui entendida de forma lata, englobando não só as acções da entidade com essas mesmas responsabilidades de gestão, mas também de outros agentes que sobre ele actuam, nomeadamente os provisos de actividades, marginais ou no próprio espaço público; naturalmente que a actuação destes agentes é condicionada pela postura da entidade gestora perante os seus intentos.

A provisão de determinado tipo de mobiliário (e.g. cadeiras e mesas móveis, guarda-sóis...) depende de uma prática de gestão, ainda que a sua decisão possa ter sido já contemplada no processo de concepção espacial. É sobretudo através da inclusão de elementos de mobiliário que as práticas de gestão podem interferir no conforto climático dos espaços.

A relação com o trânsito motorizado também pode ser bastante determinada pelas práticas de gestão dos espaços, desde logo pela possibilidade de intervenção na própria presença (e nas suas modalidades) de veículos no espaço público. Daqui decorre, parcialmente, a relação entre gestão do espaço público e a percepção de segurança no seu seio, relação esta que existe também ao nível de esforços para combater e dissuadir a criminalidade e para criar percepções de ambientes seguros; são exemplos disto os já mencionados casos de reforço de policiamento nos espaços exteriores e instalação de sistemas de videovigilância.

A gestão dos espaços públicos, desde logo através dos actos de licenciamento e consequentes actividades permitidas, seja por acções que promovam os níveis de conforto dos espaços ou ainda da programação de actividades no seu seio, é um momento chave no fomento da existência de coisas para ver e fazer nos espaços públicos. É ainda pelo recurso a esta promoção activa de ocorrências que as práticas de gestão podem, num prazo mais alargado, contribuir para a formação de valor simbólico (ou até estético, numa acepção não visual do termo) nos espaços públicos.

Por fim, a gestão dos espaços é, obviamente, fundamental para a promoção do bom estado de conservação dos mesmos, não só através de operações de limpeza urbana, mas também da manutenção e recuperação físicas das suas componentes.

5. Acções municipais de animação do espaço público

5.1. Competências municipais

A Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais. A prossecução destas competências pressupõe a dotação das autarquias locais com um conjunto de poderes que podem ser de distinta natureza, nomeadamente consultiva, de planeamento, de gestão, de investimento (incluindo a identificação, a elaboração dos respectivos projectos, o financiamento, a execução e a manutenção dos empreendimentos em questão), de licenciamento e de fiscalização.

As atribuições dos municípios distribuem-se pelos seguintes domínios: equipamento rural e urbano; energia; transportes e comunicações; educação; tempos livres e desporto; saúde; acção social; habitação; protecção social; ambiente e saneamento básico; defesa do consumidor; promoção do desenvolvimento; ordenamento do território e urbanismo; polícia municipal; e cooperação externa. As freguesias, por seu turno, dispõem de atribuições, contemplando o planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos domínios do equipamento rural e urbano; do abastecimento público; da educação; da cultura, tempos livres e desporto; dos cuidados primários de saúde; da acção social; da protecção civil; do ambiente e salubridade; do desenvolvimento; do ordenamento urbano e rural; e da protecção da comunidade.

O espaço público não é, por conseguinte, um domínio autónomo de competência dos municípios. Todavia, algumas das suas competências intersectam de forma mais ou menos directa a sua concepção e gestão ou a problemática da sua animação. As competências municipais relevantes serão aqui apresentadas de forma agrupada, em função de semelhanças que entre elas se verifiquem, não obstante os inevitáveis cruzamentos e inter-relações que entre estes grupos se estabelecem. Num segundo momento, confrontarei estes conjuntos de competências com os quatro domínios de acção municipal de animação dos espaços públicos.

Os municípios detêm competências explícitas no **planeamento, gestão e a realização de investimentos de espaços verdes, ruas e arruamentos**, sob a égide do domínio do equipamento rural e urbano. Para além destas competências versando explicitamente os espaços públicos, há outras que sobre eles têm influência mais ou menos directa.

Um destes conjuntos de competências emana directamente dos domínios do ordenamento do território e do urbanismo. Em primeiro lugar, surgem as competências no domínio da **elaboração e aprovação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT)**. Estes planos, de âmbitos distintos, podem ser tipificados em zonamento, estrutura e desenho, tendo cada um deles impactos distintos, mais ou menos explícitos, mas todos indiscutivelmente relevantes, na animação dos espaços públicos. Esta

relevância decorre do simples facto de ser em sede de plano que se determinam as grandes linhas de desenvolvimento dos territórios à sua pormenorização.

Ainda no âmbito do ordenamento do território, integrando actos de planeamento, há um conjunto de competências que se prendem com **a delimitação de áreas de intervenção específicas**, por vezes articuladas com competência executória, para a prossecução de objectivos particulares. Integram-se neste conjunto a delimitação de áreas de desenvolvimento urbano e construção prioritárias em conformidade com outros documentos de política de ordenamento e/ou sectorial, de zonas de defesa e controlo urbano, de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, de áreas a abranger por planos de renovação de áreas degradadas e de recuperação de centros históricos. E ainda a promoção da integração ou exclusão de áreas de Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional e a declaração de utilidade pública, para efeitos de posse administrativa, de terrenos necessários à execução de planos de urbanização e de pormenor plenamente eficazes.

Podem incluir-se neste conjunto, ainda, competências no domínio do património, da cultura e da ciência, em concreto as de classificar imóveis, conjuntos ou sítios considerados de interesse municipal e assegurar a sua manutenção e recuperação e a de participar, mediante a celebração de protocolos com entidades públicas, particulares ou cooperativas, na conservação e recuperação do património e das áreas classificadas. A competência de planeamento, gestão e realização de investimentos no património cultural, paisagístico e urbanístico do concelho pode ser incluída também aqui, ainda que contenha também já algo daquilo que designei de competências da administração enquanto promotora imobiliária e que apresentarei de seguida.

A relevância de cada uma destas competências de delimitação dependerá substancialmente das consequências que lhe estiverem associadas, mas na medida em que, genericamente, todas elas acarretam disposições influenciando as funções e/ou o tecido urbano / urbanizável das áreas que delimitam, intersectam a animação dos espaços públicos.

A supramencionada competência de declaração de utilidade pública de terrenos entronca num terceiro conjunto de competências, sobretudo ao nível da administração urbanística, que, em sentido lato, correspondem a **instrumentos e processos de execução urbanística**. Incluem-se aqui a competência de aprovação de operações de **loteamento** e demais operações de **licenciamento**⁴⁴.

Para além do acto de licenciamento, a administração local tem ainda competências que a transformam em **promotor imobiliário, com competências na construção, manutenção e reabilitação do**

⁴⁴ As competências genéricas dos municípios no domínio da gestão urbanística não são explicitadas na peça legislativa que define a transferência de competências; esta refere apenas o licenciamento, mediante parecer vinculativo da administração central, de construções nas áreas dos portos e praias. Como esta competência de licenciamento existe para a generalidade do território municipal (*vide* o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação) ela é aqui apresentada de forma igualmente genérica, omitindo a especificidade das áreas portuárias e balneares.

edificado. Um primeiro grupo de competências neste âmbito integra o domínio da **habitação** e inclui a disponibilização de terrenos para a construção de habitação social, a promoção de programas de habitação a custos controlados e de renovação urbana e o fomento e gestão do parque habitacional de arrendamento social. Acrescem competências na gestão, conservação e reabilitação do edificado, nomeadamente a garantia da conservação e manutenção do parque habitacional privado e cooperativo, designadamente através da concessão de incentivos e da realização de obras coercivas de recuperação dos edifícios e da proposição e contributo para a viabilização de programas de recuperação ou substituição de habitações degradadas, habitadas pelos proprietários ou por arrendatários. Ao incluírem decisões ao nível da localização, programa, projecto, gestão e manutenção de áreas residenciais, as opções que contemplarem influenciarão inevitavelmente a animação dos seus espaços públicos.

Um outro grupo de competências em que a administração local pode ela mesma edificar e executar decisões de planos diz respeito ao **planeamento, gestão e realização de investimentos em equipamentos colectivos** e outras instalações de relevo municipal, nos mais variados domínios (instalações dos serviços públicos do município, mercados municipais, estabelecimentos de educação pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico, centros de cultura, de ciência, bibliotecas, teatros e museus municipais e equipamentos culturais de âmbito local, estabelecimentos para a prática desportiva e recreativa, centros de saúde, equipamentos de acção social e de protecção civil e estabelecimentos de promoção do turismo local). Estas competências assumem relevância para a animação dos espaços públicos, em primeiro lugar, pela decisão da sua localização; tratam-se de equipamentos com um forte potencial de geração de fluxos e, também, de atracção de actividades complementares, podendo assumir-se como pólos de vivência. Em segundo lugar, a partir do momento em que estas competências incluem decisões ao nível do projecto e da gestão e manutenção dos mesmos, espraia-se no domínio da relação do edifício / actividade marginal com o espaço público envolvente, cujo impacte na animação dos espaços foi já por demais explanado neste trabalho.

As competências municipais ao nível do **licenciamento** incidem, também, sobre as **actividades**, nomeadamente o licenciamento e fiscalização de indústrias das classes C e D, de estabelecimentos turísticos e hoteleiros e de estabelecimentos comerciais. Dada a relevância das actividades marginais e dos edifícios que as albergam para a animação dos espaços públicos, facilmente se depreenderá a importância deste conjunto de competências neste contexto.

Um outro grupo de competências inclui atribuições que interceptam, genericamente, **a qualidade ambiental e a segurança** no espaços públicos, nomeadamente o planeamento, gestão e a realização de investimentos em sistemas municipais de limpeza pública e de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e na iluminação pública, a gestão e garantia da limpeza e boa manutenção das praias e zonas balneares, um conjunto de competências no âmbito da qualidade ambiental dos espaços, nomeadamente ao nível da qualidade do ar, do cumprimento do regulamento do ruído e da manutenção e reabilitação da

rede hidrográfica no interior dos perímetros urbanos e da eventual criação de polícias municipais. As competências, no domínio da acção social, de participar em projectos e programas de acção social de âmbito municipal, designadamente nos domínios do combate à pobreza e à exclusão social poderão ser também aqui incluídas, pela tensa relação existente entre as suas manifestações nos espaços públicos e os níveis reais e percepção de segurança no seu seio.

A legislação define ainda competências que poderão legitimar a intervenção municipal no âmbito da **organização de ocorrências específicas ou eventos** nos espaços públicos, em concreto as de planeamento, gestão e realização de investimentos em mercados e feiras municipais, o apoio a projectos e agentes culturais não profissionais, o apoio a actividades culturais de interesse municipal, o licenciamento e fiscalização de recintos de espectáculos, o apoio a actividades desportivas e recreativas de interesse municipal, a promoção e apoio do desenvolvimento de actividades artesanais e manifestações etnográficas de interesse local. As suas competências no domínio da promoção de acções de informação e defesa dos direitos do consumidor e da saúde pública também poderão ser aqui incluídas.

Os municípios detêm ainda competências que interferem com a **acessibilidade aos espaços públicos**, nomeadamente no planeamento, gestão e realização de investimentos na rede viária de âmbito municipal, na rede de transportes regulares urbanos, na rede de transportes regulares locais e nas estruturas de apoio aos transportes rodoviários.

Refiro, por fim, as competências municipais no domínio da **participação em políticas sectoriais ou de âmbito territorial mais alargado**, nomeadamente na elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) e nas políticas de turismo que digam respeito ao concelho. É de frisar que esta última competência, em articulação com as já mencionadas no âmbito da promoção do turismo local e do património, poderão ter uma forte influência nas dinâmicas de utilização dos espaços públicos, particularmente nos fluxos associados às dinâmicas do turismo urbano.

5.1.1. Relação das competências municipais com os domínios de acção de animação dos espaços públicos

No presente momento, pretendo confrontar os diferentes grupos de competências municipais com os quatro domínios de acção municipal de animação dos espaços públicos, que se encontram sintetizadas na Tabela 5.1. O último destes domínios, o da gestão, foi subdividido em gestão “quotidiana”, integrando as acções de limpeza, manutenção e de promoção de segurança dos espaços, e a programação de ocorrências específicas nos mesmos.

Tabela 5.1 – Relação entre grupos de competências municipais e domínios de acção municipal de animação dos espaços públicos

CONJUNTO DE COMPTÊNCIAS	DOMÍNIO DE ACÇÃO DE ANIMAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS				
	ENQUADRAMENTO URBANÍSTICO	DESENHO URBANO	PROJECTO DE ESPAÇO PÚBLICO E DE EDIFÍCIOS	GESTÃO QUOTIDIANA DO ESPAÇO PÚBLICO: LIMPEZA, MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: PROGRAMAÇÃO
Espaços verdes, ruas e arruamentos		x	x	x	x
Participação em políticas sectoriais ou de âmbito territorial mais alargado	x				
PMOT	x	x	x		
Delimitação de áreas de intervenção	x	x	x	x	x
Administração urbanística – loteamento e licenciamento		x	x		
Promotor – construção, manutenção e reabilitação do edificado	x	x	x		
Promotor – equipamentos	x	x	x		x
Licenciamento de actividades			x	x	
Qualidade ambiental e segurança				x	
Organização de ocorrências específicas ou eventos			x		x
Acessibilidade aos espaços públicos	x	x	x		

Legenda: x - relação directa; x - relação eventual.

O **enquadramento urbanístico** contempla, relembro, as opções de classificação e qualificação de uso do solo (zonamento), de definição da estrutura dos territórios, de usos e edificabilidades admitidos, repercutindo-se sobretudo na urbanidade da envolvente dos espaços públicos, entendida eminentemente enquanto diversidade e densidade residencial e funcional, e na definição de alguns elementos de infra-estrutura de escala geral.

As competências integrando este domínio de acção são, desde logo, as de elaboração e aprovação de PMOT, em particular os Planos Directores Municipais (PDM) e Planos de Urbanização (PU), precisamente as figuras de plano que acolhem as opções desta natureza. A definição da estrutura viária de âmbito municipal e a organização de serviços de transporte público também caem sob a égide do enquadramento urbanístico, por contemplarem, desde logo, decisões macro sobre a malha viária de escala geral, sobre a proeminência do trânsito motorizado e sobre a acessibilidade em transporte público aos espaços públicos, todas elas questões que influenciam as oportunidades de utilização dos espaços públicos e a intensidade das que eventualmente tenham lugar por parte de peões. A participação municipal em planos e políticas sectoriais ou de âmbito territorial mais alargado também poderá influenciar o enquadramento urbanístico dos espaços públicos, principalmente na medida em que contemplarem decisões que incidam sobre localização de elementos estruturantes do território.

As competências de delimitação de áreas de intervenção específicas, nomeadamente as que admitem intervenção municipal no edificado e estrutura funcional de áreas vastas, também podem contribuir para a (re)definição da urbanidade da envolvente de um espaço público. Esta justificação aplica-se com maior propriedade ao conjunto de competências que permitem ao município tornar-se promotor de urbanização e edificação de áreas vastas. Considero, ainda, que as suas responsabilidades na concepção e execução de equipamentos colectivos também se integram neste domínio de acção, dado o teor estruturante que estes elementos podem ter nos territórios, influenciando decididamente a geografia funcional da envolvente de espaços públicos. Refiro, por fim, que o facto de os municípios poderem definir as áreas prioritárias de expansão urbana surge como potencial instrumento de promoção, se não da compacidade, pelo menos da continuidade edificatória, evitando fragmentação da urbanização.

O **desenho urbano** contempla a definição de tecido urbano, entendido como a relação entre edifícios, parcelas e os espaços públicos e decisões sobre a distribuição funcional no seu seio. Também aqui a competência municipal de elaboração e aprovação dos PMOT é fundamental, sobretudo através dos Planos de Pormenor (PP), os planos de desenho por excelência, mas também por disposições constantes dos PDM e PU que os PP tenham, necessariamente, que observar. As responsabilidades no planeamento, gestão e realização de investimentos em espaços verdes, ruas e arruamentos também intersectam claramente o domínio do desenho urbano. A aprovação de loteamentos, de que resultam parcelas para edificação e obras de infra-estruturação, também é competência através da qual os municípios podem condicionar a construção de tecido urbano.

O impacto da delimitação de áreas de intervenção com fins específicos na definição do desenho urbano será limitado e apenas eventual, e ocorrerá sobretudo quando, e se, operações de requalificação e recuperação de áreas urbanas impliquem transformações no seu tecido e que dificilmente prescindirão da sua inscrição em plano. Similarmente, a construção de equipamentos colectivos não produz, ela mesma, tecido urbano (por se tratar de uma edificação única e o termo tecido pressupor uma dimensão razoável da operação, na senda de Pais, 2010), mas, para além de poder constituir móbil para tal, ela pode e deve ser prevista no acto de desenho. Inversamente, as competências, sobretudo no domínio da habitação, que permitem ao município afirmar-se como promotor ou, pelo menos, parceiro em operações de urbanização intersectam claramente o desenho urbano enquanto acção de animação do espaço público. Em último lugar, as competências interferindo na acessibilidade dos espaços públicos e, em particular, no planeamento, gestão e realização de investimentos na rede rodoviária municipal poderão ter um impacto ténue na definição do desenho urbano; e digo que este impacto será maioritariamente ténue sobretudo porque este tipo de via, claramente de escala geral, dificilmente integra os aglomerados urbanos tradicionais, cuja figura tutela implicitamente todo este trabalho. Contudo, a sua relevância em contextos de ocupação dispersa poderá ser grande, ainda que seja discutível o grau exacto a que poderão constituir tecido urbano.

A noção de **projecto de espaço público e de edifícios** aqui empregue integra não só o acto projectual e a sua execução, em concordância com o tecido urbano definido pelo desenho, mas também os actos (de gestão urbanística) que definem a ocupação marginal dos espaços públicos, as funções que os edifícios albergarão. Assim, o planeamento e realização de investimentos em espaços verdes, ruas e arruamentos implicará, necessariamente, o projecto de espaço público. Os PMOT, ainda que não contemplem a definição de projecto *per se*, contêm um conjunto de disposições que o influencia grandemente, condicionando e, por vezes, impondo determinadas soluções. O grau de “intrusão” dos PMOT nas opções de projecto dependerá em larga medida do fôlego da regulamentação municipal em sede de plano. Por seu turno, as competências de delimitação de áreas específicas de intervenção poderão determinar a actuação no domínio de projecto espaço público e de edifícios, particularmente as que pressupõem intervenção de reabilitação do tecido urbano pré-existente. Esta capacidade é manifestamente mais clara quando o município assume as suas competências de promotor imobiliário no domínio da promoção da habitação e no da requalificação urbana e do edificado.

A aprovação de loteamentos e demais operações de licenciamento no âmbito da gestão urbanística assumem-se como um dos mecanismos principais de que as administrações dispõem para intervir no projecto de espaço público e de edifícios, quando não assumem o papel de promotoras dos empreendimentos. O loteamento pressupõe projecto de infra-estruturas, onde se inclui o espaço público, e o licenciamento de construção é instrumento privilegiado para intervir no domínio do edificado. Por seu turno, o licenciamento das actividades e respectivos estabelecimentos consitui-se como instrumento

poderoso de influência neste domínio de acção pelo poder de decisão relativamente às funções que irão ocupar os edifícios marginais aos espaços públicos.

As competências municipais no planeamento e execução de equipamentos colectivos conferem-lhe larga margem de manobra para definir projectos de espaço público e de edifícios que levem em consideração os seus eventuais impactos na animação do espaço público circundante.

Adicionalmente, as competências no âmbito da acessibilidade aos espaços públicos também interferem com este domínio da acção, nomeadamente ao atribuírem responsabilidades ao município de planear, gerir e realizar investimentos nas estruturas de apoio aos transportes rodoviários.

Algumas das competências que agrupei sob a alçada da organização de ocorrências específicas ou eventos poderão, igualmente, justificar intervenções físicas no espaço público que visem promovê-las. Nesse sentido, identifico uma relação eventual entre estas competências e este domínio de acção.

Por fim, sublinho que há um conjunto de competências, já referido, ao nível da manutenção e recuperação da ocupação marginal dos espaços públicos que, não sendo propriamente um acto projectual (mas que o pode requerer), antes gestão e manutenção do edificado, que integro também neste domínio de acção, sobretudo com o objectivo de isolar, no domínio que se segue, as acções de gestão do espaço público, no sentido estrito apresentado na discussão do conceito (em 2.1). Estas competências integram, eminentemente, o grupo da delimitação de áreas de intervenção específica e do papel municipal na promoção da construção, manutenção e reabilitação do edificado.

A gestão do espaço público foi, recorde, subdividida em dois domínios de acção de animação dos espaços distintos. O primeiro, que genericamente designei de gestão quotidiana dos mesmos, engloba o conjunto de acções de limpeza, manutenção e promoção da segurança dos mesmos, cujo efeito se repercute principalmente nos níveis de conforto dos espaços. O segundo, intitulado programação, integra todas as acções de gestão que decidem sobre a ocorrência de actividades organizadas nos espaços públicos⁴⁵.

Em primeiro lugar, as competências visando espaços verdes, ruas e arruamentos incluem explicitamente a gestão e a manutenção dos mesmos, tornando-se óbvio que estas intersectam não só a gestão quotidiana do espaço público, como a sua própria programação. No caso desta, a intersecção poderá dar-se, no seu limiar mínimo, através do licenciamento de utilização da via pública / espaço verde.

Seguidamente, a delimitação de áreas de intervenção específica refere explicitamente a manutenção e conservação e gestão de algumas dessas áreas como competência municipal, com particular ênfase em

⁴⁵ Distingue-se, portanto, do licenciamento de actividades incluído no projecto de espaço público e de edifícios, porque este se referencia às actividades marginais e não a actividades ocorrendo no próprio espaço público. Todavia, dadas as possibilidades de interacção (física) entre ocupação marginal e espaço público, não são de excluir intersecções entre a competência de licenciamento e a acção de programação.

áreas patrimoniais. Estas competências incluirão necessariamente a gestão quotidiana dos espaços, mas enquadram, igualmente, eventuais acções de programação.

O licenciamento de actividades poderá, eventualmente, revestir-se de competência no domínio da gestão quotidiana dos espaços na medida em que poderá contemplar a interacção física directa das actividades marginais com os espaços públicos. Considero-a aqui como eventual, por me parecer que ela coincidirá, o mais das vezes, com competências de licenciamento de utilização da via pública, abrangidas pelas competências no âmbito da gestão de espaços verdes, ruas e arruamentos. Todavia, o licenciamento de actividades poderá englobar as que se desenrolam no espaço público, quando estas implicarem uma estrutura fixa (e.g. quiosques). Eventual é, também, a relação das competências no planeamento, gestão e investimento em equipamentos com a programação de actividades e ela é aqui vislumbrada como hipotética consequência das competências municipais na gestão e programação desses equipamentos, que poderão contemplar a realização de actividades fora de portas, nos espaços públicos.

As responsabilidades no âmbito da manutenção da qualidade ambiental e da segurança intersectam, naturalmente, as acções de gestão quotidiana do espaço público. Ainda que estas possam condicionar ou, por outro lado, devam dar resposta a eventuais cargas adicionais provocadas pela programação dos espaços, não considero que estas competências integrem o domínio de acção de programação dos espaços.

Em último lugar, as competências que agrupei sob a égide de “organização de ocorrências específicas ou eventos” intersectam, claro está, a programação dos espaços públicos, mas é preciso lembrar que o próprio agrupamento e designação deste conjunto de competências pressupõe a sua eventualidade: são competências relativas ao fomento de actividades culturais, recreativas, desportivas, artesanais, de manifestações etnográficas, de feiras e mercados e de apoio ao tecido cultural local que não pressupõem necessariamente a sua prossecução no espaço público, mas que podem para isso servir de móbil.

5.2. Administração urbanística

Ao longo dos últimos capítulos tem vindo a emergir com particular força o poder que as acções rotineiras da administração urbanística municipal podem ter na animação dos espaços públicos. A apresentação dos factores de animação dos espaços públicos deixou claro que aquelas que são, normalmente, consideradas **acções de animação em sentido estrito (leia-se a organização de ocorrências específicas em espaço público)** não prescindem nem substituem, antes complementam, um conjunto de disposições relativas à concepção e gestão da cidade e dos seus espaços públicos. A discussão exploratória das competências municipais veio, por seu turno, demonstrar que o **enquadramento jurídico nacional confere aos municípios margem de manobra que lhes permite encetar esforços nesse sentido.**

O presente capítulo procura sintetizar, para cada um dos domínios de acção municipal para a animação dos espaços públicos associáveis à administração urbanística (ou seja, todos exceptuando a

programação de actividades culturais e recreativas, que será abordada no subcapítulo seguinte), o potencial que detêm para animar espaços públicos e as principais recomendações para o efeito.

5.2.1. Enquadramento urbanístico

A génese dos relatos sobre a crise do espaço público remonta às críticas ao funcionalismo do urbanismo modernista que, parcialmente, caem sob a égide do que aqui é entendido como enquadramento urbanístico, nomeadamente a sua apologia do zonamento funcional e da separação de diferentes tipos de trânsito, desenhando uma cidade assente numa profunda crença nas novidades tecnológicas de então, onde se inclui, em posição de destaque, o automóvel.

O facto de parte desta crítica se basear nas suas consequências na vitalidade da utilização dos espaços públicos denota que a consciência de que a animação do espaço público também depende da configuração da cidade como um todo é, há muito, ponto assente. O crescimento das cidades tem adoptado configurações assentes no privilégio do automóvel, na criação de áreas monofuncionais e abandonado as tradicionais compacidade e continuidade edificatórias, e resultado em vastas áreas menos densas e menos diversas⁴⁶.

Estas novas configurações da cidade dão forma, por conseguinte, a uma cidade que não favorece a animação dos espaços públicos, na medida em que ferem a envolvente destes na sua urbanidade. Ao se organizarem primariamente em função do trânsito motorizado, retiram peões dos espaços públicos, e a sua presença é condição primeira para a animação dos mesmos. O acto de deslocação, agora motorizado, comprime o espaço num conjunto de nós, pontos de origem e destino, diminuindo em muito a possibilidade do acaso e das ocorrências fortuitas no espaço público, altamente beneficiados quando o trajecto é percorrido, pelo menos numa proporção razoável, a pé. O privilégio da circulação motorizada leva também à diminuição de intersecções na malha viária, no sentido de maximizar velocidades e fluidez de tráfego, resultando em reduções na conectividade e permeabilidade da mesma, aspecto que, conforme referi, tem impactos positivos na animação dos espaços. A acessibilidade dos espaços públicos, seja por transporte privado, público ou pedonal, é, por conseguinte, um aspecto-chave neste domínio. Por último, refiro que espaços menos utilizados são, em geral, espaços mais inseguros.

A definição do enquadramento urbanístico pode, por conseguinte, ter um papel relevante no fomento da animação dos espaços públicos. As competências mais relevantes para o efeito pertencem sobretudo ao domínio do ordenamento do território e urbanismo e da acessibilidade e dos transportes.

É eminentemente em sede de plano (particularmente de PDM e PU, ainda que os planos sectoriais e de âmbito territorial mais alargado também possam aqui jogar um papel) que o município pode definir um modelo territorial pautado pela densidade e diversidade funcionais, para além da compacidade e

⁴⁶ É importante frisar que estas novas configurações das cidades não são consequência da aplicação do ideário modernista. Em alguns casos, poder-se-ão identificar aplicações desconfiguradas do mesmo ou uma influência dos seus princípios, mas as causas do fenómeno vão bem para lá da doutrina do Modernismo.

continuidade edificatórias, modelo este que deverá ser reforçado com a capacidade da administração urbanística de definir as áreas prioritárias de expansão ou requalificação. A promoção deste modelo territorial passa, ainda, por acções de gestão urbanística.

Naturalmente, as acções municipais de promoção imobiliária, incluindo as de instalação de elementos potencialmente estruturantes, não deverá ir no sentido oposto do modelo eventualmente adoptado, procurando integração no tecido pré-existente e antecipando o seu impacto ao nível da mobilidade. Os municípios deverão, ainda, conjugar o modelo territorial adoptado com as suas competências no âmbito dos transportes e da acessibilidade, no sentido de potenciar a utilização dos transportes públicos e de contrariar a utilização excessiva do automóvel em meio urbano.

5.2.2. Desenho urbano

A relevância do desenho urbano para a animação dos espaços públicos decorre, desde logo, da importância de uma forma urbana acolhedora para a existência de utilizações não necessárias dos espaços públicos, ao determinar a relação entre um determinado espaço público e a envolvente imediata e a sua configuração, dimensão e relação com o tecido edificado. Determina, ainda, a distribuição funcional na área abrangida pelo desenho, cujo impacto, via introdução de “coisas para ver e fazer”, na animação dos espaços foi já estabelecido.

Ao configurar tecidos urbanos e a distribuição funcional no seu seio, o desenho urbano enquanto domínio de acção municipal intersecta necessariamente outros factores de animação para além dos dois acima mencionados. Assim, a configuração da malha define largamente a sua conectividade e permeabilidade e coloca condicionantes, pela malha e cêrcea do edificado, ao nível do conforto climático (orientação face ao sol e criação de barreiras à circulação do vento, sobretudo). O desenho da malha influencia, também, a relação com trânsito motorizado que se verificará em cada um dos espaços. Esta, conjugada com outros efeitos do desenho na utilização dos espaços, condiciona a percepção de segurança nos espaços públicos face ao trânsito motorizado e face à criminalidade.

O desenho pode ainda possibilitar determinados pontos de vista e enquadramentos paisagísticos (que o projecto deverá reforçar), que aumentem as possibilidades de envolvimento passivo (e, eventualmente, de envolvimento activo) com a cena urbana, seja a própria animação que no espaço se verifique, sejam elementos paisagísticos esteticamente apelativos ou, inclusivamente, elementos com valor simbólico, que pode ser reforçado (e, até, criado) pelo desenho.

As competências municipais identificáveis com o âmbito de actuação do desenho urbano podem ser agrupadas em dois grandes conjuntos, em função do papel que caberá à administração urbanística. De um lado, aquelas em que a administração urbanística se assume, ela mesma, como a produtora do desenho ou de alterações substanciais ao tecido pré-existente; do outro, aquelas que conferem ao município um papel reactivo perante a iniciativa privada, que se consubstanciam, eminentemente, em actos de licenciamento urbanístico.

Assim, no primeiro conjunto, integrar-se-ão as competências no domínio do planeamento, na concepção de espaços verdes, ruas e arruamentos e demais que englobem a assunção, por parte da administração, do papel de promotor imobiliário, à escala da urbanização, claro está. A administração deverá, nestes momentos, empenhar-se em fazer cumprir os princípios de boa forma urbana que foram sendo apresentados ao longo do périplo pelos factores de animação. Genericamente, subjaz a muita da literatura analisada uma apologia dos tecidos clássicos, mas a animação dos espaços públicos não surge como sendo incompatível com outras formas urbanas. Mais relevante parece ser a manutenção de uma escala humana, que leve em conta as características do aparelho sensorial, na relação entre edifícios, parcelas e espaço público, assim como a antecipação dos níveis de conforto e das possibilidades para o envolvimento com a cena urbana que determinado tecido possibilitará. A questão das distâncias associáveis às deslocações pedonais também detém particular relevo neste âmbito, implicando não só questões morfológicas mas a distribuição funcional que for determinada.

O segundo conjunto engloba actos de gestão urbanística, sendo que é sobretudo a competência de aprovação de loteamentos o que surge como mais relevante no âmbito do desenho urbano. A administração urbanística pode fazer-se valor do seu poder para impor um conjunto mais exigente de critérios para a aprovação de loteamentos e demais actos de licenciamento. Esta ideia requer aprofundamento, que aqui não terá lugar, no sentido de entender, face ao quadro legal vigente, o fôlego que a regulamentação e discricionariedade da administração urbanística podem tomar para integrar disposições que fomentem a animação dos espaços. Independentemente da extensão possível, parece inquestionável que, a integrar a animação como objectivo de planeamento, as prescrições formais e funcionais que a fomentem deverão ser inscritas em sede de plano, uma vez que é o confronto com a legislação e os planos em vigor o principal mecanismo presidindo à avaliação de loteamentos e demais actos de licenciamento.

5.2.3. Projecto de espaço público e de edifícios

O projecto de espaço público e de edifícios, ao ser o momento em que se materializa o tecido urbano e se definem usos concretos, dando corpo a edifícios e espaços públicos, assume-se como relevante para a generalidade dos factores de animação, exceptuando aqueles que dependem exclusivamente de actuações de âmbito mais alargado, sobre as quais o projecto, pela seu âmbito necessariamente restrito, não consegue actuar. Todavia, o enquadramento urbanístico e o bom desenho urbano não são condição suficiente para o surgimento de espaços públicos animados, cabendo ao momento projectual a prossecução de opções que os capitalizem ou que contrariem eventuais más soluções a montante.

Determinar a configuração exacta do espaço público e da sua ocupação marginal, respondendo a um programa preciso, e organizar a relação e transição entre ambos, orientada por noções de transparência e de definição é, desde logo, um momento fundamental no papel que o projecto pode desempenhar na animação do espaço público, ao dar corpo a uma forma urbana acolhedora. A definição do programa do espaço e edifícios circundantes constitui um outro elemento determinante para a animação dos espaços

públicos, ao estabelecer um potencial de atracção de indivíduos e ao sugerir, desde logo, um determinado conjunto de estados de animação como sendo mais adequado, dadas as características das actividades instaladas.

Mas é particularmente nos seus detalhes que o projecto se revela como momento central para a determinação dos níveis de conforto e das possibilidades para envolvimento passivo e activo no espaço público, centralidade esta que se depreende facilmente do muito que foi exposto a propósito do “mobiliário, equipamento e pormenores de *design*” como factor de animação, e na sua interconexão com demais factores, como o conforto climático, as coisas para ver e fazer e o valor simbólico, entre outros. O projecto deverá ser absolutamente sensível à interconexão entre todas as componentes do espaço público, procurando estabelecer sinergias entre elas e evitar sinais em direcção contrária. Este conjunto de decisões relativamente à colocação e localização exacta dos mais variados elementos deve assentar numa previsão do comportamento dos indivíduos e deve procurar um desenho que fomente os comportamentos desejáveis, mas sem que isso incorra no excesso de prescrever demasiadamente as possibilidades de escolha relativamente à utilização dos espaços públicos. Mais do que impor uma determinada forma de estar, o projecto deve, sobretudo, procurar viabilizar uma miríade de actos e comportamentos ou, pelo menos, evitar configurações que a impeçam.

Para além do projecto, a sua execução tem também relevância para a qualidade do espaço público, na medida em que eventuais deficiências neste momento contribuirão para um declínio mais rápido do estado de conservação do espaço, para cujo combate as práticas quotidianas de manutenção poderão não ser suficientes, requerendo, conseqüentemente, obras de requalificação. Adicionalmente, o projecto deve, ele mesmo, antecipar os esforços de gestão exigidos pela solução adoptada, e confrontá-los com os recursos existentes ou que se preveja existirem. Não é, tampouco, despropositado que o projecto determine, igualmente, o modelo de gestão para o espaço em causa, quando este coloque exigências distintas, não cobertas pelas rotinas instaladas na administração municipal.

As competências municipais que intersectam este domínio de acção de animação dos espaços públicos são vastas e, analogamente ao desenho urbano, também podem implicar promoção directa do município ou práticas de gestão urbanística.

Assim, também aqui, as competências no domínio da delimitação de áreas de intervenção, em particular em áreas patrimoniais, onde a acção municipal se estende aos domínios da realização de investimentos e da sua gestão, e, naturalmente, as versando sobre espaços verdes, ruas e arruamentos, legitimam a actuação municipal no projecto do espaço público e respectiva ocupação marginal. A promoção da construção, manutenção e reabilitação do edificado e de equipamentos colectivos, competência municipal explícita, tem poder igualmente legitimador.

O projecto de espaço público e de edifícios ocorre, regra geral, a jusante do plano municipal, ainda que esteja legalmente obrigado a obedecer às suas disposições; disposições estas que, já aqui defendi, não devem temer uma explicitação profunda, inclusivamente ao nível do equipamento do espaço público, em

função de um programa previamente estabelecido. Também aqui, o estabelecido em sede de plano é fundamental para legitimar uma maior exigência e discricionariedade nos actos de gestão urbanística, em particular os de loteamento, que dão forma ao espaço público, os de construção/alteração, que dão corpo ao edificado e os de estabelecimentos e/ou actividades.

Na eventualidade de a administração municipal decidir canalizar as suas competências no domínio do apoio ao tecido cultural e recreativo para acções de animação do espaço público, abre-se margem à sua inclusão no programa que precede o momento projectual e, nesse sentido, o projecto de espaço público e da ocupação marginal pode contribuir positivamente para as condições de actuação neste âmbito.

O impacto das competências no domínio da acessibilidade e dos transportes é algo mais limitado no acto do projecto, restringindo-se quase exclusivamente à instalação de equipamento de apoio (estadia) aos transportes colectivos, mas as soluções adoptadas podem contribuir para uma vivificação dos espaços. O papel da autarquia na provisão de estacionamento é, também, relevante para a acessibilidade dos espaços, ainda que não seja mencionado como competência específica neste domínio; está implícita, contudo, nas suas competências de planeamento e gestão de ruas e arruamentos e de ordenamento do território e urbanismo.

O leque de recomendações para o projecto de espaço público e de edifícios é bastante alargado e foi já apresentado ao longo do périplo pelos factores de animação. Importa aqui, por conseguinte, reforçar sobretudo que o projecto deve incorporar claramente que o espaço público tem, também, uma função importantíssima de albergue de sociabilização, lazer e das mais variadas utilizações não instrumentais. Trata-se, por conseguinte, de alargar a noção de função do espaço público e de determinar a sua forma em consonância com o uso desejado. Para tal, os projectistas deverão tomar conhecimento e recorrer activamente ao vasto leque de referências existente sobre características dos espaços que fomentem a sua animação. Tal não significa, contudo, que se adopte postura de reprodução formular, antes devendo procurar a melhor resposta para o problema específico que o espaço em causa constitua. Aliás, a minha apologia da inscrição, em sede de plano, de regulamentação exigente e bastante específica ao nível de dimensionamento, equipamento e aprovisionamento dos espaços públicos jamais implicará a definição de soluções nesse âmbito. Mantenho, assim, toda a margem criativa que o acto projectual encerra, limitando-me a defender que o enquadramento regulamentar no qual este se situa seja mais exigente, no sentido de tornar mais difícil a criação de maus espaços (Whyte, 1990). Esta exigência regulamentar pode revelar-se particularmente útil para contrariar vontades explícitas, por parte de promotores de determinado tipo de empreendimentos, de que os espaços públicos envolventes não sejam palco de dinâmicas de animação dos mesmos (Smithsimon, 2008)⁴⁷.

⁴⁷ O trabalho de Smithsimon que aqui cito reporta-se à cidade de Nova Iorque e ao mesmo programa de zonamento (*incentive zoning*) que serve de móbil aos trabalhos de Whyte. Smithsimon consegue provar que a subtilização de muitos dos espaços públicos criados no âmbito deste programa, muitas vezes atribuída a uma alegada obsessão

Tais esforços não impedirão, naturalmente, que se continuem a conceber espaços públicos que não fomentem a sua utilização intensa. Tornam, contudo, a tarefa mais difícil. Todavia, precisamente por não garantirem a animação dos espaços e pelas mudanças frequentes no comportamento e necessidades dos utilizadores (e até, nos próprios utilizadores dos espaços), as acções de gestão quotidiana do espaço devem constituir, igualmente, momento em que se procede a constante avaliação pós-ocupação do espaço, que poderá, inclusivamente, levar a reconsiderações e alterações nos projectos. É das tarefas de gestão quotidiano do espaço que o próximo ponto se ocupa.

5.2.4. Gestão quotidiana dos espaços: limpeza, manutenção e segurança

No presente ponto, aborda-se exclusivamente, recorde, aquilo que apelidei de “gestão quotidiana”, ou seja, todos os actos de gestão que não envolvam a promoção de actividades culturais e recreativas.

Esta gestão quotidiana dos espaços públicos é fundamental para a manutenção e, em alguns casos, reforço, dos níveis de conforto no espaço público, não só através das operações de limpeza e de manutenção, física, do espaço e suas componentes, mas também pela eventual introdução de equipamento adicional (esplanadas, guarda-sóis, por exemplo), muitas vezes associado às actividades marginais. A manutenção da segurança, i.e. dos níveis de criminalidade, e de um ambiente que *pareça* seguro é, também, relevante neste domínio, sendo que o conforto é, aqui, entendido na sua acepção psicossocial. Mas a gestão pode também actuar sobre a segurança face ao trânsito motorizado, incluindo-se aqui todas as operações de controlo do tráfego, desde sinalização à pedonalização de áreas, acções estas que, por vezes, solicitam esforços de âmbito projectual.

As competências municipais de gestão e manutenção dos espaços públicos são explícitas, tanto para os espaços verdes, ruas e arruamentos, como para as áreas de valor patrimonial. A estas acrescem as competências de manutenção da qualidade ambiental e da segurança no município, que também se aplicam, naturalmente, aos seus espaços públicos.

As acções de limpeza e de manutenção dos espaços devem ser concebidas não só em função das exigências específicas que os materiais em causa coloquem, mas também em função das cargas de utilização que sobre o espaço se fazem sentir. A sua concepção inicial deve, por conseguinte, antecipar a carga de utilização esperada, definindo um valor genérico para o quotidiano, mas prevendo, igualmente, eventuais picos de utilização recorrentes, em função das modalidades de utilização dos espaços⁴⁸.

dos projectistas com a estética funcionalista, é, na verdade, explicitamente incluída no programa, constante da encomenda, traçado pelos promotores imobiliários.

⁴⁸ Esta questão também se coloca aquando da organização de eventos e será, em consonância, abordada no ponto seguinte.

Esta adequação das práticas de gestão à carga de utilização determina parcialmente a capacidade de carga dos espaços, entendida aqui não na acepção física/geométrica do referencial teórico-analítico, mas num sentido igualmente físico, da capacidade do espaço albergar, do ponto de vista da prática de gestão instalada, a utilização que dele é feita. Esta acepção de capacidade de carga intersecta igualmente, por conseguinte, a noção de limiar de conforto subjacente ao conceito de capacidade efectiva que surgiu, também, no referencial.

A adequação significa não só que a capacidade da gestão deve ser suficiente para o uso que é feito dos espaços, mas também que ela é atempada; por exemplo, ao nível da limpeza, ela deve ter lugar o mais brevemente possível a seguir a utilizações bastante intensas dos espaços, no sentido de não prejudicar a utilização dos espaços por outros utentes, já noutros contextos / situações. A questão temporal coloca-se ainda ao nível da calendarização das operações de gestão (por exemplo, horários de limpeza, de rega de espaços verdes) que deverão, o mais possível, evitar coincidir com os períodos de utilização mais intensa dos espaços.

Em todos estes casos, o conhecimento das dinâmicas de utilização dos espaços assume-se como essencial para a existência de práticas de gestão adequadas, não só para os dotar de poder antecipatório, mas também de capacidade de resposta rápida e eficiente perante situações não-rotineiras, e implementadas de forma a causarem o mínimo de conflito com os utilizadores dos espaços.

Ainda no âmbito da gestão quotidiana dos espaços, é importante referir que muita da crítica e do debate que actualmente têm lugar sobre os espaços públicos versa, de forma mais ou menos explícita, as práticas de gestão do espaço público. Estas últimas encontram-se no cerne das tensões originadas pela ascensão do desejo de “ordem” como princípio orientador da gestão (e, também, da concepção) dos espaços públicos, condutora a esforços de supressão de indivíduos e comportamentos tidos como indesejáveis (Mitchell, 2003) e desordeiros. Esta procura, nem sempre subtil, por suprimir determinados indivíduos e comportamentos decorre não só da deriva securitarista, numa tentativa de combater a criminalidade e o risco do terrorismo, mas também da busca de ambientes inócuos, submetidos a uma noção de ordem definida em função dos interesses dos consumidores de classe média e dos fluxos de visitantes dos espaços e turistas.

Na prossecução destes intentos, as administrações incorrem frequentemente em práticas incompatíveis com a concepção normativa de animação de espaço público que defendi, não só ao instituírem explicitamente algumas exclusões, mas também ao procurarem negar peremptoriamente o carácter múltiplo, imprevisível e dissonante do espaço urbano. Como já referi no referencial teórico-analítico, não se trata de proscrever os legítimos anseios das populações no que à segurança diz respeito, nem tampouco de ignorar a relevância que os fluxos turísticos têm nas economias das cidades, sendo os espaços públicos parte do que é consumido pelo turista. Trata-se, tão-somente, de adoptar postura crítica perante a realidade, sem, contudo, prescindir de um pragmatismo assente num reconhecimento das necessidades da sociedade e, a partir daí, procurar melhorias incrementais rumo a uma sociedade e

cidade mais justas⁴⁹. É, aliás, esta a postura do próprio Mitchell (2003), que não recusa a necessidade de procura de uma ordem no espaço urbano, mas refuta, isso sim, que a ordem que os esforços da administração buscam seja a concepção de um grupo restrito e privilegiado.

A questão é profundamente complexa e não será aqui discutida. Mas, a este propósito, e fazendo eco das noções de “espaço lasso” que surgiram em momentos anteriores deste trabalho, creio que um bom princípio para iniciar a discussão será a da apologia de uma regulação diminuta da utilização dos espaços (contrapondo-se à regulamentação detalhada defendida para a concepção dos mesmos), no sentido de não colocar entraves à acessibilidade dos espaços, à liberdade de movimentos, de forma a que os actos de liberdade, alegria, subversão e criação aí possam prosperar, não obstante o risco iminente do conflito. Esta apologia significa, igualmente, uma crença na capacidade dos espaços e seus utentes lidarem e resolverem os conflitos que, inevitavelmente, emergirão. A regulação deve, creio, intervir somente quando esta capacidade de auto-regulação dos conflitos se não manifeste ou quando ela ocorra em detrimento daquilo que considero serem bens maiores, como a já por mim muitas vezes referida noção de justiça social. Não será, por conseguinte, de descartar a hipótese de uma regulação da utilização dos espaços territorialmente diferenciada.

Poderá parecer paradoxal esta minha convicção, face a uma dissertação que parte, precisamente, da noção de que é possível e desejável intervir na utilização dos espaços públicos. O que pretendo aqui afirmar, sublinho, é que a intervenção visando influenciar a utilização dos espaços deverá evitar, o mais possível, a criação de regras de utilização dos mesmos, seja no sentido de normalizar condutas ou os utentes do espaço. As práticas de animação do espaço através de acção cultural e recreativa deverão procurar não a determinação de formas de relacionamento com o espaço, mas a expansão do leque de oportunidades e de formas ao dispor dos indivíduos para interagirem com o espaço e demais utentes. Será desta acção cultural e recreativa que o próximo capítulo se ocupará.

5.3. Acção cultural e recreativa

O presente ponto debruça-se sobre a programação de actividades culturais e recreativas enquanto acção de gestão do espaço público. Estas actividades são, portanto, aqui entendidas como uma prática de gestão que deverá servir um fim específico: o de promover a animação do espaço público, tal como ela foi normativamente concebida anteriormente.

Assumo desde logo, por conseguinte, que não se trata de discutir a configuração e o conteúdo de uma política cultural municipal, antes de defender que parte dela se deve plasmar na animação do espaço público e de, isso sim, discutir os contornos que a programação de actividades culturais e recreativas no espaço público deve tomar. A expressão “instrumentalização da cultura pelas políticas urbanas” que Elsa Vivant (2006; 2007) cunha a propósito do recurso que as administrações das cidades têm feito da cultura

⁴⁹ Esta minha convicção será algo mais elaborada no capítulo seguinte, mais concretamente no ponto 5.3.2.

e dos seus protagonistas, sobretudo em tentativas de potenciar o crescimento económico e a revitalização de áreas degradadas das cidades, não será aqui totalmente descabida; o fim presidindo a esta instrumentalização é que é, claro está, distinto.

A relação administração urbana / cultura / cidade coloca-se, pois, aqui a um nível diferente desta mais usual promoção da instalação de um determinado sector produtivo, o das indústrias criativas, e da atracção dos seus principais actores, uma alegada classe criativa, em esquemas de nobilitação urbana e revitalização de áreas das cidades (Evans, 2005), e da construção de equipamentos culturais âncora (*ibid.*; Grodach, 2008), que se alia não só a estes esforços de regeneração e de desenvolvimento do sector criativo, como também a tentativas de ressemantizar a própria imagem (e, por vezes, identidade) dos territórios, em acções de marketing visando frequentemente a atracção de investimentos e fluxos turísticos (Dziembowska-Kowalska e Funck, 1999; Evans, 2005).

Distingue-se, desde logo, porque o seu espectro de actuação é mais estrito: a programação de actividades culturais e recreativas no espaço público. Friso, contudo, que apesar do carácter efémero das actividades (que, ainda assim, se podem conjugar com intervenções físicas nos territórios, particularmente em eventos de grande escala), elas são, ainda assim, frequentemente utilizadas com o objectivo da «visibilidade e projecção supralocal» (Silva, 2007: 28), em lógicas de actuação próximas das anteriormente apresentadas e partilhando alguns dos seus objectivos (Alves, 2007; Jamieson, 2004; Paiola, 2008; Quinn, 2005; Richards e Wilson, 2004), para além de outros, mais localizados e social e culturalmente engajados, que possam existir (Garcia, 2005; Quinn, 2005; Sharp, 2007; Sharp *et al.*, 2005).

Acresce ainda que esta procura de uma subordinação da programação de actividades culturais e recreativas no espaço público à sua animação difere grandemente daquela que é a *praxis* instalada na intervenção municipal na cultura em Portugal, onde as autarquias, mais do que produtoras, têm sido receptoras de política cultural: «as políticas culturais autárquicas tendem a evoluir mais em função da sequência das políticas nacionais (...) do que em função de programas ideológicos definidos em termos locais» (Silva, 2007: 15). Ora, o que eu defendo aqui é precisamente a inversão desta situação, pautada não só por uma imersão num referencial normativo claro de bom espaço público e, por arrasto, de boa cidade, mas também pela total aderência ao contexto local, tanto o do município / cidade, como o do espaço público específico a que a programação se destina, numa lógica por vezes análoga à da arte *site- e place-specific*. Trata-se, de certa forma, de **urbanizar a actuação cultural do município**.

A programação de actividades deve, então, procurar responder aos quatro parâmetros constituintes da noção de espaço público animado: urbanidade, publicidade, convivialidade e agradabilidade. Ao longo da investigação, e sobretudo no capítulo anterior, foi-se tornando claro que as actividades culturais e recreativas em espaço público podem servir dois grandes propósitos no domínio da animação do mesmo. O primeiro é o de se assumirem como coisas para ver e fazer que, influenciando os níveis de conforto no espaço e aumentando as potencialidades de envolvimento passivo e/ou activo na

cena urbana, podem contribuir para uma intensificação da utilização dos espaços. O segundo decorre do seu conteúdo e reside no potencial para questionar, criticar, denunciar, celebrar determinados aspectos da realidade, neste caso aqueles relacionados com os quatro parâmetros da animação.

Ambos se aplicam tanto a acções de animação de pequena monta, enquadráveis no quadro quotidiano de utilização dos espaços, como a eventos de maior envergadura, dificilmente compagináveis com a utilização habitual dos espaços. Tomam, contudo, significado e contornos distintos em cada uma das escalas, não obstante muitas similitudes. Nesse sentido, por forma a evitar repetições, o seu papel enquanto “coisa para ver e fazer” será discutido sobretudo relativamente à animação quotidiana dos espaços e o seu eventual contributo para questionar, criticamente, a realidade sê-lo-á em relação a eventos de maior escala. Far-se-ão, contudo, todas as ressalvas devidas; inclusivamente, tecerei posteriormente algumas notas sobre a especificidade da arte pública (entenda-se arte não performativa), cuja lógica é distinta destas actividades.

5.3.1. Acções compagináveis com uma utilização quotidiana dos espaços

Nas actividades compagináveis com uma animação quotidiana dos espaços, o seu teor de “coisa para ver e fazer” surge como particularmente relevante, não prescindindo de outros fins que, eventualmente, presidam à sua realização. Ao não inviabilizarem dinâmicas quotidianas de utilização dos espaços, pela sua escala, parece-me que o seu propósito primordial deverá ser o de as transformar / intensificar via um aumento do leque de possibilidades de envolvimento com o espaço e um incremento do conforto e agradabilidade do mesmo, assim aumentando o número de utilizadores e/ou a duração da sua estadia e/ou o leque de acções que os indivíduos desempenham no espaço. É pela sua adequação a dinâmicas quotidianas dos espaços e relativa reprodutibilidade (por serem pouco complexas dum ponto de vista logístico) que Alves (2003: 163) as considera preferenciais na animação dos espaços públicos: «programas mais modestos em escala, melhor distribuídos no tempo e com maior frequência das actividades mais apelativas pela sua diversidade (...) parecem responder melhor à harmonia e aproveitamento da utilização do espaço» comparativamente a eventos de maior escala, espalhados ao longo do ano, de onde resulta sobretudo a «transformação do uso (ou da sua intensidade) pela população apenas nos dias dessas ocorrências».

Recordando, muito brevemente, o disposto a propósito da potenciação deste tipo de ocorrências nos espaços públicos ao longo do trabalho, esta depende, naturalmente, de uma prática de gestão mais ou menos proactiva, mas também pode ser contemplada desde os momentos iniciais do acto projectual.

Assim, no que à gestão concerne, esta pode ser sobretudo reactiva face a dinâmicas já instaladas, podendo adoptar postura mais ou menos laxista, ou, inversamente, adoptar atitude pró-activa na programação das mesmas, envolvendo audições de performers de rua prévias ao licenciamento da sua actividade ou, em última instância, a própria construção de um programa propriamente dito.

Depreende-se da eventual existência de licenciamento, audições ou de programação que critérios como a qualidade da performance ou o virtuosismo dos performers deverão presidir a estes actos (ainda que Whyte dê conta de entretenimento de rua agradavelmente mau, verdadeiros sucessos de público nas ruas nova-iorquinas). Não deverão ser, contudo, os únicos. Ainda que o até agora afirmado o possa sugerir, a programação de actividades deverá, sempre que possível, rejeitar uma instrumentalização da rua e da cidade como mero cenário; estas actividades deverão, no caso das artísticas, assumir-se como arte de rua e não uma mera arte na rua, trabalhando o espaço público como matéria-prima (Chaudoir, 1999).

Relembro, a este propósito, a valorização da existência de elementos trianguladores nos espaços públicos e da postura de “ver e conviver”, herdeira da figura do festival público de Rousseau, que defendi anteriormente. No fundo, trata-se de advogar a programação de actividades que, para além de tornarem a ambiência mais agradável, fomentem igualmente a convivialidade no espaço público, seja interacção entre pessoas, seja interacção destas com o espaço.

A relação da actividade de programação com o parâmetro da publicidade é potencialmente ambígua, havendo opções sensíveis a tomar entre actividades generalistas que agradem a um público alargado e outras, mais de nicho, que, apesar de apelo mais restrito, frisem a diversidade intrínseca ao contexto urbano. Estas questões serão mais aprofundadas, conforme dito anteriormente, aquando da discussão da organização de eventos de maior dimensão.

Independentemente do conteúdo das actividades, há outras tarefas, ainda no âmbito da sua programação, que caberão à administração do espaço, como a provisão de equipamento e material de apoio, a calendarização cuidada das actividades, a promoção da instalação de actividades complementares e a divulgação dos eventos. A administração do espaço deverá contemplar a ideia de possuir um stock adequado de, pelo menos, cadeiras, mesas, estrados e sistemas de amplificação.

O momento da concepção dos espaços também pode jogar um papel nas acções culturais e recreativas para a animação dos espaços públicos, conforme adiantei aquando da apresentação das coisas para ver e fazer como factor de animação. Sintetizando, poderão ser fomentadas pela provisão, no mínimo, de espaços abertos ou, em alternativa, de espaços para palco, permanente ou temporário, que acolham facilmente outras utilizações quando não haja actividades programadas; para ambos, a sua localização deverá ter em conta os fluxos pedonais e a exposição solar e poderá procurar-se capitalizar eventuais desníveis existentes. Espaços onde se preveja a ocorrência frequente de eventos poderão prever dotação infra-estrutural específica para o efeito.

Todas estas considerações são muito orientadas por uma noção algo estrita de “actividade cultural e recreativa”, muito associada à arte e ao entretenimento de rua. É importante ressaltar, por isso, que há um conjunto de actividades que se posiciona na fronteira entre a administração urbanística e a acção cultural e recreativa, do qual o exemplo paradigmático serão as **feiras ou mercados no espaço público**. As exigências que farão ao espaço público dependerão bastante da sua dimensão e do quanto

transformam as dinâmicas quotidianas de utilização dos espaços, salvaguardando-se os já mencionados princípios de gestão e, por vezes, de instalação de equipamento complementar, visando intensificar a qualidade da experiência e aumentar os níveis de conforto dos utentes. Quando de pequena escala e não interferindo grandemente com uma utilização habitual dos mesmos, creio que se lhe aplicarão a generalidade das considerações feitas a propósito do fomento de actividades organizadas (nomeadamente das de teor comercial). Se de maior monta, efectivamente transformando o espaço habitual num outro, aplicar-se-lhes-á o grosso das disposições tecidas a propósito de eventos de grande escala. É destes que o próximo ponto se ocupará.

5.3.2. Acções de maior dimensão e reterritorialização dos espaços

O recurso ao termo “**reterritorialização**”, que surge aqui com destaque pela primeira vez neste trabalho, pretende frisar que a “maior dimensão” do título é, na verdade, relativa, referindo-se a situações em que a ocorrência da actividade cultural e recreativa se sobrepõe, transformando-as radicalmente, às dinâmicas quotidianas de utilização dos espaços. Sublinha igualmente, por consequência, o cariz situacional e transiente de um estado de animação do espaço público, recusando noções essencialistas do mesmo. Neste sentido, o recurso ao termo de Deleuze e Guattari (2004; 1992) - atente-se que de forma ligeira e sem querer mergulhar na complexidade da sua obra -, é particularmente adequado, na medida em que ele estabelece precisamente o cariz transitório dos territórios, sempre susceptíveis a profundas transformações, em constantes movimentos de des- e reterritorialização em realidades outras, através de linhas de fuga.

Ora, é na medida em que estas actividades transformam um dado espaço público num espaço outro (dum ponto de vista relacional, claro está) que se constituem como oportunidades para a prossecução de uma agenda filiada numa concepção normativa de animação do espaço público. Esta oportunidade será melhor entendida, e problematizada, a partir da apresentação, sucinta, da tensa relação que existe entre eventos e aquilo a que se pode chamar a **sociedade do espectáculo**⁵⁰.

O espectáculo e a sociedade do espectáculo têm-se assumido como um constructo recorrente em muita da produção crítica sobre as cidades e sociedades contemporâneas e, com particular frequência, em relatos sobre o papel de eventos no espaço público. O termo, originário da produção intelectual da Internacional Situacionista (Knab, 2006) e, em particular, da obra *Sociedade do Espectáculo* de Guy Debord (1992), não se reporta aos espectáculos em sentido estrito do termo, eventos que se assumem como entidades discretas, mas ao espectáculo como totalidade, à ubiquidade da representação e de regimes representacionais, sobretudo através da imagem, nas sociedades (capitalistas) contemporâneas, das quais se assume como um princípio organizador central (Pinder, 2000). Esta organização social,

⁵⁰ Assumindo que serei mais uma das vozes que, recorrendo e referenciando este *corpus* teórico e discursivo, o não farei com a profundidade devida, não referindo o contexto da sua génese nem dando conta do seu significado no mais vasto projecto intelectual e revolucionário da Internacional Situacionista (Pinder, 2000).

onde a imagem se articula com os bens materiais e as técnicas administrativas para alienar progressivamente as pessoas das várias esferas das suas vidas, redundando numa acumulação de espectáculos que insta as pessoas a serem, mais que agentes activos, espectadores, «ocupando os papéis que lhes foram atribuídos num estado de contemplação passiva» (*ibid.*: 362). Não se trata somente, pois, de um acumular de imagens, mas de «uma relação social mediada por imagens» (Kohn, 2008: 477) e uma forma de ver o mundo que se transforma numa força objectiva (Debord, 1992: 17) de tal forma que «tudo o que outrora era vivido directamente se tornou mera representação» (Debord, 1992: 15).

O espectáculo torna-se, pois, uma força unificadora através, paradoxalmente, da imposição de movimentos de separação, separando «os indivíduos uns dos outros e ligando-os através da sua relação com um objecto partilhado», o centro que os mantém isolados uns dos outros ao estabelecer relações unidireccionais com cada um deles (Kohn, 2008: 477), perturbando o elo entre resposta emocional e acção e entre experiência e responsabilidade. O espectáculo é, assim, simultaneamente um veículo de alienação e de sociabilização, ainda que esta última se assuma como uma «forma imaginária de estar junto» (*ibid.*: 477).

É claro, julgo, o potencial da transposição destas considerações para eventos e ocorrências de animação do espaço público através de actividades culturais e recreativas. A definição destas actividades primariamente como algo “para ver” no espaço público pode, inadvertidamente, justificar opções de programação que actuem exclusivamente a um nível “cosmético”, incrementando, de facto, a atractividade e, provavelmente, a agradabilidade do espaço, mas que não operem para lá desta dimensão espectacular, incentivo à passividade não estabelecendo elos significativos com o contexto e não capitalizando, portanto, a oportunidade que estes eventos podem constituir.

A questão é, então, a de fomentar uma programação de actividades no espaço público que contrarie a passividade do público e que, ainda que a eles tenha (e deva) inevitavelmente recorrer, se não torne refém de regimes representacionais, incentivando a exploração de outras possibilidades à realidade actual e outras formas de relacionamento com o espaço urbano (Pinder, 2000). Irei desenvolver este meu argumento em torno de três noções-chave: a de convivialidade / festividade, a de reflexividade e a de **urbanismo utópico prático**.

Esta última expressão, cunhada por Ash Amin (2006), consiste numa crença na coisa comum (*shared commons*, no original) e no envolvimento público activo como forma de contrariar o individualismo desinteressado que domina, no seu entender, as sociedades contemporâneas, desinteresse este que me parece relativamente coincidente com a alienação a que a teorização situacionista alude. O termo “prático” permite a articulação com uma concepção de pensamento utópico como algo «explicitamente parcial, (...) que aceita a resistência e o fluxo como necessários e merecendo reconhecimento e não como algo a esconder na criação de um mundo supostamente isento de conflitos», sendo, por

consequente, «resistente à oclusão e [estando] sempre em processo», tornando-se numa abordagem em direcção a algo por estabelecer, para lá de limites estabelecidos (Pinder, 2002: 238), ou, no dizer de Amin (2006: 1013), «permanece experimental nas suas práticas e resultados, sem que isso diminua a sua significância enquanto modelo de boa cidade». Procura, assim, evitar os perigos de uma orientação por imagens singulares do futuro ou de representações estáveis de uma boa sociedade, “sonhos de unidade” que negam as suas condições situadas e parciais de existência (Deutsche, 1996 *apud* Pinder, 2002). Este utopismo de processo não prescinde, contudo, de construções materiais e espaciais que lhe sirvam como referenciais, sendo na dialéctica entre processo e coisa que, precisamente, se desenvolve (Pinder, 2002).

Reporto esta “noção-chave”, claro está, à subjugação da programação de actividades à concepção normativa de animação do espaço público, que, no fundo, se assume como uma visão de espaço público, cidade e sociedade melhores, partilhando, por isso, algumas semelhanças com uma visão utópica próxima das “utopias de reconstrução” (Mumford, 2007), tentativas de proporcionar condições para a libertação futura das populações, procurando transformar o mundo de forma a que seja possível com ele interagir nos termos dos próprios indivíduos⁵¹. Ora, creio que a forma de instrumentalizar a programação de actividades sob a égide desta concepção normativa é, precisamente, pela promoção da convivialidade / festividade e da reflexividade nos seus espectadores.

A promoção da **convivialidade e da festividade** entronca, naturalmente, na convivialidade enquanto parâmetro constitutivo da concepção normativa de espaço público. Uma vez mais afirmo que, não obstante a sociabilidade e festividade no espaço público se afirmarem como realidades desejáveis por direito próprio⁵², interessa aqui também a forma como um particular arranjo das mesmas pode funcionar, pedagógica e metonimicamente, como uma promessa de plenitude assente numa crença profunda nas virtudes da vida urbana, assim contribuindo para o fortalecimento de uma noção não totalizante de *civitas* urbana.

O espectáculo (na sua acepção debordiana) pode, contudo, funcionar como elemento de sociabilização, conforme afirmei, mas através, paradoxalmente, da separação dos indivíduos enquanto colectivo, surgindo como «espectáculo da comunalidade baseado numa experiência partilhada passivamente ao invés de uma comunidade activamente constituída (...), [onde] o consumo do lazer substitui uma vida pública mais participativa» (Kohn, 2008: 479). É necessário, portanto, e retornando às figuras de Rousseau, contrariar uma configuração teatral das relações entre público e actividades, rumo a uma

⁵¹ Às utopias de reconstrução opõem-se as de escape, que deixam o mundo tal como ele é, procurando uma libertação imediata das dificuldades ou frustrações existentes.

⁵² Devo, todavia, referir que há quem discorde desta minha crença. É o caso de Lamarche-Vadel (1997), que defende que a arte nos espaços públicos deve combater o perigo de se tornar exclusivamente lúdica (e, por conseguinte, exclusivamente *animação*, subentendendo-se uma conotação ligeiramente pejorativa no emprego do termo).

baseada na figura teórica da festividade, onde a sua função social se sobrepõe ao seu conteúdo (*ibid.*; Chaudoir, 1999), assumindo-se como «estratégia social [usada] para combater a crescente alienação e insegurança sentidas no espaço público» (Quinn, 2005: 937).

As acções de animação do espaço público através da cultura e do recreio deverão, consequentemente, refutar o mais possível a replicação dum modelo performativo associado à sala de espectáculos, assente na passividade e reactividade do público, procurando revestir-se de um poder triangulador que, de certa forma, se consiga eclipsar após esta alavanca inicial, de maneira tal que a experiência animadora não seja exclusivamente *aquilo* a que se assiste (*consome*, repescando a terminologia do referencial teórico-analítico), mas o *acto* e o *contexto* do consumo. Ou, parafraseando novamente Amin (2008), através de intervenções que se dirijam explicitamente ao grão da interacção interpessoal.

Kohn (2008: 482) estabelece um paralelo entre esta capacidade trianguladora dos espaços e a função fática da linguagem, um conjunto de expressões que «inicia, mantém ou interrompe o contacto», sendo que também os espaços podem agregar ou separar, encorajar ou inibir o contacto entre pessoas e determinar a forma e âmbito dos mesmos. Esta função fática não se aplica somente, contudo, à intersubjectividade explícita, mas também à reflexividade individual.

Decorre da minha convicção do potencial poder pedagógico e metonímico da convivialidade (relembro que se referem, respectivamente, a uma promoção da negociação com a diferença e a uma experiência da totalidade da urbanidade e da *civitas* urbana pela vivência de situações concretas) que esta será a primeira forma através da qual as actividades culturais e recreativas poderão estimular a **reflexividade** nos indivíduos presentes no espaço público. Socorrendo-me novamente da terminologia deleuzo-guattariana, creio que as acções de animação se poderão constituir linhas de fuga ao longo das quais se poderão vislumbrar territorializações alternativas que dêem corpo a concepções alternativas de cidade e sociedade e que substituam a homogeneidade de racionalidades únicas (Crang e Graham, 2007), refutando explicitamente a máxima thatcheriana de que “não há alternativas” (Pinder, 2002)

Mas as actividades culturais e recreativas, e aqui incluo igualmente um entendimento estrito de arte pública enquanto arte plástica, também podem ser trabalhadas, sobretudo ao nível do conteúdo, de forma a irem ao encontro do referencial normativo e de uma determinada postura por parte da administração. Sharp *et al.* (2005: 1004) disso fazem eco, ao afirmarem que «através da arte pública, as autoridades podem sinalizar a sua disponibilidade para lidarem com problemas sociais e ambientais».

Não obstante o perigo de se cair nos excessos representacionais a que a teorização do espectáculo alude (e sobretudo no caso das artes plásticas / visuais), é minha convicção que as acções municipais de animação do espaço público, normativamente orientadas, devem lidar explicitamente com as questões de injustiça simbólica, reconhecendo o passado e reivindicações não atendidas aos espaços públicos, dando visibilidade e promovendo a redescoberta das margens da sociedade, combatendo estereótipos existentes e, genericamente, reconhecendo a inevitável existência de dinâmicas de dominação cultural e consequentes resistências (*ibid.*).

Trata-se sobretudo, por consequência, de interpelar os parâmetros urbanidade e publicidade da concepção de espaço público animado, na sua multiplicidade, diversidade e denotando preocupações com noções de justiça social e urbana. Esta interpelação corre, no entanto, alguns riscos, nomeadamente quando é feita, ainda que inadvertidamente, através dos dispositivos preferenciais do espectáculo. Latham (2003) dá conta de uma tendência contemporânea para a valorização das cidades enquanto lugares de diferença que, não sendo em si nova (relembro Simmel, Wirth e Benjamin, por exemplo), ganha contornos de novidade porque esta celebração da diversidade é «mediada, manufacturada e embalada», onde o desfrutar dos gostos, estilos e sons de outras culturas não requer qualquer sorte de interacção profunda com as mesmas nem com os seus protagonistas, quedando-se num consumo estetizado da alteridade. Neste sentido, mais que sítios de diferença, são sítios do pitoresco (May, 1996 *apud* Latham, 2003). É disso que Jamieson (2004: 72) dá conta, no contexto dos inúmeros festivais que têm lugar na cidade de Edimburgo: «as diferenças culturais que são celebradas (...) privilegiam os interesses dos peregrinos culturais abastados que procuram a alteridade tradicional e saborosa» sustentada em imagens estereotípicas do léxico do consumismo e da publicidade. Esta cidade do festival «ordena as aparências e cultiva a aparência de diferenças», encenando uma diferença performada, de maneira a que esta seja «promovida, reconhecida e celebrada, ao passo que as diferenças que desafiarão genuinamente e reordenariam o significado social estão para lá do mapa do festival». Este surge, enfim, como uma heterotopia manufacturada, habitado por uma «aparência de liminalidade e liberdade (...), mais preocupada com o aparato que com a inversão e a revolta» (*ibid.*: 72), «uma versão idealizada, saneada da cidade, onde as oportunidades reais de envolvimento genuíno com a cultura e múltiplas realidades do lugar, tanto para os locais como para os visitantes, se mantêm à margem» (Quinn, 2005: 936).

Estes “perigos” decorrem, em grande parte, dos objectivos que presidem à organização deste tipo de ocorrências, em particular os festivais urbanos e outros mega-eventos, de natureza maioritariamente económica, assente numa crença num efeito catalítico (Quinn, 2005) dos mesmos na atracção de turistas, no alavancar de processos de regeneração urbana, em processos de marketing territorial e de reformulação da imagem dos territórios, mas também no reclamar de espaço e tempo para celebrações comunais. Não obstante a legitimidade destes objectivos, creio que se deverão sempre articular com preocupações de outra natureza. Esta origem tende a incentivar lógicas de reprodução formulares conducentes ao aprofundar de uma «tensão entre cultura como algo enraizado no lugar e cultura como um padrão de eventos e experiências globalizados com cariz de não-lugar» (*ibid.*: 937); lógicas estas que deverão ser contrariadas com um esforço de *localização* destas ocorrências, que se revela necessário, não obstante os receios de que pela sua «natureza focada (...) possam ser incompatíveis com a capacidade de interpelar os diversos conjuntos de preferências representados na cidade» (Sharp *et al.*, 2005: 1003).

Estes objectivos não são necessariamente incompatíveis com a ênfase que tenho vindo a colocar no teor normativo das acções culturais e recreativas para a animação do espaço público e a conciliação destas

duas lógicas distintas, frequentemente em conflito, deverá ser um dos focos de preocupação das acções municipais de animação do espaço público.

5.3.3. A arte pública ao serviço da animação do espaço público

O presente ponto visa apenas recapitular, de forma bastante sucinta, as disposições já tecidas a propósito da arte pública (entendida enquanto artes plásticas) e integrá-la neste binómio “coisa para ver e fazer” / “reterritorialização”.

A arte pública tem vindo a ser crescentemente utilizada pelas administração dos espaços públicos para conferir uma “aura de qualidade” aos espaços, com o intuito de promover a distinção local, atrair investimento e turismo cultural, valorizar os bens imobiliários da envolvente, criar emprego, aumentar o uso dos espaços públicos e reduzir o vandalismo (Sharp *et al.*, 2005). Não obstante esta miríade de objectivos, nos factores de animação, a arte pública surgiu valorizada em função da sua capacidade para albergar o envolvimento activo dos utentes do espaço público, promovendo interacção física dos mesmos com a obra, para além do seu potencial na interpelação de situações de injustiça simbólica.

A supramencionada preocupação de Lamarche-Vadel (1997) relativamente à redução da arte pública a um papel meramente lúdico é, por conseguinte, acertada. A arte pública não deverá prescindir do seu carácter artístico, assumindo como objectivos «o desejo de se envolver com o seu público e o de fazer espaços - sejam eles materiais, virtuais ou imaginados - nos quais as pessoas se possam identificar, talvez através da criação de uma reflexão renovada sobre a comunidade, os usos dos espaços públicos ou sobre o nosso comportamento no seu seio» (Sharp *et al.*, 2005: 1003-4), mas sem cair na ilusão (e no erro) de crer que o seu papel é o de resolver conflitos e não o de os acolher (Deutsche, 1996). Lamarche-Vadel (1997), por seu turno, defende que a função da arte pública é a de desapropriar o espaço, entendida como o «torná-lo disponível a qualquer uso singular ou comum (...) [que não deverá ser entendido] como aquilo que é partilhado, antes como o que fica em partilha, inapropriado, não distribuído; relação e não bem».

Todos os autores citados, não obstante as inúmeras diferenças entre eles, refutam uma visão da arte pública como algo visando exclusivamente o embelezamento dos lugares, defendendo um enraizamento no contexto e o sublinhar do carácter público do espaço (que, também ele, não é consensual nas três definições). O que importa aqui reter é que a arte pública responde conceptualmente, por princípio, à imersão normativa que tenho vindo a defender.

Ela pode, contudo, e apesar desta imersão normativa, revelar-se problemática do ponto de vista das dinâmicas de utilização dos espaços. Um dos mais badalados exemplos deste potencial conflito é a obra *Tilted Arc*, de Richard Serra, uma estrutura de aço com mais de três metros e meio de altura, 36 metros de comprimento e seis centímetros de largura dividindo a Federal Plaza, em Manhattan (Sharp *et al.* 2005). Desenhada a uma escala concordante com a construção em altura circundante com o propósito explícito de, pelo seu teor opressivo e pelo forte contraste estabelecido com a envolvente, forçar o reconhecimento do carácter estéril e puramente utilitário do espaço (Levine, 2010), foi acolhida com

ferozes críticas fundadas, sobretudo, em considerações de teor estético, por uma parte significativa da opinião pública, levando à sua retirada do espaço.

Se o *Tilted Arc*, enquanto obra de vanguarda, de difícil compreensão imediata, e pelas suas dimensões força inquestionavelmente uma problematização em torno da qualidade do espaço urbano e de noções de democracia associadas ao gosto da maioria e, assim, interpela claramente uma concepção normativa de cidade e espaço público, acolhendo, e não suprimindo, o conflito inerente à urbanidade, falha na promoção da convivialidade e agradabilidade no seu seio.

Não querendo questionar as especificidades e lógicas próprias do trabalho artístico e, sobretudo, das vanguardas artísticas, creio que a instalação de obras de arte nos espaços públicos deverá procurar conciliar a sua incontornável função de questionamento com um efeito positivo ao nível da utilização e experiência dos mesmos, assumindo contornos de “amenidade”.

Parte das críticas endereçadas ao *Tilted Arc* insurgiam-se contra a imposição de uma linguagem e estética elitista profundamente dissonante com o gosto e anseios da maioria da população. Esta oposição a uma arte assumidamente vanguardista levou à reformulação de alguns dos pressupostos de actuação da arte pública, culminando no surgimento de um movimento intitulado *new genre public art* (Sharp, 2007) e a um recurso mais intenso à *community art*. Ambas diferem da arte pública “tradicional” por um envolvimento explícito do contexto socio-territorial e das populações / comunidades na conceptualização e, por vezes, execução das obras, sendo que, no caso da arte comunitária, esta utiliza, por vezes, a própria comunidade como matéria-prima ou, em alternativa, como objectivo da acção artística; contempla ainda, por vezes, a delegação de competências de gestão dos espaços às comunidades, numa procura de estimular o seu empoderamento e a apropriação dos espaços. Sharp *et al.* (2005) delineiam uma argumentação implicitamente advogando que a introdução de mecanismos participativos nos processos artísticos tende, geralmente, a torná-los mais democráticos e inclusivos, ainda que não seja garante do seu sucesso.

Esta convicção (a qual, devo acrescentar, não partilho) permite introduzir um novo eixo de problematização das acções culturais e recreativas municipais visando a animação dos espaços públicos, o da tensão entre actuação da administração e os desejos e anseios das populações, que se materializa em noções como as de democracia e justiça social. Este será um dos assuntos abordados no ponto seguinte, onde, muito sucintamente e à laia de súmula, teço algumas considerações sobre a acção municipal neste âmbito.

5.3.4. A administração municipal e a acção cultural e recreativa

As competências municipais no domínio da política cultural são vagas (Santos, 2007) e são-no de forma mais aguda no que à sua realização nos espaços públicos diz respeito, dando azo a uma multiplicidade de formas de actuação distintas neste domínio, incluindo a não actuação. A primeira constatação que aqui cabe é, consequentemente, a de que **a acção cultural e recreativa para a animação do espaço**

público depende, em primeiro lugar, da sua inclusão na agenda política e de uma vontade explícita do município para a sua promoção.

As recomendações ao nível da **concepção dos espaços** que com a acção cultural e recreativa interferem também são relativamente escassas e incidem sobretudo sobre a sua predisposição para o acolhimento de ocorrências de pequena e média dimensão, variando, naturalmente, com o próprio teor do evento. Existem, pois, pistas sobre como conceber espaços de forma a que a presença de arte e entretenimento de rua não entre em conflito excessivo com as dinâmicas de utilização quotidiana dos mesmos, podendo assim cumprir de forma mais adequada o seu desígnio. As recomendações incidem, ainda, sobre práticas de gestão complementares, aquando da ocorrência desta sorte de acontecimentos, aqui incluindo também, de forma mais explícita, actividades como feiras e mercados ao ar livre. Encontram-se, também, algumas linhas de orientação relativamente às características de obras de arte pública a instalar, ainda que aqui se encontre uma variabilidade grande de opiniões, sobretudo quando se confrontam discursos oriundos do campo artístico com as posições de urbanistas e planeadores.

Para eventos de maior dimensão, torna-se mais difícil a prescrição de princípios de concepção dos espaços. Haverá, naturalmente, atributos dos espaços públicos que os tornam mais ou menos indicados para acolher determinado tipo de eventos, mas esta adequação dependerá, claro está, das características dos mesmos. Por serem razoavelmente esporádicos e bastante distintos entre si ao nível das exigências colocadas aos espaços, duvido da necessidade de moldar a concepção do espaço público aos requisitos que os eventos lhes coloquem eventualmente; exceptuar-se-ão, talvez, espaços que, devido a, por exemplo, o seu valor simbólico ou serem marginados por determinadas ocupações, como equipamentos culturais, se assumam como lugares prováveis de acolhimento deste tipo de ocorrências. Será sobretudo o evento, creio, que deverá procurar o espaço mais adequado para o seu desenrolar e adaptar-se às contingências que o mesmo lhe coloque.

O fomento da animação dos espaços, através de actividades de maior ou menor dimensão, tem, contudo, que **acautelar inevitavelmente a intensificação da utilização dos espaços públicos que daí advier.** Este acautelar poderá justificar a dotação do espaço com equipamento e actividades adicionais (por exemplo, sanitários, bebedouros, fornecimento de água e energia eléctrica, vendedores de comida), mas deverá contemplar sempre as práticas de limpeza e manutenção dos espaços. A questão da capacidade de carga foi por mim tratada sempre como a quantidade de pessoas que, geométrica/fisicamente, cabem numa determinada área e o conceito de capacidade efectiva que lhe contrapõe assenta em noções de limiares de conforto e agradabilidade da experiência em função da densidade de pessoas. No entanto, uma eventual sobreutilização dos espaços é também relativa à capacidade das práticas de gestão instaladas, e em particular as de limpeza urbana, incluindo a instalação de equipamento associado (e.g. papeleiras). Nesse sentido, esta deverá ser reforçada para acolher a carga de utilização adicional e a limpeza dos espaços deverá ser feita o mais imediatamente possível, de forma a não interferir negativamente com a utilização dos mesmos por outros utentes, no seguimento destas situações.

Todavia, ressaltou igualmente desta discussão que **a programação de actividades no espaço público deve estar enraizada numa política cultural, urbanizando-a**. A ambiguidade das competências municipais neste domínio dá larga margem de manobra às administrações e uma eventual prossecução das linhas de actuação que aqui delineei poderá incorrer, com alguma facilidade, em autoritarismo (Pinder, 2002) normativo, ainda que bem intencionado, ou em versões comodificadas e apaziguadoras da diversidade e multiplicidade urbanas que pretende celebrar. Arrisca-se, ainda, a burocratizar e, por consequência, a normalizar, num processo “gestionalista” (Quinn, 2005), algo cujo carácter imprevisível, subversivo e alheio a arquitecturas organizacionais institucionalizadas eu valorizei repetidamente ao longo do presente trabalho.

Ao risco do autoritarismo e do afastamento da programação das necessidades e desejos das populações, na sua diversidade, tem sido contraposto, como medida mitigadora, um conjunto de processos artísticos e de concepção e gestão dos espaços que buscam o envolvimento directo das comunidades visadas. Não obstante os potenciais ganhos interessantes deste tipo de abordagens, sobretudo para espaços comunitários, penso que é necessária cautela no estabelecimento de relações imediatas entre dinâmicas participativas e mais e melhor democracia. Quaisquer que sejam, os processos seguidos por determinada acção não prescindem do teor substantivo da mesma⁵³ e a convocação explícita de grupos específicos para um processo decisório e a exclusão, voluntária ou não, de outros pode, na verdade, acentuar exclusões eventualmente existentes no espaço, legitimando-as institucionalmente. Simetricamente, uma acção concebida e executada centralmente, desde que sensível ao contexto em que se insere, não será necessariamente alienante e despropositada e, por vezes, a convocação do cidadão anónimo ou do público abstracto pode ser menos anti-democrática que operações baseadas em dinâmicas participativas. A minha opinião é a de que esta deriva autoritária será mais facilmente contrariada se as acções culturais e recreativas de animação do espaço público entenderem como sua missão primeira o fazer perguntas e suscitar esse questionamento nos cidadãos, ao invés de procurarem oferecer respostas claras.

O risco de burocratização poderá ser contrariado se, a par desta programação activa de actividades culturais e recreativas, a administração municipal adoptar postura permeável e receptiva a eventuais propostas, manifestações e intenções *bottom-up*, acompanhada dos meios adequados para o efeito. O surgimento destas depende largamente da existência de uma sociedade activa e dinâmica; a administração municipal disporá certamente de formas de a estimular, mas estas estão para lá do âmbito do presente trabalho. Certo parece-me ser que a relação com os agentes e actores locais é um dos aspectos sensíveis e determinantes no desenho de uma hipotética política de animação do espaço público. Adicionalmente, julgo que, também aqui, fará sentido advogar uma postura de não-intervenção em manifestações de natureza cultural e recreativa que surjam espontaneamente no espaço público, excepto quando o motivos de força maior o justifiquem.

⁵³ Sharp (2007) afirma precisamente o mesmo a propósito da *new genre public art*.

6. Conclusões

Parti para esta investigação com o propósito de delimitar o campo de actuação dos municípios no âmbito da animação dos espaços públicos. Para tal, percorri um caminho teoricamente informado que, assumindo o carácter inerentemente contestado do termo “público” - e, por conseguinte, do conceito de espaço público e do interesse público que norteia necessariamente a intervenção estatal -, procurou explicitar uma concepção normativa de animação do espaço público para, então, poder identificar as diferentes formas através das quais a actuação municipal a pode fomentar.

Da investigação ressalta que **o urbanismo se assume como a acção primeira de animação dos espaços públicos**: a vivacidade dos espaços da cidade depende, em larga medida, de um conjunto de factores que caem sob a alçada das práticas municipais de ordenamento do território e de gestão urbanística. Tratam-se de factores relativos à forma urbana, à qualidade do projecto, à geografia funcional da cidade, ao planeamento da mobilidade, todos eles âmbitos nos quais, com maior ou menor protagonismo e poder executório, a administração municipal tem um papel de relevo a desempenhar.

O desafio que se coloca, na eventualidade do desenho de uma política municipal de animação dos espaços públicos, é, então, o de **inscrever a vitalidade da utilização dos espaços públicos como um dos objectivos da actuação dos municípios** e, sobretudo, como um dos primordiais fins a presidir à concepção e gestão do espaço público urbano.

Esta inscrição requer que a administração municipal interiorize o carácter relacional do espaço público, no qual a sua materialidade, as funções que alberga e os seus utentes coexistem e interagem para dar forma a um todo, socialmente produzido, cuja totalidade é superior à soma das suas partes constituintes. Interiorizar este cariz relacional significa, desde logo, que se antecipe todo e qualquer esforço interventivo sectorial como algo que se espacializa inevitavelmente no espaço público, com repercussões nas suas dinâmicas de utilização. E que, por conseguinte, assumir-se o espaço público como um âmbito de política municipal de direito próprio implica, necessariamente, que se horizontalizem muitas dessas intervenções sectoriais. Mas significa também, e talvez com maior relevância, que a própria actuação municipal que vise explicitamente o espaço público deve evitar visões particionadas do mesmo. Ainda que, à semelhança do que aconteceu nesta mesma investigação, seja por vezes necessário adoptar concepções estritas de espaço público ou de alguns dos seus componentes para momentos específicos da sua concepção ou gestão e para a máquina organizacional que os acompanha, esta consciência do teor relacional do espaço público deve estar sempre presente e surgir em primeiro plano nos momentos de decisão política e de execução das mesmas.

Deve, por conseguinte, dar-se passos rumo a um **urbanismo relacional**. Relacional não só porque reconhece este estatuto no próprio espaço público, mas também, de forma mais mundana, porque reconhece que uma das mais importantes funções destes espaços é o serem domínio de interacções. Promovê-las deve passar a ser, conseqüentemente, um objectivo incontornável das acções municipais

que sobre o espaço público incidem; o recurso aos constructos teóricos em torno das necessidades e dos direitos dos indivíduos nos espaços públicos poderá revelar-se particularmente proveitoso para impulsionar esta imersão normativa do urbanismo municipal.

Por seu turno, **as acções de gestão do espaço público** desempenham um papel distinto, mas não menos relevante, na promoção da animação dos espaços. A boa forma da cidade, a qualidade do projecto e a geografia funcional dos espaços são condições, o mais das vezes, necessárias à sua animação, mas não são suficientes. **As práticas de gestão quotidiana dos espaços surgem como fundamentais para a manutenção dos níveis de conforto, físico e psicossocial, nos espaços, e como um instrumento de grande potencial no incremento das possibilidades de envolvimento passivo e activo** no seu seio.

A importância dos **actos rotineiros de limpeza e manutenção** do espaço público para o conforto da estadia no seu seio decorrem da sua necessidade para a conservação do espaço e, por conseguinte, para assegurar o seu regular funcionamento. Estes actos interpelam, igualmente, a dimensão infra-estrutural do espaço público, não só enquanto infra-estrutura de mobilidade, mas também como suporte para um rol de outras infra-estruturas urbanas. Relembro, a este propósito, a imagem do “inconsciente tecnológico das cidades” de Nigel Thrift que referi aquando da apresentação do bom estado de conservação como factor de animação do espaço público. A ascensão da animação como objectivo da intervenção municipal nos espaços públicos não poderá jamais acontecer em detrimento do cumprimento deste desígnio básico dos espaços.

A **manutenção da segurança** no espaço público constitui uma problemática distinta, de onde se destaca a tensão entre as medidas levadas a cabo na sua prossecução e a acessibilidade aos espaços e liberdade de movimentos no seu seio. Eventuais restrições a qualquer um destes domínios deverão ter lugar, creio, somente como último recurso, constituindo excepção e não regra. A capacidade de auto-regulação e de vigilância mútua que decorre de utilizações intensas e razoavelmente constantes ao longo das diferentes alturas do dia e da semana não deverá ser descartada: o fomento de espaços públicos animados deverá ser visto, ele mesmo, como acção de promoção da segurança no domínio público.

A concepção dos espaços deve antecipar as necessidades das acções de gestão dos mesmos. Por um lado, deverá dimensionar, configurar e equipar os espaços públicos em consonância com as exigências técnicas e processuais das práticas de gestão e em concordância com as cargas de utilização expectáveis. Por outro, deverá assegurar que o espaço concebido é adequado e resistente à utilização esperada e é passível de manutenção apropriada, tendo em conta os recursos disponíveis / expectáveis para o efeito.

A implementação de **acções culturais e recreativas nos espaços públicos**, frequentemente equivalida a um entendimento estrito, corrente, de animação do espaço público, deverá colocar-se **ao serviço de um urbanismo utópico prático, procurando desencadear a convivialidade, a festividade e a**

reflexividade nos utentes do espaço. Tal não inviabiliza que estas se constituam, num entendimento mínimo, como “coisas para ver e fazer” no espaço público, nem se incompatibiliza com a existência de outros objectivos, filiados numa política económica ou em estratégias de marketing territorial, mas assume como propósito uma intervenção, normativamente orientada, na experiência urbana. Assumindo a importância do hedonismo e do entretenimento na contemporaneidade, introduz cautela relativamente ao potencial alienante do espectáculo.

A programação de actividades culturais e recreativas não substitui a política cultural municipal, mas deve integrá-la. E, ao fazê-lo, deve adicionar aos objectivos específicos de uma actuação política no domínio cultural uma linha de acção marcada pela reflexão e questionamento acerca da cidade (e dos seus espaços públicos), naquilo que designei de **urbanização da política cultural municipal**.

Apesar de estas acções culturais e recreativas poderem ter, por vezes, um carácter excepcional, sobretudo quando de maior dimensão, elas constituem actos de gestão do espaço público. Como tal, e para além de se deverem subjugar ao interesse público que norteia todos os actos da administração pública, elas deverão ser **contempladas na determinação dos processos e rotinas da administração municipal**.

A programação de actividades de menor dimensão, mas mais frequentes, parece deter maior potencial transformativo das práticas quotidianas de utilização dos espaços, mas não se deverá descurar o potencial de eventos de maior dimensão operacionalizarem re-territorializações dos espaços, abrindo janelas com vista sobre alternativas à situação actual.

O projecto de espaço público poderá, ao antever que um dado espaço será ou deverá ser palco frequente de actividades culturais e recreativas ou ao verificar que esta dinâmica se encontra já instalada, contemplar esta função no momento da concepção do espaço, determinando uma configuração e dotação de equipamento que as potenciem. Contemplá-las não implica necessariamente, todavia, a criação de estruturas específicas para o efeito; porém, na eventualidade de tal acontecer, deverá acautelar-se a sua multifuncionalidade, possibilitando a sua utilização para outros fins que não a actividade cultural e recreativa, em particular para acções quotidianas dos utentes dos espaços.

A breve apresentação das competências municipais permitiu concluir que as administrações municipais têm legitimidade política, legalmente consagrada, para actuar no domínio da animação do espaço público. No entanto, não há, na definição destas competências, nenhuma menção explícita à animação dos espaços como objectivo específico ou domínio autónomo de actuação. Esta ausência reforça, em primeiro lugar, a necessidade de inscrição da animação como um dos objectivos perseguidos pela administração urbanística. Mas sublinha, também, que promover activamente a animação dos espaços como ela foi aqui discutida e apresentada pressupõe uma **intervenção estatal forte**, neste caso do poder local. A intervenção estatal forte não requer, necessariamente, que o estado seja o promotor directo das iniciativas, mas pressupõe que haja um enquadramento normativo claro a presidir à sua interacção com as iniciativas individuais dos diversos agentes, que perpassasse toda a sua actuação nos domínios do

enquadramento urbanístico, do desenho urbano, do projecto de espaço público e de edifícios e da gestão dos espaços públicos.

Pelas considerações finais aqui tecidas, creio ter conseguido responder ao objectivo de partida para a presente investigação, o de delimitar o campo de actuação municipal no âmbito da animação dos espaços públicos, tendo respondido às três questões de investigação identificadas: a definição do conceito de espaço público animado, a caracterização da relação entre administração urbanística e animação do espaço público e desta última com eventos ou ocorrências específicas no espaço público. Não obstante esta resposta ao objectivo, o trabalho padece de algumas **limitações** e abre portas a inúmeros **desenvolvimentos futuros**. Fui fazendo eco de ambos ao longo do presente trabalho, sendo que aqui procurarei sintetizar aquelas que me parecem ser as grandes questões que carecem de aprofundamento e revelam, conseqüentemente, um interessante potencial de investigação adicional.

A primeira limitação emana do muito **restrito uso que é feito da tipologia de espaços públicos**, que não integra o exercício de sistematização dos factores de animação (e respectivas recomendações) e que não é acompanhada por um raciocínio análogo ao nível dos estados de animação, para os quais se poderiam definir, igualmente, “tipos” ou “figuras” expectáveis e/ou desejáveis num determinado tipo de espaço público.

A irredutível especificidade de cada espaço e de cada estado de animação requer que a intervenção para eles desenhada seja igualmente específica, respondendo aos problemas e objectivos concretos que sobre eles se façam sentir. Porém, a generalização de procedimentos pelas administrações municipais é bastante dificultada se o aparato conceptual e metodológico para dar resposta a cada situação particular tiver que ser construído de raiz. À semelhança das muitas obras citadas que, a partir de observação continuada em diversos contextos, produzem recomendações “universalizáveis” ao nível do bom projecto de espaço público, sem que tal menorize a especificidade e criatividade do acto projectual, penso que a construção de políticas no domínio da animação do espaço público pode beneficiar de um processo inicial assente em construções tipológicas, rejeitando-se, claro está, qualquer tendência para reproduções formulares acríticas das mesmas.

É nesse sentido que a tipologia de espaço público surge neste trabalho. Apesar de ela ser alheia ao grosso da argumentação que aqui é desenvolvida, a sua presença serve sobretudo para indicar aquele que julgo ser um caminho frutífero para uma subsequente formulação de políticas. Assim, a tipologia de espaço público engloba, em primeiro lugar, grandes grupos funcionais/formais, por considerar que, genericamente, a estes grupos funcionais/formais distintos correspondem funções privilegiadas também elas distintas e, por conseguinte, haverá um conjunto de estados de animação expectável e desejável face a outros, menos adequados.

Em segundo lugar, as dinâmicas de utilização dos espaços também serão mais ou menos prováveis, mais ou menos desejáveis, dependendo do âmbito geográfico do espaço. Este âmbito geográfico será

consequência da sua localização no quadro da cidade e no quadro da sua envolvente imediata, mas também das próprias características físicas do espaço e da dotação funcional da ocupação marginal e da envolvente.

O terceiro domínio de construção tipológica seria o dos estados de animação. Esta poderia socorrer-se activamente do referencial teórico-analítico que aqui apresentei, complementando-o perante eventuais insuficiências entretanto verificadas. Conjugariam, por conseguinte, aspectos relacionados com a presença de indivíduos, de actividades e das interacções que entre eles se estabelecem. Estes estados de animação tipo poderiam servir não só para caracterizar situações existentes, como para se assumirem como objectivos a alcançar ou situações de referência para o exercício de planeamento e concepção dos espaços. É, no entanto, possível imaginar um exercício inverso; por exemplo, aquando do planeamento de um evento, a busca do espaço mais adequado para o efeito poderá partir da tipificação da animação do espaço aquando da sua realização, no sentido de se identificarem os requisitos que o local a eleger deverá responder.

Este cruzamento de tipologias com o objectivo de permitir a concepção e gestão de espaços visando estados de animação específicos conduz-me à segunda grande insuficiência da presente investigação, a **não consideração de espaços comunitários**. Há que frisar, desde logo, que a oposição espaços públicos / espaços comunitários não se reporta ao âmbito geográfico dos espaços (ainda que com eles esteja relacionada) mas às dinâmicas de utilização dos mesmos. Distinguem-se sobretudo porque onde os espaços comunitários são palco de fortes dinâmicas de apropriação por um conjunto de utentes, que pode ou não residir nas imediações, os espaços públicos pautam-se pela ausência de dinâmicas desta sorte, assumindo-se como heterogéneos e servindo um público múltiplo e indefinido.

Consequentemente, uma primeira nota a fazer a propósito desta oposição conceptual é a de que ela se reporta a situações, a espaços-tempo, e implica necessariamente, por conseguinte, uma recusa de visões essencialistas dos espaços públicos ou comunitários. Nesse sentido, um espaço público (no sentido físico do termo) que seja, rotineira e quotidianamente, palco de dinâmicas de utilização comunitaristas, pode, em função de qualquer ocorrência específica de âmbito mais alargado, ser re-territorializado num espaço enformando dinâmicas próximas da figura conceptual da publicidade.

A concepção de espaço público animado interpela especificamente esta noção estrita de espaço público, assentando em quatro parâmetros: urbanidade, publicidade, convivialidade e agradabilidade. A definição de uma concepção normativa análoga aplicável a espaços comunitários deverá implicar, antecipo, a substituição do parâmetro da publicidade pelo de comunidade, acautelando, todavia, a importância da acessibilidade no seu seio. Parece-me menos óbvia a configuração que o parâmetro da urbanidade adoptará em tal concepção normativa, surgindo como clara, ainda assim, a necessidade de reequacionar a centralidade da noção de excesso situado na sua definição.

Os espaços comunitários colocarão, ainda, a necessidade de se repensar a actuação sobre eles, face ao que foi disposto para os espaços públicos. Creio que a generalidade dos factores de animação

identificados será igualmente relevante para espaços comunitários, ainda que admita que algumas das recomendações mais específicas mereçam reequacionamento.

As acções de animação destes espaços poderão encerrar, contudo, um conjunto de efeitos e objectivos potencialmente contraditórios. Em alguns casos, as dinâmicas comunitaristas poderão ser exclusionárias, segregacionistas e, por conseguinte, nefastas (sobretudo quando não associadas a comunidades de vizinhança / espaços residenciais) e, assim sendo, caberá à gestão dos espaços promover a sua maior acessibilidade. Noutros casos, como venho de referir, poderão haver ocorrências específicas em que o teor comunitário dos espaços seja temporariamente interrompido, sem que isso seja necessariamente prejudicial para a comunidade, podendo, até, ser relevantes na promoção de uma maior integração desses espaços e seus utentes com a figura da cidade enquanto *civitas*. Por fim, surge a conjectura de que a animação de espaços públicos comunitários, sobretudo quando associada a comunidades de vizinhança, não deverá contemplar exclusivamente a animação dos espaços, mas também a da própria comunidade, assim se aproximando das raízes da profissão do animador sociocultural e, se envolvendo produção artística, dos modos de operação da *new genre public art* e da *community art*.

O terceiro domínio a requerer desenvolvimentos futuros que identifique, e que exemplifica de forma clara como o recurso a cruzamento de tipologias não prescinde duma subsequente imersão na especificidade dos territórios, prende-se com aquilo que designo de **incidências da animação**. Trata-se de reconhecer que um dos momentos obrigatórios de uma eventual política de animação do espaço público consistirá na definição dos espaços públicos que deverão ser alvo de acções de animação e qual o estado de animação que será o resultado desejável dessas acções. A importância da existência de espaços públicos animados não significa uma apologia da sua ubiquidade, reconhecendo que a cidade também necessita de espaços de sossego, que permitam uma respiração entre espaços movimentados, e que permitam a satisfação de uma das necessidades dos indivíduos no espaço público que pouco foi por mim abordada, a do relaxamento. E decorre naturalmente, também, da afirmação anteriormente feita de que diferentes tipos de espaço público terão vocação para albergar distintos estados de animação.

Um outro conjunto de questões a requerer desenvolvimento adicional prende-se com as **acções municipais de animação do espaço público**. O raciocínio desenvolvido parte exclusivamente das competências atribuídas aos municípios, mas ignora não só o restante quadro legal que enquadra a actuação municipal (e, em particular, a legislação relativa ao urbanismo e ao ordenamento do território), bem como as práticas instaladas nas administrações municipais nacionais. Há, portanto, o risco de alguma ingenuidade nas minhas recomendações, fruto de desconhecimento de eventuais barreiras legais ou institucionais à sua prossecução, e, inversa e simultaneamente, a possibilidade de existirem janelas de oportunidade a explorar.

Os capítulos referentes à actuação municipal foram assumidos, desde o início, como uma abordagem inicial e exploratória, de onde deveriam emergir pistas para investigações futuras. São, por conseguinte,

necessariamente genéricos na sua formulação, requerendo particularização adicional, não só ao nível da administração urbanística, como acabei de afirmar, mas também ao nível da acção cultural e recreativa. O trabalho não se debruça, tampouco, sobre a relação com os agentes, que aqui entendo de duas formas. Por um lado, a relação com os actores envolvidos na concepção e gestão dos espaços públicos; por outro, a procura de mecanismos que procurem fazer com que as práticas de concepção e gestão vão ao encontro dos interesses da população. Numa altura em que o vocabulário da governação, das dinâmicas de envolvimento participativo e do envolvimento das comunidades nos processos de decisão e gestão do território adquire particular pujança, contraposto a uma visão (ligeira em demasia, creio) do Estado, nas suas várias instâncias, como um aparelho que, na sua configuração actual, se revela incapaz de responder aos anseios da população e de o fazer de forma democrática, este trabalho poderá parecer anacrónico ao organizar-se exclusivamente em torno da actuação do município.

Um outro esforço a encetar no desenvolvimento deste trabalho é o de **validar a utilidade e adequação do referencial teórico-analítico** – e, dentro deste, especial atenção deverá ser dada à validação dos limiares de quantidade de pessoas utilizados – e **do conjunto de indicadores de animação do espaço público**. No caso da quantidade de pessoas, esta validação deverá passar por estudos empíricos, ao passo que no do referencial como um todo e dos indicadores serão sobretudo experiências de utilização dos mesmos a validar a sua utilidade e a levar à introdução das reformulações e particularizações necessárias para dar resposta a problemas específicos. Relembro que assumi ambos como um constructo para dar resposta à problemática específica desta investigação, apesar de ter sempre admitido a sua utilização em outros contextos, tendo, por isso, refutado explicitamente uma leitura monolítica dos mesmos.

O referencial encerra um potencial triplo e o seu teste e validação deverão incidir sobre estas três utilizações. Em primeiro lugar, o referencial assume-se como um instrumento de análise da utilização dos espaços. Em segundo, como um instrumento de apoio ao planeamento, desenho e projecto de espaço público, ao permitir a construção de cenários e objectivos com detalhe considerável. E, por fim, assume-se como ferramenta de apoio à gestão dos espaços, ao permitir uma monitorização das suas dinâmicas de utilização.

Para qualquer uma das utilidades, uma das principais hipóteses a validar é a possibilidade de simplificação e maior sistematização do constructo. Este apresenta-se muito particionado, dadas as necessidades impostas pela presente investigação, mas o exercício de construção de indicadores e posteriores etapas de estabelecimento de relações entre factores e acção municipal com as dinâmicas de utilização dos espaços sugerem uma profunda interligação entre muitos dos aspectos sob análise. Nesse sentido, é provável que existam sobreposições ou aspectos de tal forma relacionados entre si que, no momento da aplicação do referencial, surjam redundâncias e repetições que se revelarão entraves à eficácia do exercício.

Uma nota derradeira; a abundância de juízos críticos que fui tecendo (e citando) ao longo do trabalho a propósito da realidade das dinâmicas actuais de concepção, gestão e utilização dos espaços e às quais contrapus explicitamente a minha concepção normativa de espaço público animado (e, por conseguinte, de acção municipal neste domínio) significa, claramente, que um eventual pôr em prática da mesma se defrontará com dinâmicas fortíssimas na direcção oposta, não só oriundas dos agentes de inúmeros quadrantes da sociedade, como das próprias práticas instaladas nos municípios e demais intervenientes na concepção e gestão dos espaços.

Esta constatação implica, desde logo, que os municípios devem adoptar explicitamente este como um objectivo seu, fazendo-se valer do poder discricionário que, inevitavelmente, perpassa qualquer acto da administração pública. Mas significa também que este referencial deve ser entendido como isso mesmo: um referencial que deverá ser ponto de partida para os inevitáveis momentos de negociação política que se seguirão. Aliás, na própria formulação da concepção normativa de espaço público animado transparecia, espero, a recusa de uma qualquer configuração definitiva do mesmo. A intenção foi antes, e voltando ao pensamento de Ash Amin, a de explicitar uma visão de cidade e sociedade melhores, cuja prossecução será, sempre, necessariamente experimental nos seus processos e resultados.

Tenho vindo a colocar, frequentemente, a questão no âmbito de uma eventual aplicação destes princípios pela administração urbanística; mas referi, igualmente, que os princípios se contrapõem, por vezes com veemência assinalável, às práticas instaladas no seio das próprias administrações municipais. Isto implica, creio, que, enquanto investigador que acredita ter descrito um percurso alternativo e preferível ao actual estado das coisas, tenho o dever de lidar com esta “eventualidade” da prossecução deste caminho. Lidar com esta eventualidade pode, por um lado, passar por investigar a receptividade das administrações a estes princípios ou, inversamente, procurar as causas, nos discursos e nas práticas, que subjazam à sua rejeição. Mas, para além destes e doutros caminhos de investigação, abrem margem, também, ao activismo; ao assumir que a investigação em urbanismo é, por definição, investigação aplicada, e deve, por conseguinte, ser socialmente empenhada.

Referências bibliográficas

- AA. VV. - *Artistes / urbanistes: quel dialogue pour fabriquer la ville? Dossier documentaire*. Paris: 2007.
- Alves, Fernando M. Brandão - *Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.
- Alves, Teresa - Art, Light and Landscape New Agendas for Urban Development. *European Planning Studies*. 15:9 (2007). p. 1247 - 1260.
- Amin, Ash - The Good City. *Urban Studies*. 43:5-6 (2006). p. 1009-1023.
- Amin, Ash - *Cultura col-lectiva i espai públic urbà / Collective culture and urban public space*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 2008.
- Anderson, Elijah - Street Etiquette and Street Wisdom. In Orum, A. P. e Neal, Z. P. (ed.) *Common Ground? Readings and Reflections on Public Space* Nova Iorque: Routledge, 2010, p. 56-74.
- Banerjee, Tridib - The Future of Public Space: Beyond Invented Streets and Reinvented Places. *Journal of the American Planning Association*. 67:1 (2001). p. 9-24.
- Bauman, Zygmunt - *Confiança e Medo na Cidade*. Lisboa: Relógio de Água, 2006.
- Belbute, José, et al. - *Qual o valor da Qualidade de Vida? Um contributo e várias conjecturas metodológicas*. In: Actas do 1.º Congresso de Ciência Regional de Cabo Verde / 2.º Congresso Lusófono de Ciência Regional / 15.º Congresso da APDR / 3.º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza, Praia, Cabo Verde, 2009, 6 a 11 de Julho de 2009, p.4039-4056.
- Bell, Simon; Montarzano, Alicia; Travlou, Penny - *Green and Public Space Research: Mapping and Priorities*. Londres: Department for Communities and Local Government, 2006.
- Borja, Jordi; Muxí, Zaida - *El espacio público: ciudad y ciudadanía*. Barcelona: Electa, 2003.
- Brandão, Pedro - Alguns "flashes" sobre lugares, pássaros, sinos e mesas, ou o "Outro" como ética, no design urbano. In Brandão, P. e Remesar, A. (ed.), *Design de espaço público:deslocação e proximidade*. Lisboa: Centro Português de Design, 2003, p. 5-14.
- Cachinho, Herculano - *Consumactor: da condição do indivíduo na cidade pós-moderna*. *Flnisterra*. XLI:81 (2006). p. 33-56.
- Carmona, Matthew; Magalhães, Claudio de; Hammond, Leo - *Public space: the management dimension*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2008.
- Carr, Stephen, et al. - *Public space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- Carvalho, Jorge - *Ordenar a Cidade*. Coimbra: Quarteto, 2003.
- Chaudoir, Philippe - *«Arts de la Rue» et Espace Public*. Barcelona: Collège de Philosophie - Institut Français de Barcelone, 1999.
- Coelho, António Baptista - Espaços públicos vivos e caracterizados. Qualidades do espaço público e da imagem urbana. *Cadernos Edifícios*. 4:(2005). p. 213-245.
- Coelho, António Baptista; Pedro, João Branco - *Do Bairro e da Vizinhaça à Habitação. Tipologias e caracterização dos níveis físicos residenciais*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1998.
- Crang, Mike - Public Space, Urban Space and Electronic Space: Would the Real City Please Stand Up? *Urban Studies* 37:2 (2000). p. 301-317.
- Crang, Mike; Graham, Stephen - SENTIENT CITIES Ambient intelligence and the politics of urban space. *Information, Communication & Society*. 10:6 (2007). p. 789 - 817.
- Debord, Guy - *La Société du Spectacle*. Paris: Éditions Gallimard, 1992.

- Deleuze, Gilles; Guattari, Félix - *Mil Planaltos. Capitalismo e Esquizofrenia 2*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.
- Deleuze, Gilles; Guattari, Félix - *O que é a Filosofia?* Lisboa: Presença, 1992.
- Deutsche, Rosalyn - *Evictions. Art and Spatial Politics*. Cambridge, Massachussets e Londres: The MIT Press, 1996.
- Duchamp, Marcel; Cabanne, Pierre - *O Engenheiro do Tempo Perdido. Entrevistas com Pierre Cabanne*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1990.
- Dziembowska-Kowalska, Jolanta; Funck, Rolf H. - Cultural Activities: Source of Competitiveness and Prosperity in Urban Regions. *Urban Stud.* 36:8 (1999). p. 1381-1398.
- Evans, Graeme - Measure for Measure: Evaluating the Evidence of Culture's Contribution to Regeneration. *Urban Studies* 42:5-6 (2005). p. 959-983.
- Favacchio, Alberto Rizzone - *O Planeamento do Espaço Público e a Qualidade das Cidades*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2002. Dissertação de mestrado.
- Francis, Mark - *A Typology of Urban Open Spaces*. Davis, CA: University of California at Davis, 2008.
- Francisco, Marlene Duarte; Pinto, Ana Júlia Marques Oliveira; Betloch, Antoni de Pádua Remesar - *Contributos para a Coesão Territorial através de Projectos Participativos de Espaço Público*. Lisboa, LNEC: 2008.
- Franck, Karen A.; Stevens, Quentin - Tying Down Loose Space. In Franck, K. A. e Stevens, Q. (ed.) *Loose space: Possibility and diversity in urban life*. Londres: Routledge, 2006, p. 1-33.
- Franklin District Council - *Reserves Acquisition & Development Plan 2007*. Franklin, Nova Zelândia: Franklin District Council, 2007.
- Gama, António - Uma ruptura epistemológica na Geografia: a Teoria dos Lugares Centrais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 12 (1983). p. 41-59.
- Garcia, Beatriz - Deconstructing the City of Culture: The Long-term Cultural Legacies of Glasgow 1990. *Urban Stud.* 42:5-6 (2005). p. 841-868.
- Gastal, Susana - *Imaginário urbano: relendo o texto praça*. In: Actas do VI LUSOCOM / III SOPCOM / II Ibérico, Covilhã, 20 e 21 de Abril de 2004, 2.º volume, p. 207-215.
- Gehl, Jan - *La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios*. Barcelona: Editorial Reverté, 2006.
- Goffman, Erving - *Behavior in Public Places*. Nova Iorque: The Free Press, 1966.
- Grodach, Carl - Looking Beyond Image and Tourism: The Role of Flagship Cultural Projects in Local Arts Development. *Planning Practice and Research*. 23:4 (2008). p. 495 - 516.
- Hall, Edward T. - *A Dimensão Oculta*. Lisboa: Relógio d'Água, 1986.
- Halldin, Karolina - *Unpretentious and inducing characteristics in the public domain*. Melbourne: 2004.
- Haskins, Ekaterina V.; DeRose, Justin P. - Memory, Visibility, and Public Space: Reflections on Commemoration(s) of 9/11. *Space and Culture*. 6:4 (2003). p. 377-393.
- Iveson, Kurt - Putting the public back into public space. *Urban Policy and Research*. 16:1 (1998). p. 21 - 33.
- Jacobs, Allan B. - *Great Streets*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1995.
- Jacobs, Jane - The Death and Life of Great American Cities. In Orum, A. P. e Neal, Z. P. (ed.) *Common Ground? Readings and Reflections on Public Space*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2010, p. 18-31.
- Jamieson, Kirstie - Edinburgh: The Festival Gaze and Its Boundaries. *Space and Culture*. 7:1 (2004). p. 64-75.

- Jayne, Mark; Holloway, Sarah L.; Valentine, Gill - Drunk and Disorderly: Alcohol, Urban Life and Public Space. *Progress in Human Geography*. 30:4 (2006). p. 451-468.
- Knabb, Ken - *Situationist International Anthology. Revised and Expanded Edition*. Berkeley: Bureau of Public Secrets, 2006.
- Kohn, Margaret - Homo spectator: Public space in the age of the spectacle. *Philosophy & Social Criticism*. 34:5 (2008). p. 467-486.
- Lamarche-Vadel, Gaëtane - Art et espaces publics. *Contemporary French and Francophone Studies*. 1:1 (1997). p. 215-231.
- Latham, Alan - Urbanity, Lifestyle and Making Sense of the New Urban Cultural Economy: Notes from Auckland, New Zealand. *Urban Studies*. 40:9 (2003). p. 1699-1724.
- Levine, Carol - The Paradox of Public Art: Democratic Space, the Avant-Garde, and Richard Serra's "Tilted Arc". In Orum, A. P. e Neal, Z. P. (ed.) *Common Ground? Readings and Reflections on Public Space*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2010, p. 164-172.
- Louro, Ana Isabel; Silva, Soraia; Costa, Eduarda Marques da - *O Papel das práticas quotidianas das famílias na definição de comunidades sustentáveis à escala urbana*. Comunicação apresentada ao VII Congresso da Geografia Portuguesa. Trunfos de uma Geografia Activa - Desenvolvimento Local, Ambiente, Ordenamento e Tecnologia. Coimbra: 2009.
- Malone, Karen - Street life: youth, culture and competing uses of public space. *Environment and Urbanization*. 14:2 (2002). p. 157-168.
- Marcus, Clare Cooper; Francis, Carolyn; Russel, Rob - Urban Plazas. In Marcus, C. C e Francis, C. (ed.) *People Places. Design Guidelines for Urban Open Space*. Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold, 1990a, p. 9-68.
- Marcus, Clare Cooper, et al. - Neighborhood Parks. In Marcus, C. C e Francis, C. (ed.) *People Places. Design Guidelines for Urban Open Space*. Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold, 1990b, p. 69-118.
- Marcus, Clare Cooper; Greene, Nanine Hilliard - Miniparks and Vest-Pocket Parks. In Marcus, C. C e Francis, C. (ed.) *People Places. Design Guidelines for Urban Open Space*. Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold, 1990, p. 119-142.
- Maxwan architects and urbanists; URS Corporation Ltd; H+N+S Landscape Architects - *Local Landscape. Typologies for the public space of Kommunarka, Moscow. Hoofdstuk 1 t/m 5*. Kommunarka, Rússia: 'Managing Company' Masshtab LLC, 2007.
- Merlin, Pierre; Choay, Françoise - *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*. Paris: Presses Universitaires de France, 1988.
- Menezes, Marluci - Espaço público urbano e práticas socioculturais de uso, sua apropriação e representação. *Cadernos Edifícios*. 4:(2005). p. 137-147.
- Mitchell, D. - *The Right to the City: Social Justice and the Fight for Public Space*. New York: The Guilford Press, 2003.
- Mumford, Lewis - *História das Utopias*. Lisboa: Antígona, 2007.
- Neal, Zachary P. - Locating Public Space. In Orum, A. P. e Neal, Z. P. (ed.) *Common Ground? Readings and Reflections on Public Space*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2010, p. 1-10.
- North Lanarkshire Council - *Open Space Strategy 2004*. North Lanarkshire: North Lanarkshire Council, 2004.
- Odum, Eugene P. - *Fundamentos de Ecologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- Paiola, M. - Cultural Events as Potential Drivers of Urban Regeneration: An Empirical Illustration. *Industry & Innovation*. 15:5 (2008). p. 513 - 529.

- Pais, Carina Capela - *Execução Urbanística - Referencial Teórico/Operativo*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2010. Dissertação de mestrado.
- Pedro, João Branco - *Programa Habitacional - Vizinhança Próxima*. Lisboa: LNEC, 1999.
- Pinder, David - In defence of utopian urbanism: imagining cities after the end of utopia. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*. 84:3-4 (2002). p. 229-241.
- Pinder, David - 'Old Paris Is No More': Geographies of Spectacle and Anti-Spectacle. *Antipode*. 32:4 (2000). p. 357-386.
- Project for Public Spaces - *How to turn a place around. A handbook for creating successful public spaces*. New York: Project for Public Spaces, Inc., 2000.
- Quinn, Bernadette - Arts Festivals and the City. *Urban Studies*. 42:5-6 (2005). p. 927-943.
- Regional Municipality of Halifax - *Appendix A - Streetscape Typologies*. Halifax: Regional Municipality of Halifax, s. d.
- Richards, Greg; Wilson, Julie - The Impact of Cultural Events on City Image: Rotterdam, Cultural Capital of Europe 2001. *Urban Stud*. 41:10 (2004). p. 1931-1951.
- Sá, Frederico Moura e - *Espaço Público à Escala Local*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2010. Dissertação de mestrado.
- Sacadura, Fernando Cabral - A cidade, os cidadãos e o espaço público. *Cadernos Edifícios*. 4:(2005). p. 169-182.
- Serdoura, Francisco - *Espaço público, vida pública: o caso do Parque das Nações*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2006. Tese de Doutoramento.
- Shaftoe, Henry - *Convivial Urban Spaces: Creating Effective Public Places*. Londres: Earthscan Publications, 2008.
- Sharp, Joanne - The life and death of five spaces: public art and community regeneration in Glasgow. *Cultural Geographies*. 14:2 (2007). p. 274-292.
- Sharp, Joanne; Pollock, Venda; Paddison, Ronan - Just Art for a Just City: Public Art and Social Inclusion in Urban Regeneration. *Urban Stud*. 42:5-6 (2005). p. 1001-1023.
- Sibalis, Michael - Urban Space and Homosexuality: The Example of the Marais, Paris' 'Gay Ghetto'. *Urban Studies* 41:9 (2004). p. 1739-1758.
- Silva, Augusto Santos - Como abordar as políticas culturais autárquicas? Uma hipótese de roteiro. *Sociologia, Problemas e Práticas*. 54:(2007). p. 11-33
- Silvano, Filomena - *Antropologia do Espaço, uma introdução*. Oeiras: Celta Editora, 2002.
- Simões, Duarte Nuno - Espaço público, orgulho e cidadania. *Cadernos Edifícios*. 4:(2005). p. 17-28.
- Smithsimon, Gregory - Dispersing the Crowd: Bonus Plazas and the Creation of Public Space. *Urban Affairs Review*. 43:3 (2008). p. 325-351.
- Staeheli, Lynn A.; Mitchell, Don - Locating the public in research and practice. *Progress in Human Geography*. 31:6 (2007). p. 792-811.
- Stevens, Quentin - *The Ludic City: exploring the potential of public spaces*. Londres: Routledge, 2007.
- Tassin, Étienne - Espace commun ou espace public? L'antagonisme de la communauté et de la publicité. *Hermès*. 10:(1991). p. 23-37.
- Transportation Research Board - *Highway Capacity Manual 2000*. Washington, D.C.: National Research Council, 2000.
- Vivant, Elsa - *Le rôle des pratiques culturelles off dans les dynamiques urbaines*. Paris: Université de Paris VIII, 2006. Tese de doutoramento.

Vivant, Elsa - L'instrumentalization de la culture dans les politiques urbaines: um modèle d'action transposable? *Espaces et sociétés*. 4 (n.º 131):(2007). p. 49-66.

Whyte, William H. - *City: Rediscovering the Center*. Nova Iorque: Anchor Books, 1990.

Whyte, William H. - *The Social Life of Small Urban Spaces*. Nova Iorque: Project for Public Spaces, 2001.

Legislação

Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro

Anexo: presença de pessoas no espaço público: determinação de classes de quantidade de pessoas

Rua

A partir do momento em que a presença de pessoas é explicitamente referenciada ao peão, então deverá reportar-se, de igual modo, às componentes do espaço público que privilegiam a actividade pedonal. Nesse sentido, toda **a análise relativa ao espaço rua será referenciada ao passeio**, apesar de reconhecer, naturalmente, que nem todas as ruas têm passeio e que este nem sempre é, numa rua, o *locus* privilegiado do peão.

Ainda que a presença, enquanto quantidade de indivíduos, supere a distinção entre as funções estar e circular, há que definir pressuposto quanto ao equilíbrio entre estas funções, uma vez que a bibliografia a elas se referencia. Assim, reconhecendo que tanto a função estar como a circular têm lugar na rua, assumo que esta última prevalece e, conseqüentemente, os valores apresentados para o espaço rua reportar-se-ão a essa mesma função de circulação.

Capacidades de carga, níveis de serviço e cargas correspondentes

Passo agora a apresentar os dados recolhidos para dar resposta ao primeiro dos métodos de cálculo, o que parte das noções de capacidade de carga, espaço vital e nível de serviço, utilizando para o efeito:

- Um conjunto de dados relativos a larguras e comprimentos mínimos para determinada solicitação feita ao espaço (Tabela A.1), que podem ser transformados em áreas mínimas (em m²/pessoa), às quais se podem corresponder cargas de utilização, em pessoas/m² (Tabela A.2);
- E os seis níveis de serviço para áreas de circulação pedonal definidos pelo Highway Capacity Manual (doravante HCM 2000), que relacionam fluxos pedonais, medidos em pessoas/metro de largura de passeio/minuto, com condições de circulação e dimensionamento de passeio, aos quais também fiz corresponder cargas de utilização (Tabela A.3).

A Tabela A.1 apresenta os *espaços vitais* para a função de circulação.

Tabela A.1 – Espaço vital para a função de circulação

	SOLICITAÇÃO	DIMENSÃO MÍNIMA	FONTE
Larguras para circulação	1 Pessoa	0,7 m	Adler (1999, <i>apud</i> Sá, 2010)
	2 Pessoas	1,3 m	Adler (1999, <i>apud</i> Sá, 2010)
	3 Pessoas	1,9 m	Adler (1999, <i>apud</i> Sá, 2010)
	4 Pessoas	2,5 m	Adler (1999, <i>apud</i> Sá, 2010)
Necessidade de espaço (comprimento)	1 Pessoa	0,5 m	Transportation Research Board (2000)
	1 Pessoa em evento público	1,8 m	Transportation Research Board (2000)
	1 Pessoa às compras	2,8 – 3,6 m	Transportation Research Board (2000)
	1 Pessoa em “marcha normal”	4,6 – 5,5 m	Transportation Research Board (2000)
	1 Pessoa em marcha de lazer	≥10,6 m	Transportation Research Board (2000)

Cruzando informação relativa às larguras e aos comprimentos, é possível determinar áreas mínimas para cada uma das solicitações (em m²/pessoa) e carga correspondente (em pessoas/m²), conforme patenteia a Tabela A.2.

Tabela A.2 – Espaços vitais para a função de circulação: áreas mínimas e cargas correspondentes

SOLICITAÇÃO	ÁREA MÍNIMA (M ² /PESSOA)	CARGA CORRESPONDENTE (PESSOAS/M ²)
1 Pessoa	0,35	2,86
2 Pessoas	0,33	3,08
3 Pessoas	0,32	3,13
4 Pessoas	0,31	3,23
1 Pessoa em evento público	1,26	0,79
1 Pessoa às compras	1,96 - 2,52	0,4 - 0,51
1 Pessoa em “marcha normal”	3,22 - 3,85	0,26 - 0,31
1 Pessoa em marcha de lazer	≥ 7,42	≤ 0,13

A Tabela A.3 apresenta os níveis de serviço definidos pelo HCM 2000 para áreas de circulação pedonal. Prossigo agora para uma síntese preliminar, tentando compatibilizar os valores acima apresentados com as quatro classes previamente identificadas: ruas quase vazias, com algumas pessoas, com muitas pessoas e situação de concentração de pessoas.

Os referenciais listados fornecem informação interessante relativamente às densidades ou classes mais elevadas, porque permitem identificar gradações no desempenho funcional dos espaços e no conforto da experiência de circulação. Para usos menos intensos, a informação já não é tão útil, na medida em que os menores valores remetem para situações de inquestionável desafogo, mas sem permitir o destringar de *nuances* na qualidade da experiência urbana.

Tabela A.3 – Níveis de serviço, volume de tráfego, dimensionamento mínimo e carga correspondente para tráfego pedonal

NÍVEL DE SERVIÇO	DESCRIÇÃO	FLUXO PEDONAL (PESSOAS/METRO DE LARGURA DE PASSEIO/MINUTO)	DIMENSÃO MÍNIMA (M ² /PESSOA)	CARGA CORRESPONDENTE (PESSOAS/ M ²)
A	Peões movem-se segundo trajetórias desejadas	≤16	> 5,6	<0,18
B	Peões definem livremente as suas velocidades de circulação (trajetórias eventualmente condicionadas)	16-23	3,7 – 5,6	0,18 - 0,27
C	Peões seleccionam velocidade de circulação (condicionada ao contornar outros peões que se deslocam no mesmo sentido)	23-33	2,2 – 3,7	0,27 - 0,45
D	Peões ainda seleccionam velocidade de circulação (mas já não contornam outros peões)	33-49	1,4 - 2,2	0,45 - 0,71
E	Peões têm velocidade de circulação condicionada (acerto regular do ritmo da passada)	49-75	0,75 – 1,4	0,71 - 1,33
F	Velocidade de circulação restringida (“arrastar os pés”)	variável	<0,75	>1,33

Fonte: Transportation Research Board, 2000 (adaptado)

Ora, em primeiro lugar, podem estabelecer-se os limites máximo e mínimo de intensidade de uso de um espaço. O mínimo será, claro está, zero pessoas/m² (uma rua vazia). O máximo corresponderá à capacidade de carga de um espaço, entendida como a carga correspondente à dimensão mínima requerida por uma pessoa em circulação. Como o espaço requerido por uma pessoa em circulação varia consoante esta se desloque sozinha ou em grupo, na Tabela 3.1 são apresentados quatro valores para este mesmo indicador, variando entre 2,86 e 3,23 pessoas/m². Simplificando, assumo que **a capacidade de carga de uma rua é de 3 pessoas por m²**.

Parece-me que o limiar que separa uma situação de concentração de pessoas (conotada com uma densidade excessiva, conforme já avançara) de uma situação de uso intenso / rua com muitas pessoas se deverá situar entre os valores correspondentes aos níveis de serviço E e F, já que a descrição do D ainda remete para uma situação dentro dos limiares de conforto do transeunte. O nível de serviço E (cargas correspondentes de 0,71 a 1,33 pessoas/m²) produz situações em que os peões se vêem forçados a acertar regularmente o ritmo da sua passada. Esta descrição parece integrar, portanto, uma situação em que o fluxo é indiscutivelmente intenso, embora seja questionável se se trata de uma densidade excessiva, *ergo* uma situação de concentração de indivíduos. Dentro do intervalo definido por este nível de serviço incluem-se as cargas correspondentes a uma situação de marcha em evento público (0,79 pessoas/m²).

O nível de serviço F, por seu turno, parece corresponder a uma situação de concentração de pessoas: o descritor “arrastar os pés” assim o sugere.

Pondere-se, então, a adopção do limiar que separa os níveis de serviço E e F (1,33 pessoas/m²) para distinguir usos intensos de concentrações de pessoas. A descrição que o HCM 2000 faz da situação para a extremidade superior do intervalo do nível E, nomeadamente o facto de o espaço não ser suficiente para ultrapassar peões mais lentos, a extrema dificuldade de encetar movimentos que contrariem ou atravessem o fluxo dominante e a constatação de que este volume de tráfego se aproxima da capacidade de carga do passeio (na sua formulação, claro está), conjugada com a associação do nível de serviço F a situações mais próximas de áreas de espera que de fluxos pedonais em movimento de facto (Transportation Research Board, 2000) sugerem que uma carga de 1,33 pessoas/m² será já excessiva para ser considerada “normal” e “tolerável” numa situação de circulação quotidiana. Nesse sentido, rejeito a sua adopção para limite superior da classe “muitas pessoas” / situações de uso intenso.

Outra hipótese seria a de adoptar o limite inferior do nível de serviço E (0,71 pessoas/m²). Porém, fazê-lo pecaria por defeito, pois, ainda que implique perturbações à opção livre de velocidade e trajectória de deslocação, tais situações são, no meu entender, toleráveis nas mais movimentadas artérias das cidades. Resta, então, a carga correspondente à dimensão mínima requerida por um indivíduo em marcha num evento público (0,79 pessoas por m²). Embora o comprimento definido pelo HCM 2000 (1,8 metros) me surja como potencialmente generoso em demasia, a verdade é que a largura a que recorri para lhe determinar a área correspondente (0,7 metros, largura mínima exigida por uma pessoa em circulação) poderá ser considerada, inversamente, como demasiado restritiva. Por conseguinte, assumo que a área determinada (e a carga correspondente) são razoáveis para a situação em questão.

Surge-me como razoável presumir que a carga correspondente a um evento público (situação excepcional frequentemente associada a elevadas densidades populacionais em espaço público) equivalha ao limite máximo de um uso intenso da rua: cargas superiores constituirão já origem a situações onde o desconforto se instalará mais cedo ou mais tarde.

Portanto, defino que, **a partir de 0,8 pessoas por m²** (arredondo o valor por conveniência comunicacional), se está diante de uma **concentração de pessoas**.

O **limiar de separação de situações com muitas pessoas** (usos intensos) e **algumas pessoas** (pouco intensos) deverá aproximar-se do momento em que a presença de outros transeuntes interfere com a facilidade de deslocação dos indivíduos. No nível de serviço C (0,27 a 0,45 pessoas/m²), a presença de outros peões começa a interferir com a marcha de um indivíduo: as velocidades são algo menores e movimentos contra o fluxo predominante podem originar conflitos menores, mas há espaço suficiente para velocidades de marcha normais e para ultrapassagens (Transportation Research Board, 2000). Dentro deste fluxo incluem-se as cargas correspondentes a situações de compras (0,4 a 0,51 pessoas/m²) e de marcha normal (0,26 a 0,31 pessoas/m²).

O nível de serviço B, por seu turno, dá azo a uma escolha livre de velocidades de circulação, a liberdade de ultrapassagem e à inexistência de conflitos por parte de deslocações em sentido que não o dominante. É a este nível que os peões começam a estar conscientes da presença de outros transeuntes, sendo que esta consciência se reflecte na escolha do percurso (Transportation Research Board, 2000).

Portanto, este último nível remete, creio, para situações em que a utilização do espaço pedonal é, claramente, pouco intensa, dada a total liberdade de movimentos e de circulação da situação descrita. O limiar procurado situar-se-á, então, no intervalo definido pelo nível de serviço C, uma vez que este descreve uma situação também ela desafogada, mas onde poderão surgir conflitos pontuais entre os peões. Há que procurar, pois, o tal momento em que começam a surgir restrições à circulação individual. O limite superior das cargas correspondentes às necessidades de espaço da marcha normal (**0,31 pessoas/m²**) surge adequado para o efeito, por delimitar situações a partir das quais esta se torna difícil. Resta, pois, identificar o limiar de separação de situações em que a rua está quase vazia (uso muito reduzido) e com algumas pessoas (pouco intenso). Aventam-se duas hipóteses: uma será adoptar o nível de serviço A ($< 0,18$ pessoas/m²), onde a liberdade de circulação é total, sem qualquer condicionamento devido à presença de outros peões (Transportation Board Research, 2000), a outra a carga correspondente à necessidade de espaço para marcha de lazer ($< 0,13$ pessoas/m²).

Nenhuma responde ao requisito de identificar a densidade a partir da qual o uso da rua é tão rarefeito que se torna potencialmente desconfortável, apenas situações de desafogo, mas onde a presença de outros transeuntes ainda será particularmente notável. **Não retiro, por conseguinte, qualquer valor que separe ruas quase vazias e com algumas pessoas deste conjunto de fontes.** Afirmo, somente, que este será necessariamente inferior a $0,13$ pessoas/m².

A Tabela A.4 sintetiza as opções feitas neste primeiro percurso rumo à definição de intensidades de utilização do espaço rua.

Tabela A.4 – Classes de quantidade de pessoas no espaço rua, a partir de capacidades de carga, espaços vitais e níveis de serviço

CLASSE DE QUANTIDADE DE PESSOAS	INTENSIDADE DE UTILIZAÇÃO (PESSOAS/M ²)
Rua quase vazia	? ($< 0,13$)
Rua com algumas pessoas	? - $0,31$
Rua com muitas pessoas	$0,31 - 0,8$
Concentração de pessoas	$\geq 0,8$

Trabalhos empíricos

Este segundo percurso metodológico assente em trabalhos empíricos⁵⁴ encerra, na realidade, três métodos distintos: dois deles baseados num mesmo conjunto de fontes, relativos a fluxos pedonais maioritariamente medidos em peões por metro de largura de passeio por minuto, e respectivas consequências na experiência da deslocação (Tabela A.5); o terceiro baseado num conjunto distinto de valores, decorrentes da teoria proxémica de Edward T. Hall (Tabela A.10). Segue-se, então, a Tabela A.5.

⁵⁴ Em abono da verdade, alguns dos primeiros trabalhos determinando níveis de serviço (nomeadamente os de John Fruin) foram, também eles, baseados em trabalho empírico. A distinção aqui feita assenta, portanto, numa visão estrita do tipo de fonte utilizada.

Tabela A.5 – Referenciais empíricos para fluxos pedonais

FORTE	VALOR	DESCRIPTOR
Whyte (1990; 2001)	< 1000 pessoas/hora (ca. 17 pessoas/minuto)	Se fluxo é inferior a 1000, a cidade está a perder o centro ou já o perdeu, pois não há pessoas suficientes para o fazer funcionar (manter funções abertas e animação nas ruas)
(Jacobs, 1995)	< 2 pessoas/metro de largura de passeio/minuto	A rua pode parecer vazia
Jacobs (1995)	3 a 4 pessoas/metro de largura do passeio/minuto	Nunca há sentimento de apinhamento.
Jacobs (1995)	até 8 pessoas/metro de largura de passeio/minuto	Todo o tipo de marcha é possível.
Jacobs (1995)	7 a 9 pessoas/metro de largura de passeio/minuto	Paseo de Gracia e Ramblas: todos os ritmos são possíveis, apinhamento só em frente a montras na Praça da Catalunha, onde as duas ruas se encontram.
Jacobs (1995)	8 a 13 pessoas/metro de largura de passeio/minuto	Velocidade aumenta apesar de ainda existir marcha em registo de lazer e apinhamento começa a cerca de 13, quando a velocidade média decresce
Gehl (2006)	10 a 15 pessoas/metro de largura de passeio/minuto	Limite superior para uma densidade aceitável para ruas e passeios com circulação pedonal em dois sentidos
Jacobs (1995)	13 pessoas/metro de largura de passeio/minuto	Praça da Catalunha
Jacobs (1995)	13 pessoas/metro de largura de passeio/minuto	Via del Corso, com passeios de 1,2 metros de largo
Jacobs (1995)	14,3 pessoas/metro de largura de passeio/minuto	Strøget, com sentimento de apinhamento.
Jacobs (1995)	>15 pessoas/metro de largura de passeio/minuto	Via del Corso: zona onde não é forçoso ficar no passeio
Gehl (2006)	> 15 pessoas/metro de largura de passeio/minuto	Tendência a dividir a circulação em duas filas paralelas e confrontantes
Jacobs (1995)	17 pessoas/metro de largura de passeio/minuto	Via dei Giubbonari na sua secção mais estreita: «há um sentimento de apinhamento, as pessoas metem-se no caminho umas das outras, nem todas as velocidades de passo são possíveis. Porém, entre a multidão, há quem ande em registo de lazer, até quem passeie, e pessoas andando para trás e para a frente a conversarem umas com as outras e até mães passeando bebés nos seus carrinhos».
Whyte (1990)	7500 pessoas/hora, 125/minuto, ca. 69 pessoas/metro de largura de passeio/minuto	Fluxo excessivo, perigoso [Grand Central, NI]
Whyte (1990)	90 pessoas/metro de largura de passeio/ minuto	«Alguns [transeuntes] desviar-se-ão para a faixa de rodagem»
Whyte (1990)	100 pessoas/metro de largura do passeio/ minuto	«[os peões] invadem-na [à faixa de rodagem]»

Dos valores apresentados, surgem como mais relevantes aqueles que, estando ou não associados a um local específico, relacionam explicitamente a intensidade do fluxo com a fluidez da circulação e com o conforto da experiência.

Nesse sentido, o descriptor «a rua pode parecer vazia» associado ao fluxo de 2 peões por metro de largura de passeio por minuto apresenta uma situação equivalível à utilização muito reduzida / espaço quase vazio e é, por conseguinte, para tal adoptado.

O facto de todos os descritores associados a fluxos entre dois e treze peões por metro de largura do passeio por minuto descreverem situações onde não há sentimento de apinhamento e onde todas as

velocidades de marcha são possíveis sugere a sua adopção como limite superior do intervalo delimitando situações de rua com algumas pessoas / uso pouco intenso.

Os referenciais empíricos superiores a estes fluxos ainda relativamente reduzidos, na ordem dos 13 peões/metro de largura de passeio/minuto, onde há ligeiro apinhamento, mas onde a circulação é ainda relativamente fluida, remetem já para situações onde o fluxo é excessivo, associáveis mais a situações de concentração de pessoas que a de uso intenso. No entanto, perante ausência de outros referenciais, será o menor destes fluxos excessivos (69 pessoas por metro de largura de passeio por minuto) o eleito como limiar separador entre situações com muitas pessoas e de concentração de pessoas.

A Tabela A.6 sumariza as opções acima descritas.

Tabela A.6 – Fluxos pedonais: referencial para sua análise em espaço rua

CLASSE	FLUXO (PESSOAS/METRO DE LARGURA DE PASSEIO/MINUTO)	DESCRIPTOR
Rua quase vazia	< 2	A rua pode parecer vazia
Rua com algumas pessoas	2 – 13	Não há sentimento de apinhamento e a velocidade média de circulação aumenta à medida que o fluxo se intensifica até aos 13 p/m/min, momento em que começa a decrescer.
Rua com muitas pessoas	13 – 69	Com o aumentar do fluxo, aumenta igualmente a sensação de apinhamento e diminui a liberdade de escolha de trajectórias e de velocidades de circulação.
Concentração de pessoas	≥ 69	Fluxo excessivo, perigoso, associado a entradas e saídas de grandes nós de transporte (Grand Central Station, Nova Iorque)

No entanto, a presença de pessoas num espaço público, como tem vindo a ser formulada até agora, é abordada em quantidade de utilizadores no espaço num dado momento, em pessoas por m². É, pois, necessário engendrar método que permita transformar fluxos pedonais em rácio entre utilizadores e área. Para o efeito, foram considerados dois percursos distintos. Um primeiro parte da relação entre fluxo e carga correspondente definida nos níveis de serviço do HCM 2000, conforme a Tabela 1.3. Representando graficamente esta série de dados e aferindo a correlação entre as duas variáveis (pressupondo relação linear entre ambas), é possível estimar a carga correspondente aos fluxos pedonais apresentados na Tabela 1.6, assumindo que a relação entre as duas variáveis se mantém. Assim, com um R² de 0,9486 (elevada correlação entre as variáveis), a recta é explicada pela Equação A.1:

Equação A.1 – Quantidade de pessoas na rua correspondente a referenciais de fluxo pedonal da rua (método empírico A)

$$QP = 0,016F$$

Onde:

QP: Quantidade de pessoas, em pessoas por m² de passeio

F: Fluxo pedonal, em pessoas por metro de largura de passeio por minuto

Da Tabela A.7 constam os valores decorrentes da aplicação da equação acima transcrita.

Tabela A.7 – Quantidade de pessoas correspondente a fluxos pedonais identificados empiricamente (aplicação do método empírico A)

FLUXO (PESSOAS/METRO DE LARGURA DE PASSEIO/MINUTO)	QUANTIDADE DE PESSOAS (PESSOAS/M ²)
2	0,03
13	0,21
69	1,10

Um último quadro (Tabela A.8) sintetiza estes cálculos a partir das categorias de intensidade de uso utilizadas nesta conceptualização.

Tabela A.8 – Classes de quantidade de pessoas nas ruas a partir de fluxos identificados empiricamente: tabela síntese decorrente da aplicação do método empírico A

CLASSE	FLUXO (PESSOAS/METRO DE LARGURA DE PASSEIO/MINUTO)	QUANTIDADE DE PESSOAS (PESSOAS/M ²)
Rua quase vazia	< 2	< 0,03
Rua com algumas pessoas	2 - 13	0,03 - 0,21
Rua com muitas pessoas	13 - 69	0,21 - 1,10
Concentração de pessoas	≥ 69	≥ 1,10

Porém, convém questionar as dimensões, cargas e fluxos que o HCM 2000 faz corresponder aos distintos níveis de serviço. Para se obter base comparativa, foi criado um método alternativo, que passo a explicitar.

Ainda que a intensidade de utilização da rua tenha vindo a ser reportada à função de circulação, houve, desde o início, reconhecimento explícito de que na rua ocorrem igualmente as funções estar e de acesso e de que a relação entre as três é fluida, encontrando-se elas profundamente imbricadas e sendo a fronteira que as separa algo nebulosa e a transição da mesma frequente, rápida e relativamente imprevisível: por vezes, basta um velho amigo, uma montra, uma situação para que um peão deixe de circular e passe, por breves momentos, a *estar*.

Na medida em que o presente método pretende conjecturar a utilização do espaço rua, parece-me plausível a assunção de uma vontade de integrar as funções circular e estar, assim alcançando a já por várias vezes mencionada presença de indivíduos numa determinada rua num determinado momento.

Para o fazer, há que definir pressupostos de partida. Um primeiro é o de que estes fluxos identificados na bibliografia correspondem a transeuntes que, num dado minuto, atravessaram determinado ponto, envolvidos nas mais diferentes actividades. Nesse sentido, e ainda que o termo “atravessar” implique necessariamente que haja algum movimento da sua parte, construo a hipótese de que, entre eles, haverá indivíduos a circular em sentido estrito, sem interrupções e a uma velocidade constante, enquanto outros

interromperão a sua marcha para aceder às funções marginais do espaço rua ou para “estar”, independentemente do que o termo possa implicar (ver montras, conversar, contemplar, *flanar*...).

Nesta ordem de ideias, será possível dividir o referido fluxo em peões em marcha *constante* e peões em marcha *errante* (à falta de melhores termos), na qual se incluem as transições entre função de circulação e de acesso ou estar. Assim, ao primeiro grupo será atribuída uma velocidade média tida por “normal” e compaginável com o volume de tráfego em questão, enquanto que ao segundo será atribuída velocidade menor, que contemple as interrupções introduzidas à circulação em sentido estrito⁵⁵.

Sempre que o volume dos fluxos de tráfego implique marcha desimpedida, atribuí ao grupo de peões em marcha constante a velocidade média de 5 km/h, como apontada por Gehl (2006)⁵⁶, ainda que o mesmo autor afirme que a fluxos de menor intensidade correspondem velocidades mais baixas; todavia, a ausência de referenciais de velocidades médias para esses fluxos menores e as velocidades médias nesta ordem de grandeza referidas por Whyte (1990) para situações de marcha desimpedida levam à crença de que as diferenças de velocidade não serão muito significativas.

Como um fluxo de 13 peões/metro de largura de passeio/minuto só muito pontualmente colocará restrições à velocidade de circulação do peão, também lhe atribuí velocidade média, para marcha constante, de 5 km/h.

Para o fluxo de 69 pessoas/metro de largura de passeio/minuto, perante a inexistência de velocidade média que lhe seja específica, utilizo a correspondente ao limiar máximo do nível de serviço E (75 peões/metro de largura de passeio/minuto), quando se circula próximo da capacidade de carga do passeio: 2,7 km/h (Transportation Research Board, 2000).

Aos peões envolvidos em marcha *errante*, assumindo existência de paragens e abrandamentos numa marcha inicialmente a 5 km/h, atribuí uma velocidade média de 1 km/h.

Um último pressuposto, à falta de referencial empírico que permitisse encontrar valor consensual⁵⁷, é o de que metade dos indivíduos se incluem num grupo, a restante metade no outro.

⁵⁵ Creio que seria ainda possível acrescentar um terceiro conjunto de indivíduos ao fluxo (ou seja, trata-se de carga adicional ao mesmo, e não de uma sua subdivisão adicional) reportado ao espaço sentável, por questões pragmáticas: aqueles indivíduos que não se deslocam, mas, simplesmente, *estão*.

⁵⁶ Outros referenciais considerados, mas descartados, foram os de Whyte (1990): 5,6 km/h para homens e 6,4 km/h para *fast walkers*. No entanto, como o próprio autor reconhece, «as pessoas em cidades grandes andam mais depressa que as de cidades pequenas. A razão para esta diferença ainda não foi explicada satisfatoriamente por ninguém, mas o facto da sua existência parece bem justificado» (1990: 65). Uma vez que os valores se reportam a Nova Iorque, assumiu-se que, em Portugal, esta velocidade será relativamente menor. Adicionalmente, Louro, Silva e Costa (2009) utilizam a velocidade média de 3,8 km/h, assumindo, no entanto, de que se trata de «uma velocidade relativamente calma» (comunicação pessoal). Ao nível de serviço A, a Transportation Research Board (2000) faz corresponder uma velocidade média de 4,7 km/h.

⁵⁷ Pushkarev e Zupan (1975 *apud* Marcus *et al.* 1990a), indicam, para três praças nova-iorquinas que, dos peões não se dirigindo para nenhum dos edifícios que as marginam, a percentagem de tráfego de atravessamento varia entre os 20% e os 58% (valor que exclui, portanto, a função de acesso). O Department for Landscape Planning (1975 *apud* Marcus *et al.* 1990a) aponta, para uma praça principal em Chicago, 65% de utilizadores a circular (52% atravessando-a, 7% caminhando e observando, 6% caminhando e conversando).

O método adoptado para calcular o número de pessoas por metro quadrado (de passeio) para cada uma das situações tipo foi, então, o seguinte:

- Definiu-se um passeio de cem metros quadrados (100 m de comprimento x 1 m de largura), ao qual os cálculos se referenciam;
- Assumiu-se que os fluxos pedonais nos quais o cálculo se baseia são constantes, alimentando continuamente a rua;
- Relacionando o comprimento da rua com o volume de tráfego do fluxo e a velocidade de circulação de cada um dos grupos de peões, é possível alcançar o número de indivíduos na rua num determinado momento;
- Relacionando o número de pessoas com a dimensão do passeio, alcança-se valor, em pessoas por metro quadrado, de intensidade de utilização da rua.

Matematicamente, este método traduz-se na fórmula apresentada na Equação A.2:

Equação A.2 – Quantidade de pessoas na rua correspondente a referenciais de fluxo pedonal da rua (método empírico B)

$$\begin{aligned}
 QP &= \frac{\left[\left(\frac{F}{2} \right) \left(\frac{C}{V_{mc}} \right) \right] + \left[\left(\frac{F}{2} \right) \left(\frac{C}{V_{me}} \right) \right]}{C} \Leftrightarrow \\
 \Leftrightarrow QP &= \frac{\left[\left(\frac{F}{2} \right) T_{mc} \right]}{V_{mc} \cdot T_{mc}} + \frac{\left[\left(\frac{F}{2} \right) T_{me} \right]}{V_{me} \cdot T_{me}} \Leftrightarrow \\
 \Leftrightarrow QP &= \frac{\frac{F}{2}}{V_{mc}} + \frac{\frac{F}{2}}{V_{me}}
 \end{aligned}$$

Onde:

QP: Quantidade de pessoas, em número de pessoas/m²;

F: Fluxo pedonal, em número de pessoas por metro de largura de passeio por minuto;

C: Comprimento do passeio, em metros lineares;

V_{mc}: velocidade média para o grupo de transeuntes em marcha constante, em metros lineares por minuto;

V_{me}: velocidade média para o grupo de transeuntes em marcha errante, em metros lineares por minuto;

T_{mc}: tempo que um indivíduo demora a percorrer o passeio à velocidade de marcha constante;

T_{me}: tempo que um indivíduo demora a percorrer o passeio à velocidade de marcha errante.

A Tabela A.9 apresenta os valores alcançados.

Tabela A.9 – Classes de quantidade de pessoas nas ruas a partir de fluxos identificados empiricamente: tabela síntese decorrente da aplicação do método empírico B

CLASSE	FLUXO (PESSOAS/METRO DE LARGURA DE PASSEIO/MINUTO)	VELOCIDADE MARCHA CONSTANTE (M/MIN)	VELOCIDADE MARCHA ERRANTE (M/MIN)	QP (PESSOAS/M ²)	DESCRIPTOR
Rua quase vazia	< 2	83,(3)	16,(6)	0,07	A rua pode parecer vazia
Rua com algumas pessoas	2 - 13	83,(3)	16,(6)	0,07 – 0,47	Não há sentimento de apinhamento e a velocidade média de circulação aumenta à medida que o fluxo se intensifica até aos 13 p/m/min, momento em que começa a decrescer.
Rua com muitas pessoas	13 - 69	45 - 83,(3)	16,(6)	0,47 – 2,84	Com o aumentar do fluxo, aumenta igualmente a sensação de apinhamento e diminui a liberdade de escolha de trajectórias e de velocidades de circulação.
Concentração de pessoas	≥ 69	≤ 45	16,(6)	≥ 2,84	Fluxo excessivo, perigoso, associado a entradas e saídas de grandes nós de transporte (Grand Central Station, Nova Iorque)

A terceira fonte empírica provém do trabalho de Edward T. Hall (1986) sobre territorialidade, proxémia e relações interindividuais, associando a estas últimas um conjunto de distâncias que se verificam entre indivíduos consoante a actividade ou relação que entre eles se estabelece, com base em observação de comportamentos e com uma forte influência de trabalhos em biologia comportamental.

Hall define quatro distâncias, cada uma delas comportando um modo próximo e outro longínquo, às quais chama íntima, pessoal, social e pública, designações que pretendem «evocar o tipo de actividades e relações próprios de cada distância considerada, associando-as assim a categorias específicas de actividades e relacionais» (Hall, 1986: 134)⁵⁸.

Dentro dos limiares da distância íntima (até 40 cm), «a presença do outro impõe-se e pode tornar-se mesmo invasora pelo seu impacto sobre o sistema perceptivo», havendo «sinais irrefutáveis de uma

⁵⁸Hall é particularmente cuidadoso no sublinhado que faz das limitações contextuais dos valores apresentados: dizem respeito a americanos e, mais ainda, a um conjunto de americanos particularmente restrito. As distâncias e comportamentos são fortemente condicionadas pela cultura do povo/grupo em questão e, nalguns casos, as estruturas das relações interindividuais nem se organizam desta forma quadripartida. É o caso de Portugal, onde estas relações têm uma estrutura dualista – familiar e não-familiar. Todavia, não são apresentadas distâncias para esta estrutura e, mesmo havendo, a nomenclatura associada às quatro distâncias é particularmente útil à conjectura que aqui venho tecendo. Um último contributo para o questionamento dos valores: este trabalho de Hall foi publicado pela primeira vez em 1966. Tendo em conta as profundas alterações que a sociedade sofreu ao longo das últimas quatro décadas, é possível que também algo tenha mudado no que à territorialidade humana diz respeito, embora haja, indubitavelmente, muito de estrutural (porque biocultural) na teoria proxémica.

relação de cometimento com um outro corpo» (Hall, 1986: 137). São, portanto, distâncias intoleráveis para uma média de ocupação de um determinado espaço público (ainda que, naturalmente, indivíduos que tenham relação de intimidade entre eles suportem facilmente tamanha proximidade, mesmo em espaço público). Nesse sentido, qualquer intensidade de utilização correspondente a estas distâncias entre indivíduos estará, indubitavelmente, integrada na classe “concentração de pessoas”.

A distância pessoal (45 a 75 cm no modo próximo, 75 a 125 no longínquo) é uma distância fixa que separa os membros das espécies sem-contacto (espécies que, como o ser humano, evitam o contacto, enquanto as de contacto têm necessidade de aglomeração e de contacto físico), como se um indivíduo criasse uma bolha protectora à sua volta para se isolar dos outros. No modo próximo, todos os pontos estão a distâncias de contacto fácil. Já o longínquo situa-se precisamente entre este ponto de contacto fácil e o limite do alcance físico em relação a outrem.

Creio que esta distância pessoal constitui um bom referencial para situar o limiar a partir do qual se está diante uma concentração de pessoas. Ainda assim, penso que poderá ser possível que este limiar se situe dentro do intervalo definido pelo modo longínquo, pois o seu limite máximo, definido pela envergadura de um indivíduo e assim delimitando a sua “esfera protectora”, surge-me como podendo ser facilmente cruzado por outros indivíduos numa situação de circulação, sem que isso se revele particularmente perturbante.

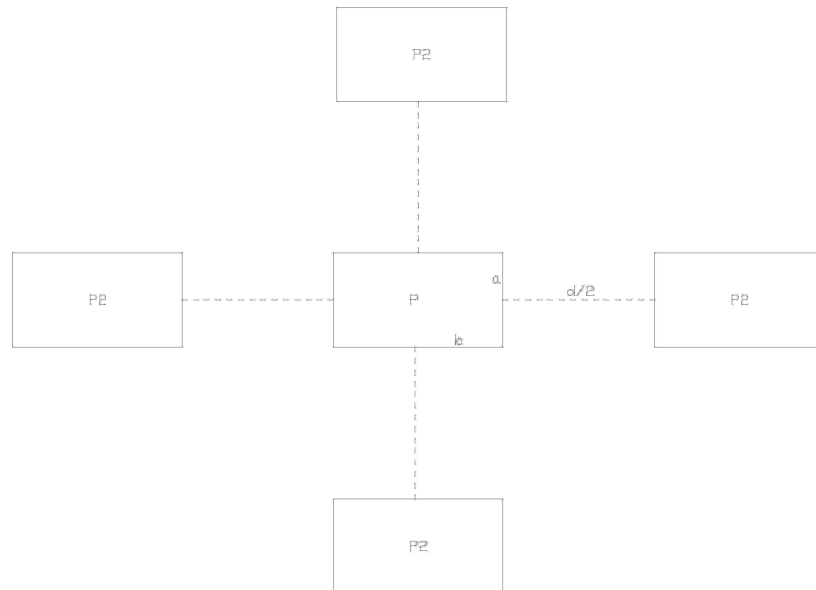
A partir da distância social (1,2 a 2,1 metros no modo próximo, 2,1 a 3,6 no longínquo), estamos para lá do limite do poder de um indivíduo sobre outrem. É a distância «das negociações impessoais e o modo próximo implica, bem entendido, mais participação que o modo longínquo» (Hall, 1986: 142), sendo a próxima habitual em pessoas que trabalham juntas. O modo longínquo pode servir para separar ou isolar indivíduos, permitindo coexistência sem que a não comunicação entre os indivíduos implique falta de cortesia. Parece-me que uma intensidade de utilização definida pela distância social será perfeitamente tolerável no contexto da rua, embora o modo próximo descreva situações de densidade elevada. Faço-a corresponder, portanto, a situações com muitas pessoas / de uso intenso. Contudo, na medida em que permite separação de indivíduos, poder-se-á pensar que o modo longínquo englobe já situações passíveis de serem descritas como de uso pouco intenso / com algumas pessoas.

A distância pública (3,6 a 7,5 metros no modo próximo, 7,5 ou mais no longínquo) situa-se fora do círculo imediato de referência do indivíduo, sugerindo situações em que a eventual comunicação verbal que ocorra adquira um estilo marcadamente formal. Creio que, precisamente por estar para lá do círculo imediato de referência, poder-se-á associar o limiar mínimo da distância pública a situações de uso pouco intenso / algumas pessoas – não haverá, à partida, perturbação induzida pela presença alheia. O modo longínquo, associado, por exemplo, ao teatro e ao comportamento de personalidades oficiais, poderá constituir o referencial que delimita situações de rua quase vazia / uso muito reduzido.

Após esta análise é conveniente comparar as distâncias de Hall com as intensidades de utilização anteriormente definidas, com vista a sistematização final. Para garantir comparabilidade, as distâncias proxémicas foram transformadas em valores em pessoas/m². Não basta, contudo, calcular a área de um

quadrado por elas definidos, há, também, que incluir a área ocupada pelo indivíduo e realizar os cálculos para uma situação em que vários indivíduos se distribuem equitativamente por um espaço e não apenas para dois indivíduos frente a frente. A Figura A.1 apresenta esquematicamente a situação-tipo à qual os cálculos se referenciarão.

Figura A.1 – Situação de referência para a determinação das classes de quantidade de pessoas correspondentes às distâncias proxêmicas de Hall



Onde:

P: Pessoa

P2: Outras pessoas

a: Largura da pessoa, em metros

b: Comprimento da pessoa, em metros

d: Distância de Hall, em metros

O esquema anterior traduz-se na Equação A.3

Equação A.3 – Áreas correspondentes às distâncias de Hall, em m²/pessoa

$$Ad_i = \left(a + 2\frac{d}{2} \right) \left(b + 2\frac{d}{2} \right) \Leftrightarrow$$

$$\Leftrightarrow Ad_i = (a + d) \cdot (b + d)$$

Onde:

Ad_i: Área correspondente à distância *i* de Hall, em m²/pessoa

a: Largura da pessoa, em metros

b: Comprimento da pessoa, em metros

d: Distância de Hall, em metros

Os valores de a e b foram definidos em 0,25 m e 0,45 metros. Considerei que o valor teria que ser inferior ao espaço vital de um indivíduo na função estar, uma vez que esse valor inclui, já, uma dimensão mínima que assegure conforto mínimo do indivíduo, ao passo que o objectivo destes a e b é o de descreverem exclusivamente a área ocupada por uma pessoa. A maior ou menor área circundante, indutor de maior ou menos conforto, advirá da distância definida por Hall. A Tabela A.10 apresenta os resultados da aplicação da equação, bem como as intensidades de utilização correspondentes

Tabela A.10 – As distâncias de Edward T. Hall (1986) e áreas e quantidades de pessoas correspondentes

DISTÂNCIA	MODO	DISTÂNCIA (D)	ÁREA (AD _i , EM M ² /PESSOA)	QUANTIDADE DE PESSOAS (PESSOAS/M ²)
Íntima	Próximo	< 15 cm	< 0,24	> 4,17
	Longínquo	15 - 40 cm	0,24 – 0,55	1,81 – 4,17
Pessoal	Próximo	45 - 75 cm	0,63 – 1,2	0,83 – 1,59
	Longínquo	75 - 125 cm	1,2 – 2,55	0,39 – 0,83
Social	Próximo	1,2 - 2,1 m	2,39 – 5,99	0,17 – 0,42
	Longínquo	2,1 - 3,6 m	5,99 – 15,59	0,06 – 0,17
Pública	Próximo	3,6 - 7,5 m	15,59 – 61,61	0,02 – 0,06
	Longínquo	≥ 7,5 m	≥ 61,61	≤ 0,02

Fonte: Hall (1986) (adaptado)

Tendo em conta os comentários anteriormente tecidos em torno das distâncias de Hall, é possível proceder ao confronto do seu trabalho com as quatro classes de quantidade de pessoas por mim definidas.

Assim, conforme sumariado na Tabela A.11:

- O limiar que separa concentração de pessoas e rua com muitas pessoas / uso intenso estará algures entre 0,39 e 0,83 pessoas/m², correspondentes ao modo longínquo da distância pessoal. A solução mais simples seria a de adoptar esse mesmo extremo inferior de 0,39 pessoas/m² para o efeito (porque separa modo pessoal de social), mas afirmei ser admissível colocar esse limiar algures no meio do intervalo, uma vez que este extremo inferior do modo longínquo define já situações que me parecem consideravelmente desafogadas. Nesse sentido, e não querendo recorrer já à comparação com os restantes métodos seguidos (a bem da integridade do percurso definido), opto por utilizar a média definida pelo intervalo: 0,61 pessoas/m².
- As situações de uso pouco intenso / rua com algumas pessoas poderão começar no modo longínquo da distância social, como afirmei. Tendo em conta as pouco densas quantidades de pessoas que estão associadas aos seus limites (0,06 e 0,17 pessoas/m²), opto por utilizar este último valor, correspondente ao patamar superior deste modo longínquo. Intensidades inferiores parecem-me já bastante diminutas, não estando, inclusivamente,

certo de que os próprios 0,17 pessoas/m² não sejam, eles mesmos, uma densidade demasiado baixa para delimitar situações deste tipo de uso. No entanto, sendo essa a indicação dada pela teoria de Hall, respeitá-la-ei.

Por último, o trabalho de Hall sugere situação de rua quase vazia/uso muito reduzido a partir das 0,02 pessoas/m².

Tabela A.11 – Limiares de intensidade de utilização de ruas a partir do trabalho de Edward T. Hall (1986)

CLASSE	QUANTIDADE DE PESSOAS (PESSOAS/M ²)
Rua quase vazia	< 0,02
Rua com algumas pessoas	0,02 - 0,17
Rua com muitas pessoas	0,17 – 0,61
Concentração de pessoas	≥ 0,61 [0,39 – 0,83]

Síntese

Obtive, então, quatro propostas distintas de referenciais numéricos que permitem classificar a quantidade de pessoas em ruas em quatro categorias distintas:

- Ruas quase vazias ou uso muito reduzido: o uso da rua é tão pouco intenso que ela pode parecer vazia, potencialmente advindo daí uma sensação de desconforto.
- Ruas com algumas pessoas ou uso pouco intenso: a presença de indivíduos é suficiente para que os indivíduos não sintam que o espaço está vazio, mas essa presença não interfere negativamente nem com a fluidez da circulação, nem com o conforto da experiência da rua.
- Ruas com muitas pessoas ou uso intenso: a intensidade do uso já é suficiente para que os indivíduos interfiram uns com os outros, mas dentro de limiares de conforto aceitáveis e coadunados com aquilo que são as densidades expectáveis em meio urbano.
- Concentração de pessoas: situações em que a densidade de indivíduos é já excessiva e indutora de desconforto. Associável a momentos específicos, rotineiros ou esporádicos.

A Tabela A.12 prepara o esforço de síntese que se segue, recapitulando os valores encontrados através dos quatro percursos distintos: o primeiro (método capacidades de carga) parte de capacidades de carga do espaço, dimensões mínimas para determinadas solicitações e níveis de serviço; o segundo (método empírico A), a partir de referenciais empíricos, associa fluxos pedonais às quatro categorias e calcula as respectivas intensidades de utilização assumindo a relação entre as duas variáveis definida pelo HCM 2000; o terceiro (método empírico B) parte dos mesmos fluxos pedonais mas, recorrendo a método criado para o efeito, procura conciliar as funções circular e estar associáveis a tais volumes de tráfego; por fim, o quarto parte do trabalho desenvolvido por Hall (método Hall). Este esforço de síntese conduzirá, necessariamente, à adopção de derradeiro referencial.

Tabela A.12 – Limiares de classes de quantidade de pessoas em ruas de acordo com os 3 métodos aplicados

CLASSE	QUANTIDADE DE PESSOAS(PESSOAS/M ²)			
	MÉTODO CAPACIDADES DE CARGA	MÉTODO EMPÍRICO A	MÉTODO EMPÍRICO B	MÉTODO HALL
Rua quase vazia	(< 0,13)	< 0,03	< 0,07	< 0,02
Rua com algumas pessoas	0,13 - 0,31	0,03 - 0,21	0,07 - 0,47	0,02 – 0,17
Rua com muitas pessoas	0,31 - 1,05	0,21 - 1,1	0,47 - 2,84	0,17 – 0,61
Concentração de pessoas	≥ 0,8	≥ 1,1	≥ 2,84	≥ 0,61

Na escolha do **limiar que separe concentrações de pessoas de com muitas pessoas** ou usos intensos, o valor alcançado através do método empírico B é, logo à partida, posto de parte, por se aproximar do valor estabelecido para a capacidade de carga da rua (3 pessoas/m²). Situá-lo em **1 pessoa/m²** parece uma solução de compromisso interessante: tendo em conta os restantes três valores encontrados (de 0,61 a 1,1 pessoas/m²), é valor intermédio e o facto de ser “número redondo” confere-lhe interessante potencial comunicacional, intensificado pelo facto de ser um terço da capacidade de carga da rua. É essa a opção tomada.

Os valores encontrados para **limiar inferior de situações com muitas pessoas**, separando-as das com algumas pessoas ou de uso pouco intenso, apresentam, na verdade, alguma variabilidade, sobretudo se se pensar em termos relativos (o maior deles é mais do dobro do menor). Mais uma vez, e tendo em conta que todos fazem sentido dentro da lógica que presidiu à sua elaboração, a solução mais sensata parece ser a de escolher valor intermédio. Nesse sentido, opto pelo definido pelo método capacidades de carga, sendo que, mais uma vez, para maior eficácia comunicacional, se simplifica o valor para **0,3 pessoas/m²**.

Por fim, para **diferenciar situações de uso muito reduzido das de uso pouco intenso**, a opção recai, mais uma vez e pelos mesmos motivos, sobre o valor intermédio: **0,03 pessoas/m²**.

A Tabela A.13 apresenta as opções tomadas.

Tabela A.13 – Classes de quantidade de pessoas em ruas – síntese preliminar

CLASSE	QUANTIDADE DE PESSOAS (PESSOAS/M ²)
Rua quase vazia	< 0,03
Rua com algumas pessoas	0,03 - 0,3
Rua com muitas pessoas	0,3 - 1
Concentração de pessoas	≥ 1

Estas classes, sendo concebidas a partir do indivíduo, pressupõem a sua distribuição homogénea e equidistante pelo espaço. Este facto, conjugado com a primazia de critérios de índole funcional nas fontes utilizadas para este exercício, leva a que uma representação gráfica dos distintos limiares resulte em espaços que *parecem* bastante mais cheios do que aquilo que a bibliografia e todo este quadro

conceptual que venho de apresentar sugeririam. Avanço, então, a hipótese de que, dum ponto de vista perceptivo, os limiares de cada categoria de intensidade de utilização serão menores do que os apresentados na Tabela A.13. Adicionalmente, o facto de os transeuntes se não distribuírem homogeneamente pelo espaço implica que, para garantir a experiência descrita por determinado nível de serviço (ou, neste caso, para determinada classe de quantidade de pessoas), o espaço deva ser sobredimensionado para além do que seria a exigência mínima decorrente dos ditos níveis de serviço e/ou intensidades de utilização. Sá (2010), depois de definir os dimensionamentos de espaço público pedonal a partir de determinadas solicitações funcionais, acaba por majorar esse mesmo dimensionamento para o seu dobro, precisamente para assegurar determinados padrões de qualidade não obstante a desigual distribuição dos indivíduos pelo espaço. Alinhando com esta opção, os valores apresentados na tabela anterior serão, então, divididos por dois, para dar conta das cautelas acima apresentadas.

Uma outra debilidade dos valores alcançados na Tabela A.13 reside na amplitude do intervalo da classe de ruas com algumas pessoas: o seu limiar superior é dez vezes o inferior, ordem de grandeza que parece excessiva. Para solucionar tal debilidade, e procurando limiares similares entre intervalos (no caso, sendo cada um cinco vezes o anterior), introduziram-se ajustes no resultado da divisão por dois. Ainda que atente contra a pureza do caminho metodológico, entendo aqui que a razoabilidade dos valores - que se assumem, desde o início, com uma aproximação a um referencial analítico para trabalhos empíricos - se deverá, à semelhança do que levou à sua divisão por dois, sobrepor a falaciosas concepções de rigor.

A Tabela A.14 sintetiza, então, a derradeira delimitação das diferentes categorias de intensidade de uso para as ruas, referencial analítico que carece, naturalmente, de validação empírica que o questione e interprete tendo em conta a miríade de condicionantes contextuais que influem sobre a utilização dos espaços públicos.

Tabela A.14 – Classes de quantidade de pessoas em ruas – valores adoptados

CLASSE	INTENSIDADE DE UTILIZAÇÃO (PESSOAS/M ²)
Rua quase vazia	< 0,02
Rua com poucas pessoas	0,02 - 0,1
Rua com algumas pessoas	0,1 - 0,5
Concentração de pessoas	≥ 0,5

Praça e Largo

À semelhança do que foi feito para a rua, há que explanar os pressupostos de partida relativos às praças e largos e à sua utilização.

Como na rua, coexistem várias funções nestes espaços, mas, para fins de análise, assumo, na senda de Marcus *et al.* (1990a), que neles se privilegiam as funções passear, sentar, comer, contemplar..., em detrimento da circulação.

O conceito de praça avançado pelas mesmas autoras pressupõe a total ausência de veículos motorizados, opção que não subscrevo. Todavia, e à semelhança do que foi feito para a rua, será sempre em função da superfície de pavimento dedicada exclusivamente aos peões que se procurarão os referenciais de intensidade de utilização.

Nesse sentido, perante uma praça ou largo que esteja devotada ao trânsito motorizado na sua totalidade exceptuando nas suas margens, aplicar-se-ão as disposições definidas para o espaço rua. Em praças constituídas por uma estrutura anelar, com plataforma central, dedicada aos peões, circundada por rua votada à circulação automóvel, por seu turno bordejada por passeio, as disposições das ruas aplicar-se-ão, também, a estes passeios exteriores. Os limiares de intensidade de uso que aqui buscarei para praças e largos dirão respeito às placas centrais destas praças e largos e àqueles alargamentos funcionais que sejam exclusivamente pedonais.

Há, ainda, que explicitar uma derradeira assunção antes de passar ao elenco dos referenciais encontrados, que se prende com a presunção de uma distinta reacção/percepção à densidade nas praças e largos que nas ruas. Hall (1986) afirma o dinamismo da percepção individual pela sua ligação à acção – ao que pode ser realizado num dado espaço –, mais do que àquilo que possa ser entendido por contemplação passiva. Ora, são precisamente os distintos pressupostos relativos às actividades privilegiadas nos diferentes espaços que justificam esta minha presunção.

Conforme dito anteriormente, coexistem nestes espaços as funções estar e circular, assumindo-se que a primeira é aí primordial: «apesar de se definir uma praça de sucesso como aquela que encoraja as pessoas a nela permanecerem, não excluimos aqueles que a atravessam como seus utilizadores» (Marcus *et al.*, 1990a: 20). Adicionalmente, a coexistência das duas funções no espaço não é exemplo de profunda imbricação: as mesmas autoras, citando Pushkarev e Zupan (1975), afirmam que «são as praças que não funcionam primariamente como vias de atravessamento as que levam os utilizadores a ficarem maiores períodos de tempo» e que, consequentemente, «as funções da praça como um espaço de circulação e oásis sentável [*sitting oasis*, no original] são, se não incompatíveis, pelo menos distintas», devendo, por conseguinte, a acomodação de ambas as funções ser feita em sub-espacos distintos da praça ou, pelo menos, com recurso a espaços de transição entre ambas (Marcus *et al.*, 1990a: 20).

Ora, se a praça é um tipo de espaço onde a função estar e, mais do que isso, a função estar por períodos longos de tempo, associada a actividades de relaxamento, fruição, socialização, entre outras, tem uma relevância bastante significativa, parece-me plausível assumir que os limiares separando as categorias de uso mais intenso (algumas pessoas/muitas pessoas e muitas pessoas/concentração) sejam algo menores que os definidos para a rua, onde a preponderância da função de circulação e o tipo de estar e errância a ela associados remetem para experiências e actividades que, à partida, toleram uma densidade e movimento maiores. No entanto, no caso da concentração de pessoas, parece que, ainda que ela comece a uma densidade inferior ao que acontece nas ruas, poderá atingir valores bem superiores aos desta; ao estar associada à circulação, a capacidade da rua de albergar pessoas será menor comparativamente à da praça, que pressupõe que os indivíduos estão “estáticos”. Ainda assim, é também

possível admitir que, inversamente, a sensação de desconforto pela diminuta presença de pessoas (i.e., uso muito reduzido / praça quase vazia) se instalará, numa praça e largo, a uma densidade maior que na rua, precisamente pela “ausência” de movimento. Tratam-se, portanto, pressupostos relativos a diferenciais distintos nas intensidades de utilização dos dois tipos de espaço.

Não basta, porém, assumir a sua existência, é necessária aproximação à dimensão deste diferencial. Para tal, seguirei método análogo ao desenvolvido para a rua: elencarei fontes de duas naturezas distintas (capacidades de carga e níveis de serviço e *empíria*), elaborando sínteses parciais para cada uma delas, a partir das quais ensaiarei síntese derradeira.

Capacidades de carga, níveis de serviço e cargas correspondentes

Se para o espaço rua os valores apresentados se reportavam à função de circulação, aqui reportar-se-ão à função estar. A Tabela A.15 apresenta o primeiro conjunto de valores: dimensões mínimas (m^2 /pessoa) e cargas correspondentes (pessoas/ m^2) para um conjunto de solicitações associadas à função estar.

Tabela A.15 – Espaços vitais para a função estar

SOLICITAÇÃO	DIMENSÃO MÍNIMA (M^2 /PESSOA)	CARGA CORRESPONDENTE (PESSOA/ M^2)	FONTE
1 pessoa de pé	0,24	4,17	Neufert, 1991
2 pessoas de pé (lado a lado)	0,22	4,55	Neufert, 1991
3 pessoas de pé (lado a lado)	0,23	4,35	Neufert, 1991
4 pessoas de pé (lado a lado)	0,22	4,55	Neufert, 1991
1 pessoa de pé (com guarda-chuva)	1,21	0,83	Neufert, 1991
2 pessoas de pé (lado a lado e ambas com guarda-chuva)	1,32	0,76	Neufert, 1991
1 pessoa sentada	0,48	2,08	Adler, 1999
2 pessoas sentadas (lado a lado)	0,52	1,92	Adler, 1999
3 pessoas sentadas (lado a lado)	0,75	1,33	Adler, 1999
Grupo de pessoas (ocupação máxima por m^2)	0,17	6	Adler, 1999
Valor recomendável por pessoa	5,6	0,18	Sá, 2010
Valor mínimo por pessoa	1,4	0,71	Sá, 2010

Fonte: Sá, 2010

A Tabela A.16 apresenta os níveis de serviço para situações de espera (*queueing areas* no original), respectivo dimensionamento e carga correspondente.

Tabela A.16 – Níveis de serviço e dimensionamento mínimo para situações de espera

NÍVEL DE SERVIÇO	DESCRIÇÃO	DIMENSÃO MÍNIMA (M ² /PESSOA)	CARGA CORRESPONDENTE (PESSOA/ M ²)
A	É possível estar e circular livremente pela área de espera sem perturbar as restantes pessoas à espera.	> 1,2	< 0,83
B	É possível estar e circular de forma parcialmente restringida, para não perturbar as restantes pessoas à espera.	> 0,9 – 1,2	0,83 - 1,11
C	Estar e circular de forma restringida pela área de espera é possível, perturbando as restantes pessoas à espera. Esta densidade está dentro dos limiares de conforto pessoal.	> 0,6 – 0,9	1,11 - 1,67
D	É possível estar sem tocar nos restantes indivíduos, mas a circulação é bastante restringida na área de espera e movimento para a frente só é possível enquanto grupo. Longos períodos de espera nesta densidade são desconfortáveis.	> 0,3 – 0,6	1,67 - 3,33
E	É inevitável o contacto físico com os restantes indivíduos e não é possível circular na área de espera. Espera sem desconforto sério só é possível por um reduzido período de tempo.	> 0,2 – 0,3	3,3 - 5
F	Praticamente todas as pessoas à espera estão em contacto físico directo, sendo esta densidade extremamente desconfortável. Não é possível movimentar-se e há potencial para pânico em grandes multidões a esta densidade.	≤ 0,2	≥ 5

Fonte: Transportation Research Board, 2000 (adaptado)

O primeiro valor a estabelecer é o da capacidade de carga de uma praça ou largo. As cargas correspondentes aos espaços vitais necessários para pessoas de pé apontam para valores entre as 4,2 e as 4,5 pessoas/m², enquanto que Adler admite que a ocupação máxima por m² possa chegar ao grupo de 6 pessoas, valor que é também admissível pelo prisma do HCM 2000, ao colocar o limiar mínimo do nível de serviço mais intenso nas 5 pessoas/m². Nesse sentido, opto pelas **6 pessoas/m² como capacidade de carga** de uma praça ou largo.

Este valor é o dobro do definido para a rua, mas convém frisar que não existe qualquer incompatibilidade com o pressuposto de menor tolerância a densidades nas praças que venho de afirmar: a capacidade de carga é um conceito exclusivamente físico, sob dependência estrita da solicitação que sobre o espaço é feita e, neste caso, é compreensível que um indivíduo em circulação necessite de mais espaço que um parado. A tolerância a quantidades de pessoas / densidades é sobremaneira determinada por mecanismos perceptivos e que, por conseguinte, não depende da capacidade física do lugar. Por esse mesmo motivo, não se justifica uma pura e simples transferência das proporções entre os distintos limiares de utilização e a capacidade de carga do espaço que sublinhei no caso da rua.

Os níveis de serviço apresentados concernem situações de espera e, ainda que, *stricto sensu*, essas sejam situações de estar, representam situações onde a densidade admitida remete automaticamente para situações de concentração de pessoas. Esta constatação é confirmada pela carga correspondente à área mínima por pessoa definida por Sá, inferior à do mais desafogado dos níveis de serviço do HCM 2000.

É precisamente este valor avançado por Sá (**0,71 pessoas/m²**) que adopto como **limiar de separação entre situações de concentração de pessoas e com muitas pessoas** / usos intensos. O facto de haver um hiato considerável entre esta intensidade de utilização e a capacidade de carga leva-me a crer que o qualificativo “mínimo” que Sá atribui a este valor significa, na verdade, a área necessária para uma experiência minimamente aceitável em termos de conforto. Uma situação em que um espaço estivesse totalmente preenchido com pessoas com guarda-chuvas corresponderia, sem dúvida, a uma situação de concentração de pessoas. Ora, o facto de a carga correspondente a esta situação ser de 0,83 pessoas/m² parece confirmar a escolha do valor avançado por Sá.

Tendo em conta que estas 0,71 pessoas/m² são valor inferior a todas as outras referências apresentadas excepto à carga correspondente ao valor recomendável por pessoa de Sá (**0,18 pessoas/m²**), é esta que utilizarei para **separar praças com algumas e com muitas pessoas** (usos pouco intensos dos intensos). O descritor “valor recomendável” sugere uma área suficiente para criar situação de desafogo e total conforto, compaginável com a definição de uso pouco intenso / espaços com poucas pessoas avançada⁵⁹.

Nenhum dos referenciais apresentados se aproxima da minha noção de uso muito reduzido / praça quase vazia e, por conseguinte, não identifico limiar que separe estes usos dos pouco intensos.

A Tabela A.17 sintetiza as opções tomadas.

Tabela A.17 – Classes de quantidade de pessoas em praças e largos, a partir de capacidades de carga, espaços vitais e níveis de serviço

CLASSE	QUANTIDADE DE PESSOAS (PESSOAS/M ²)
Praça quase vazia	?
Praça com algumas pessoas	? – 0,18
Praça com muitas pessoas	0,18 – 0,71
Concentração de pessoas	≥ 0,71

Trabalhos empíricos

Os trabalhos empíricos que se debruçam sobre as praças e largos e/ou sobre a função estar são particularmente parcos em quantificação de presença de indivíduos e sua associação à qualidade da experiência. Na verdade, encontrei somente um trabalho que responda às necessidades desta investigação (Whyte 1990; 2001); porém, fá-lo relativamente à quantidade de espaço sentável, perspectiva que é redutora no âmbito dos objectivos deste trabalho. Remete para uma utilização de 1,35 a 1,56 pessoas por m² de espaço sentável nas praças mais utilizadas de Nova Iorque, valor próximo das 1,33 pessoas/m² correspondentes à área mínima ocupada por três pessoas sentadas.

⁵⁹ Ainda que o facto deste valor se limitar a reproduzir o nível de serviço A em áreas de circulação pedonal do HCM 2000 introduza algumas reticências à sua utilização.

O facto de este valor corresponder à capacidade efectiva do espaço, auto-nivelada, sugeriria a sua adopção como limiar delimitando concentrações de pessoas. No entanto, não utilizarei estes referenciais por dois motivos. Em primeiro lugar, relaciona utilização com o espaço sentável, o que implica que o rácio seria bastante menor se referenciado à totalidade da área da praça/largo; logo, constituiria, certamente, inflação excessiva do limiar. Em segundo, esta intensidade de utilização reporta-se às horas de almoço em Manhattan, onde é habitual que as pessoas se juntem em grupos (Whyte 1990; 2001), o que conduz a uma densidade média elevada, na medida em que estar em grupo permite maior proximidade entre os indivíduos.

Disponho, portanto, somente dos valores decorrentes do método capacidades de carga para praças e largos e do trabalho de Hall (1986), pois, na medida em que não se reportam especificamente a nenhuma função nem a nenhum tipo de espaço público, tanto poderão ser utilizados para a classificação da utilização de ruas como de praças ou largos. A Tabela A.18 recapitula os valores encontrados por estes dois percursos, divididos por dois, pelos mesmos motivos que levaram a esta operação para o espaço rua, bem como os definidos para a intensidade de utilização das ruas, com fins comparativos.

Tabela A.18 – Classes de quantidade de pessoas numa rua; em praças e largos a partir do método capacidade de carga; e a partir de Hall (1986)

CLASSE	RUA	PRAÇA E LARGO: MÉTODO CAPACIDADES DE CARGA	A PARTIR DE HALL (1986)
Espaço quase vazio	< 0,02	< ?	< 0,01
Espaço com algumas pessoas	0,02 - 0,1	? - 0,09	0,01 - 0,09
Espaço com muitas pessoas	0,1 - 0,5	0,09 - 0,36	0,12 - 0,31
Concentração de pessoas	≥ 0,5	≥ 0,36	≥ 0,31 [0,16 - 0,45]

Parece confirmar-se a assunção de que a concentração de pessoas em praças e largos começa num patamar inferior comparativamente à rua: os 0,36 encontrados para a praça são inferiores ao valor homólogo na rua, sendo a sua adopção encorajada não só pela carga correspondente a uma pessoa de pé sob guarda-chuva, mas também pelo trabalho de Hall.

É, todavia, claro que a informação é insuficiente. Consequentemente, houve que imaginar novo método para obter mais dados que permitissem dar mais passos na validação destes valores. Decidi, para manter o purismo metodológico de não envolver trabalho de campo neste dimensionamento das classes de quantidade de pessoas, confrontar um conjunto de indivíduos com representações visuais de praças ocupadas por pessoas e recolher as suas impressões pessoais sobre o posicionamento dos limiares que separam as distintas categorias de intensidade.

Inquérito

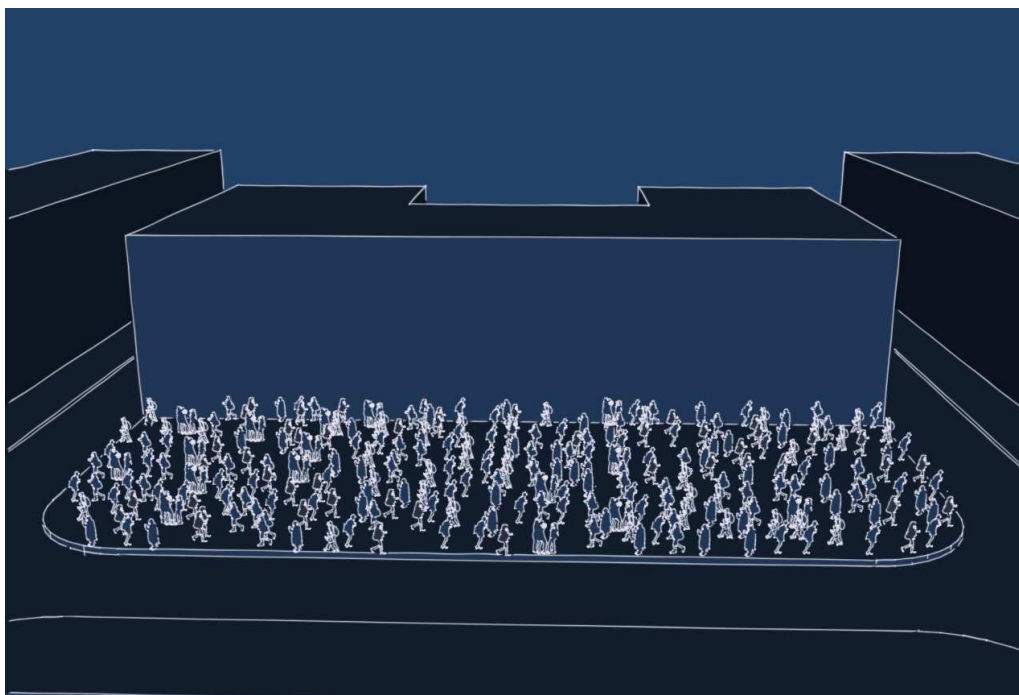
O método seguido pode ser sintetizado da seguinte forma:

- Desenharam-se, em AutoCAD 2008 e Google SketchUp 7, duas praças com dimensões distintas, uma com 50m x 50m e outra com 50m x 20m, rodeadas por vias excepto numa

das frentes, confrontando directamente com edifício de quatro pisos. O recurso a duas praças de áreas distintas decorre da assunção de que a sua dimensão poderá influenciar a percepção da intensidade da sua utilização. Não se incluíram quaisquer elementos adicionais na praça (e.g. mobiliário urbano), para que se não criassem conotações relativas a conforto/desconforto para além da quantidade de indivíduos no espaço. Não se representaram, tampouco, veículos nas vias, pelo mesmo motivo.

- As praças foram, então, preenchidas com figuras representando indivíduos sozinhos parados e em marcha, casais em marcha e grupos de três pessoas a conversar. A representação foi feita numa estética blueprint, precisamente para tentar reforçar a neutralidade do espaço e das figuras.
- O facto de não pretender qualquer rigor estatístico com este exercício, mas apenas aproximação ao dimensionamento das categorias, levou-me a inquirir somente indivíduos que estivessem, em maior ou menor grau, ligados profissionalmente a questões territoriais. Não defini a priori dimensão da amostra, tendo interrompido os inquéritos no momento em que se começou a verificar um padrão nas respostas (sete inquiridos, catorze observações).
- O inquérito foi aplicado presencialmente e, sempre que possível, a mais que um inquirido ao mesmo tempo, para estimular debate e reflexão mais apurada. O primeiro passo consistia na apresentação do conceito de presença de pessoas / intensidade de utilização e respectivas categorias; apesar de mencionar a sua associação a desempenho funcional e conforto/desconforto, pedia aos inquiridos que se concentrassem o mais possível na quantidade de pessoas e não nas suas preferências. Nesse sentido, fornecia-lhes descritores simples de cada uma das categorias, frisando o seu teor quantitativo: concentração de pessoas como «uma praça cheia de gente», praça com muitas pessoas como «uma praça movimentada, com muita gente, mas sem estar cheia»; uma com algumas pessoas como «uma praça calma, com algumas pessoas»; e «uma praça quase vazia», para além de sublinhar que o próprio nome das categorias dava, desde logo, pistas para a situação que se pretendia identificar.
- Os inquiridos eram, então, confrontados com uma representação da praça maior com uma grande densidade de indivíduos (ver Figura A.2). Caso respondessem afirmativamente à questão «esta praça está cheia?» (o que sempre aconteceu), iniciava-se o processo de eliminar, gradualmente, figuras do desenho, procurando-se distribuição equilibrada das mesmas. O processo continuava até os inquiridos identificarem, aproximadamente, o momento em que a praça “deixava de estar cheia”, do qual se gravava um ficheiro .jpeg, para posterior contagem. O inquérito prosseguia da mesma forma, para a identificação dos limiares entre usos intenso e pouco intenso e entre este último e o uso muito reduzido. O processo repetia-se para a praça de menores dimensões.

Figura A.2 – Imagem de partida para o inquérito, praça de 20m x 20m (densidade de aproximadamente 0,32 pessoas/m²)



A Tabela A.19 apresenta a amplitude das respostas (valores mais alto e baixo para cada um dos limiares).

A Tabela A.20 apresenta as classes de quantidade de pessoas definidas pela média aritmética de todas as respostas. Uma vez que a necessidade de majoração na base da divisão dos valores obtidos pelos métodos anteriores por dois decorria da presunção de distribuição homogénea dos indivíduos pelo espaço, não se aplica neste caso.

Tabela A.19 – Amplitude dos limiares entre classes de quantidade de pessoas (em pessoas/m²) identificados no inquérito

LIMIAR	QP MÍNIMA	QP MÁXIMA
Praça quase vazia – Com algumas pessoas	0,01	0,03
Praça com algumas pessoas – Com muitas pessoas	0,04	0,11
Praça com muitas pessoas – Concentração de pessoas	0,12	0,25

Tabela A.20 – Classes de quantidade de pessoas em praças e largos segundo resultados do inquérito

CLASSE	QUANTIDADE DE PESSOAS (PESSOAS/M ²)
Praça quase vazia	< 0,02
Praça com algumas pessoas	0,02 – 0,08
Praça com muitas pessoas	0,08 – 0,019
Concentração de pessoas	≥ 0,019

A aplicação do inquérito a “peritos” permitiu identificar algumas e/ou questões relevantes para a interpretação dos resultados e para hipotético aperfeiçoamento futuro do método. Elenco as seguintes:

- A estética despojada, que pretendia o mais neutra e “muda” possível, tem, naturalmente, tanto “conteúdo semiótico” como uma representação realista de uma praça. E, apesar de a estética eleita permitir, de facto, que o inquirido se concentre exclusivamente na presença de indivíduos no espaço, não deixa de poder influenciar os resultados: a presença de mobiliário urbano, automóveis e peões nas vias poderia levar a que a praça parecesse mais cheia com menos pessoas.
- Adicionalmente, a perspectiva escolhida também influencia as respostas. Procurei que a imagem contivesse, obviamente, a totalidade da praça, mas também os edifícios à face das vias circundantes, para que houvesse alguma noção de circunscrição do espaço, ao mesmo tempo que buscava uma perspectiva o mais próxima possível do olhar do transeunte. O resultado desta “negociação” leva a que o fundo da praça, junto ao edifício, pareça mais densamente ocupado com menos indivíduos que a frente da mesma.
- A localização das figuras eliminadas é determinante para a percepção da densidade de ocupação da praça. Assim, a criação (voluntária ou não) de clareiras desocupadas é, por vezes, mais determinante na percepção da intensidade de utilização que o número de indivíduos *per se*.
- Similarmente, e dependendo da sensibilidade individual, há determinados locais na praça (e.g. as esquinas) com grande influência na percepção da sua utilização, que também é influenciada pelo tipo de figuras que predomina (alguns inquiridos favoreciam os grupos e concentrações de indivíduos, reagindo menos favoravelmente a peões em marcha, enquanto que outros se sentiam mais incomodados pela presença de grupos).
- Após fase de pré-teste do inquérito, revelou-se mais adequado excluir noções de conforto, desconforto e preferência individual na avaliação da intensidade de utilização da praça. Todavia, notam-se, ainda assim, concepções implícitas da “função” e do que é “estar” numa praça que influenciam a “tolerância à densidade” e, consequentemente, as respostas dos inquiridos.

Os resultados do inquérito confirmam genericamente a ordem de grandeza dos limiares encontrados através dos restantes métodos. A sua análise será feita no ponto seguinte, em simultâneo com comparação com restantes métodos, visando síntese.

Síntese

A Tabela A.21 confronta os resultados obtidos para a rua com a intensidade de utilização de praças e largos calculada a partir de capacidades de carga, de Hall (1986) e do inquérito.

Tabela A.21 – Classes de quantidade de pessoas numa rua; em praça e largo a partir do método capacidade de carga e do inquérito; e a partir de Hall (1986)

CLASSE	QP EM RUA	PRAÇA E LARGO: MÉTODO CAPACIDADES DE CARGA	A PARTIR DE HALL (1986)	A PARTIR DO INQUÉRITO
Espaço quase vazio	< 0,02	< ?	< 0,01	< 0,02
Espaço com algumas pessoas	0,02 - 0,1	? - 0,09	0,01 - 0,09	0,02 – 0,08
Espaço com muitas pessoas	0,1 – 0,5	0,09 - 0,36	0,09 – 0,31	0,08 – 0,19
Concentração de pessoas	≥ 0,5	≥ 0,36	≥ 0,31 [0,16 – 0,45]	≥ 0,19

O limiar separando espaços quase vazios dos com algumas pessoas atingido através do inquérito coincide com o da rua⁶⁰, o que poderá indicar (após confirmação empírica da coincidência, claro está) que o valor está sobretudo relacionado com uma percepção meramente quantitativa da presença física de indivíduos, independente de noções de maior ou menor conforto, que não se altera em função do tipo de espaço. Adopto, portanto, **0,02 pessoas/m² como limiar delimitando situações de espaço quase vazio**. A Figura A.3 representa graficamente esta situação na praça de menores dimensões.

As 0,08 pessoas/m² que separam uma praça com algumas pessoas de uma praça com muitas pessoas são inferiores aos limiares análogos encontrados através dos restantes métodos. Aproximam-se, contudo, das 0,09 definidas a partir de capacidades de carga e níveis de serviço e do trabalho do Hall. Opto por manter as **0,08 pessoas/m² como limite superior da classe praça com algumas pessoas**. A hipótese que aqui surge é, então, a de que a tolerância à quantidade de pessoas é menor numa praça e que, consequentemente, o seu uso se torna intenso com menos pessoas que numa rua. A sua representação gráfica, mais uma vez para a praça de menores dimensões, consta da Figura A.4.

O limiar de separação de situações com muitas pessoas de concentrações de pessoas encontrado a partir do inquérito é inferior aos provenientes das restantes, mas encontra-se dentro do intervalo admitido para o efeito a partir de Hall. Considero que valor intermédio, rondando as 0,3 pessoas/m², seria, à partida, excessivo, pois a imagem constante na Figura A.2, com 0,32 pessoas/m², foi por todos os inquiridos considerada como uma praça cheia, uma concentração de pessoas. Consequentemente, optei por adoptar o valor encontrado pelo inquérito, arredondado para **0,2 pessoas/m² apenas para simplificação, como limiar que decreta o início de uma concentração de pessoas**. A Figura A.5 representa esta intensidade de utilização.

⁶⁰ Na verdade, o limiar para a rua é de 0,015, arredondado para 0,02. Poder-se-á afirmar, portanto, que os métodos seguidos apontam para uma sensação de “quase vazio” que surge, numa praça e largo, com mais gente que na rua.

Figura A.3 – Limiar de separação de situações de praça quase vazia e praça com algumas pessoas (0,02 pessoas/m²)

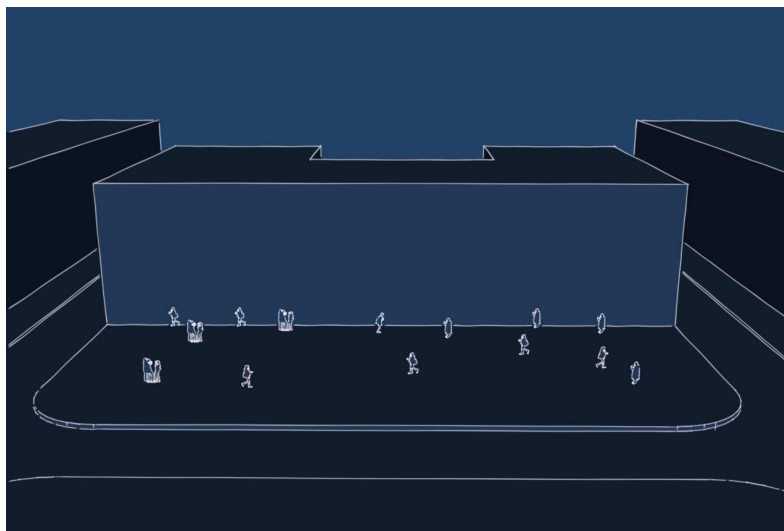


Figura A.4 – Limiar de separação de situações de praça com algumas pessoas e praça com muitas pessoas (0,08 pessoas/m²)

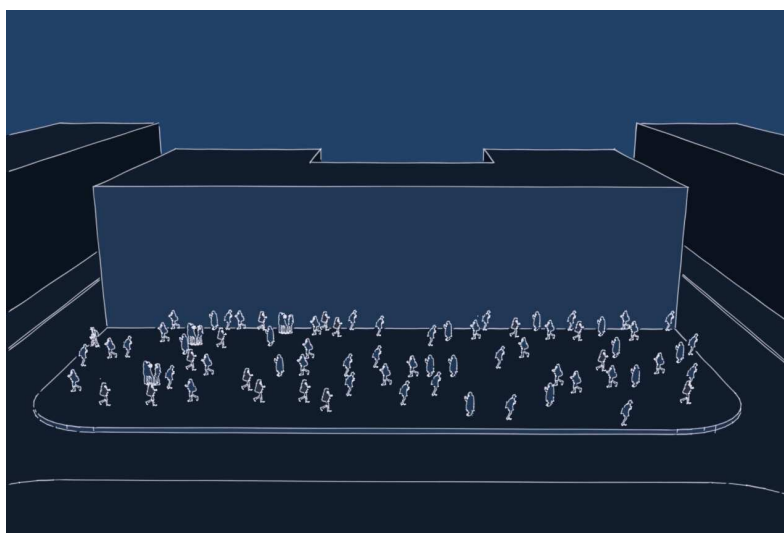
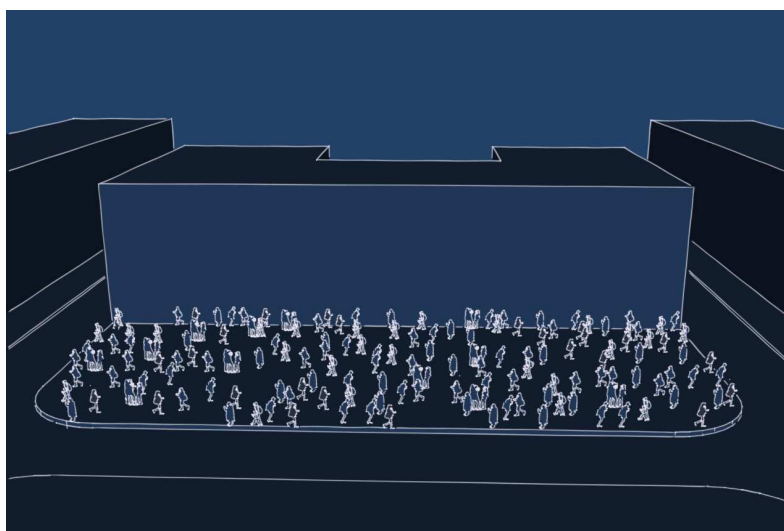


Figura A.5 – Limiar de separação de situações de praça com muitas pessoas e concentrações de pessoas (0,2 pessoas/m²)



A verificarem-se estas assunções sobre diferentes percepções da quantidade de pessoas nas praças e largos e ruas, será interessante procurar descortinar o papel que a morfologia, por um lado, e, por outro, a referência a funções distintas (estar e circular, respectivamente) têm na explicação dessas diferenças.

A Tabela A.22 sintetiza estas opções relativas à intensidade de utilização das praças e largos.

Tabela A.22 –Classes de intensidade de utilização de praças e largos

CLASSE	QUANTIDADE DE PESSOAS (PESSOAS/M ²)
Praça quase vazia	< 0,02
Praça com poucas pessoas	0,02 – 0,08
Praças com muitas pessoas	0,08 – 0,2
Concentração de pessoas	≥ 0,2